

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA –
PROPEC
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS – PMGPP**

**CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO:
PERSPECTIVAS DA FUMICULTURA NA REGIÃO SUL DO BRASIL**

Michael Zimmermann

ITAJAÍ (SC), 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA –
PROPEC
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS – PMGPP**

**CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO:
PERSPECTIVAS DA FUMICULTURA NA REGIÃO SUL DO BRASIL**

Michael Zimmermann

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora no
Mestrado Profissional em Gestão de Políticas
Públicas da Universidade do Vale do Itajaí –
UNIVALI, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio
Luís Boeira, como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Gestão de
Políticas Públicas.**

ITAJAÍ (SC), 2009

Esta Dissertação foi julgada APTA para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e aprovada, em sua forma final, pela Coordenação do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas – PMGPP/UNIVALI.

DR^a. ADRIANA MARQUES ROSSETTO
COORDENADORA

Apresentada perante a Banca Examinadora composta pelos Professores

DR. SÉRGIO LUÍS BOEIRA (UNIVALI) - PRESIDENTE E ORIENTADOR

DR. FLÁVIO RAMOS (UNIVALI) – MEMBRO

DR. ROGÉRIO LEANDRO LIMA DA SILVEIRA (UNISC) – MEMBRO EXTERNO

Itajaí (SC), 25, de novembro de 2009.

À minha mãe Jane, que conseguiu largar o vício do cigarro após de ter fumado por mais de 40 anos.

A Cathiane, minha parceira e companheira para todas as horas. O seu bom humor e o sorriso me serviram como fonte de energia.

AGRADECIMENTOS

Neste espaço faço questão de manifestar o reconhecimento a todas as pessoas, instituições ou organizações que direta ou indiretamente, cederam as suas contribuições para a construção desta dissertação, sem esperar nada em troca. Agradeço:

Em primeiro lugar ao Professor Sérgio Luís Boeira, pelo apoio e dedicação a mim prestados desde o início, reconhecendo e trabalhando com as minhas limitações, oferecendo críticas e elogios, sempre na medida correta para que pudessem me servir de estímulo para avançar.

Aos demais professores do programa, especialmente os professores: Adriana Rossetto, Cláudia Roesler, Neusa Bloemer, Maria José, Guillermo Jonhson, Sérgio Saturnino, Flávio Ramos e Márcio Souza;

Ao meu amigo e colega de mestrado Arildo Uller, e a colega Ignez Durgante, pelos trabalhos em grupo, e os momentos no qual tivemos a oportunidade de trocarmos idéias;

Ao pessoal da secretaria do mestrado, especialmente: Gislene, Tânia, Juliano e Luis Fernando, sempre muito prestativos;

Ao Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião e a sua assessoria de gabinete.

Ao Diretor da Receita Estadual do Estado do PR, Vicente Luís Tezza, e a Coordenação de Assuntos Econômicos Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, especialmente as Senhoras: Paula M. B. Costamilan e Gedalva Baratto, que me prestaram atenção especial quando solicitei;

À diretoria da ACTBR, a Ana Monteiro, e especialmente a Paula Johns, que me deu a oportunidade de conhecer melhor a organização;

Finalizando, agradeço às pessoas mais próximas, que fazem parte do meu convívio, e que tenho certeza torceram muito para o sucesso de mais esta empreitada.

“É a relação com o não-econômico que falta à ciência econômica”.

Edgar Morin

"É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar; é melhor tentar, ainda que em vão, que sentar-se fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias tristes em casa me esconder. Prefiro ser feliz, embora louco, que em conformidade viver ..."

Martin Luther King

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE GRÁFICOS.....	11
LISTA DE BOXES	12
LISTA DE SIGLAS	13
RESUMO	17
ABSTRACT	17
INTRODUÇÃO.....	19

CAPÍTULO I: Aspectos Teórico-paradigmáticos e Aspectos Operacionais da Pesquisa

1.1. Paradigma Disjuntor-redutor e Paradigma da Complexidade	26
1.2. Aspectos da Cultura Política Brasileira	29
1.3. Características Básicas da Bibliografia que Trata de Tabagismo.....	35
1.4. Características Básicas da Bibliografia que Trata de Fumicultura.....	38
1.5 . Questão Central, Objetivos Geral e Específicos.....	40
1.5.1 Objetivo Geral	41
1.5.2 Objetivos Específicos	41

CAPÍTULO II: Perspectivas do Estado Brasileiro Quanto à Implementação da CQCT.....

2.1. Aspectos Históricos da CQCT.....	42
2.2. A CONICQ: Integrantes e Atuação	44
2.2.1 Ministério da Saúde	46
2.2.1.1 Apoio à cessação de fumar e ações de vigilância e Monitoramento	48
2.2.1.2 Ações de mobilização e articulação de políticas para o controle do tabagismo. 48	
2.2.1.3 Ações legislativas	49
2.2.1.4 Apoio à ratificação da CQCT pelo Congresso Brasileiro.....	50
2.2.1.5 Ações para Implementação da CQCT pelo Brasil.....	51
2.2.1.6 Principais Datas Institucionais	52
2.2.1.7 Prevalência de Tabagismo no Brasil	55
2.2.2 Ministério da Fazenda	58

2.2.2.1 Combate ao Comércio Ilegal	60
2.2.2.2 Arrecadação de Tributos Federais pelo Setor de Fabricação de Cigarros.....	64
2.2.3 Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.....	66
2.2.4 Ministério da Justiça.....	71
2.2.5 Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	72
2.3. Governos Estaduais da Região Sul.....	79
2.3.1 Estado do Paraná	82
2.3.2 Estado de Santa Catarina	84
2.3.3 Estado do Rio Grande do Sul	87
2.3.3.1 O Governo do Estado do RS e a CQCT	87
2.3.3.2 Atuação da Secretaria Estadual da Saúde.....	89
2.3.3.3 Ações de Apoio a Diversificação	91
2.3.3.4 Relacionamento com a Indústria	94
CAPÍTULO III: Perspectivas da Indústria: SINDITABACO e Souza Cruz	101
3.1. A Indústria do Tabaco: Posicionamento, Estratégias e Perspectivas.	101
3.1.1 O Posicionamento da Indústria frente à CQCT	101
3.1.2 CQCT: A Estratégia do Setor no Sul do Brasil	105
3.1.2.1 A Dinâmica Empresarial do Setor como parte da Estratégia	109
3.1.3 Perspectivas: O que o Setor espera do Futuro?	111
3.1.4 Investimentos: Perspectivas da Indústria Frente à CQCT	114
3.2. CQCT – Uma ameaça, um aliado ou um desafio?	115
3.2.1 O que é o SINDITABACO.....	115
3.2.1.1 Empresas Associadas.....	115
3.2.2 Mercado: A perspectiva da oferta de Tabaco à sombra da CQCT	116
3.2.2.1 Mercado Interno: Cigarros.....	116
3.2.2.2 Mercado Externo: Fumo em Folha.....	119
3.2.3 Produção: O Resultado das Safras – do crescimento à estabilização.....	121
3.3. Souza Cruz: Perspectivas para o Futuro	121
3.3.1 Perspectivas e Estratégia	123
3.3.2 Visão da Organização.....	125
3.3.3 Investimentos como Indicativo de Perspectiva	126
3.2.4.4 Mercado	128

CAPÍTULO IV: Perspectivas dos Fumicultores: AFUBRA e FETRAF-SUL.....	132
4.1. AFUBRA.....	132
4.1.2 Ratificação da CQCT - Novas Perspectivas para a Afubra.....	135
4.1.3 Os Fumicultores na Região Sul do Brasil.....	137
4.2. FETRAF-SUL	139
4.2.1 A CQCT e o posicionamento da FETRAF-SUL.....	139
4.2.2 O Posicionamento da FETRAF-SUL Frente à Indústria.....	143
CAPÍTULO V: Perspectivas da ACTBR	147
5.1. A ACTBR – Aliança de Controle do Tabagismo.....	147
5.2.1 Visão, Missão e Valores da ACTBR.....	148
5.2.2 Atuação e Ações da ACTBR.....	150
5.2.3 O Posicionamento da ACTBR.....	151
5.2.3 ACTBR e a Indústria do Tabaco: alguns aspectos do confronto ideológico.....	154
CONCLUSÕES: O Confronto das Perspectivas	160
REFERÊNCIAS	171
APÊNDICES	192
Lista de Quadros.....	192
ANEXOS	213

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comparação entre modelos de administração pública: gerencial e societal.....	33
Quadro 2: Bibliografia sobre Tabagismo	37
Quadro 3: Bibliografia sobre Fumicultura	39
Quadro 4: Objetivo Principal das Comissões	45
Quadro 5: Políticas efetivas de controle de tabaco e prioridades.....	45
Quadro 6: Objetivos Específicos do PCTOFR.....	47
Quadro 7: Classes de Enquadramento, Preços do IPI e Selos para Cigarros	59
Quadro 8: Destruição de Cigarros 1999 – 2007.....	61
Quadro 9: Estimativa valor das Ap. e Dest. de Cigarros do C. I. no período de 1999 – 2007....	62
Quadro 10: Evolução - Valor do IPI	64
Quadro 11: Arrecadação de Tributos Federais Setor de Cigarros.....	65
Quadro 12: Resultados de Fiscalização no Setor de Cigarros.....	66
Quadro 13: Recordes de Apreensões – 2004 – 2006.....	71
Quadro 14: Custos operacionais de produção (1999/2000)	78
Quadro 15: Produção de Fumo na Região Sul do Brasil - Safra 2007/08.....	80
Quadro 16: Produção de Fumo na Região Sul do Brasil - Safra 2004 a 2007	80
Quadro 17: Área Plantada com Fumo na Região Sul do Brasil - Safra 2004 a 2007.....	81
Quadro 18: Participação do M E F na Arrecadação de Municípios Produtores em SC (2007) ..	85
Quadro 19: Distribuição Fundiária Famílias de Fumicultores no Sul do Brasil	137
Quadro 20: Perfil dos Fumicultores no Sul do Brasil	138
Quadro 21: Visão, Missão e Valores da ACTBR.....	148
Quadro 22: Categorias de custos para o tratamento das doenças relacionadas ao tabaco.....	153
Quadro 23: Mitos criados pela Indústria para inibir o controle do tabagismo	154
Quadro 24: Síntese das conclusões extraídas de O Veredicto Final	157

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Campanha: "Fique Esperto, Começar a fumar é cair na deles"	53
Figura 2: Imagens de advertência das embalagens dos produtos de tabaco.....	54
Figura 3: Políticas e Programas que apóiam o Programa de Diversificação.....	75
Figura 4: O Mercado do Tabaco Brasileiro em 2008	119
Figura 5: Cartaz ofertas AFUBRA	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Destruição de Cigarros 1999 – 2007	61
Gráfico 2: Mercado Total de Cigarros no Brasil em bilhões de unidades.....	118
Gráfico 3: Participação do Mercado Ilegal.....	118
Gráfico 4: Exportações Brasileiras de Fumo (2001 – 2008)	120
Gráfico 5: Produção de Tabaco no Brasil.....	121
Gráfico 6: Previsão de Aumento nas Vendas de Cigarro no Mundo.....	122
Gráfico 7: Investimentos da Souza Cruz (mil reais).....	128
Gráfico 8: Evolução dos Volumes de exportações de Fumo pela Souza Cruz.....	128
Gráfico 9: Produção de Cigarros vs Participação no Mercado.....	129
Gráfico 10: Evolução do Lucro Líquido da Souza Cruz	130
Gráfico 11: Evolução do Lucro Líquido da Souza Cruz vs Patrimônio Líquido	145

LISTA DE BOXES

Box 1: Artigo 3 da CQCT	40
Box 2: Câmara do fumo discute comércio ilegal de cigarros.....	63
Box 3: Trechos do discurso do gov. Rigotto na inauguração da fábrica da Souza Cruz.....	96
Box 4: Trechos do editorial do Jornal informativo do Sindifumo.....	103
Box 5: Opinião do SINDIFUMO sobre o Art. 17 da CQCT.....	104
Box 6: Empresas associadas ao SINDITABACO	116
Box 7: Visão da Souza Cruz: Negócio e o Ato de Fumar	125
Box 8: Objetivos específicos do Projeto o futuro da fumicultura no Brasil.....	140
Box 9: Plataforma de ação da ACTBR.....	150
Box 10: Apresentação de O Veredicto Final	156

LISTA DE SIGLAS

ABIFUMO - Associação Brasileira da Indústria do Fumo

ABRASCO - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

ABRASEL - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes

ABRH-RS - Associação Brasileira de Recursos Humanos - RS

ACTBR - Aliança de Controle do Tabagismo

ADVB - Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil

AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil

ALESP - Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BANRISUL - Banco do Estado do Rio Grande do Sul

BAT – British American Tobacco

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CAI - Corporate Accountability International

CEASA - Centrais de Abastecimento

CIENTEC - Fundação de Ciência e Tecnologia

CNCP - Conselho Nacional de Combate à Pirataria

CNCT - Comissão Nacional para o Controle do Uso do Tabaco

COFINS - Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONASEMS - Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde

CONEN - Conselho Nacional de Entorpecentes

CONICQ - Comissão Nacional para Implantação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

CONPREV - Coordenação de Prevenção e Vigilância

COOPAL - Cooperativa de Pequenos Produtores de Leite da Região Sul

COP - Conferência das Partes

CPD - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento

CQCT - Convenção Quadro para o Controle de Tabaco
CSCPF - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo
CTA - Continental Tobaccos Alliance S.A
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DESER - Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
DF - Distrito Federal
DOU - Diário Oficial da União
ECOPOPSOL - Programa de Economia Popular Solidária
EMATER/PR - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER/RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA - Estados Unidos da América
EXPOCAL - Feira Industrial, Comercial e de Artesanato
FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FAESC - Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina
FAMURS - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FARSUL - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FECAM - Federação Catarinense de Municípios
FENTIFUMO - Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Fumo
FEPAGRO - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FETAESC - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
FETAG/RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FETRAF-SUL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FIERGS - Federação das Indústrias do Estado do RS
FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FNHRBS - Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares
FSC - Conselho de Manejo Florestal
FUNDOPEM - Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul
IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFT - Índice de Felicidade no Trabalho

IHU - Instituto Humanitas Unisinos
INCA - Instituto Nacional do Câncer
INMET - Instituto Nacional de Meteorologia
INTERPOL - International Criminal Police Organization
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados
IPTU - Imposto Predial, Territorial e Urbano
ISO - International Organization for Standardization
ITR - Imposto Territorial Rural
MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministro do Desenvolvimento Agrário
MF - Ministério da Fazenda
MG - Estado de Minas Gerais
MJ - Ministério da Justiça
MS - Ministério da Saúde
OHSAS - Occupational Health & Safety Advisory Services
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONG - Organização Não-Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCTOFR - Programa de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco
PIS - Programas de Integração Social
PL - Projeto de Lei
PNSN - Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição
PR - Estado do Paraná
PROFRUTA - Programa Estadual de Fruticultura
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTA - Poluição Tabágica Ambiental
PUC - Pontifícia Universidade Católica
REDEH - Rede de Desenvolvimento Humano
RS - Estado do Rio Grande do Sul
RTZ - Rede Tabaco Zero

SAF - Secretaria da Agricultura Familiar

SAP - Systeme, Anwendungen und Produkte in der Datenverarbeitung

SC - Estado de Santa Catarina

SDE - Secretaria de Direito Econômico

SES-RS - Secretaria Estadual de Saúde do RS

SGQ - Sistema de Gestão da Qualidade

SINDIFUMO - Sindicato da Indústria do Fumo

SINDITABACO - Sindicato da Indústria do Fumo

SRF - Secretaria da Receita Federal

SUS - Sistema Único de Saúde

UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

US - Unidades de Saúde

VA - Valor Adicionado

VRP - Vale do Rio Pardo

RESUMO

Esta dissertação busca resgatar o conjunto de informações necessárias para compreender as perspectivas da fumicultura na região sul do Brasil – na qual se concentram cerca de 96% da produção do tabaco brasileiro – emergentes da adesão do país ao primeiro tratado internacional de saúde pública da Organização Mundial de Saúde (OMS): a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), cujo objetivo principal é reduzir o tabagismo em escala mundial, protegendo a população das doenças relacionadas ao fumo, bem como à exposição à fumaça provocada pelos produtos derivados de tabaco. Esta dissertação tem como objetivo principal identificar as perspectivas da fumicultura na região sul do Brasil desde a vigência da CQCT, segundo seus principais atores: o Estado, a Indústria, os Fumicultores e a principal ONG que atua como rede antifumo. Para cada um dos atores, foi dedicado um capítulo, no qual procurou-se esclarecer e analisar as perspectivas envolvidas, estabelecendo as relações entre estas sempre que possível. Como recursos metodológicos, foram utilizadas técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, abordando-se aspectos quantitativos, de fontes secundárias, sob um enfoque qualitativo – principalmente descritivo e interpretativo. Como referencial epistemológico, considerou-se pertinente a utilização de aspectos da obra de Edgar Morin, sintetizados na expressão *pensamento complexo*, associados à obra de Edson Nunes, mais exatamente seu livro *A Gramática Política do Brasil* (e suas definições de clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos). As contribuições de Morin e de Nunes foram consideradas complementares entre si. No estudo, constatou-se a influência da cultura política, principalmente do corporativismo e do clientelismo, no relacionamento entre os três primeiros atores, o que conseqüentemente gera dificuldades para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas norteadas pela CQCT. De um modo geral, concluiu-se que a CQCT tem sido implementada timidamente no sul do Brasil, sem ameaçar a estabilidade da indústria, por priorizar a diversificação produtiva entre os fumicultores, em vez de enfrentar a problemática da sustentabilidade e da substituição da fumicultura.

Palavras-chave: Tabaco; tabagismo; fumicultura; saúde pública

ABSTRACT

This work seeks to recover information needed to understand the perspectives of tobacco farming in the South region of Brazil - which accounts for around 96% of all Brazilian tobacco production – resulting from the country's signing up to the first global public health treaty of the World Health Organization (WHO): The Framework Convention on Tobacco Control (FCTC), the main objective of which is to reduce smoking on a global scale, protecting the population from smoking-related diseases and exposure to smoke from tobacco derived products. The main objective of this work is to identify the prospects for tobacco farming in the South region of Brazil, since the FCTC, according to its main actors: The State, Industry, Tobacco growers and the main NGO that works with the anti-smoking network. A chapter was dedicated to each of the actors, seeking to clarify and analyze the perspectives involved, establishing the relationships between them, wherever possible. Documentary and bibliographic research techniques were used as methodological resources, addressing quantitative aspects of secondary sources, from a qualitative focus - particularly descriptive and interpretative. As the epistemological framework, aspects of the work of Edgar Morin were used, summarized in the expression *complex thought*, associated with the work of Edson Nunes, more precisely, his book *A Gramática Política do Brasil* (and its definitions of clientelism, corporatism, bureaucratic insularism and universalism of procedures). The contributions of Morin and Nunes were considered mutually complementary. In the study, the influence of political culture was observed, particularly corporatism and clientelism, in the relationship between three main actors, which consequently generates difficulties for the development and implementation of public policies guided by the FCTC. In general, it is concluded that the FCTC has been tentatively implemented in the South of Brazil in a way that does not threaten the stability of the industry, as it gives priority to the productive diversification among tobacco farmers, rather than facing the problem of sustainability and the conversion of tobacco farming.

Key words: Tobacco; smoking; tobacco farming; public health

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata principalmente de descrever as perspectivas emergentes do primeiro Tratado Internacional de Saúde Pública: a Convenção Quadro para o Controle de Tabaco (CQCT), *no contexto brasileiro, e especialmente na região sul do País*. Isto reconhecendo que objetivo principal da CQCT é reduzir o tabagismo em escala mundial, protegendo a população das doenças relacionadas ao fumo, bem como a exposição à fumaça provocada pelos produtos derivados de tabaco. Para isto, foram selecionados quatro atores, considerados os principais: o Estado, os Produtores, a Indústria do Tabaco e a principal Organização Não-Governamental (ONG) que atua como uma rede antifumo. No processo de construção da dissertação, foram utilizadas técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, enfocando-se aspectos quantitativos, de fontes secundárias, sob um enfoque qualitativo – principalmente descritivo e interpretativo. Deu-se prioridade ao período compreendido entre o ano de 2002 e 2009, visando-se uma abordagem das perspectivas contemporâneas e emergentes.

Secundariamente, pretendeu-se estabelecer algumas relações entre tais perspectivas, apontando-se possíveis contradições e divergências entre os atores estudados. Para isto, considerou-se, como referencial epistemológico pertinente, aspectos da obra de Edgar Morin, sintetizados na expressão *pensamento complexo*. Considera-se apropriada a abordagem de Morin por caracterizar-se como crítica ao enfoque meramente monodisciplinar e hiperespecializado, que se tornou-se hegemônico nas ciências modernas, especialmente sob influência das ciências naturais sobre as ciências sociais. A obra de Morin, por sua grande amplitude, será tomada apenas como um apoio, uma inspiração, não sendo objeto de análise específica, inclusive porque este trabalho não visa uma abordagem epistemológica. Parte-se do pressuposto de que a obra deste autor se constitui atualmente como uma contribuição relevante para a compreensão das limitações disciplinares diante de problemas complexos, em que se mesclam aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, geográficos, biológicos, epidemiológicos, etc. Além disso, como referencial teórico apropriado para a compreensão das diversas formas de relacionamento identificadas entre os atores, será utilizada a obra de Edson Nunes, mais exatamente *A Gramática Política do Brasil* (e suas definições de clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático universalismo

de procedimentos). Com efeito, o enfoque teórico deste autor permite compreender-se aspectos da complexa relação entre as instituições políticas brasileiras, o que parece adequado para a identificação, descrição e interpretação das perspectivas de cada um dos atores sociais acima mencionados. Parte-se do pressuposto de que os enfoques de Morin e de Nunes são complementares entre si: enquanto o primeiro enfatiza a complexidade no âmbito da epistemologia, com uma concepção de paradigma que transcende as disciplinas científicas, embora reconheça a pertinência e a realidade destas, o segundo enfatiza a específica complexidade das instituições políticas brasileiras, que mesclam aspectos tradicionais – com destaque para o clientelismo – com aspectos ditos modernos, denominados universalismo de procedimentos, corporativismo e insulamento burocrático.

Praticamente toda a produção de fumo em folhas do Brasil, que é o maior exportador mundial deste produto, está concentrada nos três Estados da Região Sul, cerca de 96% da produção brasileira, em 682 municípios – 147 no Paraná, 236 em Santa Catarina e 299 no Rio Grande do Sul (BIOLCHI, 2005). Ao percorrer virtualmente as bibliotecas das principais universidades da região sul, percebe-se que a maior parte das pesquisas sobre a temática é voltada para duas áreas distanciadas entre si enquanto especializações e disciplinas: a) saúde, com abordagem de doenças geradas pelo consumo de tabacos e derivados; b) agronomia, sociologia, história e geografia com abordagens do cultivo do fumo, uso de agrotóxicos na fumicultura, etc.

Ao mesmo tempo, percebe-se que, no âmbito das atividades governamentais, também há interesses isolados e até opostos entre si, como riscos à saúde e arrecadação de tributos, por exemplo. O fato é que temos várias áreas e setores de interesse, com ações projetadas de formas muitas vezes isoladas, com o propósito de atender a objetivos específicos. Da mesma forma, também existem grupos que formam uma rede antifumo, e que agem organizadamente ou não, utilizando diversos tipos de argumentos contra o consumo de cigarro (ainda que sem vincular este produto às estratégias das empresas e/ou à realidade da fumicultura). A impressão que se tem é que as perspectivas do desenvolvimento da produção, da comercialização e do consumo, assim como do desenvolvimento de políticas públicas contrárias ao consumo ou favoráveis à diversificação e/ou substituição gradual da produção de tabaco, formam um conjunto complexo e multilinear, com perspectivas contraditórias entre si.

No âmbito das políticas públicas, já houve a tentativa de aprovação de projetos de lei para banir e substituir as lavouras de fumo no Estado de Santa Catarina, por

exemplo. Há na história política brasileira pronunciamentos inflamados de autoridades e de lideranças propondo combate à indústria ou em defesa dos interesses desta, sob a alegação da manutenção de empregos e arrecadação de impostos. E algumas ações governamentais concretas, como, por exemplo, a instituição de propagandas antifumo nas embalagens de cigarros. Embora haja pesquisas apontando a redução do consumo de cigarros no Brasil e no mundo, especialmente entre adultos, homens, com alta escolaridade, é possível questionar a fragilidade metodológica de tais pesquisas. Atualmente o governo brasileiro utiliza um sistema de levantamento de informações por telefone (Vigitel, importado dos EUA), que tende a captar dados apenas de uma parcela da população que dispõe de telefone fixo, não atingindo os setores marginalizados, entre os quais cresce o consumo, segundo tendência mundial (BRASIL, 2004). Também o consumo de cigarros contrabandeados tem crescido, mas os pesquisadores não dispõem de dados muito seguros a respeito disto. Já no que se refere à produção, observa-se um aumento derivado da expansão das exportações, dos processos tecnológicos de conservação e aproveitamento das folhas de fumo. Também existe o aumento da concorrência entre produtores – estimulada pelas empresas – e do alcance planetário das estratégias empresariais, compensando a redução do consumo entre homens com aumento de consumo entre mulheres e jovens, especialmente na Ásia e em regiões mais pobres de diversos continentes. Enfim, há dados que apontam para tendências contraditórias, segundo projeções lineares. Segundo Costa (2008, p. 50), o setor encolhe 1% ao ano em escala global, o que poderia significar um “cenário apocalíptico para qualquer indústria”. No entanto, a indústria do fumo segue “surpreendentemente saudável”, pois continua sendo uma das mais lucrativas do mundo, com margens superiores às de qualquer outra voltada para produtos de consumo, e com faturamento crescendo 3% ao ano em média.

Fazendo-se uma breve análise do número de municípios produtores no Sul do Brasil, pode-se imaginar a quantidade de famílias que sobrevivem da atividade fumageira. Desta forma, acredita-se que ações isoladas provocadas por iniciativas locais não são suficientes para amenizar os problemas ambientais, socioeconômicos e de saúde pública, provocados pela atividade fumageira, que não se resume a um problema exclusivamente brasileiro, sendo claramente de ordem mundial. Neste sentido, é de grande relevância para as políticas públicas o Tratado Internacional de Saúde Pública, ou Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), ratificada em fevereiro de

2005¹, que envolve cerca de 192 países, inclusive o Brasil. Porém, a fumicultura é uma atividade que tradicionalmente é controlada pela indústria, que domina e, até certo ponto manipula, as informações consolidadas no contexto mundial, ampliando o nível de incertezas dos governos e de toda a sociedade. Sabe-se que o Brasil produz tabaco com 85% de excedentes, é líder no mercado internacional de fumo em folhas e o sul do País é a região com maior destaque. Portanto, torna-se relevante e necessário investigar quais as perspectivas emergentes dos diversos setores, no contexto nacional, sob as novas diretrizes públicas definidas na Convenção Quadro.

Com o propósito de atingir os objetivos propostos, a dissertação foi estruturada em cinco capítulos. O primeiro apresenta o referencial teórico-epistemológico e aspectos metodológicos (metodologia da ciência e da pesquisa).

O segundo busca identificar as perspectivas da fumicultura, emergentes especialmente a partir da ratificação da CQCT pelo Brasil. A abordagem é feita em dois níveis de governo, o federal (Ministérios) e o estadual (governos do PR, SC e RS).

O terceiro capítulo trata primordialmente de identificar e descrever as perspectivas da indústria fumageira, emergentes da ratificação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco. Na busca dessas perspectivas, foi priorizada a análise documental de periódicos do SINDITABACO, bem como de relatórios da administração da Souza Cruz.

No quarto capítulo, faz-se a descrição das duas principais entidades de representação dos fumicultores no Sul do Brasil (AFUBRA e FETRAF-SUL). Desta descrição, passa-se para a identificação comparativa entre as perspectivas da fumicultura segundo estas organizações.

No quinto capítulo, será apresentada a Aliança de Controle do Tabagismo (ACTBR), como a principal ONG que coordena uma rede antifumo no Brasil. O capítulo abrange a descrição da organização, com síntese da sua atuação nos últimos anos no controle do tabagismo, bem como alguns aspectos do confronto ideológico com a indústria.

Por fim, nas conclusões, destaca-se o confronto de perspectivas anteriormente identificadas e descritas, com uma breve interpretação que se acrescenta às conclusões parciais de cada capítulo, a partir do referencial teórico-epistemológico.

¹ A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) foi promulgada pelo Decreto nº 5.658 em 02 de janeiro de 2006.

CAPÍTULO I: ASPECTOS TEÓRICO-PARADIGMÁTICOS E ASPECTOS OPERACIONAIS DA PESQUISA

Este capítulo foi desenvolvido com a finalidade de apresentar o referencial teórico-epistemológico utilizado como base para as análises e conclusões obtidas no decorrer da pesquisa. Sendo assim, o capítulo foi estruturado em cinco momentos como segue: o primeiro faz referência de forma sucinta às concepções da ciência, uma distinção entre dois grandes paradigmas: o disjuntor-redutor e o da complexidade. No segundo, tratou-se de abordar alguns aspectos da teoria política, da história da burocracia no Brasil, relacionando o paradigma disjuntor-redutor e a burocracia. O terceiro faz uma abordagem das características básicas da literatura que trata de tabagismo no Brasil. No quarto momento, é feita uma abordagem das características básicas da literatura que trata de fumicultura, da produção e da industrialização de tabaco. E, finalmente, apresenta-se a definição do enfoque na questão central desta dissertação, além de objetivos geral e específicos.

Quanto à metodologia, sabe-se que não existe apenas uma única. Elizabeth Teixeira trabalha na perspectiva do que chama de tridimensionalidade metodológica: a Metodologia Acadêmica, Metodologia da Ciência e Metodologia da Pesquisa. Segundo a autora, “a Metodologia Acadêmica trata de introduzir os aprendizes no mundo do saber e nas etapas de apreensão do conhecimento e sua expressão escrita” (TEIXEIRA, 2007, p.13). A autora define como premissa básica, fundamental para alunos e pesquisadores, o que chama de competências transversais do ofício de aluno, que são os atos acadêmicos de estudar, ler e escrever. Para Teixeira, a Universidade tem como uma das suas finalidades a produção do conhecimento, e deve com urgência inovar criativamente considerando “possibilidades de articulação criativa do ensino-pesquisa-extensão na universidade brasileira com a sociedade” (TEIXEIRA, 2007, p.18). Neste contexto, o conhecimento pode ser entendido como um processo dinâmico para a compreensão e o descobrimento em que um sujeito (aluno/professor) irá se relacionar epistemologicamente com um objeto de estudo (investigado), na busca da compreensão da realidade (TEIXEIRA, 2007). Desta maneira, a Metodologia Acadêmica terá como objetivo “estimular, desenvolver e viabilizar o aprender a aprender e o aprender a pensar, que se constituirão como mediações do processo de construção do conhecimento na universidade” (TEIXEIRA, 2007, p.19).

Para definir a Metodologia da Ciência, é necessário compreender e distinguir ciência e metodologia da ciência. Segundo a autora citada,

a Metodologia da Ciência nos fornece uma explicação sobre os paradigmas da ciência e suas superações, nos orienta sobre as possibilidades de caminhos que podemos seguir para a construção do conhecimento e nos dá pistas para compreendermos o que vem acontecendo com a pesquisa na atualidade (TEIXEIRA, 2007, p.79).

Neste contexto, é importante destacar o conhecimento e seus elementos constitutivos. Seguindo a linha da pesquisadora, o conhecimento constitui-se de três elementos: o sujeito, o objeto e a imagem. Para Teixeira, o sujeito determina o pensar, o objeto é o determinante, aquilo que se quer conhecer, e a imagem o ponto de coincidência entre os dois. Obviamente a autora aprofunda um pouco mais sobre as bases do conhecimento, dividindo e subdividindo diversos conceitos, o que não é a nossa prioridade. Destaca os tipos de conhecimento como o conhecimento do senso comum, o filosófico, o teológico e o científico. Este último merece destaque nesta breve descrição, uma vez que a busca do conhecimento científico está diretamente relacionada com a metodologia da ciência.

O conhecimento científico é aquele que está proporcionalmente direcionado, como os demais níveis, a forma de pensamento e de estratégia de conhecimento que o homem realiza frente aos fenômenos (TEIXEIRA, 2007, p.84).

Assim, o conhecimento científico requer o emprego de métodos utilizados desde a formulação dos problemas a solucionar, à busca do conhecimento necessário a sua solução. Partindo deste pensamento, como definir a ciência? Na concepção da autora a ciência é

um conjunto de conhecimentos que se obtém através da utilização adequada de métodos sistematizados ou científicos capazes de apreender, controlar, interpretar e relacionar fenômenos, fatos ou situações, envolvendo a realidade empírica ou investigada (TEIXEIRA, 2007, p.89).

Concluindo, a ciência existe para satisfazer as necessidades humanas em compreender e controlar a natureza das coisas e o universo, a busca pela verdade. Existe para proporcionar certezas e incertezas, e promover constantes modificações na forma

de pensar e repensar conceitos e métodos científicos. O final de um problema é o início de outro. Estamos falando agora de paradigmas.

Segundo Thomas Kuhn (citado por TEIXEIRA, 2007, p. 94) paradigmas são “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade”. Conforme Kuhn, há dois grandes paradigmas: o da ciência normal e o da ciência extraordinária. O autor se concentrou no primeiro, mas atraiu mais leitores pelo que escreveu sobre o segundo. Kuhn não propôs nenhuma revolução paradigmática, mas observou que a história da ciência é feita de revoluções paradigmáticas, estruturais, na medida em que a ciência normal não consegue resolver determinados problemas e constata um número crescente de anomalias. Quando isso ocorre, abre-se a oportunidade para a emergência da ciência extraordinária.² Neste momento, surge a crise do paradigma e iniciam-se pesquisas intensas em busca de explicações para tal acontecimento ou anomalia. Quando se consegue estabelecer os novos conceitos e princípios para explicar o fato novo, a ciência retorna à sua normalidade, surge um novo paradigma (TEIXEIRA, 2007). Essa dinâmica está simplificada aqui. Voltaremos aos paradigmas mais adiante.

Por fim a terceira metodologia, a da Pesquisa. A Metodologia da Pesquisa estabelece uma série de etapas e divisões da pesquisa, com a finalidade de viabilizar os resultados. Esta estabelece e subdivide a pesquisa principalmente por tipos, métodos de investigação, técnicas de amostragem (além de estruturação de projetos e relatórios de pesquisa). Conforme organiza a autora em questão os caminhos do pesquisador passam por três momentos: a construção do pré-projeto, a definição das opções metodológicas, e a escolha do enfoque da pesquisa. No primeiro momento, o pesquisador definirá ou estabelecerá a situação do problema. Na seqüência a formulação de questões norteadoras e o pré-estabelecimento dos objetivos. O segundo momento diz respeito às opções metodológicas, que está relacionado ao tipo da pesquisa que será preciso realizar para atingir os objetivos desejados: Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental, ou Pesquisa de Campo. Dentro destas divisões, ainda deve estabelecer qual o enfoque predominante, se qualitativo ou quantitativo. O terceiro momento, a indicação do enfoque da pesquisa, no que se refere ao Eixo Epistemológico. Segundo Teixeira, enfoque empírico-analítico, fenomenológico hermenêutico e crítico-dialético. No caso

² Para mais informações ver a principal obra do autor - A Estrutura das Revoluções Científicas (KUHN, 1995).

desta dissertação, este enfoque será baseado no paradigma emergente, o da complexidade, ou pensamento complexo.

É importante lembrar que neste espaço não há o objetivo de esgotar nem tão pouco aprofundar os conceitos e métodos relacionados à pesquisa, simplesmente traçar uma distinção entre as três metodologias³.

1.1. Paradigma disjuntor-redutor e paradigma da complexidade

De acordo com a obra de Edgar Morin (2000; 2003; 2005) – que produziu possivelmente a mais extensa obra epistemológica disponível no mundo contemporâneo, em seis volumes, intitulada *La Méthode*, entre várias outras de alcance mais restrito – há basicamente dois grandes paradigmas – embora cada um deles contenha paradigmas menores, vinculados a autores clássicos ou ciências particulares – em disputa no meio acadêmico contemporâneo: o disjuntor-redutor e o da complexidade.

O paradigma disjuntor-redutor separa as formas de conhecimento ou as reduz a fórmulas abstratas e simplificadoras. O paradigma da complexidade, por sua vez, procura distinguir sem separar, associando sem fundir (sem confundir) as diversas formas de conhecimento; relaciona o objeto (sistema, evento, problema) ao contexto, ou seja, a parte ao todo, considerando sempre as ambivalências, as ambiguidades, a relação entre ordem, desordem e reorganização. Este paradigma contribui com uma percepção crítica, emancipadora e prudente da ciência.

O paradigma disjuntor-redutor fragmenta os componentes que compõem um fato, problema ou realidade. Perde-se a noção do todo, do contexto, do qual ele representa apenas uma parcela. Com isso, a visão da realidade é minimizada, por meio de um processo de solução racionalizado de problemas. Segundo Morin:

O paradigma de disjunção/redução controla a maior parte dos nossos modos de pensamento, separa uns dos outros os diferentes aspectos da realidade, isola os objetos ou fenômenos de seu ambiente; ele é incapaz de integrar um conhecimento em seu contexto e no sistema global que lhe dá sentido. É incapaz de integrar a força transformadora do tempo, e é incapaz de abrir os possíveis (MORIN, 2005, p.125-126).

³ Para mais detalhes sobre este aspecto, ver Teixeira (2007).

Um dos aspectos criticados por Morin é o da disjunção ou fragmentação. O outro é o da redução, ou seja, a busca de uma fórmula abstrata, uma lei da natureza ou da sociedade (exemplos são a lei da oferta e da procura, na economia, a lei da gravitação, na física mecanicista, a lei da história, no marxismo). Disjuntar pode implicar em retirar o objeto do seu contexto e com isso simplificar a sua forma, o seu inter-relacionamento com as demais disciplinas que possam exercer alguma influência sobre o problema. Neste sentido, Morin argumenta que a especialização extrai um objeto de seu contexto e de seu conjunto. Ao mesmo tempo rejeita os laços e a intercomunicação do objeto com o seu meio, e insere-o no compartimento da disciplina, cujas fronteiras quebram arbitrariamente a relação de uma parte com o todo e a multidimensionalidade dos fenômenos (MORIN, 2003). Desta maneira,

a inteligência parcelar, compartimentada, mecânica, disjuntiva, reducionista, quebra o complexo do mundo, produz fragmentos, fraciona os problemas, separa o que é ligado, unidimensionaliza o multidimensional (MORIN, 2003, p.25).

O paradigma da complexidade se fundamenta, por um lado, na segunda revolução científica, ocorrida com a emergência da física quântica e subatômica na primeira metade do século XX. Por outro, na terceira revolução científica, que se expressa pelos diálogos multi, inter e transdisciplinares, na busca de respostas a problemas crescentemente complexos e interligados pela própria dinâmica histórica.

O paradigma da complexidade não impõe certezas, nem propõe a resolução dos problemas de forma definitiva, muito pelo contrário: abre horizontes e admite a dinâmica da evolução ambivalente da ciência, ou seja, a noção de que a ciência tanto elucida a realidade quanto a encobre ideologicamente, na medida em que depende da especialização. A disciplina e a especialização são alicerces da atividade científica, mas também podem ser obstáculos à compreensão humana e ao próprio avanço da ciência. Assim, a disciplina é concebida como um sistema contraditório, complexo, simultaneamente aberto e fechado, ou com tendências de fechamento e de abertura. O pensamento complexo estimula a inter-relação entre as mais diversas disciplinas e especializações. Conforme Morin o paradigma de complexidade,

que nos ajuda a reconhecer a complexidade das realidades, não produz a certeza. Do contrário, ele nos ajuda a revelar não apenas as incertezas inerentes às próprias estruturas de nosso conhecimento, mas também os buracos negros de incerteza nas realidades presentes (MORIN, 2005, p.126).

Sob a ótica da complexidade, a realidade é dinâmica, não é feita somente do que temos ou enxergamos. O autor diz que nossa realidade é apenas nossa idéia de realidade:

A realidade não é feita só de imediato. A realidade não é legível de maneira evidente nos fatos. As idéias e teorias não refletem, e sim traduzem a realidade, de um modo que pode ser errôneo. Nossa realidade não é senão nossa idéia da realidade. A realidade depende, também, da aposta. (MORIN, 2005, p.126).

Tais afirmações deixam evidente que o processo de compreensão pelo paradigma da complexidade é quase incompreensível. Porém, apesar de complexo, ao mesmo tempo realista ao reconhecer que não pode ser absoluto. Admite que não há verdade absoluta e que as incertezas são como que componentes dos problemas.

O pensamento complexo conduz-nos a uma série de problemas fundamentais do destino humano, que depende, sobretudo, da nossa capacidade de compreender os nossos problemas essenciais, contextualizando-os, globalizando-os, interligando-os; e da nossa capacidade de enfrentar a incerteza e de encontrar os meios que nos permitam navegar num futuro incerto, erguendo ao alto a nossa coragem e a nossa esperança (MORIN, 2003, p.23).

Portanto, a complexidade não se resume em estabelecer, identificar ou definir problemas e ou soluções. É preciso ir além. Segundo Morin,

o pensamento complexo não é o contrário do pensamento simplificador, mas integra este; como diria Hegel, ele opera a união da simplicidade e da complexidade e, mesmo no metassistema constituído, faz aparecer a sua própria simplicidade. O paradigma da complexidade pode ser enunciado não menos simplesmente que o da simplificação: este impõe separar e reduzir; aquele une enquanto distingue. (MORIN, 2003, p.29).

Neste raciocínio, o pensamento complexo não se restringe nem à ciência, nem à filosofia, mas estabelece um elo entre elas. Sua aplicação não é restrita somente a problemas organizacionais, sociais e políticos. O fato de o mesmo lidar com as incertezas como componente do contexto pode ser fundamental para o esclarecimento de estratégias ou para a compreensão de determinado problema, num universo incerto; “o pensamento que une pode iluminar uma ética da religião ou da solidariedade” (MORIN, 2003, p.31).

1.2. Aspectos da cultura política brasileira

Como será observado nos próximos capítulos, os principais atores envolvidos na cadeia produtiva do tabaco atuam todos sem exceção no campo político. Sendo assim, considera-se fundamental trazer algumas reflexões acerca de aspectos da cultura política brasileira, como forma de melhor compreender o comportamento de cada um desses atores na esfera política. Para isto, basicamente serão utilizadas duas referências: a obra de Edson Nunes (1997), intitulada *A Gramática Política do Brasil* e um artigo de Ana Paula Paes de Paula (2005), intitulado *Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social*.

Edson Nunes define as relações entre Estado brasileiro e sociedade por meio de quatro instituições ou, conforme o autor, *gramáticas*: clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos.

O clientelismo é uma gramática antiga no Brasil, caracterizada por uma forma de relacionamento social. A idéia de clientelismo está relacionada aos estudos de sociedades rurais, é marcada pelo contato pessoal entre *patrons*, coronéis ou chefes de máquinas políticas, e seus clientes. O ponto fundamental para a existência de ambos (*patrons* e clientes) é a desigualdade sob as formas de dependência e subordinação.

Em contextos clientelistas, as trocas são generalizadas e pessoais. Cada objeto ou ação que é trocado contém uma referência à condição geral do grupo. A relação conhecida como “compadrio”, por exemplo, inclui o direito do cliente à proteção futura por parte do seu *patron*. A troca de bens é restrita; ela ocorre numa atmosfera em que está ausente uma economia de mercado impessoal. A troca generalizada inclui promessas e expectativas de retornos futuros (NUNES, 1997, p. 27).

Nunes compara o sistema de troca generalizada do clientelismo e o sistema de troca específica – caracterizado pelo impersonalismo, que é considerado pelo autor como o que caracteriza o capitalismo moderno. Na sua concepção “o impersonalismo constitui um dos fatores básicos do mercado livre e também a base da noção de cidadania” (NUNES, 1997, p. 28). Para ele, os padrões de capitalismo e de não-capitalismo coexistem, e apesar de constituírem gramáticas diferenciadas, a troca generalizada e a troca específica são empiricamente compatíveis, mesmo sendo constituídos por princípios antagônicos. No período entre as décadas de 1930 e 1945, isto é, nos quinze anos do primeiro governo de Getúlio Vargas,

Três novas gramáticas para as relações entre Estado e sociedade foram experimentadas pelas agências e regulamentos recém-criados: implementou-se a legislação corporativista, e foram criadas instituições corporativistas; ensaiou-se o insulamento burocrático, através da criação de novas agências e empresas estatais; buscou-se instalar o universalismo de procedimentos, principalmente através de tentativas de reforma do serviço público e da implantação de um sistema de mérito (NUNES, 1997, p. 47).

É importante salientar que estas gramáticas são todas inter-relacionadas. Segundo Nunes, o clientelismo está suportado pelo que chama de conjunto de redes personalistas, estendidos a partidos políticos e burocracias. “Estas redes envolvem uma pirâmide de relações que atravessam a sociedade de alto a baixo” (NUNES, 1997, p. 32). Nunes ainda afirma que “as instituições formais do Estado ficaram altamente impregnadas por este processo de trocas de favores, a tal ponto que poucos procedimentos burocráticos acontecem sem uma *mãozinha*” (NUNES, 1997, p. 33).

No que se refere ao corporativismo o autor entende que este “reflete uma busca de racionalidade e de organização que desafia a natureza informal do clientelismo” (NUNES, 1997, p. 36). Para evidenciar esta afirmação, o mesmo cita a lei trabalhista, como um exemplo da busca de racionalidade (corporativista). Neste sentido, o autor ainda salienta que os regulamentos do corporativismo não favorecem o desafio individual ao sistema de leis corporativas, e que preocupam-se com a incorporação e o controle, mas não com o igual tratamento a todos. Assim como o clientelismo, o corporativismo, para Nunes, é um poderoso instrumento de engenharia política, “dirigida para o controle político, a intermediação de interesses e o controle do fluxo de recursos materiais disponíveis” (NUNES, 1997, p. 37).

O universalismo de procedimentos, por sua vez, está baseado em normas que favorecem os direitos iguais perante a lei, ou seja, no impersonalismo. O insulamento burocrático é a tentativa de isolar um núcleo técnico do Estado contra a interferência do público ou de outras organizações intermediárias, visando a realização de objetivos específicos, como a formulação de políticas públicas. Tanto o universalismo de procedimentos, como o insulamento burocrático, muitas vezes são percebidos como estratégia para contornar o clientelismo, por intermédio do uso da racionalidade e pela especialização técnica. Segundo Nunes, existem duas características fundamentais no processo de insulamento. Uma refere-se a variações no grau de insulamento, ou seja, este varia de acordo com as suas atribuições e a sua estrutura. A outra envolve mudanças temporais, que pode ser influenciada conforme a evolução seus objetivos, por

exemplo. Porém, o autor considera que, para conseguir altos graus de insulamento, o Estado necessita do apoio de parceiros selecionados, os quais operam no mesmo ambiente. Estes parceiros, na maioria das vezes, são constituídos pelas elites industriais. Desta forma há uma tentativa de exclusão de determinados atores (partidos, congresso, demandas populares), reduzindo os limites da arena de formulação de políticas. Sendo assim, os promotores do insulamento visam “refrear o personalismo e a patronagem em benefício de uma base mais técnica para a fixação de prioridades”, mas, segundo Nunes,

o insulamento burocrático não é de forma nenhuma um processo técnico e apolítico: agências e grupos competem entre si pela alocação de valores alternativos; coalizões políticas são firmadas com grupos e atores fora da área administrativa, com o objetivo de garantir a exequibilidade dos projetos; partidos políticos são bajulados para proteger projetos no Congresso (NUNES, 1997, p. 35).

Já o universalismo de procedimentos pressupõe a igualdade perante as leis como característica mais marcante. Quanto ao regime político, “o universalismo de procedimentos por si só não garante a existência da democracia, mas é um dos seus componentes cruciais” (NUNES, 1997, p. 23). Nunes esclarece que no desenvolvimento dos Estados capitalistas contemporâneos, o desenvolvimento de uma autoridade racional e territorialmente universal foi fundamental. Por meio de vários tipos de dominação, a separação entre Estado e sociedade foi marcada naturalmente. Desta forma,

O domínio público é regulado por normas e instituições baseadas no universalismo de procedimentos, isto é, normas que podem ser formalmente utilizadas por todos os indivíduos da *polity*, ou a elas aplicadas, ao elegerem representantes, protegerem-se contra abusos de poder pelo Estado, testarem o poder das instituições formais e fazerem demandas ao Estado (NUNES, 1997, p. 23).

Contudo, a análise de Nunes foi concentrada principalmente no período de 1930 a 1960. A partir deste período, houve avanços no plano político do país. Mesmo assim, o clientelismo ainda faz-se presente no cenário político, de uma forma mais complexa, isto é, em arranjos com outras instituições, como a do corporativismo. Entretanto, tratando-se de uma prática recriminável, sofre críticas cada vez mais contundentes por

parte da sociedade. Diante de um cenário de transformação, surgem outras concepções de política e gestão. Conforme relata Bresser Pereira no prefácio do livro de Nunes,

Será com base em uma sociedade civil ampliada e democratizada e na liderança de políticos modernos apoiados novamente nos melhores setores da tecnoburocracia que, a partir de meados dos anos 80, inicia-se amplo processo de reforma do Estado brasileiro. Reforma que aponta na direção de um Estado menor, embora mais rígido politicamente, de forma a ganhar governabilidade. E na direção de um Estado mais forte financeiramente e dotado de instituições e estratégias administrativas gerenciais, que lhe permitem aumentar seu grau de governança (Ver NUNES, 1997, p. 14).

A busca da resolução de problemas da administração pública brasileira, bem como as relações entre Estado e sociedade, tem sido amplamente discutida ao longo das últimas décadas. Neste sentido este assunto tem despertado o interesse de partidos, cientistas políticos e demais estudiosos.

Ana Paula Paes de Paula (2005) considera que temos em construção dois projetos de administração pública: a) o da vertente gerencial, construído durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e que propõe a eficiência administrativa baseada no ajuste estrutural; b) o da vertente societal, que enfatiza a participação social, procurando estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro. Tanto um quanto o outro projeto sugerem a estruturação de um novo modelo de gestão e ao mesmo tempo de desenvolvimento para o país. De um lado é perceptível que a prática gerencialista não atingiu os objetivos de crescimento e desempenho socioeconômicos, propostos no governo Fernando Henrique Cardoso. De outro, frustraram-se todas as expectativas de que a abordagem societal se consolidaria como a marca registrada do governo Lula. Neste sentido Paes de Paula aponta que para se analisar melhor as duas propostas e sua evolução faz-se necessário aprofundar um pouco mais, investigando seus fundamentos, pontos divergentes e convergentes, tanto no campo técnico como no campo político.

A administração pública gerencial originou-se a partir da crise de governabilidade e da falta de credibilidade da administração pública nas décadas de 1980 e 1990. Tem sua concepção baseada no gerencialismo, surgido nos governos de Margareth Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (Estados Unidos). Em síntese, as características do modelo gerencialista são as seguintes: a) descentralização do aparelho de Estado, que separa as atividades de planejamento e execução do governo e

transforma as políticas públicas em monopólio dos ministérios; b) privatização das estatais; c) terceirização dos serviços públicos; d) regulação estatal das atividades públicas conduzidas pelo setor privado; e) uso de idéias e ferramentas gerenciais advindas do setor privado (PAES DE PAULA, 2005). A administração pública societal tem sua origem ligada à tradição mobilizadora brasileira, que alcançou o seu auge na década de 1960. Esta época foi muito importante para o estímulo de grupos dispostos à participação popular e formação de lideranças populares. Neste sentido inicia-se um processo de transformação da sociedade brasileira no qual pessoas comuns de baixo nível informacional começam a ter acesso a discussões e reflexões acerca dos direitos dos cidadãos. Conseqüentemente, este processo leva ao estabelecimento de parcerias entre a população e os governos, por intermédio dos movimentos sociais. Esta concepção de administração pública propõe experiências locais de criação de formatos institucionais para facilitar a inserção popular no processo de democratização da sociedade e do Estado. Abaixo, há quadro comparativo:

Quadro 1: *Comparação entre modelos de administração pública: gerencial e societal*

Variável	Administração Pública Gerencial	Administração Pública Societal
Origem	Movimento internacional pela reforma do Estado, que se iniciou nos anos 1980 e se baseia principalmente nos modelos inglês e estadunidense.	Movimentos sociais brasileiros, que tiveram início nos anos 1960 e desdobramentos nas três décadas seguintes.
Projeto Político	Enfatiza a eficiência administrativa e se baseia no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista.	Enfatiza a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro, a estrutura do aparelho de Estado e o paradigma de gestão.
Dimensões estruturais enfatizadas na gestão	Dimensão econômico-financeira e institucional-administrativa.	Dimensão sociopolítica.
Organização administrativa do aparelho do Estado	Separação entre as atividades exclusivas e não exclusivas do Estado nos três níveis governamentais.	Não tem uma proposta para a organização do aparelho de Estado e enfatiza iniciativas locais de organização e gestão pública.
Abertura das instituições políticas à participação social.	Participativo no nível do discurso, mas centralizador no que se refere ao processo decisório, à organização das instituições políticas e à construção de canais de participação popular.	Participativo no nível das instituições, enfatizando a elaboração de estruturas e canais que viabilizem a participação popular.
Abordagem de gestão	Gerencialismo: enfatiza a adaptação das recomendações gerencialistas para o setor público.	Gestão social: enfatiza a elaboração de experiências de gestão participativas.

Fonte: PAES DE PAULA (2005).

Conforme visto na síntese acima, nenhum dos modelos demonstra uma consciência da insustentabilidade socioambiental. Embora o modelo societal aponte para a necessidade de mudança do modelo de desenvolvimento, não indica nada sobre as bases ambientais e éticas do novo modelo. Apenas remete para a participação popular a tarefa de encontrar alternativas “sociopolíticas”.

Para a autora, por priorizar a eficiência administrativa, e pela rigidez nos meios de interlocução com a sociedade, o modelo gerencial não demonstra aptidão para lidar com a complexidade da vida política do País. Nas palavras de Paes de Paula, “a administração pública gerencial partilha do esquematismo gerencialista, que dificulta o tratamento da relação entre os aspectos técnicos e políticos da gestão” (PAES DE PAULA, 2005, p. 45). No que concerne à abordagem de gestão, a vertente societal, segundo Paes de Paula,

se insere na perspectiva de uma gestão social que tenta substituir a gestão tecnoburocrática por um gerenciamento mais participativo, no qual o processo decisório inclua os diferentes sujeitos sociais (PAES DE PAULA, 2005, p. 45).

No contexto da administração pública brasileira, estes dois modelos existem apenas em fragmentos. Alguns órgãos foram objeto da ação do governo FHC em favor do primeiro modelo, enquanto vários prefeitos tentam, sob a pressão dos movimentos sociais, implementar partes do segundo modelo. A combinação dos dois pode ser perversa, porque altamente favorável ao neoliberalismo: retira-se gradualmente a responsabilidade do governo federal e empurra-se cada vez mais atribuições aos governos locais. Estes, por mais que se mobilizem, não conseguem solucionar problemas que os transcendem, ficando prisioneiros de políticas clientelistas, corporativistas ou burocráticas de direita e de esquerda. No mesmo sentido uma quantidade crescente de problemas se interligam em dimensões locais, estaduais, nacionais e globais, com o processo de globalização dos mercados.

Assim, há uma vinculação dos dois modelos com o paradigma disjuntor-redutor, que tende a sobrepôr ou isolar burocraticamente as atribuições de instâncias administrativas locais, estaduais e federais, além de setores como as secretarias, os ministérios e os departamentos; no contexto mais amplo, o paradigma disjuntor-redutor tende a apresentar obstáculos ao diálogo entre governo, sociedade civil e mercado, contribuindo assim com um déficit de capital social, de consciência cívica, e de

democracia. O paradigma da complexidade, pelo contrário, parte da crítica ao clientelismo, ao corporativismo e ao insulamento burocrático. Promove o universalismo de procedimentos, além da inclusão de aspectos socioambientais e civilizatórios nos dois modelos de administração pública acima sintetizados, visando aproximá-los e superá-los. Entretanto, cabe reconhecer que este trabalho de análise e articulação de teorias está ainda por ser feito, e é aqui apenas tomado como uma hipótese, uma possibilidade.

A seguir, faz-se uma abordagem das características fundamentais da bibliografia que trata de tabagismo.

1.3. Características básicas da bibliografia que trata de tabagismo

A bibliografia que trata de tabagismo é predominantemente dominada pela área médica, que constitui o eixo principal do primeiro tratado internacional para o controle do tabaco, a CQCT. Na sua tese de doutoramento, que originou o livro *Atrás da Cortina de Fumaça*, Sérgio Boeira (2002) traça, na medida do possível, uma cronologia das edições, pela qual procurou mapear uma hipotética evolução do pensamento antifumo (BOEIRA, 2002). O autor reuniu o que encontrou de mais relevante na literatura especializada da época (2000), em publicações nacionais e internacionais. “Note-se que há um vazio editorial sobre este tema no Brasil, apesar do razoável número de dissertações e monografias defendidas nos anos 90” (BOEIRA, 2002, p. 113). Como dito anteriormente, há uma predominância da área médica na produção de obras acerca do tabagismo. Além da produção na área médica, percebemos a produção de obras na área jurídica, que contribuem com a compreensão do tabagismo. Contudo, tanto na área médica quanto na jurídica, via de regra, os enfoques permanecem condicionados pelo paradigma disjuntor-redutor, despolitizando as abordagens, tirando-as do contexto social, histórico e ético, e priorizando aspectos tecnocientíficos.

Na área médica, as abordagens são em sua maioria muito específicas, tratando principalmente dos riscos e dos malefícios causados às pessoas pelo tabagismo. Também são focalizadas as substâncias contidas na fumaça do tabaco, absorvidas por fumantes e não fumantes. Com base em pesquisas científicas e estatísticas, revelam a incidência de doenças como os vários tipos câncer, aneurisma arterial, trombose vascular, úlcera do aparelho digestivo, infecções respiratórias, impotência sexual no

homem, dentre outras. Neste sentido, alguns abordam métodos para a superação da dependência da nicotina. José Rosemberg vai um pouco mais além, abordando o tabagismo como um fenômeno social universal, examinando a dinâmica sociológica do tabagismo, as motivações para fumar, a produção e a demanda mundial de tabaco, etc (ROSEMBERG, 1981).

Como esta breve síntese deixa entrever, o desenho da obra vai do particular (composição química da fumaça, análise do tabaco, efeitos da nicotina, do monóxido de carbono, etc) ao geral (tabagismo como fenômeno social universal) e deste aos aspectos normativos – seguindo uma orientação positiva, quantitativa. (...) não há na sua obra um questionamento teórico sobre a relação destas com as inúmeras abordagens sociológicas e psicossociais que atestam a complexidade, as diversidades e dificuldades conceituais do tabagismo também várias vezes observadas pelo autor. Ou seja, o problema médico e epidemiológico, quando contextualizado pelas ciências sociais e humanas, troca as certezas pelas incertezas, politiza-se, volta-se para a educação, para as medidas paliativas, sempre reconhecendo a complexidade da ação antitabagista diante da força econômica das indústrias, as suas sofisticadas estratégias de propaganda, de suas manipulações tecnológicas e mercadológicas (BOEIRA, 2002, p. 117).

Quadro 2: *Bibliografia sobre Tabagismo*

Obra	Autor	Características Básicas
Fumar ou não fumar? (1973)	Ajax César da Silveira	Dividida em duas partes, sendo a primeira relatando testemunhos médicos, conselhos, narrativas de casos de câncer, estatísticas e outros. Na segunda, propõe um curso sobre como deixar de fumar em cinco dias.
O fumo e a saúde (Sem data)	Alfons Balbach	Divulga resultados de diversas pesquisas, considera o tabagismo uma doença da civilização moderna.
Deixar de Fumar (1996)	João Batista D. Costa	Na mesma linha de Silveira, com estatísticas comentadas e o uso de fotografias.
Tabagismo: sério problema de saúde pública. (1981)	José Rosemberg	Enfoca predominantemente os efeitos do consumo sobre a saúde dos indivíduos. Faz uma condensação das maiores pesquisas realizadas nos EUA, Inglaterra e Canadá.
Tabagismo e saúde (1987)	Ministério da Saúde Relator: José Rosemberg	Informações atualizadas para profissionais de Saúde. Sintetiza o conhecimento sobre a ação do fumo sobre a saúde.
Doenças evitáveis (1988)	Alfredo Daura Jorge	O livro apresenta 200 parágrafos numerados, cada um deles sintetizando alguma pesquisa ou posicionamento.
Tabaquismo y Salud em las Américas (1992)	Governo dos EUA e OPS/OMS	Trata-se de obra com diversos autores, especializados em diversas áreas. Concentra-se nos aspectos histórico, epidemiológico e socioeconômico.
Accion Legislativa Contra La Epidemia Mundial de Tabaquismo (1995)	Ruth Roemer	Descreve a experiência de diversos países com diferentes tipos de legislação, explica razões de certas medidas, relacionando-as com outras estratégias antitabagistas.
Tabagismo e o Direito (1997)	Carlos Perin Filho	Obra baseada em dois estudos, que segundo o autor proporcionam o nexo causal necessário entre o consumo do fumo, a geração de sua dependência química/psíquica e a danificação em seu usuário. Aponta responsabilidades da Indústria e postula que os cidadãos têm plenos direitos a reparações por diversos tipos de danos.
Crimes corporativos: o poder das grandes empresas e o abuso da confiança pública (1995)	Russel Mokhiber	A obra denuncia abusos e estratégias de diversos setores industriais, entre as quais o setor de tabaco. Também elabora um programa de cinquenta propostas de mudanças legislativas para combater as infrações das elites empresariais.
Nicotina (1998)	Jack E. Henningfield	Descreve os efeitos da nicotina sobre fumantes e não fumantes.
The Cigarette Papers (1996)	Stanton Glantz	Destaca-se pelo detalhamento documental sobre as contradições entre os discursos públicos e as práticas efetivas das indústrias.

Fonte: BOEIRA (2002). Adaptado a partir da pesquisa de Boeira (p. 113 – 129).

1.4. Características básicas da bibliografia que trata de fumicultura

A bibliografia que trata de fumicultura, da produção e da industrialização de tabaco é mais recente, mais limitada que a anterior, e ocupa um papel secundário na CQCT. A produção acadêmica que trata do assunto vem crescendo principalmente a partir da década de noventa. Há trabalhos acadêmicos que trazem importantes contribuições no que se refere aos aspectos históricos da fumicultura no Brasil, porém, estas obras são limitadas em sua maioria a analisar apenas aspectos disciplinares. Percebe-se também um alto nível de especificidade na definição dos temas abordados, e como resultado a necessidade de maior articulação entre os diversos atores envolvidos. Parece plausível distinguir os problemas relacionados ao tabagismo dos problemas relacionados à fumicultura, mas também é preciso evitar a disjunção e a confusão entre tais problemas.

A bibliografia sobre a fumicultura trata de estabelecer e analisar aspectos históricos, os processos migratórios e a ocupação socioespacial, as relações de produção familiares, as relações de produtores com a indústria, as questões ambientais e diversos outros aspectos. Percebe-se que tanto nas obras sobre tabagismo, como nas que tratam de fumicultura os pesquisadores procuram estabelecer um alto grau de especialização, o que por si mesmo não é algo negativo. Entretanto, o que se observa é que, ao enfatizar a especialização de forma unilateral, a maior parte das obras perde de vista o contexto, a multidimensionalidade e a complexidade da temática, contribuindo com uma visão disjuntor-redutora. Desta forma, trabalhos com enfoques unilateralmente disciplinares tendem a desprezar fatores relevantes à compreensão mais ampla do objeto em estudo. Neste sentido, Boeira ao comentar sobre os limites da noção de racionalidade implícita (Weber) questiona o seguinte:

Será racional um processo produtivo que resulte na destruição de vidas, ainda que gere acúmulo de capital e seja suficientemente consensual entre as partes envolvidas? Será que a desconsideração dos aspectos de saúde e de ecologia, inerentes à cadeia produtiva do tabaco, conduz a falhas fundamentais na pesquisa acadêmica? (BOEIRA, 2000, p. 105)

Quadro 3: *Bibliografia sobre Fumicultura*

Obra	Autor	Características Básicas
O Fumo Brasileiro no Período Colonial (1996)	Jean Baptiste Nardi	O livro aborda a fumicultura sob aspectos históricos, principalmente da lavoura, do comércio e da administração. Enfoque funcionalista (positivista, liberal).
Os Colonos Alemães e a Fumicultura (1991)	Jorge Luiz Cunha	Trata da colonização estrangeira em Santa Cruz do Sul (RS). Enfoque marxista.
Sujeição e Resistência: Os camponeses gaúchos e a indústria do fumo (1991)	Virginia Elisabeta Etges	A obra procura desvendar o processo de expansão da fumicultura no sul do Brasil e sua articulação com o setor industrial internacional, que controla de forma oligopólica a produção de tabaco. Enfoque marxista (histórico, crítico).
A Relação entre Produtores e a Agroindústria Fumageira em Santa Cruz do Sul-RS (1993)	Lucila Mareli Meyer	Analisa o sistema integrado de produção e as formas pelas quais as empresas, com o apoio do Estado, viabilizam a exploração das famílias fumicultoras, mantendo-as em nível de subsistência. Enfoque marxista.
A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1997)	Olgário Paulo Vogt	Faz um histórico do fumo no Brasil, analisa o início da cultura no sul do país, destacando o cultivo em Santa Cruz do Sul entre 1917 e 1993, a internacionalização da indústria e o sistema integrado de produção. Enfoque marxista.
Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos (1990)	Maria Ignez Silveira Paulilo	Analisa o sistema de integração de suinocultores e de fumicultores do sul de Santa Catarina. Enfoque weberiano.
A Produção da Periferia Urbana em Santa Cruz do Sul – RS: o lugar dos safristas na terra do fumo (1997)	Rogério Leandro Lima da Silveira	O autor mostra como o processo de urbanização da cidade, a partir dos anos 70, tem sido marcado pela atividade agroindustrial fumageira. A obra assume a pluralidade teórica, mesclando referenciais como Marx, Foucault, Harvey e Morin.
A Fumicultura e a Questão Ambiental: O perfil do fumicultor em Restinga Seca – RS (1996)	Aminta Sabrina Rodríguez	Descreve e analisa os resultados de uma pesquisa de campo, que apontam o perfil dos fumicultores com relação a nível de escolaridade, consciência ambiental, cuidado com a própria saúde, etc. O enfoque não claramente definido, mas articula ciências exatas e sociais.
Cartografia de Riscos de Contaminação por Agrotóxicos: proposta de avaliação e aplicação na microbacia do Córrego Garuva, Sombrio – SC (1997)	Gisele Mara Hadlich	Trata-se de obra voltada a constatar os riscos de intoxicação aos Agricultores pelo uso de agrotóxico. Embora apóie-se numa interpretação a-histórica da teoria geral dos sistemas, a obra contém relevantes dados empíricos sobre a realidade dos fumicultores.

Fonte: BOEIRA (2002). Adaptado a partir da pesquisa de Boeira (p. 98 – 112).

1.5. Questão central, objetivos geral e específicos

Como foi comentado, as Nações Unidas vêm demonstrando grande preocupação e interesse em mobilizar o maior número de países no combate ao consumo de tabaco e derivados. As Nações Unidas apostam em medidas envolvendo os mais diversos segmentos de interesse, inclusive buscando viabilizar alternativas ao plantio do fumo, por outras culturas. Medidas de apoio a atividades alternativas economicamente viáveis estão previstos no artigo 17 da CQCT⁴.

O Fato é que a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco demorou quase seis anos, da proposição do Tratado Internacional de Saúde Pública, até ser ratificada por 57 países em fevereiro de 2005. Obviamente trata-se de um grande avanço e de um marco institucional importantíssimo na busca de soluções para a problemática complexa que é a atividade fumageira em todo o planeta. Porém a impressão é de que se tenta criar um otimismo com relação aos resultados da sua implantação. Certamente este fato merece um pouco mais de atenção do governo, das organizações e dos pesquisadores. O Tratado foi proposto em 1999, e foi objeto de estudo durante quatro anos por 192 países, dos quais apenas 57 ratificaram a Convenção-Quatro no primeiro momento. Isto significa, à primeira vista, que depois de quatro anos estudando e debatendo, apenas 30% dos países estavam decididos a participar da Convenção. Este quadro vem melhorando significativamente e atualmente (2009) o tratado conta com 168 assinaturas, as quais 166 já ratificadas. Analisando toda essa trajetória, são dez anos de estudos e discussões, concentrados em objetivos muito claros, expressos no texto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco conforme o box a seguir:

Box 1: Artigo 3 da CQCT

PARTE II: OBJETIVO, PRINCÍPIOS NORTEADORES E OBRIGAÇÕES GERAIS

Artigo 3

Objetivo

O objetivo da presente Convenção e de seus protocolos é proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco.

Fonte: CQCT (Anexo).

⁴ As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte.

Considerando o exposto, a questão central proposta nesta dissertação é a seguinte: *Como os diversos atores sociais – governos federal e estaduais, indústria, SINDIFUMO, AFUBRA, sindicatos de trabalhadores rurais, Aliança de Controle do Tabagismo (ACTbr) e os próprios fumicultores têm avaliado os resultados das safras da fumicultura, suas tendências e desafios, considerando-se as diretrizes da Convenção-Quadro de Controle Global do Tabaco (CQCT)?* Esta questão poderia ser expressa resumidamente assim: Quais as perspectivas emergentes da fumicultura na Região Sul do Brasil, desde a vigência da Convenção-Quadro em fevereiro de 2005?

1.5.1 Objetivo geral

Identificar as perspectivas da fumicultura na região sul do Brasil desde a vigência da CQCT, segundo os principais atores: Estado, Indústria, Fumicultores e ONGs.

1.5.2 Objetivos específicos

1. Identificar as perspectivas da fumicultura sob a ótica do Estado (Comissão Nacional para Implantação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco – CONICQ).
2. Identificar as perspectivas da fumicultura sob a ótica da Indústria (com ênfase sobre BAT/Souza Cruz e SINDIFUMO).
3. Identificar comparativamente as perspectivas da fumicultura segundo a AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) e a FETRAF-SUL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul), duas das principais organizações que disputam a representatividade dos produtores de fumo.
4. Identificar as perspectivas da fumicultura segundo a rede de organizações não-governamentais denominada Aliança de Controle do Tabagismo (ACTBR).

CAPÍTULO II: PERSPECTIVAS DO ESTADO BRASILEIRO QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO DA CQCT

Neste capítulo procurou-se identificar as perspectivas da fumicultura no País, emergentes desde a ratificação da CQCT pelo Brasil, sob a ótica do Estado Brasileiro. Para identificar tais perspectivas, a abordagem referente ao Estado inclui dois níveis – Governos Federal e Estadual. A maior ênfase será atribuída à esfera federal, que é a principal responsável pela implementação da CQCT. Neste âmbito, serão analisadas principalmente as ações da CONICQ e dos Ministérios da Saúde; Fazenda; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Justiça; Desenvolvimento Agrário. Todos são integrantes da CONICQ, e são considerados os mais atuantes no período pós-ratificação da CQCT. Sendo assim, com base nesses ministérios procurou-se apontar as principais ações desenvolvidas pelo Estado, no processo de implementação da CQCT. No âmbito estadual, a análise está focada principalmente nas ações dos governos estaduais da região sul do Brasil. No caso do Estado do Paraná (PR), é feita uma breve descrição do que vem sendo implementado no meio rural em busca de alternativas à cultura do tabaco. Em Santa Catarina (SC), aborda-se o que a fumicultura representa em termos de arrecadação de impostos para os municípios produtores. No Rio Grande do Sul (RS), maior produtor de fumo do Brasil, procura-se proporcionar uma visão geral, principalmente do comportamento do governo estadual, com relação à CQCT, bem como o relacionamento do governo estadual com o setor fumageiro.

2.1. Aspectos históricos da CQCT

Segundo especialistas, a expressão Convenção-Quadro não tem significado técnico-jurídico específico. Existem diversos tipos de Convenção-Quadro, de que são exemplos a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (em vigor desde março de 1994) e a Convenção-Quadro sobre Biodiversidade (em vigor desde dezembro de 1993). Elas podem ter um caráter "minimalista" (disposições gerais e estrutura institucional, encarregada da implementação, simples) ou "maximalista" (disposições específicas e estrutura institucional mais complexa, que pode incluir um mecanismo de financiamento) (MS, 2004).

Quanto ao tabaco, existem vastos registros históricos sobre a sua utilização pelo ser humano. Faz muito tempo que o fumo está presente na vida humana, e acompanha a evolução histórica do planeta em posição de destaque. O tabaco já serviu como moeda de troca e até mesmo como esperança de cura medicinal para algumas doenças. Na atualidade é matéria-prima tanto para elaboração dos cobiçados charutos cubanos, como para a fabricação de um simples cigarro de baixo preço. Assim, atinge diferentes classes sociais, pessoas com diferentes graus de informação, sem distinção do sexo nem mesmo de idade.

O negócio do fumo, assim como nos demais setores produtivos, beneficiou-se do processo de industrialização mundial e iniciou uma atividade em expansão a partir da invenção da máquina de confeccionar cigarros em 1881 (BOEIRA, 2002). Logo, o cigarro tornou-se um produto desejado pelos consumidores. Porém, ocorre que os consumidores do passado não tinham, assim como os do presente não têm a consciência da gravidade dos riscos a que estão expostos. Mesmo com todas as informações disponíveis nos dias de hoje, os consumidores da atualidade submetem-se à perda do auto-controle ou à obstrução da cidadania por meio da nicotina. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que morrem no mundo anualmente aproximadamente 5 milhões de pessoas em decorrência do uso de produtos derivados de tabaco. Estima ainda que nos próximos 30 a 40 anos, se permanecerem as taxas atuais de crescimento, este número dobrará para 10 milhões de mortes anuais. Destas, cerca de 70% por habitantes de países em desenvolvimento (MS, 2004). A explicação está no fato de que é justamente nestes países em que se concentram os níveis de expansão do setor, tanto na produção, como no consumo de derivados de tabaco. Desta forma, reconhecendo que o tabagismo é um problema mundial, os Estados Membros das Nações Unidas (ONU), em maio de 1999, durante a 52ª Assembléia Mundial da Saúde, propuseram o Primeiro Tratado Internacional de Saúde Pública da história: a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, cujo objetivo principal é deter a expansão do consumo de tabaco e os seus danos à saúde das pessoas (MS, 2004).

Conforme já foi dito, a proposta foi estudada por mais de quatro anos por 192 países, até chegar a uma redação de consenso. Finalmente em maio de 2003, na 56ª Assembléia Mundial da Saúde, foi aprovada a redação final da CQCT, por intermédio de uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU).

No ano de 1999 o governo federal, por meio do Decreto n. 3.136/1999, criou a Comissão Nacional para o Controle do Uso do Tabaco (CNCT). Esta comissão era

formada por representantes dos Ministérios da Saúde, das Relações Exteriores, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, da Fazenda, da Justiça, do Trabalho e Emprego, da Educação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em 2003, por meio de um Decreto presidencial de 1º de agosto de 2003, foi criada a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ). Esta nova comissão agregou a participação de mais dois Ministérios: do Meio Ambiente e das Comunicações (MS, 2004). Conforme o Artigo terceiro do mesmo Decreto, a Comissão Nacional é presidida pelo Ministro de Estado da Saúde e composta por um representante de cada ministério integrante.

Na qualidade de maior exportador mundial, com cerca de 35% de participação no mercado internacional de fumo em folhas, o Brasil teve uma participação de destaque durante todo o processo de negociação do Tratado. O Brasil foi o 2º país a assinar o seu texto no 1º dia disponível (16 de junho de 2003) para assinaturas pelos Estados Membros (MS, 2004).

Conforme já foi antecipado na introdução, dos 192 países que participaram do debate, 168 assinaram o documento, que entrou em vigor em 27 de fevereiro de 2005, após ser ratificado por mais de 57 países. Até 15 de setembro de 2006⁵ - 139 nações, inclusive o Brasil, haviam ratificado, tornando-se parte da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (SOUZA CRUZ, s/d).

2.2. A CONICQ: integrantes e atuação

A CONICQ surgiu da necessidade de uma reorientação da CNCT, uma vez que esta já teria cumprido os seus objetivos, com a ratificação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco. A nova necessidade era de uma comissão para trabalhar na implementação das propostas internamente, no Brasil. Desta forma, o Decreto de 2003 revoga o de 1999. O quadro a seguir procura deixar claros os objetivos principais de cada uma dessas comissões.

⁵ Atualmente (2009) segundo a ACTBR, 168 países já ratificaram a CQCT.

Quadro 4: *Objetivo Principal das Comissões*

Comissão	Objetivo Principal
CNCT – Decreto n.º 3.136, de 13 de agosto de 1999.	Cria a Comissão Nacional para a preparação da participação do Brasil nas negociações internacionais com vistas à elaboração de Convenção-Quadro sobre controle do uso de tabaco, e dá outras providências.
CONICQ – Decreto (não numerado) de 1º de agosto de 2003.	Cria a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos.

Fonte: INCA (2003), DOU (2003).

Em ambos os decretos foi definido que a presidência das comissões ficaria a cargo o Ministro de Estado da Saúde, e a secretaria executiva a cargo do Instituto Nacional do Câncer (INCA), do mesmo ministério. Fato óbvio, por se tratar de um acordo internacional de saúde pública, porém merecedor de destaque. É provável que por essa razão o Ministério da Saúde seja o que mais aparece com ações concretas e efetivas, na luta contra o consumo dos derivados de tabaco, embora a implementação da CQCT não dependa exclusivamente deste ministério. O quadro a seguir, demonstra prioridades sugeridas pela missão da OMS, em visita ao Brasil, como medidas para implementação de políticas de controle do tabagismo, previstas na CQCT.

Quadro 5: *Políticas efetivas de controle de tabaco e prioridades*

POLÍTICA A SER IMPLEMENTADA	Art. CQCT
Aumentar os impostos dos produtos de tabaco	15
Proteger as pessoas da fumaça do tabaco	8
Diversificação e substituição de cultura	17
Proibição total da publicidade e promoção	13
Monitoramento e avaliação	20, 21 e 22
Aconselhamento sobre os malefícios do tabaco	11 e 12
Oferta de ajuda para deixar de fumar	14

Fonte: OPAS (s/d).

Segundo um diagnóstico elaborado pela missão da OMS, é necessário estabelecer uma política de aumento sistemático nos impostos dos produtos de tabaco; Decretar, implementar, cumprir e fiscalizar lei federal de ambientes fechados 100% livres de fumo no Brasil, sem exceções; Estabelecer e implementar estratégias para a diversificação de cultivos com evidências fundamentadas, sistematicamente avaliadas e que resultem na redução da produção de tabaco; Promover o banimento total da

publicidade e promoção dos produtos derivados do tabaco; Desenvolver um sistema de avaliação e monitoramento sustentável e de longo prazo; Ampliar os programas voltados ao atendimento dos fumantes, inclusive incluindo a cessação nos planos e seguros privados de saúde (OPAS, s/d). A seguir, a atuação de cada ministério integrante da CONICQ.

2.2.1 Ministério da Saúde

O Ministério da Saúde concentra as suas ações de controle ao tabagismo no INCA, que também atua na CONICQ com a secretaria executiva. Como visto, o Ministério da Saúde esteve à frente das comissões desde o princípio das negociações e, desta forma, participou ativamente das negociações junto à OMS. O mesmo ocorreu no processo de ratificação pelo Brasil, que, apesar de ter sofrido pressões contrárias muito fortes, tanto da indústria, como dos representantes dos fumicultores, foi ratificada. Isto se deu após um tumultuado processo de negociação no congresso nacional e uma série de audiências públicas lideradas pelo Senado Federal no País. Resgatar detalhes dos processos de negociação e de ratificação da CQCT não faz parte dos objetivos deste estudo. Mas pretende-se identificar os principais argumentos utilizados pelos atores.

O Instituto Nacional do Câncer deixou evidenciado no seu relatório de 2003 que indicadores de incidência de câncer estão diretamente relacionados ao estilo de vida das pessoas. O INCA o denomina de “estilo de vida saudável”, que inclui entre outras coisas o hábito de proceder exames periódicos, para fins de prevenção e detecção da doença. Tais ações estão previstas no *programa de controle de tabagismo e outros fatores de risco* e em outros programas do Instituto.

No Brasil, o consumo de tabaco está associado a 200 mil mortes anuais, dado que excede o montante de mortes resultantes da soma de mortes vinculadas a alcoolismo, AIDS, acidentes de trânsito, homicídios e suicídios (BRASIL, 2004). São 548 pessoas morrendo no País, diariamente, em decorrência do consumo de derivados de tabaco. Desta forma, podemos levantar as seguintes questões: quantas pessoas estariam necessitando de tratamento neste momento? Qual a estrutura que o Estado tem que dispor para atender a esta demanda? Qual o montante de recursos financeiros necessário para aplicar no tratamento desta epidemia?

Segundo a literatura especializada o tabagismo é uma das principais causas de morte evitável do planeta. No INCA, os programas cujas ações antitabagismo estão previstas são conduzidos sob a responsabilidade da Coordenação de Prevenção e Vigilância (CONPREV). Esta coordenação articula iniciativas junto às secretarias estaduais e municipais de saúde. No campo da prevenção o INCA vem trabalhando insistentemente em ações para o controle do tabagismo. Segundo informações obtidas nos relatórios emitidos no período de 2003 a 2008, até o ano de 2004 o instituto havia capacitado 4.015 municípios. No âmbito do *programa de controle do tabagismo e outros fatores de risco*, o INCA tem apoiado sistematicamente a elaboração de legislação que regulamenta o consumo, a produção e a venda de produtos fumígenos. Apoiou a assinatura da convenção-quadro para o controle do tabaco e a mobilização para a sua ratificação. Também faz periodicamente o estudo *inquérito domiciliar sobre comportamentos de risco e morbidade referida de agravos não transmissíveis*, em 16 cidades, capitais.

O Programa de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco (PCTOFR) prevê, em seus objetivos específicos, o seguinte:

Quadro 6: *Objetivos Específicos do PCTOFR*

Objetivo Específico	Comentário
A prevenção da iniciação ao tabagismo.	Importante para diminuir o crescimento do consumo de derivados de tabaco nos próximos anos.
A proteção da população contra a exposição ambiental à fumaça do tabaco.	Estudos têm revelado que a exposição à fumaça do tabaco é prejudicial à saúde.
A promoção e apoio à cessação do tabagismo.	Para abandonar o tabagismo, a maioria dos fumantes necessitam de estímulo, apoio e tratamento.
A regulação dos produtos derivados de tabaco, seus conteúdos, emissões e atividades de promoção.	A regulação dos produtos e principalmente da sua promoção é fundamental para inibir o aumento do consumo.
A ampliação do acesso da população à informação sobre este e demais fatores de risco de câncer.	Toda a população necessita conhecer amplamente todos os riscos os quais estão expostos pelo consumo e pela Poluição Tabágica Ambiental (PTA).

Fonte: INCA (2003), comentários do autor.

O quadro 6 demonstra os objetivos estabelecidos para o principal programa de combate ao tabagismo do INCA. Pelas ações previstas, é possível perceber que no momento antecedente à ratificação da CQCT, o INCA já estava atuando fortemente nestas diretrizes. O programa de controle do tabagismo e outros fatores de risco, segue evoluindo e agregando cada vez mais dados e informações por meio de atualização de

pesquisas e novos estudos patrocinados pelo INCA. Pelos relatórios de gestão do INCA, foi realizado um acompanhamento minucioso das principais ações lideradas pela Instituição. Estas ações, com parcerias de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, do congresso nacional, com universidades e de órgãos internacionais, como a OMS e OPAS. O INCA também estabeleceu parcerias, objetivando aliança política, para implementar acordos de comum interesse com A Rede Tabaco Zero (Atualmente ACTBR), FETRAF-SUL (Federação Nacional de Trabalhadores da Agricultura Familiar dos Estados do Sul), DESER (Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais), CUT (Central Única dos Trabalhadores); Associação Médica Rio Grandense, Promotora do Trabalho do Estado do Paraná, Caritas do Rio Grande do Sul/Projeto Co-esperança e Coalizão Respirando Melhor - Belo Horizonte/MG, dentre outros.

As ações lideradas pelo INCA/MS no período 2003-2008 estão subdivididas em grupos dos quais destacam-se:

2.2.1.1 Apoio à cessação de fumar e ações de vigilância e monitoramento

Contemplam ações de capacitação de profissionais da área da saúde para o atendimento ao fumante; estudos de intervenção de prevenção ou redução do fumo em adolescentes escolares; sobre Prevalência e Perfil do Tabagismo entre Escolares (Vigescola); Vigilância da Exposição à Poluição Tabagística Ambiental (PTA); Perfil de Fumantes; Projetos Estimativas dos Custos de Doenças Tabaco-Relacionadas, dentre outros. Também atua em conjunto com o Departamento de Ouvidoria Geral do SUS, da Secretaria de Gestão Participativa, em um programa denominado *disque pare de fumar*, que presta uma série de informações aos usuários sobre técnicas para cessação do tabagismo, tratamentos gratuitos, dentre outros (Ver Apêndice, quadro 1).

2.2.1.2 Ações de mobilização e articulação de políticas para o controle do tabagismo

Refere-se principalmente à realização e participação em eventos nacionais e internacionais, relacionados com o controle do tabagismo, e no desenvolvimento de mecanismos de interação com órgãos públicos e com a sociedade. A Participação e articulação na 56^a Assembléia Mundial da Saúde, realizada em Genebra, proporcionou

ao Brasil posição de destaque com reconhecida liderança em todo o processo. O INCA tem participação ativa na CONICQ, onde ocupa a secretaria executiva, cabendo a ela construir uma agenda de governo para o cumprimento das obrigações previstas no Tratado.

Para articular melhor a comunicação como os interessados por assuntos ligados ao tabagismo, o INCA criou uma rede de contatos, aumentando assim a difusão de informações atualizadas. Para isso, foi criado o boletim eletrônico **porummundosemtabaco@inca.gov.br**, que tem como estratégia informar ao público cadastrado sobre os assuntos ligados ao tabagismo, tais como avanços científicos, novas estratégias da indústria do tabaco e acontecimentos no mundo. O INCA, constatando uma grande quantidade de fumantes menores de idade, desenvolveu em 1998, um programa o qual faz parte das estratégias de combate ao tabagismo. Criou o *programa saber saúde*, cujo objetivo sugere a promoção da saúde, pela busca responsável por uma melhor qualidade de vida. Este programa é aplicado nas escolas, e tem como principal alvo estudantes do ensino fundamental, com idades entre 6 e 14 anos de idade (Ver Apêndice, quadros: 2, 6, 18, 21).

2.2.1.3 Ações legislativas

Articulado com outros órgãos do governo, o INCA participou de avanços importantes na evolução da legislação e demais normas que versam sobre ações de controle ao tabagismo.

Em 2003 houve avanços significativos como a publicação das resoluções da ANVISA n.º 14, 15, 335 e 346. Estas resoluções proíbem o uso de frases com significado genérico, tais como “somente para adultos”, “produto para maiores de 18 anos”. Além disso, obriga a inserção da mensagem na embalagem de produtos derivados do tabaco: “Venda proibida a menores de 18 anos - Lei 8.069/1990. PENA: detenção de seis meses a dois anos e multa”. Proíbe ainda a oferta e a venda de cigarros pela internet, definindo conceitos de propaganda e pontos de venda; dispõe sobre a inserção de advertências com imagens nas embalagens e na propaganda de produtos fumígenos, derivados do tabaco. A resolução da ANVISA n.º 346, revogou a resolução n.º 105/01, estabelecendo novas normas para o cadastro das empresas beneficiadoras de tabaco, fabricantes nacionais, importadoras ou exportadoras de produtos derivados do

tabaco, bem como de todos os seus produtos, respectivamente. (Ver Apêndice, Quadros 3 e 4).

Em 2004 os avanços foram para a atenção ao usuário do tabaco. Isto se deu pela revisão, atualização e aperfeiçoamento da portaria GM/SAS n.º 1.575 (de 29 de agosto de 2002) e da publicação das portarias ministerial GM/MS N.º. 1.035 de 31 de maio de 2004 e SAS N.º. 442, de 13 de agosto de 2004. O governo criou os Centros de Referência em Abordagem e Tratamento do Fumante no âmbito do SUS. Ampliou o acesso ao tratamento do fumante para a rede de atenção básica e de média complexidade do Sistema Único de Saúde. Aprovou o Plano de Implantação da Abordagem e Tratamento do Tabagismo no SUS e o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas – dependência à nicotina, respectivamente (Ver Apêndice, quadro 4).

No ano de 2005 houve ações de prevenção, com destaque para a organização e participação na Oficina para Promoção de Ambientes Livres do Tabaco. A regulamentação do fumo em bares e restaurantes, pela elaboração da proposta de alteração do Decreto 2.018/96, que regulamenta a Lei 9.294/96, que proíbe o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos, ou de qualquer outro produto fumígeno derivado do tabaco, em recinto coletivo privado ou público, tais como repartições públicas, hospitais, salas de aula, bibliotecas, ambientes de trabalho, teatros e cinemas (Ver Apêndice, quadro 10).

Em 2006, finalmente foi assinado o Decreto n.º 5.658 (02 de janeiro de 2006) promulgando a convenção-quadro para o controle do tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003.

2.2.1.4 Apoio à ratificação da CQCT pelo Congresso Brasileiro

No apoio a ratificação da CQCT pelo congresso brasileiro, o INCA teve uma participação ativa, com liderança no processo de ratificação por intermédio da realização de reuniões da CONICQ. Nesta etapa, os debates focalizaram medidas relacionadas aos preços e impostos sobre os derivados do tabaco, o comércio ilegal, políticas de apoio à substituição da cultura do tabaco e obviamente a ratificação da CQCT pelo Brasil. O INCA participou de várias audiências públicas, com a Câmara dos Deputados e com o Senado, nas casas legislativas e em vários estados, como Bahia,

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Vale destacar a audiência realizada em Santa Cruz do Sul (RS), onde estiveram presentes mais de 10.000 fumicultores. Havia fumicultores de diversas regiões brasileiras, esclarecendo e destacando a importância da ratificação da CQCT para o País. O INCA conduziu a elaboração de documentos para prestar subsídios e esclarecimentos sobre a proposta de ratificação da CQCT pelo Brasil. Destes, destaca-se a “Proposta de Política de Preços e Impostos do Setor Tabaco”, “Subsídios para uma Política Agrícola de Substituição da Cultura do Tabaco como parte do Plano Nacional para o Controle do Consumo de Tabaco” e “A Ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: Mitos e Verdades”. Participou ainda de congressos de entidades de classe como CONASEMS (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde), ABRASCO (Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva) e outros, onde foram recolhidas aproximadamente 3.000 assinaturas por meio da elaboração de petições de apoio à CQCT (Ver Apêndice, quadro 5).

2.2.1.5 Ações para implementação da CQCT pelo Brasil

O INCA, como o líder principal no processo de implementação da CQCT no Brasil, exerceu papel fundamental na definição do posicionamento brasileiro para a primeira Conferência das Partes (COP)⁶. A primeira COP foi realizada no período entre 06 e 17 de fevereiro de 2006 em Genebra. A segunda foi realizada no período de 30 de junho a 30 de julho de 2007, em Bancoc, na Tailândia. A terceira foi realizada no período de 17 a 22 de novembro de 2008, em Durban na África do Sul, e a quarta está agendada para ser realizada em 2010 no Uruguai.

Assim como participa ativamente da COP, o INCA também participa de diversos outros eventos nacionais e internacionais, com destaques para as participações em: “reuniões de *Experts* da Convenção Quadro para Controle do Tabaco”, Organizada pela OMS, realizadas em Outubro/2006 no Canadá e em Novembro/2006 na Índia; no 2º encontro do grupo de estudos sobre alternativas ao cultivo do tabaco economicamente sustentável - Cidade do México / México – em junho de 2008, da Organização Mundial

⁶ A Conferência das Partes (COP) é a instância que governa a CQCT da OMS. Seu papel é promover e rever regularmente o processo de implementação da Convenção. A COP é composta por todos os países que fazem parte do tratado e se reúne a cada dois anos (ACTBR, 2008).

da Saúde (OMS); na “reunião regional de implementação da convenção quadro para controle do tabaco” – Peru/Lima – em setembro de 2008, da OMS / Organização Panamericana de Saúde (OPAS).

Ações de mobilização social também fazem parte das estratégias para a implementação da CQCT. Neste sentido, o INCA tem participado de inúmeros seminários, encontros, realização de palestras, programas de capacitação e reuniões, com destaque para a participação no Seminário “O Futuro da Fumicultura no Brasil”, organizado pela FETRAF-SUL em julho de 2006 no Paraná. No ano de 2008, organizou três seminários abertos da CONICQ com representações da sociedade civil (Ver Apêndice, quadros: 10,13, 15, 16, 19,20).

2.2.1.6 Principais datas institucionais

O Ministério da Saúde e o INCA promovem datas institucionais para a realização de eventos que têm como uma das principais finalidades a de divulgar e ampliar o conhecimento da população. Em destaque as datas relacionadas com o controle do tabagismo. Dia Mundial sem Tabaco, 31 de maio, foi instituído pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com o intuito de sensibilizar o maior número possível de pessoas sobre os males causados pelo consumo do tabaco e seus derivados. Esta data é comemorada anualmente por todos os países que aderem à proposta de controle do tabagismo no mundo. Dia nacional de combate ao fumo, 29 de agosto, estabelecido em 1986 pela Lei Federal nº. 7.488, tem como objetivo reforçar as ações nacionais de sensibilização e mobilização da população brasileira para os danos sociais, políticos, econômicos e ambientais ocasionados pelo tabaco. O dia nacional de combate ao câncer, 27 de novembro, foi definido em 1988 pelo Ministério da Saúde com o objetivo de ampliar o conhecimento da população sobre o tratamento e, principalmente, sobre a prevenção da doença (INCA, 2008). Na ocasião destas datas que não são comemorativas, normalmente são escolhidos temas principais, que servem como motivo para campanhas publicitárias.

No ano de 2008 o tema abordado pela campanha do dia mundial sem tabaco foi dirigido aos jovens e adolescentes com a campanha: "Fique esperto, começar a fumar é cair na deles". Na mesma ocasião o Ministério da Saúde e o INCA lançaram as novas imagens de advertência sanitárias das embalagens dos produtos de tabaco. Segundo

informações do INCA, pela primeira vez as fotos e mensagens para as embalagens foram produzidas e selecionadas com base em um estudo sobre o grau de aversão que as ilustrações alcançam.

Dia Mundial Sem Tabaco 2008

Campanha: "Fique esperto, começar a fumar é cair na deles".

Figura 1: Campanha: "Fique Esperto, Começar a fumar é cair na deles".



Fonte: Ministério da Saúde (2008).

Algumas imagens de advertência das embalagens dos produtos de tabaco lançadas em 2008.

Figura 2: Imagens de advertência das embalagens dos produtos de tabaco



Fonte: Ministério da Saúde (2008).

Ambientes 100% livres do Fumo foi o tema de destaque para os eventos do dia nacional de combate ao fumo. Aliás, é freqüente a insistência do INCA com relação a necessidade de ações mais rígidas na questão dos ambientes livres de tabaco. Em entrevista no dia 27/05/2008, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirmou que o governo está aguardando um momento oportuno para enviar ao congresso nacional um projeto de lei que extingue os fumódromos em ambientes públicos e coletivos, além

de haver uma conversa com a equipe econômica do governo sobre o aumento de impostos sobre os derivados do tabaco.

Sabemos que não funcionam as estratégias de se permitir em bares, restaurantes e outros ambientes a existência de espaços reservados para os fumantes. A única maneira de resolver isso é banir o cigarro em ambientes fechados. A proposta do Executivo está pronta para ser enviada ao Congresso (MS, notícias, 2008).

Com relação à legislação, vários municípios como Brasília, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e outros adotaram dispositivos legais proibindo o consumo de derivados de tabaco em ambientes fechados. O problema é que a resposta foi imediata, por meio de recursos judiciais sob a alegação de inconstitucionalidade. Desta forma, uma atuação mais incisiva do executivo federal, no sentido de propor um projeto de lei neste sentido, poderia obter melhor resultado. Acredita-se que o executivo federal tenha maior poder de negociação com o legislativo. No mesmo sentido, o Ministério da Saúde traz à tona outra discussão muito oportuna, e que não poderia passar despercebida. Trata-se do enquadramento às normas de segurança e medicina do trabalho, portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho. Segundo a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho (NR09), consideram-se riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador (CAVALCANTI, 2008, p 24). Desta forma, a fumaça do tabaco agiria como poluidor dos ambientes de trabalho, trazendo malefícios aos trabalhadores proporcionados pelo tabagismo passivo. Admitindo-se que não há níveis de consumo seguro, nem tampouco sistemas eficientes de eliminação da fumaça nos ambientes, os fumódromos estabelecidos dentro dos ambientes de trabalho também seriam condenáveis.

2.2.1.7 Prevalência de tabagismo no Brasil

Tido como uma das principais causas de mortes evitáveis no mundo, o tabagismo é reconhecidamente um problema mundial de saúde pública. Seja em países desenvolvidos, emergentes ou subdesenvolvidos, a prevalência⁷ do tabagismo está

⁷ O dicionário Aurélio traduz prevalência como sendo a “qualidade daquele ou daquilo que prevalece” (FERREIRA, 2001, p. 1636). Para esta dissertação, entendemos por prevalência o percentual de usuários de derivados de tabaco em relação a uma determinada população.

presente e tem sido motivo de preocupação para muitos governos, principalmente pelos danos causados à saúde das pessoas, e do dispêndio de recursos com a saúde pública. Para se ter uma idéia, em países desenvolvidos, os custos relacionados aos cuidados com as doenças associadas ao tabagismo consomem de 6% a 15% do gasto total com saúde (MS, 2004). No Brasil, por ser um dos maiores países produtores de tabaco a situação é ainda mais grave, sendo que da atividade fumageira decorrem elevados custos sociais como, por exemplo, a exploração da mão-de-obra infantil. Além disso, há custos ambientais em função do uso de agrotóxicos, desmatamento para plantio e principalmente utilização da lenha para os processos de cura em estufas.

Segundo *inquérito domiciliar sobre comportamentos de risco e morbidade referida de doenças e agravos não transmissíveis*, realizado pelo INCA, a OMS tem divulgado, que não havendo modificações no cenário atual, do ano 2000 até o ano de 2030, o número de fumantes passará de 1,2 bilhões para 1,6 bilhões. Da mesma forma tem divulgado que o número de mortes relacionadas com o tabagismo saltará de 4,9 milhões para 10 milhões anuais, com 70% destas em países menos desenvolvidos (BRASIL, 2004). No caso brasileiro, antes mesmo da aprovação a CQCT, o governo, principalmente o Ministério da Saúde, vem adotando medidas para conter o consumo de produtos derivados do tabaco. A proibição da publicidade, a divulgação de imagens de advertência nas embalagens, o controle da carga tributária incidente sobre o cigarro⁸, e a proibição da venda a menores de 18 anos, são alguns exemplos de medidas adotadas pelo governo brasileiro para inibir o consumo do tabaco e seus derivados. Logicamente a adoção deste tipo de medidas requer um posicionamento firme do Estado, pois vai totalmente contra aos interesses da indústria, e conseqüentemente de seus aliados, entidades de representação, governos estaduais e alguns parlamentares. Diante do quadro que está se configurando, a partir da ratificação da CQCT por inúmeros países, atrair novos consumidores provavelmente será um dos maiores desafios da indústria do tabaco. Esta afirmação está baseada no fato de que a indústria ainda atua em muitos países com campanhas publicitárias para despertar a atenção de jovens e adolescentes. Desta forma, se a proibição da propaganda for adotada por esses países, certamente terão que redirecionar as suas estratégias de marketing. No próximo capítulo, trataremos das perspectivas da indústria e voltaremos a abordar este assunto.

⁸ O Banco Mundial defende as políticas de elevação da carga tributária para inibir o consumo de produtos derivados do tabaco. Este assunto será retomado no capítulo IV.

Em maio do ano de 2004 o Ministério da Saúde e o INCA publicaram um estudo intitulado *Prevalência de Tabagismo no Brasil – Dados dos inquéritos epidemiológicos em capitais brasileiras*. Este estudo foi realizado com dados coletados em dezesseis capitais: Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, João Pessoa, Natal, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória e Distrito Federal. A coleta de dados foi realizada no período de 2002 – 2003 e atualizada em 2005. Conforme explica o estudo, na pesquisa somente foram investigados aspectos do tabaco inalado - cigarro, cachimbo, charuto e cigarrilha, que é a forma de consumo mais comum. Segundo os resultados, há maior prevalência do tabagismo nas capitais de regiões mais industrializadas, sudeste e sul. No geral, os homens fumam mais do que as mulheres, porém nessas regiões mais industrializadas, tais diferenças são menores. O mesmo acontece com os jovens, que nas regiões sudeste e sul fumam mais do que nas regiões norte e nordeste. Nas 16 capitais o índice médio geral de prevalência variou de 12,9 (Aracaju) a 25,2% (Porto Alegre), sendo que na categoria masculina a amplitude foi de 16,9 a 28,2% e na feminina de 10,0 a 22,9%. Segundo o mesmo relatório, na Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN), realizada pelo IBGE em 1989, a prevalência de tabagismo em todo Brasil foi de 31,7% (39,3% em homens e 25,2% em mulheres), o que indica sinais de redução da prevalência no Brasil⁹. Outra constatação que segue tendências mundiais está relacionada ao nível de escolaridade. Neste caso, a pesquisa confirmou que as prevalências são maiores nos grupos populacionais com menor escolaridade (menos de 8 anos de estudo). Segundo avaliação do INCA, se considerarmos o grau de escolaridade como um indicador indireto de renda, teremos nesse grupo uma população mais exposta a incidências elevadas de doenças como câncer de pulmão/laringe/esôfago, infarto do miocárdio, doenças cerebrovasculares e enfisema pulmonar. Outro resultado relevante foi o índice de cessação de uso de tabaco, em torno de 50% em todas as capitais pesquisadas, detalhe que nos remete a outra reflexão. Não estaria o INCA muito otimista com os resultados desta pesquisa? Não haveria necessidade de um pouco mais de cautela na análise, confiabilidade e divulgação destes resultados? Cabe esclarecer que a metodologia empregada para a coleta dos dados (vigitel), é baseada em uma entrevista feita por telefone. Além do mais, perguntar a uma pessoa se ela fuma, atualmente, representa algo diferente de fazer a mesma pergunta há

⁹ Sem considerar os aspectos metodológicos das duas pesquisas, o que necessariamente não invalida a observação.

20 anos, quando o consumo era mais disseminado e aceito. Evidentemente, pesquisas sobre comportamento, feitas por telefone, são suspeitas, especialmente se pretendem reduzir comportamentos a números. Vale lembrar que de maneira alguma se quer desvalidar as pesquisas do INCA, porém, que este breve comentário possa servir como um alerta, como motivação para aperfeiçoar o monitoramento dos indicadores de prevalência do uso do tabaco e seus derivados.

Ainda com relação a pesquisa do INCA, foi observado que o índice de cessação do uso do tabaco é menor entre os indivíduos com menor escolaridade, ou de nível socioeconômico mais baixo. Isto pode indicar que as estratégias de controle do tabagismo estariam atingindo esse grupo com menor intensidade. Por fim, o estudo do INCA demonstra uma preocupação com os iniciantes no tabagismo, especialmente com os jovens e adolescentes, e aponta algumas fragilidades como a venda ilegal, o preço baixo, e a venda em máquinas automáticas, por exemplo. Estes fatores sem dúvida alguma facilitam mesmo o acesso de jovens ao tabagismo. Da mesma forma o INCA sinaliza a necessidade de implementar ações para dificultar o acesso, como o aumento de preços, o controle do mercado ilegal, o controle e venda a menores de 18 anos e a proibição da venda em auto-serviços e máquinas automáticas.

2.2.2 Ministério da Fazenda

A atuação do Ministério da Fazenda (MF) na atividade fumageira ocorre mais intensamente sobre o controle do produto industrializado. É sobre o produto final que o governo federal arrecada a grande fatia dos tributos gerados pela atividade. É por intermédio da Secretaria da Receita Federal (SRF) que o MF controla a produção dos derivados de tabaco, especialmente a fabricação de cigarros. Desta forma, a Receita Federal atua basicamente em duas situações, no controle da fabricação e no combate ao comércio ilegal de cigarros. O cigarro de produção regular é identificado por meio de um selo de controle fiscal aplicado nos maços, que contêm 20 unidades cada. Atualmente as normas que dispõem sobre o registro especial a que estão obrigados os fabricantes e importadores de cigarros, e sobre o selo de controle a que estão sujeitos estes produtos, é a Instrução Normativa SRF nº 770, de 21 de agosto de 2007, publicada no DOU em 24 de agosto de 2007. Trata-se de uma rígida instrução normativa, que obriga as empresas a estarem rigorosamente em dia com as suas obrigações junto à

fazenda federal, para poder operar no país. Com relação aos selos de controle, de acordo com a mesma instrução normativa:

Art. 15. Estão sujeitos ao selo de controle, na forma estabelecida neste ato, os cigarros descritos no art. 1º:

I - de fabricação nacional:

a) destinados ao mercado interno;

b) saídos dos estabelecimentos industriais ou equiparados a industrial, para exportação ou em operação equiparada à exportação, conforme disposto na Instrução Normativa SRF nº 498, de 24 de janeiro de 2005; e

II - de procedência estrangeira entrados no país. (MF, 2007f)

Conforme a legislação os cigarros são classificados seguindo determinados critérios, determinando-se o tipo do selo, o preço e obviamente o valor do principal tributo que é o IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados. A partir de 11 de julho de 2007 os valores de IPI correspondente às classes de enquadramento respectivas foram alterados pelo Decreto nº 6.072, de 03 de abril de 2007. Ver o quadro 07.

Quadro 7: Classes de Enquadramento, Preços do IPI e Selos para Cigarros

PRODUTO NACIONAL		
CLASSE DE ENQUADRAMENTO	IPI – R\$/Maço	SELO
Classe I: marcas em embalagem maço, de comprimento até 87 mm.	0,619	
Classe II: marcas em embalagem maço, de comprimento superior a 87 mm.	0,729	
Classe III – M: marcas em embalagem maço, de comprimento até 87 mm.	0,813	
Classe III – R: marcas em embalagem rígida, de comprimento até 87 mm.	0,919	
Classe IV – M: marcas em embalagem maço, de comprimento superior a 87 mm.	1,025	
Classe IV – R: marcas em embalagem rígida, de comprimento superior a 87 mm.	1,131	

Fonte: MF (2007g).

Além destes, há também os selos específicos para os produtos industrializados para exportação e para os produtos estrangeiros importados. É por meio dos selos de

controle demonstrados no quadro 7, mecanismo aparentemente tão simples, que o governo controla com eficiência toda a produção de cigarros legalmente fabricados no Brasil. Desta forma, acredita-se que consiga inibir com eficiência a sonegação do IPI pela indústria de cigarros. Lembramos que entre as diversas exigências previstas na Instrução Normativa 770, está prevista a prestação de contas da produção por classe de enquadramento, regras para inutilização de selos inservíveis, e outros mecanismos para garantir o controle efetivo sobre a produção. Além disso, os selos de controle também servem para identificar os produtos legítimos da indústria brasileira, como forma para inibir o comércio ilegal.

No Brasil, há 11 estabelecimentos fabricantes de cigarros autorizados pela Receita Federal a operar. Dos 11 estabelecimentos, 06 operam normalmente: Souza Cruz S/A, Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda, Sulamericana de Tabacos, Phoenix Indústria e Comércio de Tabacos Ltda, Golden Leaf Tobacco Ltda, e a Real Tabacos Ltda. As outras 5, às quais não tivemos acesso aos motivos litigiosos, operam por ordem judicial: Fenton Indústria e Comércio de Cigarros Importação e Exportação Ltda, Itaba Indústria de Tabaco Brasileira Ltda, Indústria e Comércio Rei Ltda, Cabo Friense Indústria e Comércio de Cigarros Ltda, Cibahia Tabacos Especiais Ltda.

2.2.2.1 Combate ao comércio ilegal

No combate ao comércio ilegal de cigarros, que está previsto na CQCT, a SRF vem aprimorando, ao longo dos anos, técnicas e operações de controle. O combate ao comércio ilegal é de interesse comum dos governos nas três esferas – devido à sonegação fiscal, e da indústria – devido à concorrência desleal. Hoje é comum a realização de operações conjuntas, onde participam, o Governo Federal, representado pela Polícia Federal e Receita Federal, Fiscalização Estaduais da Fazenda e Polícia Militar, Fiscais Municipais com apoio da Indústria. Segundo consta no *website* do MF, em orientações gerais, o comércio ilegal de cigarros caracteriza-se principalmente pela colocação, por parte de redes de distribuição, de produtos em situação irregular no comércio varejista. Como visto anteriormente, o cigarro de procedência legal é identificado pelo do selo de controle fiscal. Sendo assim, produtos cujo fabricante não esteja cadastrado na SRF ou sem o referido selo de controle, são considerados

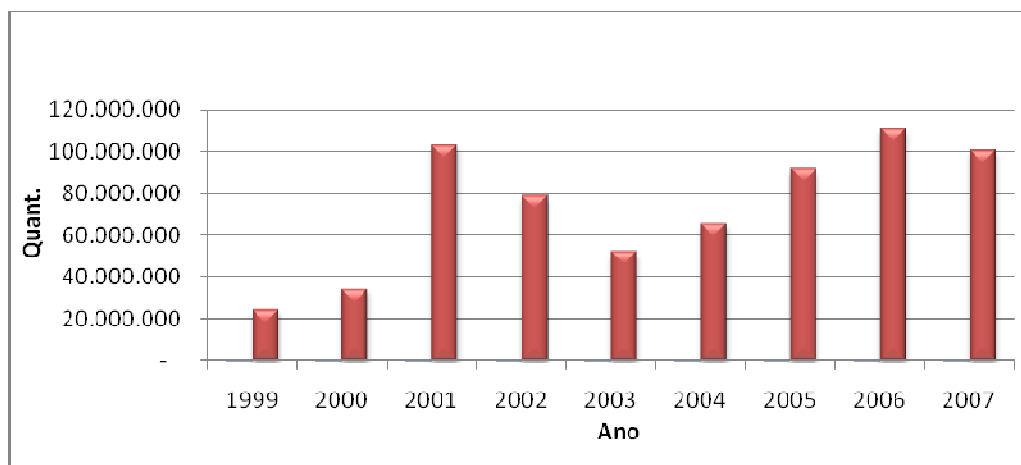
irregulares. Sendo assim, além das sanções penais, o estabelecimento comercial fica passível de multa e a mercadoria ser apreendida. É no art. 52 da Lei 10.637, de 30 de dezembro de 2002, que estão previstas as penalidades para o comércio ilegal de cigarros. Com todo esse entrelace administrativo e aparato legal, a Secretaria da Receita Federal vem realizando e intensificando ações de combate ao comércio ilegal, em todo território nacional. Ver quadro 8 e gráfico 1.

Quadro 8: *Destruição de Cigarros 1999 - 2007*

Ano	Quantidade	
	Maços	Cigarros
1999	24.454.453	489.089.060
2000	34.369.137	687.382.740
2001	102.849.126	2.056.982.520
2002	78.665.323	1.573.306.460
2003	51.878.129	1.037.562.580
2004	65.629.260	1.312.585.200
2005	91.291.342	1.825.826.840
2006	110.799.635	2.215.992.700
2007	100.464.066	2.009.281.320
Total	660.400.471	13.208.009.420

Fonte: MF (2007a), Elaborado a partir das tabelas da SRF.

Gráfico 1: *Destruição de Maços de Cigarros 1999 - 2007*



Fonte: MF (2007a).

Tomando o ano de 1999 como base e admitindo que os dados da destruição de cigarros no período refletem a mesma quantidade apreendida em cada ano, constata-se

que houve um crescimento significativo num curto espaço de tempo. Em 2007 a quantidade de maços de cigarros destruídos foi 4 vezes maior do que em 1999, o que já havia acontecido logo no ano de 2001, com a destruição de 102,8 milhões de maços. Os motivos da oscilação não foram possíveis identificar, porém, a partir de 2003 os números demonstram um crescimento linear, que se manteve no período de 2003 a 2006, com uma estabilização em 2007, na casa dos 100 milhões de maços destruídos.

Por meio de uma simples análise é possível estimar quanto custaria em termos monetários ao governo e a indústria, caso não houvesse apreensões e destruição desses maços de cigarros. Considerando como base os preços vigentes em novembro/2008, pode-se estimar aproximadamente quanto governo e indústria deixariam de arrecadar e faturar, respectivamente. Esta estimativa foi elaborada segundo as tabelas de preços vigentes em novembro de 2008, tendo como base preços praticados pelas duas maiores distribuidoras de cigarros no Brasil, A Souza e a Philip Morris. Os preços no varejo variavam de R\$ 2,40/maço (o cigarro mais barato) a R\$ 5,25/maço (o cigarro mais caro). Sugerindo um preço médio de R\$ 3,00 para a estimativa demonstrada no quadro 9, pode-se calcular aproximadamente o quanto governo e indústria deixariam de arrecadar e faturar, caso as ações de combate ao comércio ilegal não tivessem ocorrido.

Quadro 9: *Estimativa do valor das Apreensões e Destruição de Cigarros do Comércio Ilegal no período de 1999 - 2007*

Ano	Quantidade de Maços	Valor total a R\$ 3,00/maço	Arrecadação / Faturamento	
			Governo	Indústria
1999	24.454.453	73.363.359	36.681.680	36.681.680
2000	34.369.137	103.107.411	51.553.706	51.553.706
2001	102.849.126	308.547.378	154.273.689	154.273.689
2002	78.665.323	235.995.969	117.997.985	117.997.985
2003	51.878.129	155.634.387	77.817.194	77.817.194
2004	65.629.260	196.887.780	98.443.890	98.443.890
2005	91.291.342	273.874.026	136.937.013	136.937.013
2006	110.799.635	332.398.905	166.199.453	166.199.453
2007	100.464.066	301.392.198	150.696.099	150.696.099
Total	660.400.471	1.981.201.413	990.600.707	990.600.707

Fonte: MF (2007a). Cálculos do autor.

* Considerada uma carga tributária (final) hipotética na média de 50 % sobre os preços de varejo.

Conforme demonstrado no quadro 9, no período compreendido entre 1999 e 2007, as ações de combate ao comércio ilegal inibiram uma perda de quase 2 bilhões de

reais. Destes, parte para os cofres públicos e parte para a indústria. Abrindo um parêntese na questão do comércio ilegal de cigarros, ressaltamos que não há intenção de identificar os mecanismos que favorecem esta prática, porém destaca-se a consciência de que parte significativa do cigarro comercializado ilegalmente no país é produzido pela própria indústria nacional. Aqui surgem duas questões: como isso acontece? O sistema de selos do IPI não é eficiente? Principalmente na década de 1990, houve denúncias de que a Souza Cruz favorecida por incentivos a exportação, e por razões próprias (estratégicas) exportou legalmente grandes quantidades de maços de cigarros para o Paraguai. Ocorre que com os preços elevados praticados no mercado brasileiro na época, gerou oportunidades para o retorno destes maços de cigarros ao Brasil, via contrabando, e conseqüentemente comercializados ilegalmente.

Aparentemente os resultados produzidos pelo combate ilegal e demonstrados no quadro 9, são significativos, afinal, foram aproximadamente R\$ 300 milhões por ano, em 2006 e 2007. Porém, estima-se que o mercado informal, ou ilegal (em 2008), ainda obtenha cerca de 30% do mercado consumidor (dado de 2004), e proporciona um prejuízo anual de 1,5 bilhões aos cofres públicos. Partindo do pressuposto de que estas estimativas estejam corretas, trata-se de um resultado, insignificante comparado ao tamanho do problema a ser enfrentado. Vejamos a síntese da reportagem obtida no site: www.paginarural.com.br, no box a seguir:

Box 2: Câmara do fumo discute comércio ilegal de cigarros

Brasília/DF - Terça-feira, 27 de julho de 2004 - 17h52m

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo, ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, se reúne amanhã (28/07), às 14 horas, na sala de reunião do edifício-sede do MAPA, em Brasília, para discutir o comércio ilegal de cigarros. O setor informal de cigarros representa hoje 30% do mercado brasileiro e o comércio clandestino compromete R\$ 1,4 bilhão em arrecadação de impostos.

Segundo dados da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo do MAPA, cerca de 40 bilhões de unidades são comercializadas fora da lei – ou seja, um terço do mercado.

Fonte: Pagina Rural (2004).

Prosseguindo com a análise, considerando que as informações apresentadas no box acima são válidas para o ano de 2007, então podemos dizer que neste ano as ações de combate ao comércio ilegal representaram apenas 0,5% do volume ilegal de cigarros comercializados em maços no mercado brasileiro. Foram cerca de 40 bilhões de unidades, que encheram 2 bilhões de maços de cigarros que, confrontados com os 100,5 milhões de maços destruídos em 2007, resultam em 0,5%.

2.2.2.2 Arrecadação de tributos federais pelo setor de fabricação de cigarros

Segundo consta na página da SRF, a atual sistemática de tributação dos cigarros, em relação ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), foi estabelecida a partir de 1º de junho de 1999 pelo Decreto nº 3.070, de 27 de maio de 1999, com base no art. 84, inciso IV, da Constituição Federal, e pelo disposto no art. 1º, § 2º, alínea "b", da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989. Até então o imposto era cobrado sob a forma de alíquota aplicada ao valor de venda do produto no varejo. Atualmente, os mesmos passaram a ser tributados sob a forma de alíquota específica de acordo com a classe fiscal de enquadramento do produto. Desta forma, as marcas comerciais de cigarros, de acordo com o art. 154 do Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002, passaram a ser distribuídas nas classes de enquadramento conforme descrito no quadro 7. A evolução do IPI pode ser observada no quadro 10, a seguir:

Quadro 10: *Evolução - Valor do IPI*

Classe Fiscal	De 01/06/1999 a 30/11/2002	De 01/12/2002 a 31/12/2003	De 01/01/2004 a 10/07/2007	A partir de 11/07/2007	Variação % 2007/2002
I	0,35	0,385	0,469	0,619	76,86
II	0,42	0,460	0,552	0,729	73,57
III – M	0,49	0,535	0,635	0,813	65,92
III – R	0,56	0,610	0,718	0,919	64,11
IV – M	0,63	0,685	0,801	1,025	62,70
IV – R	0,70	0,760	0,884	1,131	61,57

Fonte: MF (2004; 2006; 2008), adaptação do autor.

Como é notório, no período compreendido entre os anos de 2002 e 2007, houve acréscimos significativos no aumento do IPI sobre o cigarro. Também é possível observar que os acréscimos foram escalonados, e que os produtos inferiores – mais baratos, tiveram acréscimos maiores. Porém, não podemos afirmar que trata-se de alguma medida planejada com o objetivo de inibir o consumo, por exemplo. Segundo a SRF, com as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), os fabricantes e importadores de cigarros pagam as contribuições como contribuintes e como substitutos tributários dos comerciantes atacadistas e varejistas, calculados da seguinte forma: O valor do PIS/PASEP (R\$) = 0,65% x 1,98 x Preço de venda a varejo; O valor da Cofins (R\$) = 3% x 1,69 x Preço de venda a varejo (MF,

2007e). Simulando um cálculo, para um maço de cigarro cujo preço no varejo custe R\$ 3,00, a indústria tem que recolher R\$ 0,04 e R\$ 0,15, respectivamente, totalizando R\$ 0,19 em contribuições.

O quadro 11 demonstra a evolução da arrecadação pelo governo federal em tributos sobre a fabricação de cigarros:

Quadro 11: *Arrecadação de Tributos Federais Setor de Cigarros*

Ano	IPI Fumo	Outros Impostos e Contribuições	Valor Total Tributado	% Contrib/Total Tributado
1999	2.282,40	416,50	2.698,90	15,43
2000	1.997,90	670,70	2.668,60	25,13
2001	2.006,70	667,10	2.673,80	24,95
2002	1.923,50	792,00	2.715,50	29,17
2003	1.993,40	876,70	2.870,10	30,55
2004	2.304,70	925,10	3.229,80	28,64
2005	2.302,70	1.053,10	3.355,80	31,38
2006	2.396,40	1.103,20	3.499,60	31,52
2007	2.803,30	1.372,90	4.176,20	32,87

Fonte: MF (2004; 2006; 2008), adaptações do autor.

Obs.: Valores em milhões de reais; não inclui receitas previdenciárias.

Segundo os dados apresentados no quadro 11, houve um crescimento na arrecadação dos tributos federais no período de 1999 a 2007, na ordem de 54,7%. Destaca-se a evolução da participação da arrecadação de outros impostos e contribuições, em relação à arrecadação total, que foi 15,43% em 1999, saltando para 32,87% em 2007. Pelo contrário, a arrecadação do IPI, que participou com 84,5% em 1999, em 2007 caiu para 67,1%. Isto pode indicar, que o governo (MF) por meio de procedimentos de fiscalização, esteja inibindo a sonegação de outros impostos (que não o IPI – controlado pelos selos) e contribuições federais pela indústria. Assim, a participação destes tributos em relação à arrecadação total registrou aumentos significativos no período.

O Quadro 12 demonstra os resultados obtidos pelas ações da fiscalização tributária no setor de fabricação de cigarros:

Quadro 12: *Resultados de Fiscalização no Setor de Cigarros*

ANO	PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO	
	QTDE	CRÉDITO TRIBUTÁRIO (R\$)
1999	3	95.579.068,02
2000	6	381.346.645,81
2001	6	189.862.204,86
2002	6	208.859.165,50
2003	7	253.018.604,52
2004	6	172.015.164,46
2005	9	174.625.754,08
2006	6	885.740.448,67
TOTAL	49	2.361.047.055,92

Fonte: MF (2007c).

Conforme verificado no quadro 12, no período de 2000 a 2006 não houve nenhuma alteração significativa nos procedimentos de fiscalização da Receita Federal. Principalmente com relação à quantidade de ações fiscalizatórias realizadas. Contudo, observa-se um aumento significativo no lançamento de créditos tributários oriundos de procedimentos de fiscalização na ordem de R\$ 885,7 milhões, cerca de 385% superior a média dos cinco, seis anos anteriores. Esta evolução vai ao encontro da análise do quadro anterior, porém, é temeroso concluir o que de fato ocorre, uma vez que não teve-se acesso a espécie dos créditos tributários levantados. Da mesma forma, poderíamos suspeitar uma tendência no crescimento da sonegação fiscal por parte da indústria, uma vez que a quantidade de procedimentos de fiscalização praticamente manteve-se estável desde o ano 2000, mas os valores levantados evoluíram significativamente. Porém, não obteve-se elementos suficientes, nem manifestações da SRF que pudessem confirmar este possível aumento na sonegação fiscal.

2.2.3 Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) define em seu sítio na internet a sua missão: “Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira” (MAPA, s/d, *website*). Porém, a análise da frase que expressa a missão do MAPA proporciona margem para diversas interpretações. Desta forma, é importante destacar o significado

da frase definido pelo próprio MAPA, que é estimular o aumento da produção agropecuária e o desenvolvimento do agronegócio, com o objetivo de atender o consumo interno e formar excedentes para exportação. Uma análise mais aprofundada exigiria uma abordagem conceitual no que se refere ao Desenvolvimento Sustentável, Benefício da Sociedade e Competitividade, porém este não é o foco principal deste estudo e, portanto, considere-se o que está evidente. Sendo assim, o MAPA trabalha na perspectiva de produzir com excedentes, e fortalecer a produção agropecuária para tornar o país competitivo internacionalmente no agronegócio. Evidentemente este contexto inclui a produção de tabaco, uma vez que o Brasil é o maior exportador de fumo em folhas do planeta.

Para o cumprimento da sua missão, o MAPA conta com uma estrutura de referência, que é formada por diversas Empresas vinculadas ao Ministério – A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), dentre outras. Também possui as delegacias federais de agricultura. Na sua infra-estrutura, áreas de política agrícola (produção, comercialização, abastecimento, armazenagem e indicadores de preços mínimos), produção e fomento agropecuário; mercado, comercialização e abastecimento agropecuário; informação agrícola, defesa sanitária (animal e vegetal); fiscalização dos insumos agropecuários; classificação e inspeção de produtos de origem animal e vegetal; pesquisa tecnológica, agrometeorologia, cooperativismo e associativismo rural; eletrificação rural; assistência técnica e extensão rural (MAPA, *s/d, website*). Sendo assim, é o MAPA que publica as portarias que definem as classes de compra do tabaco pela indústria.

No ano de 2004 o Ministério criou câmaras setoriais de diversas cadeias produtivas, dentre elas a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo. Estas Câmaras reúnem representantes do governo e do setor privado – entidades de representação da indústria, produtores e de trabalhadores. Tudo isto com o objetivo de debater e propor políticas públicas para o agronegócio brasileiro. A câmara é constituída por três grupos temáticos: combate ao mercado ilegal de cigarros; renda do fumo e complementação com outras atividades; a convenção-quadro para o controle do tabaco e outros acordos internacionais. A leitura de algumas atas de reuniões da câmara setorial deixou dúvidas com relação à obtenção de resultados efetivos alcançados pela mesma. Na realidade a câmara funciona como um fórum de debates – mas não se trata de um fórum para deliberação. Apesar de ser uma iniciativa do MAPA, é clara a liderança do setor

privado na câmara setorial do tabaco – principalmente da AFUBRA (que preside a câmara) e do SINDIFUMO. Desta forma, o setor privado, liderado pela indústria, que é mais organizado, assume os rumos da câmara, e direciona o debate para a sua área de interesse. Esta afirmação é feita em razão dos objetivos iniciais da criação da câmara setorial da cadeia produtiva do fumo, já descritos: debater e propor políticas públicas para o agronegócio brasileiro. Estando limitada à formação de apenas três grupos temáticos, instituir um grupo para tratar exclusivamente do combate ao mercado ilegal de cigarros não deveria ser prioridade, não neste fórum, pois para isso já existem articulações da Indústria com outros órgãos públicos, como Receita Federal, por exemplo. Além do mais o cigarro é um produto industrializado, é o produto final do processamento do tabaco e, portanto, não deveria exigir tantos esforços neste fórum, que possui objetivos claros.

Na ata número 16, de 09 de novembro de 2006, um representante do SINDIFUMO comentou a audiência que mantivera no dia anterior com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Dizia que, mais uma vez, constatou a falta de informação que existe sobre a cultura do fumo. Na ocasião, destacou a importância de todos os segmentos que compõem a cadeia produtiva divulgar a contribuição social e econômica da fumicultura, o número de famílias que a cultura envolve, o emprego e os tributos que gera, entre outros benefícios, dos quais o Brasil não poderia abrir mão. Outro integrante, representante do SINDIFUMO, acrescentou que o fumo é o único setor que tem um programa sobre trabalho infantil implantado e funcionando há muitos anos. Este comentário evidencia a política do setor privado em utilizar a câmara setorial para defender os seus interesses. No caso do trabalho infantil caberia tratar de múltiplos aspectos contraditórios entre os discursos e as práticas da indústria, como faz, por exemplo, Ângela Pincelli na sua dissertação de Mestrado; *Trabalho infanto-juvenil na fumicultura e responsabilidade social empresarial: o discurso da Souza Cruz*. Dentre as conclusões de Pincelli, há uma consideração que contribui significativamente para melhor avaliação, uma vez que o setor fumageiro não admite interferências no sistema integrado de produção.

Identificar o trabalho infantil na fumicultura com a tradição da socialização do trabalho entre os membros da unidade de produção familiar, e pensar na sua eliminação através de programas de responsabilidade social empresarial, sem aprofundar o debate quanto à estrutura do próprio sistema de integração com a agroindústria, não parece suficiente para causar mudanças

significativas no exercício da cidadania dos jovens produtores de fumo (PINCELLI, 2005, p. 106).

Na mesma ata (16), integrantes insistem em requerer a participação nas reuniões da CONICQ, e, pelo que se percebe, há resistência¹⁰ pela CONICQ em permitir. O fato gera descontentamento e é manifestado na ata da reunião, por meio da manifestação de um integrante ao ter afirmado que a câmara não se sentia representada pelo membro da agricultura. Desta forma, poderia indicar ao ministro um outro nome de um órgão público para passar a representar seus interesses. Isto significa que dentro do próprio ministério existem divergências nas opiniões, ou falta de integração, uma vez que a câmara não se sente representada na CONICQ e aparentemente desconhece os movimentos da referida comissão. Em outra parte da mesma ata, manifestam-se preocupações com a falta de transparência das reuniões da CONICQ. Aliás, há tempo que a Indústria vem requerendo espaço em importantes fóruns de discussão e deliberação da CQCT, tanto na COP (fórum internacional) quanto na CONICQ.

O grupo temático que trata da renda do fumo e complementação com outras atividades é o que mais se aproxima aos objetivos da câmara setorial da cadeia produtiva do fumo. Neste grupo os integrantes discutem visando a definição de propostas para o aprimoramento do sistema de classificação do fumo para compra. Também discutem o programa de diversificação de culturas nas áreas fumageiras. Observa-se que é comum algum integrante enfatizar que o objetivo do programa é o de complementar a renda do fumicultor. Se é complementar, significa que admitem a renda auferida pelo plantio do fumo não ser suficiente para a subsistência dos agricultores. Analisando as atas das reuniões da câmara da cadeia produtiva do fumo, percebe-se que existe certa contradição nas opiniões expressadas pelos membros. Na ata da reunião número 17, de 08 de fevereiro de 2007, está registrado que a representação dos produtores manifestou preocupação com o endividamento de muitos agricultores. O representante do SINDIFUMO diz que o endividamento do produtor não foi gerado somente pelo financiamento dos insumos utilizados no fumo. Afirma que o endividamento foi gerado principalmente pelos financiamentos que adquiriu para outras culturas. Estas, segundo ele, não estão dando retorno financeiro desejado, são custeadas com a receita do fumo. Considera-se que esta seja uma afirmação grave de Iro Schünke,

¹⁰ Para a CONICQ as discussões e deliberações são atribuídas em nível governamental, não cabendo a participação ou interferência de outras representações.

representante do SINDIFUMO. Se isto for verdade, significa que o programa de diversificação não está bem projetado ou há falhas na sua implementação. Sobre este aspecto, é digno de nota que na ata não há registro de manifestação de representantes do MAPA e do MDA, ministérios que assumiram o compromisso de trabalhar nos programas de diversificação.

No que se refere à atuação do MAPA na CONICQ, não foi obtido muitas informações, uma vez que o acesso aos registros dos trabalhos internos da CONICQ é restrito à comissão. Segundo Juliana Luisa Scheibler:

O espaço representado pelas Comissões é de acesso bastante restrito, onde apenas um grupo seletivo (indicado pelo Ministro) participa de forma permanente das discussões, sendo que não são divulgadas atas das reuniões. Somente os principais resultados das reuniões são apresentados através do site do INCA na internet e através dos meios de comunicação. Esta informação foi confirmada por e-mail, quando da solicitação de se ter acesso às Atas da CONICQ como material de análise para este trabalho (SCHEIBLER, 2006, p.70).

Esta foi a manifestação da pesquisadora após receber um e-mail de Rita de Cássia Martins, do INCA, negando-lhe acesso às atas da CONICQ.

Quanto ao acesso das atas da Comissão Intergovernamental de implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ), ratificamos que tal acesso é vedado ao público em geral, uma vez que tais discussões se realizam em âmbito intergovernamental. O desenvolvimento das atividades dessa Comissão, suas realizações e avanços são, contudo, fornecidos e divulgados através do site do INCA: www.inca.gov.br/tabagismo - janela de acesso Convenção Quadro. (SCHEIBLER, 2006, p.71).

Ocorre que no sítio do INCA são publicados apenas os principais resultados obtidos pela CONICQ. Para verificações mais aprofundadas no que se refere à participação dos ministérios na CONICQ, seria necessário o acesso às informações sobre a atuação de cada órgão participante, dentro da comissão. Sendo assim, apesar desta postura da CONICQ dificultar, não inviabiliza este trabalho.

2.2.4 Ministério da Justiça

Da mesma forma como foram encontradas dificuldades em relatar a atuação do MAPA na CONICQ, aconteceu com o Ministério da Justiça (MJ). Sendo assim, não foi possível esclarecer muitos detalhes da atuação do MJ junto à comissão. Porém, o acesso a uma enorme quantidade de notícias, permitiu concluir que a atuação do MJ concentra-se principalmente no combate à pirataria (Artigo 15 da CQCT) ¹¹. O MJ, por meio das Polícias Rodoviária Federal e Federal, neste sentido, determina a apreensão de milhares de pacotes de cigarros, sendo que a principal origem é do Paraguai. O contrabando de cigarros está se tornando um problema tão grave em nível mundial que os Estados membros da OMS esperam adotar em 2010 um tratado internacional sobre contrabando de tabaco. Segundo o grupo *Corporate accountability International* (CAI) – Organização que acusa os fabricantes de alimentarem as redes de contrabando para tomar os mercados dos países em desenvolvimento – o comércio ilegal do tabaco constitui aproximadamente 10% das vendas e custa anualmente aos governos entre 40 e 50 bilhões de dólares (ver notícia em MJ, 2008).

No início do ano de 2007, aconteceu em Genebra o 3º congresso mundial sobre a luta contra a falsificação e a pirataria. Na ocasião foram divulgados dados surpreendentes, que apontavam os maiores alvos de pirataria: cigarros, CDs, DVDs, roupas, brinquedos e alimentos, nesta ordem, são os produtos mais falsificados no mundo. Com o propósito de intensificar o trabalho no combate a este problema, em 2004 o MJ criou o Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), que agrega órgãos públicos e o setor privado. A partir daí o combate ao contrabando e à pirataria começa a demonstrar alguns resultados, como podemos verificar no quadro 13:

Quadro 13: *Recordes de Apreensões – 2004 - 2006*

Produtos	Medida	2004	2005	2006
CD/DVD	Unidade	451 mil	2 milhões	5,4 milhões
Cigarro	Pacote	733 mil	1,3 milhões	1,7 milhões
Eletrônicos	Unidade	57 mil	160 mil	220 mil
Medicamentos	Caixa	0	120 mil	198 mil

Fonte: MJ (2006a).

¹¹ Artigo 15 - Comércio ilícito de produtos de tabaco.

Conforme o CNCP, o governo brasileiro diversifica as estratégias de atuação e promove reuniões setoriais com representantes da indústria para ampliar o conhecimento e contribuir para a redução da prática da pirataria. Além disso, envolve as Polícias Federais, Estaduais e a Receita Federal. Segundo a INTERPOL, a falsificação de mercadorias tem sido o crime mais lucrativo do mundo. Movimenta anualmente US\$ 522 bilhões – superando o tráfico de entorpecentes (US\$ 360 bilhões) (MJ, 2006b).

Pelo que se percebe, de forma planejada o MJ atua somente no combate à falsificação e ao contrabando (comércio ilegal). Atua também em outras instâncias, porém nota-se que de forma pontual, conforme o caso ocorrido em 2003, quando a Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça instaurou um processo administrativo contra a empresa Souza Cruz para investigar possível uso de propaganda subliminar em uma publicidade televisiva da marca Free. Em 2006, a mesma secretaria instaurou outro processo administrativo contra as empresas fabricantes de cigarros Souza Cruz e Philip Morris. O processo partiu de uma denúncia de um Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e foi instaurado para investigar os contratos de exclusividade de *merchandising* e de exposição de produtos celebrados pelas duas empresas com varejistas e atacadistas.

2.2.5 Ministério do Desenvolvimento Agrário

No que concerne à CQCT, foi possível obter algumas informações quanto ao posicionamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por intermédio das atas de reuniões da cadeia setorial do tabaco, já mencionadas. Na ata número 14, de 09 de fevereiro de 2006, está registrado que em 30 de janeiro de 2006 o Ministro do desenvolvimento agrário, Miguel Rossetto, esteve em Santa Cruz do Sul para tratar do compromisso que o governo assumiu com a assinatura da convenção-quadro para o controle do tabaco. Na oportunidade, o ministro reafirmou que o governo não quer a reconversão, mas, a diversificação. Entenda-se aqui o conceito de reconversão como sendo a substituição da cultura do tabaco por outra qualquer. No mesmo sentido, o conceito de diversificação deve ser entendido como o incremento da produção de outras

culturas ou o desenvolvimento de outras atividades, sem o prejuízo do abandono ou diminuição da cultura do tabaco.

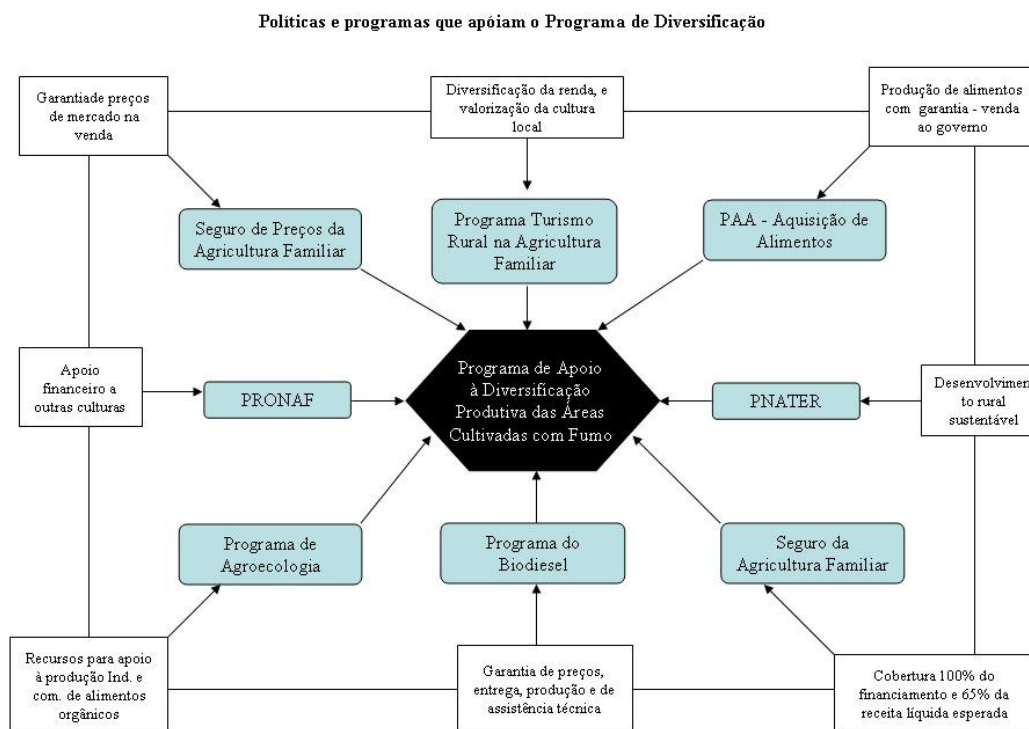
Estes conceitos são fundamentais para a identificação das perspectivas do governo, uma vez que há diferenças significativas entre eles. No caso a manifestação do ministro deixa claro que não há interesse em diminuir as áreas destinadas ao plantio do tabaco, em detrimento de alternativas sustentáveis. Adriana Gregolin, coordenadora do *programa nacional de diversificação nas áreas cultivadas com o tabaco*, do MDA, em outra ocasião afirmou que é muito importante conhecer a realidade do setor. E que o MDA está promovendo o programa de diversificação não porque quer, mas porque é um compromisso que o governo federal assumiu, de buscar alternativas para oferecer uma melhor qualidade de vida aos produtores. A afirmação está registrada na ata numero 20, de 22 de novembro de 2007.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou, em 2005, o *programa de apoio à diversificação produtiva das áreas cultivadas com o tabaco*. Desde então vem concentrando esforços na implementação do mesmo. O programa foi concebido sob a orientação de quatro eixos principais: o financiamento, a pesquisa, a assistência técnica e o apoio ao fortalecimento de mercado dos produtos alternativos ao fumo. Conforme descrito no *website* do MDA, o objetivo do programa é apoiar a implementação de projetos de extensão rural, formação e pesquisa para que sejam desenvolvidas estratégias de diversificação produtiva. Tudo isso em propriedades de agricultores familiares que produzem fumo, buscando novas oportunidades de geração de renda e qualidade de vida das famílias (MDA, 2007a). Até junho de 2008, estavam sendo apoiados 47 projetos de assistência técnica e extensão rural (Ater), nas regiões Sul e Nordeste. Em junho de 2009, os projetos aumentaram para 60. Estes projetos são viabilizados por meio de parcerias com organizações não-governamentais (ONGs), universidades, centros de pesquisa, organizações de assistência técnica e extensão rural. As metas dos projetos contemplam ações, como visitas técnicas às famílias, seminários, cursos de capacitação, intercâmbios técnicos, elaboração de materiais de formação e informativos. Além disso, o MDA busca enfatizar os modelos de produção de base ecológica, a preocupação com as questões ambientais nas propriedades, a geração de tecnologias apropriadas às propriedades familiares e a geração de renda (MDA, 2008b). A ação abrange mais de 200 municípios e beneficia cerca de 20 mil famílias, com recursos financeiros na ordem de 10 milhões de reais (MDA, 2008b). O Programa de Diversificação responde ao Artigo 17 da CQCT que trata de alternativas

economicamente viáveis ao fumo. Segundo o MDA, o principal objetivo do programa é preparar as famílias fumicultoras para enfrentar a tendência da redução do consumo de tabaco. E, conseqüentemente da produção, de modo a garantir a possibilidade de diversificação de cultivos como uma alternativa de geração de renda para o conjunto das famílias envolvidas com a produção de fumo. Neste sentido há várias manifestações do ministério deixando claro que o governo, ao ratificar a CQCT, assumiu o compromisso de implementá-la. Deixa claro também que o MDA assumiu o desafio de promover a diversificação, mas que a sua preocupação maior é com o futuro do fumicultor, por ser este o mais vulnerável. De qualquer forma, o MDA tem prestado contribuições significativas para a implementação da CQCT. Tem desenvolvido diversos programas que dão corpo ao programa de apoio à diversificação produtiva das áreas cultivadas com fumo. Além disso, desenvolve estudos, notas técnicas, projetos, participa de seminários nacionais e internacionais, tudo articulado com outros órgãos governamentais, não governamentais e com os fumicultores.

Para dar sustentação ao programa de apoio à diversificação produtiva das áreas cultivadas com fumo, existem várias políticas e programas do Governo Federal direcionadas à agricultura familiar. As mesmas colaboram para a implementação das ações de diversificação em áreas de tabaco. Apesar do MDA, representado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), ser responsável pelo programa de diversificação, não se trata de uma ação isolada do ministério, e sim do governo de um modo geral, principalmente dos ministérios participantes da CONICQ. Abaixo apresenta-se uma figura sintetizando as principais políticas e programas que favorecem a diversificação.

Figura 3: Políticas e Programas que apoiam o Programa de Diversificação



Fonte: Elaborado com base em VARGAS E BONATO (2007).

A figura 3 procura demonstrar graficamente como as políticas e os programas do MDA se relacionam em busca da construção de uma base sólida para a implementação do programa de apoio à diversificação produtiva das áreas cultivadas com fumo. Para uma avaliação mais precisa da efetividade destas variadas opções, ou seja, se estes programas estão de fato atingindo os seus objetivos, seria necessário uma pesquisa de campo, junto aos agricultores. Somente por meio das notícias e publicações no sítio do MDA, não há como sabermos se os fumicultores realmente estão bem informados a respeito do programa e sua dimensão, nem do nível de dificuldades para acessar a estes programas.

O programa de apoio à diversificação produtiva das áreas cultivadas com fumo é sem dúvida uma ótima iniciativa do Governo e do MDA. Porém, há de se destacar que ainda existe um longo caminho a percorrer. Os desafios a serem superados são diversos e sua complexidade vai muito além do que está previsto nos programas de diversificação. O MDA tanto sabe disso que raramente fala em conversão ou substituição da cultura do tabaco – limita-se à idéia da diversificação. Considera a importância que as administrações municipais e estaduais exercem nesse processo, e do

peso político e econômico que o tabaco possui para estes. No relatório *cultivo do tabaco, agricultura familiar e estratégias de diversificação no Brasil*, contratado pelo MDA em 2007, são destacados alguns dos principais desafios da diversificação. A título de conhecimento, este relatório

apresenta a síntese de dois estudos sobre o contexto social e econômico do cultivo do tabaco no Brasil. O primeiro estudo (Bonato, 2006) foi elaborado pelo DESER - Departamento de Estudos Sócio Econômicos e Rurais e enfoca diversos aspectos sócio-econômicos que envolvem a cadeia produtiva do fumo no Brasil. O segundo estudo (Vargas e Campos, 2005), traz os resultados de uma pesquisa, patrocinada pela Organização Mundial da Saúde – OMS e que analisa experiências bem sucedidas de diversificação da cultura do fumo no Sul do Brasil (VARGAS, BONATO, 2007, p 8).

O primeiro desafio da diversificação diz respeito à questão fundiária. Dados extraídos de um levantamento do DESER, elaborado

a partir do projeto “Rede de Agricultores Gestores de Referências”, durante os anos 2004 a 2005, coletou informações de mais de 2.100 famílias de agricultores, das quais 346 eram produtoras de fumo e, destas, 185 concentradas nas regiões Centro-Sul do Paraná, Alto Vale do Itajaí e Planalto Serrano de Santa Catarina, regiões produtoras de fumo de estufa (VARGAS, BONATO, 2007, p 50).

No estudo foi revelado que as famílias produtoras de fumo dispõem de pequenas áreas de terra – média de 14,7 ha. Além disso, cerca de 10,6% destas trabalham exclusivamente em terras arrendadas de outros, e 20,8%, além de terra própria, ainda arrendam área de outros, totalizando 31,4% dos fumicultores, o que dificulta o avanço para outras culturas. Outra dificuldade apontada diz respeito ao nível da renda. Mesmo que se considere renda aparente, a renda agrícola média obtida pelos fumicultores é 80% superior em relação aos que não produzem fumo. No estudo foi identificado, ainda, que cerca de 10,4% dos fumicultores dependem exclusivamente do fumo para obtenção da renda agrícola, e para 40,7% a renda bruta advinda do tabaco representa mais de 75% (VARGAS, BONATO, 2007, p 51). Desta forma, o estudo aponta que os níveis elevados da renda bruta, ou o lucro bruto auferidos por meio da cultura do fumo constitui um dos grandes desafios da diversificação. Contudo, o estudo não contempla o Estado do Rio Grande do Sul, que é responsável por cerca de 50% da produção no sul do Brasil, e que tem particularidades, culturais, sociais e políticas. Apesar desse tipo de estudo ser

fundamental para que o MDA possa aprimorar as políticas públicas ou programas que favoreçam a diversificação, é necessário considerar outros fatores que influenciarão diretamente, tanto em um plano de diversificação, como na reconversão. Neste sentido, é importante dentre outras coisas, considerar as questões geográficas, como a proximidade de centros urbanos (mercado consumidor), e a existência de vias para o escoamento da produção. Como também aspectos da estrutura familiar dos fumicultores, uma vez que a quantidade de filhos homens, é um dos importantes determinantes para obter melhores rendimentos.

Vargas e Bonato, consideram que

o lucro bruto do fumo comparado ao de culturas alternativas é o ponto chave em qualquer programa de substituição de cultivo destinado a apoiar pequenos produtores a trocar o plantio do fumo pelo de outras culturas (VARGAS; BONATO, 2007, p 52).

Os autores chegaram a esta conclusão considerando os dados do quadro, custos operacionais de produção (abaixo), cuja fonte é a AFUBRA. Neste sentido, cabe destacar a necessidade de um olhar crítico sobre estes dados. Não se pretende aqui questionar a integridade dos dados da AFUBRA, mas sim o seu propósito.

Para compreender a afirmação anterior é preciso ter em mente que um levantamento de custos pode sugerir metodologias diferenciadas, conforme a sua finalidade. Certamente não é o objetivo da AFUBRA apurar custos para comprovar a viabilidade de alternativas à cultura do tabaco. Tanto é verdade que os pesquisadores fazem o seguinte comentário no seu estudo:

Entretanto, conforme é enfatizado por Silva (2002), a análise sobre a estrutura de custos operacionais na cultura do fumo no sul do Brasil desconsidera um importante elemento de custo, associado à utilização da terra. A inclusão deste item, cujos valores são estimados em cerca de 15% da receita bruta da atividade fumicultura da região de Santa Cruz do Sul, implicaria num aumento considerável nos custos de produção. Neste aspecto, uma questão central reside no fato de que o cálculo dos preços pagos aos produtores locais - feito pelas grandes empresas de tabaco em conjunto com entidades locais como SINDIFUMO e AFUBRA - não contabiliza o custo de uso da terra (VARGAS; BONATO, 2007, p 53).

Quadro 14: Custos operacionais de produção (1999/2000)

Descrição	Fumo		Outros Cultivos	
	Virginia	Burley	Milho	feijão
1. Custos Variáveis	1.738,28	1.343,93	335,06	247,60
<i>Mão-de-obra</i>	969,26	771,11	104,94	124,05
<i>Operações agrícolas</i>	78,59	61,10	59,79	25,91
<i>Insumos</i>	423,71	402,82	142,53	70,76
<i>Madeira</i>	145,71			
<i>Outros</i>	121,01	108,90	27,80	26,88
2. Custos Fixos	170,82	174,52	56,54	56,58
<i>Depreciação</i>	160,47	163,06	48,17	48,21
<i>Tratamento do solo</i>	10,35	11,46	8,37	8,37
Total	1909,1	1518,45	391,6	304,18
Produção kg/há	2,03	1,68	3,60	1,20
Custo US\$/kg	0,94	0,90	0,11	0,25
Preço médio US\$/kg	1,17	1,12	0,11	0,22
Receita Bruta US\$/ha	2.370,42	1.879,36	396,00	264,00
Receita Líquida US\$/ha	454,57	360,91	1,51	(42,11)
Dia/Homem/há.	149	134	22	26

Fonte: VARGAS, BONATO (2007).

Conforme os dados do quadro 14, os custos para a produção do tabaco são muito superiores aos custos de produção do milho e do feijão. Em contrapartida, os resultados financeiros proporcionados pelo cultivo do tabaco auferem em média uma renda de cinco a seis vezes superior¹². Porém, como já foi dito o custo requer o uso de metodologia, conforme a finalidade. Desta forma, todo esse argumento (aparentemente ratificado pelo MDA), de que a condição financeira em termos de resultados e de renda constituem o principal desafio da diversificação, é utilizado pela AFUBRA e consequentemente pela indústria. Trata-se de um discurso tradicional entre os industriais. Separar o resultado financeiro da qualidade de vida, do impacto ambiental, tanto nas unidades produtivas quanto nas cidades, e até mesmo o destino da produção, significa disjuntar um conjunto de fatores que naturalmente estão interligados. Desta forma, facilita a exploração do fumicultor sem “culpa”. O MDA ao aceitar levantamentos e estudos produzidos pela AFUBRA, com o patrocínio da indústria, no mínimo está concordando com o posicionamento de ambas.

No estudo cultivo do tabaco, agricultura familiar e estratégias de diversificação no Brasil, cujos aspectos metodológicos já foram elucidados, são destacados alguns fatos que ocorrem na atividade, e que dificultam de fato o processo de diversificação e

¹² Retomaremos este assunto mais adiante, quando esta renda supostamente superior é questionada por um extensionista do EMATER.

conversão das lavouras de tabaco. Como foi visto, a produção de fumo proporciona uma capacidade de geração de renda aparentemente melhor que das outras culturas. Além disso, garante certa estabilidade na geração da renda e cria uma expectativa de melhora para cada safra seguinte. Aliado a estes fatores, o fumo possui um mercado garantido, proporcionando um certo nível de segurança com relação à sua comercialização. Desta forma, a indústria oferece um sistema de produção integrada, ou seja, com integração do fumicultor à lógica da produção da indústria, o que significa dizer que há uma forte dependência do produtor em relação a esta. Consequentemente o fumicultor tem dificuldades em abandonar o plantio do tabaco. Outro fator importante é que a produção do fumo é resultado de uma cultura altamente intensiva, ou seja, capaz de gerar grandes quantidades produzidas em pouca área plantada, adequando-se às condições das famílias que dispõem de pouca terra para o plantio (VARGAS, BONATO, 2007, p 53). Por outro lado, também cabe salientar que trata-se de uma cultura altamente intensiva, na utilização de pesticidas, provocando altos riscos de contaminação aos fumicultores, ao solo, aos mananciais, enfim, de todo o meio ambiente¹³.

Frente a estes fatores, o programa de apoio à diversificação produtiva das áreas cultivadas com fumo do MDA, de certa forma contempla ações e objetivos que podem contribuir para vencer estes desafios. Porém, deve-se considerar que há necessidade de aprimorar certos conceitos, e patrocinar estudos confiáveis e independentes que sirvam de base para a manutenção das atuais e para o desenvolvimento de novas políticas públicas, direcionadas aos fumicultores. Aparentemente há falta de empenho do governo em estabelecer uma relação explícita entre diversificação e metas para a substituição da fumicultura. A diversificação sem substituição apenas serve como reforço da política da indústria, que defende a diversificação como forma de poder negociar preços mais baixos, mantendo os fumicultores sob o seu domínio.

2.3. Governos estaduais da região sul

Na medida em que a pesquisa avança, torna-se mais claro analisar as perspectivas da fumicultura a partir de iniciativas dos governos estaduais. Considerando que os governos estaduais estão mais próximos da indústria e dos produtores, percebe-se que os mesmos vão estreitando o relacionamento entre si. Fazem isso por interesses regionalizados, principalmente no que diz respeito aos aspectos socioeconômicos. De

¹³ A bem da verdade é preciso reconhecer que as exigências dos clientes internacionais, acrescidas dos avanços tecnológicos no plantio das mudas e nos tratamentos culturais tem levado, nos últimos dez anos, a uma progressiva diminuição do volume de agrotóxicos na lavoura de fumo.

um lado existe a indústria, que gera empregos e principalmente recursos aos governos estaduais, oriundos dos impostos arrecadados – em especial o ICMS. De outro, milhares de agricultores, com pouca terra à disposição para culturas ou atividades que exigem produção em larga escala. Os governos estaduais, por sua vez, procuram tirar proveito destas situações. Obtém receita oriunda da atividade econômica empreendida pela indústria e ao mesmo tempo mantêm os agricultores no campo, simplesmente, com isso evitando o êxodo rural.

Na Região Sul, a distribuição da produção ocorre conforme demonstrado no quadro 15.

Quadro 15: *Produção de Fumo na Região Sul do Brasil - Safra 2008*

Estado	Produção (mil t)	Participação (%)
Paraná (PR)	148.036	17,96
Santa Catarina (SC)	230.641	27,98
Rio Grande do Sul (RS)	445.507	54,05
Total	824.184	100

Fonte: IBGE (2009).

O quadro acima demonstra a posição de cada Estado da região sul, na produção de tabaco, o que representa cerca de 96% da produção brasileira. Observa-se que o Estado do Rio Grande do Sul é responsável por mais de 50% de toda a produção da região sul, o que também reflete em área plantada.

Entre as safras de 2004 e 2008, percebe-se uma redução na produção do tabaco, na ordem de -7,92%. Essa evolução teve oscilações de aumento entre 2005 e 2007, voltando a diminuir em 2008. Observe-se ainda que essa tendência não ocorreu de forma linear nos três Estados do Sul. Enquanto que no RS ocorreu no mesmo período, uma redução de -7,75% na produção, em SC, a redução foi de -19,02, e já no PR, teve um acréscimo de 16,26% no mesmo período. Ver quadro 16.

Quadro 16: *Produção de Fumo na Região Sul do Brasil - Safra 2004 a 2008 (mil t.)*

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	Var. 2008/04
Paraná	127.329	152.371	155.201	156.644	148.036	16,26%
Santa Catarina	284.825	280.045	244.011	249.015	230.641	-19,02%
Rio Grande do Sul	482.968	430.347	472.726	474.668	445.507	-7,76%
Total	895.122	862.763	871.938	880.327	824.184	-7,92%

Fonte: IBGE (2009).

Conforme a série histórica apresentada no quadro 16, nos últimos quatro anos houve um decréscimo na ordem de 7,92% no volume de tabaco produzido na região sul do Brasil. Este decréscimo, pode estar em parte relacionado a medidas propostas pela

CQCT, porém fica difícil afirmar isso com segurança, uma vez que o Brasil mantém sua posição de maior exportador de fumo em folhas do mercado internacional. Além disso, existem outros fatores a ser considerados, como os eventos climáticos que afetam a produção, bem como o comportamento do mercado mundial. De qualquer forma, sabe-se que a produção é regulada pela indústria, que detém o controle do sistema integrado de produção. Se o mercado internacional sinaliza crescimento na demanda, a indústria planeja o crescimento da oferta, caso contrário planeja safras menores. Porém, não podemos descartar a hipótese de que já esteja havendo reduções na oferta (mesmo que pouco significativas) devido às ações previstas pela CQCT. Afinal, esta tem como objetivo principal a diminuição do consumo de tabaco e seus derivados no planeta, sendo assim, um dos caminhos é a redução da oferta global. É relevante considerar, também, que a política de diversificação não está vinculada a metas de substituição ou redução do plantio de tabaco.

Conforme o Ministério da Saúde,

os dados sobre a proporção de fumantes disponíveis para o Brasil como um todo são muito antigos: datam de 1989 quando foi realizada a Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição. Havia, naquele ano, mais de 30 milhões de fumantes no país (MS, 2004, p.54).

É certo que em 1989 ainda não existia a CQCT, porém, o governo brasileiro implantou diversas iniciativas anteriores à ratificação da mesma. Tanto que o governo brasileiro esteve em posição de liderança, ativa e reconhecida pelos demais países participantes.

Quadro 17: *Área Plantada com Fumo na Região Sul do Brasil - Safra 2004 a 2008 (mil ha)*

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	Var. 2008/04
Paraná	64.489	78.999	85.247	78.636	73.543	14,04%
Santa Catarina	143.112	145.806	138.714	121.969	116.268	-18,76%
Rio Grande do Sul	229.007	242.180	243.249	231.110	216.196	-5,59%
Total	436.608	466.985	467.210	431.715	406.007	-7,01%

Fonte: IBGE (2009).

Com relação às áreas destinadas ao plantio do tabaco, foi observada a mesma tendência ocorrida com os resultados da produção, apontados no quadro 16. Conforme o quadro 17, houve redução na área total plantada na ordem de -7,01%, com oscilações, alternando altas e quedas. Com referência aos Estados, enquanto no RS diminuiu cerca

de -5,59%, e em SC – 18,76%, no PR, tem-se um aumento da área plantada na ordem de 14,04%.

Como visto, a redução na área plantada entre as safras de 2004 – 2008 foi de 7,01%, ou seja: 30,6 mil ha a menos do que a área utilizada para o cultivo do tabaco no ano de 2004. Se considerarmos que o tabaco é cultivado em propriedades que, em média, possuem 17ha, a redução apresentada no quadro corresponde a 1.800 propriedades produtoras de tabaco a menos, no período de quatro anos. Da mesma forma, não se percebe ganhos significativos de produtividade nas lavouras, ou seja, produção maior em menor área plantada. Na safra de 2004, por exemplo, houve uma produtividade média de 2,05 toneladas por hectare contra 2,03 toneladas por hectare em 2008.

2.3.1 Estado do Paraná

O Estado do Paraná, que é o terceiro maior produtor de tabaco do país com cerca de 18% do total produzido na região sul (quadro 15), nos últimos anos tem buscado alternativas para os fumicultores. Por meio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o Governo Estadual vem orientando os agricultores que trabalham com a cultura do fumo no Estado. Seu principal objetivo é incentivar culturas alternativas, com a finalidade de reduzir a dependência econômica dessas famílias em relação à fumicultura. No Estado do Paraná existem cerca de 40 mil famílias que se dedicam à atividade fumageira, em sistema de integração com as indústrias de tabaco. Para estas famílias, o produto chega a representar, em média, cerca de 80% da renda bruta familiar (EMATER, 2006). Segundo declarações do Gerente Estadual do EMATER, Antônio Celso Córdova de Souza, a proposta do serviço de extensão rural para os pequenos produtores que lidam com a cultura do tabaco é a diversificação sem o abandono completo da atividade. Desta forma fica evidenciado que o EMATER trabalha na perspectiva da diversificação, sem considerar o abandono completo da cultura do tabaco. Segundo publicado no sítio da instituição, foi realizado um estudo (o qual não se teve acesso) para comparar as alternativas de substituição à produção de fumo no Paraná (EMATER, 2006). As informações levantadas apontaram que o tabaco apresenta uma renda bruta por hectare de R\$ 8,5 mil e custo variável de R\$ 8,3 mil. Significa dizer que a renda obtida do plantio do fumo é ilusória, conforme declaração do extensionista da área de gestão do EMATER, Odílio Sepulcri,

Se o produtor tivesse que pagar a mão-de-obra da família, que chega a uns R\$ 4 mil, estaria empatando dinheiro com seu empreendimento, ou até perdendo se considerasse os custos fixos do negócio (EMATER, 2006).

O extensionista garante que, para conseguir uma renda anual, como a obtida pela fumicultura, o agricultor familiar paranaense tem como opção a fruticultura, a olericultura e o plantio de plantas medicinais. Diz que a calêndula, planta medicinal, tem condições de remunerar cerca de 6,8 vezes mais. Da mesma forma o morango, até 11 vezes; e o pepino – mais de 6 vezes. Além das opções apontadas como alternativas à fumicultura, o EMATER e o IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná), com o apoio do Governo Federal (pelo MDA) tem realizado e participado de vários eventos, nos quais são discutidas a reconversão e a diversificação do cultivo do tabaco. Como alternativas, os órgãos citados apontam ainda a agroecologia como uma das alternativas viáveis, principalmente por meio do cultivo de erva-mate, gado leiteiro, frutas e hortaliças. Outra alternativa proposta é a integração com o programa paranaense de bioenergia, que contempla a ampliação da produção de biodiesel.

Embora estes órgãos tenham trabalhado na busca de soluções viáveis aos agricultores, sabe-se que o desafio da reconversão ainda é grande. Os órgãos ligados ao governo acreditam que os fumicultores têm consciência de que trabalham em uma atividade insalubre, e querem diversificar a sua produção. Se cultivar produtos orgânicos ecologicamente corretos de forma sustentável fosse simples, o problema já estaria solucionado. Porém, em primeiro lugar é preciso criar um mercado consumidor fiel, e que certamente estará localizado em área distante dos produtores. Em segundo lugar, mecanismos e logística de distribuição para estes produtos, que são em sua maioria altamente perecíveis. Em terceiro, praticar preços competitivos com os produtos semelhantes, concorrentes.

No Paraná também há esforços no que se refere à produção do biodiesel, que pode vir a ser uma alternativa viável. Porém, há muito que se avançar em termos de pesquisas. Primeiramente identificar as oleaginosas compatíveis com a realidade e as condições dos pequenos agricultores. Depois, são necessários investimentos em pesquisa com a finalidade de tornar o plantio viável, tanto em termos de produtividade da terra – toneladas colhidas por hectares, como também na colheita. A mamona, por exemplo, apesar de ser uma excelente oleaginosa, é inviabilizada em razão da necessidade de aprimorar os equipamentos para a colheita mecanizada.

2.3.2 Estado de Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina, segundo maior produtor de fumo em folhas da região sul, é responsável por 28% de toda a produção entre os Estados do Sul (IBGE, 2009). Ao contrário do Estado do Paraná, Santa Catarina praticamente não concentra muitos esforços em consonância com as diretrizes da CQCT. Durante a pesquisa, não foram detectadas ações lideradas pelo governo estadual no sentido de incentivar políticas de diversificação ou reconversão da cultura do tabaco. Pelo menos não foram encontrados documentos, reportagens ou artigos oriundos de órgãos públicos vinculados ao Governo do Estado de Santa Catarina, que revelem ações neste sentido. Apenas foram identificadas algumas iniciativas isoladas da Secretaria Estadual de Saúde, nas campanhas nacionais lideradas pelo INCA, como visto anteriormente.

Como nos outros Estados, a fumicultura em Santa Catarina também teve oscilações negativas, tanto em área plantada como em toneladas produzidas (ver quadros 16 e 17). Porém, como pode ser analisado, o declínio é generalizado em toda a região sul, não indicando nenhuma ação mais incisiva e isolada de qualquer dos três estados, na tentativa de uma redução significativa na produção.

Percebe-se que os agentes políticos – principalmente o Governador e os Prefeitos, tratam do assunto com muita cautela. Se de um lado não querem se indispor com os produtores, que lhes conferem popularidade e conseqüentemente o voto, de outro também não querem se indispor com a indústria, que contribui significativamente para os resultados econômicos de estados e municípios. Esta situação vai se esclarecendo na medida em que concentramos o enfoque da pesquisa na realidade rural, no trabalho manual, ou na realidade das usinas de processamento. A proximidade entre governos estadual, municipal, indústria e fumicultores, gera uma espécie de cumplicidade e dependência, que não pode de maneira alguma ser desprezada. Desta forma, o Governo do Estado de Santa Catarina concentra suas ações nas políticas do INCA contra o tabagismo, e nas ações do MJ e SRF, no combate à pirataria e à sonegação fiscal. Sendo assim, a indústria permanece praticamente livre para conduzir os rumos da cadeia produtiva do fumo neste Estado.

Por ser um produto de alto valor agregado, o negócio do fumo representa para os municípios uma significativa fonte de receita. Para os municípios produtores, o valor da venda das safras, ou seja, o valor da produção primária é utilizado para compor o VA (Valor Adicionado ou Agregado). O VA neste caso corresponde a toda riqueza gerada

no município. É utilizado pela fazenda dos governos estaduais para calcular índice de retorno do ICMS aos municípios. Aqueles que possuem unidades de processamento de fumo¹⁴ agregam o valor do produto semi-acabado, o que resulta em um VA significativo. Neste estágio, o fumo está preparado tanto para ser exportado, como para ser utilizado nas fábricas de cigarros.

O fato é que o negócio do fumo tornou-se um instrumento para os municípios pouco industrializados aumentarem seus índices de retorno do ICMS. Conseqüentemente estes municípios garantem arrecadação para gerar capacidade de investimentos, ou para empregar no próprio custeio da máquina pública. Ver quadro 18.

Quadro 18: *Participação do Movimento Econômico da Fumicultura na Arrecadação de Municípios Produtores em SC (2007)*

Município	V.A. do Município	% Fumo no VA	Retorno de ICMS fumo	Receitas Correntes	% Fumo nas RC	Imp. s/ Prop. Imobiliária
Chapadão do Lageado	19.006.465,33	37%	499.760,59	8.082.708,09	6%	28.693,35
Santa Terezinha	44.007.271,51	37%	739.638,19	9.184.676,85	8%	22.724,61
Rio Rufino	8.976.250,56	23%	255.993,47	5.493.543,69	5%	25.506,96
Presidente Nereu	14.446.648,95	21%	258.690,71	5.408.464,43	5%	38.980,50
Vitor Meireles	31.765.223,50	18%	297.767,80	7.078.122,09	4%	58.506,88
Agronômica	44.173.622,96	18%	340.715,75	7.227.055,94	5%	92.872,92
Vidal Ramos	42.343.066,22	17%	332.912,46	7.968.442,39	4%	72.147,29
José Boiteux	22.801.490,46	15%	217.324,59	6.857.562,48	3%	25.373,37
Irineópolis	72.046.615,68	15%	404.457,27	10.895.527,67	4%	159.403,09
Itaiópolis	136.690.807,22	14%	624.823,23	18.185.593,17	3%	248.011,71
Ituporanga	150.268.915,65	13%	561.865,09	22.487.632,68	2%	933.206,89
Imbuia	33.086.791,00	13%	215.197,09	7.289.697,91	3%	120.412,27
Rio do Oeste	49.278.411,38	12%	246.051,12	7.943.831,22	3%	142.083,45
Atalanta	23.239.382,03	12%	169.717,49	5.290.923,69	3%	38.827,46
Bela Vista do Toldo	41.326.258,46	12%	229.743,71	7.924.173,43	3%	40.930,20
Angelina	18.586.431,39	11%	144.094,50	7.078.408,22	2%	57.936,12
Major Gercino	15.562.722,42	11%	134.220,47	5.708.787,87	2%	13.683,28
Petrolândia	43.244.684,25	11%	196.708,62	7.424.196,51	3%	65.285,44
Rio do Campo	40.715.129,92	10%	203.934,59	8.138.745,85	3%	84.462,64
Witmarsum	22.011.816,27	8%	118.838,62	6.307.116,23	2%	26.436,69

Fonte: FECAM, (2008); STN (2008). Elaborado pelo autor.

¹⁴ Em Santa Catarina é o caso de Blumenau, que possui uma unidade da Souza Cruz S.A.

O quadro 18 foi construído na perspectiva de demonstrar o que a fumicultura representa em termos de receita, para os municípios produtores. O quadro apresenta vinte municípios catarinenses produtores, dos quais quinze estão entre os vinte que mais produzem tabaco, ficando de fora os municípios de Canoinhas, Mafra, Papanduva, Presidente Getúlio e Pouso Redondo. Foram escolhidos os municípios cuja atividade fumageira tem maior representação na economia local (% fumo no VA). A coluna VA do município representa o valor adicionado total em reais, ou seja, o movimento econômico do município. A coluna retorno de ICMS fumo representa a receita auferida pelo município no ano de 2007, oriunda do índice de retorno calculado somente pelo VA do FUMO, ou seja, o que o valor agregado das safras vendidas trouxe de retorno para o município. Percentual fumo nas receitas correntes é a razão entre o retorno do ICMS fumo e as receitas correntes, que exprime a participação do retorno do ICMS fumo nas receitas municipais. Finalmente a última coluna, denominada Impostos sobre a Propriedade Imobiliária, que é a arrecadação do IPTU (Imposto Predial, Territorial e Urbano), adicionado do ITR (Imposto Territorial Rural). Desta forma, podemos dizer que nos municípios de Chapadão do Lageado e Santa Terezinha, 37% da economia, ou do movimento econômico são gerados pelas lavouras de fumo. Indiretamente, a fumicultura representa cerca de 6% e 8% nas receitas correntes destes municípios, respectivamente. Arrecadam de retorno de ICMS somente do fumo 17 (Chapadão do Lageado) e 32 (Santa Terezinha) vezes mais do que arrecadam com impostos sobre a propriedade. Analisando rapidamente o quadro, é fácil perceber que, dos municípios relacionados, somente o de Ituporanga consegue arrecadar mais com Impostos sobre a Propriedade do que com o retorno do ICMS gerado pela fumicultura.

Partindo deste quadro pode-se ter uma amostra do que representam as lavouras de fumo para a receita dos municípios. No que se refere à receita municipal, os resultados são ainda maiores para os municípios sede de usinas de processamento de fumo, como é o caso de Blumenau, SC. Este município não produz fumo, porém tem no seu território uma usina de processamento de fumo da Souza Cruz. Para se ter uma idéia do que isso representa para o município, basta saber que apesar de Blumenau ser uma cidade industrializada, segunda em retorno de ICMS no Estado, a empresa que lhe confere o Maior VA é a Souza Cruz. A fábrica localiza-se em uma área totalmente residencial da cidade, os moradores próximos ao local reivindicam há anos que a empresa seja transferida para outra área, sem sucesso.

2.3.3 Estado do Rio Grande do Sul

É no Estado do Rio Grande do Sul (RS), que se concentra a maior produção de fumo em folhas do Brasil, e conseqüentemente da região sul. Com a maior parte da produção localizada na região do Vale do Rio Pardo (VRP), o Rio Grande do Sul é responsável por cerca de 50% de toda a produção entre os três estados do sul do Brasil. Assim como no Estado do Paraná e em Santa Catarina, a cultura do tabaco no RS também é realizada em pequenas propriedades, alicerçada na agricultura familiar. Como a maior parte da produção está localizada no VRP, cerca de 39,2 % de todo o tabaco produzido no RS, o complexo industrial de transformação e beneficiamento desse tabaco, também está instalado nesta região. Neste vale, destacam-se três dos cinco maiores municípios produtores do Estado: Venâncio Aires, Candelária, e Santa Cruz do Sul. O restante da produção tem origem em outras duas regiões, com quantidades significativas, sendo que no Centro-Sul, município de Camaquã é o maior produtor, e no Sul, com destaque para o município de Canguçu (GOVERNO DO RS, 2007a).

2.3.3.1 O Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a CQCT

Acompanhando a mesma lógica da AFUBRA e do SINDITABACO, como será relatado adiante, o governo estadual do RS demonstrou-se contra a ratificação desde o início. O que se destaca no posicionamento do governo estadual é a adoção de argumentos utilizados pelas organizações representativas da indústria e dos fumicultores.

Posicionamento baseados em argumentos – apresentando uma visão distorcida da CQCT, utilizados pelas organizações de representação da indústria e dos fumicultores, bem como pelos representantes do governo do RS. Na ocasião o INCA produziu e disponibilizou material explicativo com esclarecimentos acerca da CQCT, dentre estes principal publicação foi *Porque aprovar a convenção-quadro para o controle do tabaco?* (INCA, 2004).

No ano de 2004, representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG/RS) procuraram o governo estadual preocupados com o processo de ratificação da CQCT. Segundo o presidente da entidade, a ratificação da CQCT lavaria os produtores a uma situação delicada, sendo que a substituição da

cultura do tabaco acarretaria em grandes prejuízos à economia do RS. Diz o presidente da FETAG, na reunião com o chefe da casa civil do Estado:

O Estado é responsável por 51% da produção brasileira e emprega direta e indiretamente 290 mil trabalhadores. Eles não estão na atividade por opção e sim como forma de garantir o sustento das famílias no meio rural (GOVERNO..., 2004a).

Na mesma ocasião, a resposta do representante do governo e chefe da casa civil veio rapidamente:

Estamos ao lado dos produtores nesta luta que é de extrema importância para a economia do Rio Grande do Sul e, em especial, para milhares de famílias que dependem diretamente desta atividade (GOVERNO..., 2004a).

Participando da abertura da 5ª Expoagro/AFUBRA, em Rio Pardo, o então Governador do RS, Germano Rigotto, classificou a CQCT como absurda, supondo que a mesma previa a substituição da cultura do tabaco. Segundo o governador,

os grandes países não assinaram, mas há pressão para que o Brasil subscreva. O país não vai desperdiçar tudo que o setor construiu até hoje. Nossos agricultores e indústrias desenvolveram alta tecnologia e produtividade (GOVERNO..., 2005a).

Naquele momento Rigotto comprometeu-se publicamente em acompanhar as discussões junto ao Senado, e ainda liderar um movimento em nível nacional afim de evitar maiores prejuízos para o setor fumageiro. Em setembro de 2005, durante uma audiência pública coordenada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, em Camaquã-RS, o governador foi mais incisivo, dizendo que o Brasil não poderia tomar decisões sobre a substituição gradativa da produção de tabaco sem que o governo federal se responsabilizasse pelo destino das 2,4 milhões de pessoas¹⁵ que vivem dessa atividade no país. Além disso, teria que se considerar que os investimentos feitos pela fumicultura somavam R\$ 2,7 bilhões (GOVERNO..., 2005b). Na mesma ocasião, o governador ainda afirmou que os municípios e os estados não aceitariam assumir as responsabilidades que são do governo federal, e que não seriam os recursos do PRONAF ou de outros semelhantes que iriam “garantir o amparo técnico e financeiro para a substituição do plantio de fumo por outras culturas” (GOVERNO..., 2005b). Ainda em 2005, na solenidade de abertura da 11ª Expocal e 3ª Festa do Cavalo,

¹⁵ Este dado também foi utilizado pela AFUBRA E SINDITABACO, e é questionado tanto pela FETRAF-SUL, como pela ACTBR.

o secretário de agricultura e abastecimento do Estado do RS também demonstrou publicamente o descontentamento do governo estadual com a CQCT.

O fumo do RS é em grande parte exportado e a sua produção cresce em importância por envolver questões econômicas e sociais, como os empregos gerados e os tributos revertidos para os municípios. Além disso, há a impossibilidade de o governo federal garantir uma alternativa ao setor de uma forma rápida. Essa convenção-quadro não pode ser aprovada (GOVERNO..., 2005c).

Por meio das declarações do governador, e dos demais representantes do governo do Estado do RS, fica evidente qual o posicionamento da administração estadual com relação ao processo de ratificação da CQCT. Em 2008, dois anos após a ratificação da CQCT, a Secretaria de Estado da Saúde do RS – considerada uma das instituições-chave para a implementação da CQCT – recebeu representantes da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). A secretaria foi convidada pelo governo brasileiro para participar da elaboração de diagnóstico da capacidade brasileira para formulação e implantação de políticas eficazes de controle do tabaco. Como veremos adiante, o governo do Estado do RS teve um comportamento muito semelhante ao das entidades de representação da indústria (SINDITABACO) e dos fumicultores (AFUBRA).

2.3.3.2 Atuação da Secretaria Estadual da Saúde

A Secretaria Estadual de Saúde do RS (SES-RS) demonstra preocupações e atuação no controle do tabagismo. Participa da agenda do MS/INCA, além de planejar e implementar outras ações neste sentido. No evento denominado *Dia Nacional de Combate ao Fumo* (29 de agosto), a secretaria tem participado todos os anos com uma programação bastante diversificada. De 2002 a 2008 (período pesquisado), a secretaria promoveu (na semana do referido evento) visitas às instituições hospitalares com o objetivo de divulgar a importância do mesmo. Houve distribuição de material impresso educativo, material com instruções para parar de fumar, divulgação em repartições públicas, visita a ambulatórios, além de um serviço de médicos e técnicos de saúde, que orientaram a população sobre os malefícios do cigarro. Neste último caso, foram feitos exames de espirometria para medir a sua capacidade pulmonar em fumantes. Foi realizado evento denominado *Largada do Cigarro - Deixe de Fumar Correndo e a*

Caminhada pela Vida. Também foram realizadas apresentações culturais (referentes ao tema) e exposição de desenhos de 1ª a 4ª série. Foi realizado curso de capacitação do programa saúde nas escolas (visando capacitar profissionais para serem multiplicadores entre os professores, para que estes possam trabalhar com os alunos em sala de aula o tema *tabagismo e/ou* fatores de risco). Em 2008, promoveu atividades, como palestras e blitz, desenvolvidas na escolas da rede pública e particular. As atividades visaram fortalecer iniciativas voltadas para a prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes (GOVERNO..., 2008a).

Nas rotinas normais da secretária, a mesma discute ações contra o tabagismo, promove palestras, debates, seminários, etc. No ano de 2002, desenvolvendo ações no combate ao fumo, o Programa de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco de Câncer, da SES-RS, realizou um encontro de coordenadores municipais para debater a implantação dos centros de referência em abordagem e tratamento do fumante¹⁶. O seminário contou com a participação de mais de 60 municípios. Segundo informações do Governo gaúcho,

Desde 2002, foram capacitados 959 profissionais de 462 Unidades de Saúde (US) em 241 municípios do Rio Grande do Sul. Atualmente, o programa conta com 170 US cadastradas para tratamento do fumante em 123 municípios gaúchos (GOVERNO..., 2008b).

Em 2006, SES-RS anunciou nova ofensiva contra o tabagismo. Depois do resultado da pesquisa do INCA e MS, já citada, que revelou Porto Alegre como a capital brasileira com maior prevalência de fumantes (25,2% da população), a secretaria identificou a necessidade de intensificar as ações de controle do tabagismo no Estado. Segundo o secretário estadual da Saúde, João Gabbardo dos Reis,

É necessário intensificar as ações no sentido do cumprimento da legislação existente. Precisamos seguir os exemplos de países europeus que não permitirão mais o uso de cigarros nos bares e restaurantes, entre outros, a partir do próximo ano (GOVERNO..., 2006a).

No que se refere ao cumprimento da legislação, desde 2005 a secretaria afirma estar implantando o programa Ambientes Livres do tabaco, no RS, conforme previsão na lei federal 9294/96, especialmente em bares e restaurantes. Conforme Gabbardo,

¹⁶ Instituídos pela Portaria MS nº 1.575, de 29 de agosto de 2002.

Queremos estimular os proprietários de bares e restaurantes a oferecerem ambiente livre de tabaco e com isto ter preferência do mercado em que 75% não são fumantes, e que vão preferir um restaurante com a garantia de que não vão sentar-se ao lado de um fumante que vai acender um cigarro no momento do seu jantar ou almoço (GOVERNO..., 2006a).

Por intermédio das declarações de Gabbardo e da equipe da SES-RS, percebe-se que já em 2006 no RS havia um forte debate no que concerne a ambientes livres do tabaco¹⁷. O secretário, fazendo referência a possível queda de faturamento de bares e restaurantes, diz o seguinte: “nos países que adotaram medidas contra o tabagismo, as estatísticas mostram que a frequência aos estabelecimentos não caiu, pelo contrário: aumentou” (RS, 2006). Com relação aos fumódromos,

Seria necessária a construção de uma área que impedisse a circulação de ar e fumaça de um ambiente para outro, isolada, com ventilação e exaustão, o que dificilmente é aplicado hoje em dia. Quem atenderia as pessoas nesses locais? Os garçons que prestassem serviços poderiam contrair alguma patologia a longo prazo, o que geraria demandas judiciais para os proprietários e para órgão o concessor do alvará de funcionamento, como já ocorre em ações impetradas por sindicatos europeus (GOVERNO..., 2006b).

Segundo informações do governo do RS, no ano de 2006 a justiça estadual proibiu o uso do tabaco em ambientes coletivos em Porto Alegre. Esta medida foi adotada com exceção para as áreas destinadas exclusivamente a esse fim, desde que devidamente isoladas e com arejamento conveniente, com sanções progressivas aos responsáveis pelos estabelecimentos que não cumprirem a lei (GOVERNO..., 2007b).

2.3.3.3 Ações de apoio a diversificação

No Estado do Rio Grande do Sul, mesmo antes da ratificação da CQCT, existiram ações governamentais visando a diversificação ou reconversão das lavouras de tabaco. Embora tratando-se de ações isoladas, sem articulação com programas e metas de governo, por exemplo. No ano de 2002, a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais do RS, por intermédio do Programa de Economia Popular

¹⁷ Debate que está intensificado atualmente com a aprovação da lei nº 13.541, de 7 de maio de 2009, que proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, no estado de São Paulo, sancionada pelo governador José Serra.

Solidária (ECOPOPSOL), apoiou a instalação de uma indústria de laticínios pela Cooperativa de Pequenos Produtores de Leite da Região Sul (COOPAL). A Coopal na ocasião contava com 670 famílias associadas. Segundo o discurso do diretor do Ecopopsol, “A meta é substituir a produção de fumo, que requer aplicação intensiva de defensivos tóxicos pelo cultivo de pomares de frutas” (GOVERNO..., 2002a).

Desde 2003 a Secretaria Agricultura e Abastecimento do RS, a Emater e a Souza Cruz vêm estabelecendo parcerias para a execução de um programa chamado Plante Milho e Feijão Após a Colheita do Fumo. Segundo o Governo do Estado,

o objetivo é melhorar a rentabilidade e auxiliar na viabilidade da pequena propriedade rural, com ampliação da oferta de grãos, incentivo ao uso racional do solo e orientação para aproveitamento da adubação residual do fumo (GOVERNO..., 2004b).

Conforme o diretor da EMATER, a medida estimula o fumicultor a ter alternativa de renda. Afirma que a entidade procura alternativas para melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais (GOVERNO..., 2004b). Em outra ocasião, a respeito deste mesmo programa, que permanece em forma de convênio renovado todos os anos, o Secretário Estadual da Agricultura complementa dizendo que "A fixação do homem do campo passa hoje pela diversificação da sua produção" (GOVERNO..., 2008c).

Em 2004, durante um encontro para discutir um projeto socioambiental em Santa Cruz do Sul, a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), propôs uma pesquisa para melhorar o rendimento e a qualidade do fumo. A idéia era introduzir sorgo, feijão e outras culturas economicamente viáveis, em sistemas de produção em rotação. Visava aproveitar melhor a fertilização residual da terra e monitorar os efeitos de erosão e degradação ambiental decorrentes das lavouras de tabaco. Em 2005, técnicos da EMATER, AFUBRA e SINDITABACO reuniram-se para discutir o desenvolvimento de um programa para incentivar a produção de frutas e hortaliças, como complementação à fumicultura. Segundo Afonso Hamm, diretor da EMATER e coordenador de um programa chamado Profruta,

O objetivo inicial é identificar espécies mais adaptadas às regiões onde o fumo é cultivado, como os vales do Rio Pardo e Taquari e Zona Sul. Também é importante que o período de produção não seja o mesmo do fumo, evitando a sobrecarga de mão-de-obra em determinadas épocas do ano. A produção de frutas, hortaliças e

legumes devem ser novas opções de atividade na propriedade, mas é importante que não sejam as únicas (EMATER-RS, 2005).

Ainda em 2005, o Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do RS anunciou que o fumo seria objeto de estudo para o desenvolvimento de alternativas de produção, além do cigarro. Conforme o secretário, as pesquisas de aproveitamento da cultura seriam elaboradas pela Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) e pela Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO). O principal objetivo da pesquisa, segundo seus idealizadores, seria “comprovar que o fumo não serve apenas para fumar” (GOVERNO..., 2005d).

Anualmente, a EMATER também apóia a Expoagro AFUBRA, que é uma feira de agronegócios realizada pela AFUBRA. Com o propósito de garantir a participação dos fumicultores na feira, a EMATER organiza excursões em diversos municípios. Na feira, a EMATER oferece um espaço, no qual apresenta aos agricultores diversas alternativas para a diversificação das atividades rurais nas propriedades, como, por exemplo, a produção de arroz, pastagens para bovinos de corte e de leite, criação de peixes, produção de milho e feijão após do fumo, mandioca, ovinos para a propriedade familiar, piscicultura, marrecos-de-pequim, criação de galinhas, fruticultura, hortaliças, e turismo rural.

No que se refere às alternativas viáveis à fumicultura, o governo do RS dispõe de propostas como o Programa Estadual de Fruticultura (Profruta), que considera a possibilidade de diversificação e consorciação do fumo com frutas. Segundo o secretário de agricultura de Santa Cruz do Sul em 2006, Benno Kist, há significativas oportunidades de produção. O secretário informa que “A região apresenta déficit de produção de 90% no setor frutícola. O mercado é abastecido com produto de fora da região” (GOVERNO..., 2006c). Informa ainda a existência de um CEASA regional, que é um meio de aproximação com o mercado consumidor.

A EMATER participa também de outro programa destinado à diversificação, que é o *programa de diversificação de atividades alternativas ao cultivo do tabaco*, em conjunto com o MDA, cujo objetivo é

introduzir pomares e hortas demonstrativas que visem reduzir, gradativamente, a cultura de tabaco. Além do incentivo à fruticultura e à olericultura, também é linha mestra do Programa capacitar extensionistas rurais com vistas a qualificar o serviço prestado aos agricultores familiares (EMATER-RS, 2007a).

Segundo Derli Paulo Bonine, assistente técnico da EMATER, o programa, em estudo desde 2004, já foi implantado em 34 unidades de experimentação em várias propriedades rurais. “Nessas unidades, os produtores disponibilizam a área e têm o monitoramento dos extensionistas da EMATER” (EMATER-RS, 2007b).

Uma experiência relevante foi relatada na 3ª Festa Regional da Abóbora, em Ivorá-RS. Segundo o relato do prefeito do município, o cultivo da abóbora está modificando o perfil econômico e social das comunidades locais. “As famílias estão trabalhando com mão-de-obra reduzida em relação às áreas de cultivo de fumo e com aplicação de defensivos agrícolas infinitamente menores” (GOVERNO..., 2008d). Com o apoio da EMATER, a prefeitura vem estimulando a substituição do cultivo do tabaco por abóboras desde 2006.

No que se refere à diversificação nas áreas cultivadas com tabaco, nas propriedades dos fumicultores, a EMATER vem desenvolvendo um trabalho. Há dois aspectos que merecem atenção: a) a proximidade com a AFUBRA e o SINDITABACO, o que pode acabar influenciando as diretrizes e perspectivas no processo de desenvolvimento das políticas de diversificação; b) o distanciamento da EMATER em relação aos programas e políticas do governo Federal, no que se refere a extensão rural e alinhamento com outros programas. Também é perceptível a indefinição no que concerne à diversificação ou reconversão, a exemplo do MDA e do MAPA. Portanto, este posicionamento não é consenso entre técnicos, diretores e outros representantes do governo estadual do RS, que em determinados momentos propõem reconversão, em outros a diversificação.

2.3.3.4 Relacionamento com a indústria

O Estado do Rio Grande do Sul como maior produtor de tabaco do Brasil, também é o reduto industrial do setor. Devido ao poderio econômico internacional que comanda a atividade fumageira no Brasil, e o que esta representa para a economia do Estado do RS, o relacionamento entre governo e indústria é estreito. Vale ressaltar que este relacionamento não ocorre sem conflitos, como atesta a situação atual, de enfrentamento por conta do não repasse de créditos de ICMS pelo Estado às fumageiras, que já resultou na transferência de usinas de processamento para Santa Catarina. Mesmo assim, esta relação é marcada principalmente pela dependência econômica que o governo estadual tem, em termos de

arrecadação de impostos, manutenção do nível de emprego e do homem no campo. A indústria oferece apoio financeiro, institucional e incondicional para a manutenção das suas atividades no RS e no país. Não cabe aqui relatar quando, como e por que a atividade instalou-se no RS, mas como ela se mantém firme e forte ao longo desses quase cem anos. Porém, detalhes sobre a instalação do complexo industrial fumageiro no RS, mais precisamente no Vale do Rio Pardo (VRP), poderão ser conhecidos por meio de uma tese de doutoramento, produzida por Rogério Leandro Lima da Silveira. A obra traz com detalhes o resgate histórico do processo de formação do território: a dinâmica relacional entre a constituição, o funcionamento do complexo agroindustrial do fumo e a produção do espaço urbano e regional (SILVEIRA, 2007).

Como é evidenciado nos próximos capítulos, a conjuntura mundial dos anos 2000 trouxe investimentos significativos ao setor fumageiro, especialmente para o Brasil. Em 2003, ao participar da inauguração da ampliação da unidade industrial da Universal Leaf Tabacos, no município de Santa Cruz do Sul-RS, o então Governador do Estado, Germano Rigotto, proferiu o seguinte comentário:

Este ato assinala a ratificação de um dos eixos que norteia nosso governo: a atração de investimentos e a dinamização do desenvolvimento econômico. Não importa o idioma que falem, a moeda com que operem, nem o porte que tenham. Não temos preconceitos. Temos conceitos. E um deles nos leva a acolher calorosamente quem queira aqui produzir, gerando postos de trabalho, riqueza e renda para nossa gente (GOVERNO..., 2003a).

Por meio deste comentário do governador, é possível perceber a dimensão econômica prevalecendo sobre todas as demais, principalmente éticas e socioambientais, ou seja, a sustentabilidade é concebida de forma simplista, economicista. Aliás, ao que parece, o viés econômico sempre aparece como uma barreira para todas as ações que se pretenda empreender, seja no controle do tabagismo ou nos programas destinados à diversificação nas lavouras ou para a melhoria da qualidade de vida do produtor. Em outra ocasião, na inauguração da fábrica da Souza Cruz em Cachoeirinha-RS, o governador em seu discurso revela mais das suas idéias, nos trechos reproduzidos no Box a seguir:

Box 3: *Trechos do discurso do governador Rigotto na inauguração da fábrica da Souza Cruz*

Bem avalio o que significa para cada um dos senhores e das senhoras este ato inaugural.

[...] Essa é uma das faces da atividade econômica numa economia livre: a integração do trabalho, na infindável teia de relações, decisões e ações que fazem girar o mundo dos negócios, dos empregos, dos dividendos, dos impostos, de tudo, enfim, que é de iniciativa privada e de iniciativa pública.

[...] Temos andado juntos, a empresa e o Rio Grande do Sul, sendo de se salientar o fato de que a cadeia do fumo é uma das cadeias produtivas mais bem articuladas e consolidadas no estado. Quarenta e cinco mil famílias de pequenos agricultores gaúchos operam diretamente nessa cadeia, só com a Souza Cruz.

[...] Estamos conversando – e essas conversações estão bem adiantadas – tendo em vista novos e expressivos investimentos da empresa em nosso estado. Tenho certeza de que esses entendimentos serão bem sucedidos. De outra parte, estamos integrando ações do Ministério Público federal e estadual, de nossos órgãos de segurança (a Brigada Militar e a Polícia Civil), da Polícia Federal, da Secretaria Estadual da Fazenda e da Receita Federal para o combate à pirataria e ao contrabando, que no caso deste setor responde por uma terça parte do mercado total. O dano que causa aos cofres públicos e ao mercado de trabalho é insuportável.

Senhores, senhoras. Quero louvar a integração comunitária da Souza Cruz bem como sua disponibilidade para estabelecer parcerias com o poder público estadual. Eu os parabeno por seus esforços no sentido de erradicar o uso de mão-de-obra infantil na lavoura. Sabemos dos programas "Plante milho e feijão", "Hortas escolares", "Clube da árvore", bem como o "Programa de desenvolvimento do jovem rural - Cedejor". Têm, também por isso, o nosso reconhecimento.

Tenham a certeza de que fazem muito bem, consolidando aqui suas posições no ano em que a Souza Cruz completa um século de existência e noventa anos de operação no Rio Grande do Sul. Não se trata de megalomania, mas não posso deixar de assinalar que os senhores, recentemente, inauguraram, em Santa Cruz do Sul, uma das maiores usinas de processamento de fumo do mundo. E, agora, abrem as portas desta que é uma das mais modernas fábricas de cigarros do mundo, num país que é o maior exportador de fumo do mundo (com 36% do mercado internacional), e num estado que é o maior produtor do país.

Aliás, nem todos sabem a importância do fumo para a economia do Rio Grande. Por isso, vale a pena sublinhar que ele é o segundo produto de nossa pauta de exportações, perdendo apenas para a soja.

Peter Drucker afirmou certa vez: "Onde houver um negócio bem sucedido, houve, antes, uma decisão corajosa".

Pois eu me permito corrigir. Investir no Rio Grande do Sul é uma obviedade. O que os acionistas da Souza Cruz fizeram ao decidir implantar esta unidade industrial foi exatamente o que eu faria se tivesse orientado minha vida para o mundo dos negócios empresariais. Investir aqui é investir no lugar certo. Aqui temos recursos naturais, infra-estrutura abundante, mercado interno sólido, fronteiras multinacionais e uma arraigada e bem sucedida cultura de trabalho.

Fonte: (GOVERNO..., 2003b).

Em dezembro de 2003, Germano Rigotto, acompanhado por outras autoridades participou do evento *Diálogo de Concertação: O Papel da Fumicultura para o Desenvolvimento e Instalação da Câmara Setorial do Fumo*, realizado em Santa Cruz do Sul. Neste evento, mais uma vez pôde-se constatar um discurso alinhado ao da indústria. Rigotto ressalta a importância da atividade fumageira para o Brasil e para o RS, enfatizando a importância do fumicultor nesse processo. Segundo o governador, "pela importância do produto, precisamos capitalizar os fumicultores e viabilizar negócios para as indústrias" (GOVERNO..., 2003c).

Em 2004 o Governador recebeu um grupo de representantes dos fumicultores. Este grupo, liderado pelos presidentes da FETAG e AFUBRA, buscava a participação do governo estadual nas negociações de reajuste do fumo com a indústria.

O pedido para que tenhamos um entendimento entre as duas partes será feito aos representantes da indústria, para que melhorem esta proposta. O desacerto não é bom para ninguém: vai determinar a retenção do produto, vai criar problema para o produtor, para as empresas e para o Estado. Esse impasse deve se resolver rapidamente (GOVERNO..., 2004c).

Em maio do mesmo ano, Rigotto e o presidente da Souza Cruz, Nicandro Durante, assinaram um acordo de expansão do parque industrial da empresa, em Cachoeirinha-RS. Com uma previsão de investimento inicial na ordem de R\$ 312,4 milhões, a companhia iniciava um processo de transferência de duas unidades do grupo que estavam sediadas no Rio de Janeiro: O Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPD), referência mundial em tecnologia de cigarros e fumo e o departamento gráfico, um dos maiores da América Latina (GOVERNO..., 2004d).

Em 2005 Rigotto participou em Venâncio Aires-RS do ato de inauguração da nova linha de processamento de fumo da CTA-Continental Tobacos Alliance. Investimento de R\$ 50 milhões, e geração de 500 empregos (RS, 2005e). No mesmo ano, recebeu da Souza Cruz um protocolo de intenções para instalação de *call center* em Cachoeirinha, num empreendimento na ordem de R\$ 10 milhões. Ainda em 2005, inaugurou a nova fábrica de processamento de talos da Souza Cruz, em Santa Cruz do Sul, investimento na ordem de R\$ 14 milhões, com incentivos do FUNDOPEM¹⁸. Em 2006, a Tabacos Marasca anunciou investimento de R\$ 15,3 milhões na instalação de uma linha de industrialização de fumo no município de Venâncio Aires. Do total investido pela empresa, R\$ 9,2 milhões foram financiados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) (GOVERNO..., 2006d).

No ano de 2007, recentemente empossada como governadora, Yeda Crusius, inaugurou o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Souza Cruz. Na solenidade, a governadora destacou a importância do setor para o Estado do RS.

A empresa criada por Albino Souza Cruz sempre manteve vínculos com o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. O centro de pesquisa é um pólo multiplicador de resultados científicos e aproveitamento de recursos humanos de elevada qualificação (GOVERNO..., 2007c).

¹⁸ FUNDO OPERAÇÃO EMPRESA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, foi instituído em 1972 e vem sendo ampliado desde então. Seu objetivo é estimular a expansão e implementação de empresas industriais de pequeno, médio e grande portes, em âmbito setorial e regional, interessadas em investir no estado.

Na mesma solenidade, Yeda e a direção da Souza Cruz assinaram um protocolo para a instalação do parque gráfico da Souza Cruz, localizado no complexo industrial da companhia – município de Cachoeirinha-RS. Neste empreendimento seriam investidos cerca de R\$ 162 milhões (GOVERNO..., 2007c). Em 2008 a Souza Cruz anunciou a criação do referido parque gráfico. Na ocasião, o diretor adjunto da empresa, Glauco Humai, informou para a governadora que a cada dois anos a empresa realiza um investimento no Rio Grande do Sul.

Em 2003 inauguramos a fábrica, em 2005 inauguramos o Data Center, em 2007 lançamos o Centro de Pesquisa, em 2008 vamos lançar, no próximo dia 30, a pedra fundamental do parque gráfico e, em 2009, vamos inaugurá-lo (GOVERNO..., 2008e).

Segundo Humai, o complexo industrial de Cachoeirinha absorveu investimentos superiores a R\$ 500 milhões, com capacidade para produzir cerca de 45 bilhões de unidades de cigarros por ano. A fábrica é tida como uma das maiores e mais modernas do planeta no ramo. Após o seu projeto inicial em 1997, passou por diversas alterações e repactuações de incentivos do FUNDOPEM, em vigor, com um protocolo de intenções firmado em 17 de fevereiro de 2005, ratificado em março de 2007 (GOVERNO..., 2008f).

Em abril de 2009 foi anunciado que o Bannisul estaria injetando no setor fumageiro cerca de R\$ 265 milhões de reais. Destes, o banco já havia liberado recursos para investimentos na ordem de R\$ 165 milhões, para os produtores rurais do setor e para as empresas fumageiras. A instituição liberou ainda R\$ 100 milhões para a comercialização da Safra. Segundo o presidente do banco, a medida tem uma significativa abrangência social, e “em apenas uma operação realizada foram beneficiadas 244 famílias no valor total de R\$ 1,5 milhão” (GOVERNO..., 2009).

No mês de junho de 2009, uma publicação na Folha de São Paulo on-line denunciou a concessão de R\$ 150 milhões em incentivos fiscais do governo do RS para a Souza Cruz. Segundo o informativo, o incentivo seria um compromisso para ressarcir a construção do parque gráfico da empresa no município de Cachoeirinha (Folha on-line, 2009). Conforme a matéria,

O Rio Grande do Sul é o Estado brasileiro que dá mais incentivos à indústria do cigarro. Entre 1997 e 2008, o Estado permitiu que a Souza Cruz usufrísse incentivos de R\$ 1,4 bilhão – uma média anual de R\$ 116,7 milhões (Folha on-line, 2009).

A matéria ainda compara o Estado de Minas Gerais (MG) – onde está localizada a maior fábrica de cigarros da Souza Cruz e da América Latina –, com o Estado do Rio Grande do Sul. Na comparação, revela que o Estado Mineiro não concedeu nenhum tipo de incentivo para a empresa, apesar de arrecadar, em impostos, valores superiores aos do RS. Segundo a matéria,

No ano passado (2008), a fábrica de cigarros pagou R\$ 232,43 milhões em ICMS para Minas Gerais, enquanto o governo gaúcho recolheu R\$ 182 milhões – 44% a menos do que o valor recolhido pela Secretaria da Fazenda mineira (Folha on-line, 2009).

Além de se tratar de medida que contraria as diretrizes da CQCT, gerando uma contradição do Estado Brasileiro diante das Nações Unidas, a concessão dos incentivos parece não seguir uma lógica habitual utilizada para a concessão de incentivos fiscais. Para o economista Clóvis Panzarini, conceder R\$ 150 milhões de incentivos para um negócio que gera cerca de 250 empregos não é um bom negócio para as finanças públicas. O economista compara: "cada emprego custou R\$ 600 mil. Com esse dinheiro, você poderia pagar R\$ 1.300,00 por mês para um professor por 35 anos. E ele daria aula, não fabricaria cigarro" (Folha on-line, 2009).

Na descrição das perspectivas do Estado Brasileiro, proposta como um dos objetivos específicos desta dissertação, certamente muito poderia ser acrescentado, em termos de informação. Procurou-se selecionar os fatos e eventos mais marcantes.

Na esfera federal, teve-se a oportunidade de observar a atuação dos principais ministérios envolvidos na missão de implementar a CQCT no Brasil. Esta descrição proporciona uma visão da dimensão do desafio que se tem pela frente no que se refere à implementação da CQCT. É evidente a falta de integração e alinhamento político entre os órgãos governamentais na esfera federal. A situação piora quando são analisados os posicionamentos dos governos estaduais, já que se percebe uma total falta de sintonia entre eles. Sendo assim, primeiramente é necessário repensar uma forma de integração entre os ministérios, responsáveis pela formulação de políticas públicas para o País. Num segundo momento, é necessário integrar os governos estaduais e os municípios no aprimoramento das políticas públicas desenvolvidas. Noutro momento, é necessário debater a formulação e a implementação dessas políticas com a sociedade. Portanto, é preciso que haja o rompimento das culturas e ideologias políticas, principalmente do

corporativismo e do clientelismo, para que o Estado realmente possa implementar alguma política com resultados positivos. Do contrário, o país continuará investindo mal e desperdiçando os seus recursos. Todavia, o Estado é apenas um componente do problema. No próximo capítulo, são destacadas informações sobre a indústria, com o propósito de situar e identificar as suas perspectivas. Desta forma, vai-se ampliando o campo de visão em busca da formação de um pensamento complexo sobre o tema.

CAPÍTULO III: PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA: SINDITABACO E SOUZA CRUZ

Na construção deste capítulo buscou-se identificar as perspectivas da indústria fumageira, com o advento da ratificação da CQCT pelo Brasil. A busca por essas perspectivas, foi realizada por meio de documentos, como os periódicos do SINDITABACO, e os relatórios da administração da Souza Cruz. Pretendeu-se elucidar tais perspectivas, por meio do levantamento das estratégias e da postura do setor, frente as ações de implementação da CQCT. No decorrer deste, também será tratado de demonstrar as principais estratégias do setor, bem como de que forma este vem construindo uma imagem de liderança e ocupando posição de destaque no meio empresarial. Ainda no que se refere a postura do setor frente a CQCT, um breve demonstrativo acerca dos recursos destinados a investimentos no setor produtivo, servirá para a construção deste cenário, em busca de uma visão complexa do contexto. Nessa construção, ainda serão trazidas informações referentes ao Brasil no mercado externo de fumo em folhas, bem como informações sobre o mercado interno de cigarros. No desfecho, uma abordagem sobre as perspectivas da Souza Cruz, que lidera o setor fumageiro no Brasil, além de fazer parte de um dos maiores conglomerados do setor, no mundo.

3.1. A indústria do tabaco: posicionamento, estratégias e perspectivas.

3.1.1 O posicionamento da indústria frente à CQCT

Antes mesmo da ratificação da CQCT pelo Brasil, o governo brasileiro já havia adotado algumas medidas previstas no seu texto. É possível que a mais significativa delas, na época e até hoje, tenha sido o sancionamento da lei federal que impunha medidas de restrição à publicidade do cigarro, no ano 2000. Na época a resposta do setor fumageiro veio prontamente alegando que as medidas feriam a liberdade de expressão, o direito à informação e a liberdade de escolha do consumidor. Em contrapartida, os representantes da indústria sinalizavam para algo não muito comum, começando a reconhecer publicamente, a necessidade de se discutir a prevenção do consumo de produtos derivados de tabaco por parte de crianças e adolescentes. Da

mesma forma, admitiam a importância da divulgação de informações confiáveis sobre estes produtos e os riscos a eles relacionados.

Como será visto adiante com maiores detalhes, o período compreendido entre o ano 2000 e 2008 foi marcado pelo alto desempenho das safras de fumo. Neste período, houve aumentos significativos na produção brasileira, com incrementos na produtividade do uso da terra, e principalmente na qualidade¹⁹ do fumo colhido nas lavouras. Ao que tudo indica, a indústria trabalhou intensamente nos CPDs (Centros de Pesquisa e Desenvolvimento) e junto aos produtores, para que estes resultados pudessem ter ocorrido²⁰. É certo que neste percurso houve pequenas oscilações negativas na produção de determinada safra, por fatores climáticos, porém o faturamento do setor seguiu em escala crescente.

Diretamente a indústria pouco se manifestou acerca das suas restrições com relação à CQCT. Aliás, para a indústria do tabaco, quanto menos envolvimento em questões polêmicas, melhor, visto que a própria atividade fumageira já se configura como uma das mais polêmicas da atualidade. Desta forma, a indústria faz as suas manifestações por intermédio de organismos da sua representação, principalmente o SINDIFUMO (atualmente SINDITABACO), e ABIFUMO. Trata-se de uma estratégia corporativa, de atuação em rede, visando evitar confronto direto das empresas com a imprensa e órgãos públicos de saúde ou ONGs. Durante o processo de ratificação da CQCT pelo Brasil, estas organizações exerceram um papel muito forte contra a ratificação, pressionando o Congresso Nacional com veemência, com o intuito de impedir ou de retardar ao máximo a ratificação do tratado pelo Brasil. As instituições representativas da indústria assumiram uma postura aparentemente de desespero, chegando a salientar em determinados momentos que a CQCT levaria à proibição do plantio do fumo no país. Neste sentido os argumentos contrários tiveram como viés principal as questões socioeconômicas dos fumicultores. O box a seguir, reproduz parte do editorial do Jornal informativo do Sindicato da Indústria do Fumo.

¹⁹ Qualidade, aqui, no sentido em que interessa à indústria e à abordagem disjuntora-redutora da ciência, que desconsidera a saúde do consumidor, apesar da retórica.

²⁰ A indústria investe altas somas em pesquisa e desenvolvimento, procurando além de aprimorar a genética das plantas (que pode ser caso do fumo supernicotinado ou fumo louco), aperfeiçoar os efeitos dos produtos derivados do tabaco (caso da descoberta sobre a adição de amônia no tabaco para aumentar a dependência dos usuários). Ver mais em Boeira, (2002).

Box 4: Trechos do editorial do Jornal informativo do Sindifumo

Em que pese o bom momento do setor fumageiro do Brasil, a possibilidade de ratificação do país à Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o controle do tabaco representa uma séria ameaça à continuidade desta importante atividade agroindustrial. Na medida em que a proposta da OMS visa reduzir a demanda e a oferta de tabaco no mundo, a ratificação brasileira pode significar uma sensível diminuição na produção nacional. E, como consequência, a eliminação de mais de dois milhões de oportunidades de trabalho e renda que a cadeia produtiva do fumo proporciona. Os sérios reflexos econômicos e sociais que a medida causaria principalmente nos municípios onde a fumicultura está presente foram responsáveis por uma ampla mobilização envolvendo todos os integrantes da cadeia produtiva e das próprias comunidades em que a cultura está inserida. Felizmente, as manifestações questionando a ratificação do Brasil na Convenção-Quadro sensibilizaram o Governo Federal e o Senado, que decidiram postergar esta definição, permitindo, assim, um debate mais amplo em torno deste assunto. A expectativa agora é de que o setor fumageiro e as comunidades fortaleçam ainda mais os seus argumentos em defesa desta importante atividade agroindustrial, para que a fumicultura continue sendo a garantia de trabalho e renda para um grande universo de pessoas que dependem da atividade, bem como ao próprio governo pelo expressivo volume de tributos e divisas que o fumo proporciona.

Fonte: SINDIFUMO (2004)

O setor industrial fumageiro seguiu firme na sua posição contrária à ratificação, reunindo todo o tipo de argumento para sensibilizar, de um lado, os parlamentares e, de outro, a opinião pública, em especial os fumicultores. Segundo os representantes da indústria, a ratificação por parte do Brasil poderia significar uma redução substancial na produção de fumo e, conseqüentemente, a perda de milhares de postos de trabalho. Acarretaria prejuízos que atingiriam um universo de cerca de 2,4 milhões de pessoas envolvidas diretamente na atividade²¹, além de mais de um milhão de pessoas vinculadas à renda gerada pelos empregos nas indústrias do setor. Estes prejuízos se estenderiam dos fabricantes de insumos até os comerciantes responsáveis pelos postos de venda de cigarro. Para os cofres públicos as perdas seriam significativas na arrecadação de impostos, uma vez que somente no ano de 2003 a atividade gerou uma arrecadação de R\$ 6,4 bilhões em tributos. Outro argumento utilizado pelo setor foi de que, enquanto houver o consumo de fumo no mundo, algum país deverá produzi-lo. “Neste caso, que seja em solo brasileiro, para continuar gerando trabalho, renda e divisas para a nação”. (SINDIFUMO, 2004, p. 5). Para a indústria, as medidas previstas no texto da CQCT, e que representavam as maiores ameaças à atividade, eram a) relacionadas à redução da demanda, como por exemplo, a elevação da carga tributária; b) relacionadas à redução da oferta, ou seja, a substituição das lavouras de fumo. Segundo o setor industrial, essas propostas reduziriam a competitividade do produto no mercado externo, uma vez que o Brasil é o maior exportador mundial do produto. Uma

²¹ Número altamente questionado e contestado pela FETRAF-SUL.

das propostas do setor antes da CQCT ser ratificada era de aguardar o posicionamento de seus principais concorrentes no mercado internacional, para depois tomar a decisão de ratificar ou não. Para o SINDIFUMO, o Art. 17 da CQCT, que prevê apoio a atividades alternativas economicamente viáveis, não é realizável (SINDIFUMO, 2005). Ver box 5.

Box 5: Opinião do SINDIFUMO sobre o Art. 17 da CQCT

Substituição da cultura do fumo

Art. 17: prevê apoio a atividades alternativas economicamente viáveis

* Na prática, isto não será realizável, pois não existe ainda uma alternativa de produção agrícola tão rentável quanto a fumicultura para a agricultura familiar do minifúndio, onde os produtores de fumo estão inseridos.

* Questiona-se, ainda, que essa eventual produção alternativa também teria de ter uma assistência técnica e financeira de comprometimento total, como a que é prestada no sistema integrado pela indústria fumageira há mais de 80 anos.

* Sem o apoio e a segurança de um eficiente sistema integrado, seria desencadeado o êxodo neste meio rural, inclusive com reflexos no aumento dos cinturões de miséria das cidades-pólo.

Fonte: SINDIFUMO (2005)

Pelo transcrito no box 5, percebe-se uma manifestação pública do setor industrial, sugerindo primeiramente que não existe ainda uma alternativa viável, em seguida a incapacidade do governo em proporcionar essas alternativas viáveis aos fumicultores. Por último faz uma previsão de uma evasão em massa do trabalhador do meio rural para os grandes centros, com reflexos no aumento da pobreza. Por outro lado, reconhece alguns pontos positivos da CQCT, tais como o combate ao mercado ilegal e a venda de produtos derivados do tabaco a maiores de 18 anos. O combate ao mercado ilegal favorece a indústria.²² Atualmente cerca de 27,1% dos cigarros comercializados no Brasil são do comércio ilegal (ver gráfico 3). Quanto à venda de produtos a maiores de 18 anos, já estava prevista na lei 10.702, de 14 de julho de 2003. Outro ponto favorável à indústria brasileira do tabaco é a previsão de eliminação dos subsídios agrícolas para a atividade, o que torna o Brasil mais competitivo no mercado internacional frente aos Estados Unidos e à União Européia.

Finalmente em 27 de outubro de 2005 a CQCT foi ratificada pelo Senado Federal. Segundo publicação no Jornal informativo do sindicato da indústria do fumo,

Apesar da mobilização das entidades ligadas ao setor, o documento, que estabelece metas para a redução do consumo e da oferta de

²² Paradoxalmente, o comércio ilegal também favorece a indústria, ao estimular a experimentação do consumo e como consequência também a dependência química, que representa a maior garantia de mercado consumidor para a indústria.

tabaco no mundo, foi aprovado. Mesmo assim, o movimento contrário à assinatura foi bastante importante pois conseguiu o apoio de seis ministros, que se comprometeram a não prejudicar a produção de fumo no Brasil, base de uma cadeia produtiva de cerca de 900 mil pessoas somente no meio rural no Sul do país. Por isso, mesmo com a ratificação por parte do Brasil, a medida não deve trazer impactos a curto e médio prazo para a fumicultura brasileira. Conforme declaração interpretativa do Governo Federal, não há proibição para a produção de fumo, nem restrição a políticas nacionais de apoio aos agricultores que se dedicam ao cultivo. Os compromissos assumidos por seis Ministérios garantem que não haverá prejuízo aos produtores de fumo que quiserem continuar sua atividade. (SINDIFUMO, 2006, p. 10).

Vale destacar que, na maioria das manifestações, a entidade parece representar os fumicultores e não a indústria. Os comentários e argumentos sempre são proferidos como se os maiores afetados fossem os produtores, conforme sugere o manifesto acima. No entanto, não foi encontrada nenhuma declaração dos representantes da indústria, em defesa da atividade industrial, enfocando a sua capacidade instalada, nem o nível de investimento agregado do setor no Brasil. É como se o papel da indústria fosse apenas intermediário, o que não é verdade. Observando atentamente, é possível perceber que a indústria do tabaco sempre tenta passar despercebida nas eventualidades que ocorrem com o setor. Não é por acaso que consegue. Durante o processo de ratificação, a indústria aterrorizou os fumicultores, divulgando interpretações errôneas acerca da CQCT. O fato é que após a ratificação da CQCT, a indústria contabilizou saldo positivo, sendo que obteve o apoio de seis ministérios com a promessa documental pela manutenção da atividade, e como protetora dos seus agricultores. Surge uma nova perspectiva.

3.1.2 CQCT: a estratégia do setor no sul do Brasil

A indústria do tabaco pode ser reconhecida como uma das mais tradicionais, e com visão complexa dentre os diversos ramos da atividade industrial existentes no País. Tradicional, por existir há mais de 100 anos e ainda estar em expansão. Visão complexa, pela sua capacidade de articulação com os principais atores da cadeia produtiva e com diversos *stakeholders*: fumicultores, Estado, meios de comunicação de massa, vários setores empresariais, universidades e com a própria rede antifumo, ainda que neste caso a influência seja decrescente. A indústria do tabaco conhece profundamente os pontos fortes e as fragilidades de cada um desses atores, e parece

atuar prevendo as conseqüências de determinadas ações ou decisões. Complexa, porque compreende como ninguém o que seriam relações ideais entre o Estado e os fumicultores. Desta forma, a mesma exerce em diversos momentos e situações o papel de Estado (paternalista) perante os fumicultores. Complexa, porque reconhece profundamente o seu consumidor, e utiliza com maestria as mais diversas técnicas de *marketing*, não somente para vender seus produtos, mas para vender uma imagem de excelência empresarial e de responsabilidade social. Finalmente, tem uma visão complexa porque ela consegue posicionar-se dentro, e ao mesmo tempo fora de todo esse contexto, muitas vezes inviabilizando a nossa própria compreensão das suas ações. Se a análise de que a indústria enxerga todos estes cenários complexamente estiver correta, fica mais fácil compreender a sua habilidade em adaptar-se às situações adversas. Entretanto, a complexidade das estratégias da indústria tem um ponto fraco: a ética pública. Nem científica, nem política, nem filosoficamente parece razoável defender a noção de que a produção de cigarros seja sustentável.

No que se refere à CQCT e à estratégia do setor no sul do Brasil, existem ainda muitas incertezas, uma vez que o início da sua implementação é ainda muito recente. Neste sentido cabe perguntar: Será que a política de diversificação está resultando em redução efetiva da oferta? Tentar responder a esta questão torna-se algo temeroso. Infelizmente, na atual conjuntura do setor, com uma curva de investimentos crescentes, como será visto um pouco adiante, não é o que parece. A impressão que se tem, é de que a política de diversificação é funcional à reprodução e manutenção do sistema integrado e aos interesses dominantes. Como já foi visto apesar do governo seguir investindo em um plano de diversificação, não significa que isto implique em redução da oferta de tabaco. Contudo, haverá reflexos das ações de diversificação, e estas, tendem a se intensificar com o passar dos anos. Mesmo assim, as alternativas geradas, poderão servir paradoxalmente para manter a estrutura produtiva livre das críticas mais radicais.

Seguindo este raciocínio a impressão que se tem é de que o governo está atuando com lentidão no desenvolvimento dessas políticas de diversificação. Além disso, alguns estudos revelam que parte significativa dos fumicultores gostariam de migrar para outras culturas. Uma pesquisa coordenada por Virgínia Elisabeta Etges, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, revelou esta vontade entre os fumicultores da região do rio pardo, no Rio Grande do Sul. A pesquisa foi elaborada por uma equipe interdisciplinar, e a coleta de dados realizada entre agosto de 1999 e

novembro de 2001. A área pesquisada abrangeu a bacia hidrográfica do Rio Pardinho, especificamente os municípios de Gramado Xavier, Sinimbu e Santa Cruz do Sul, no centro do Estado do Rio Grande do Sul. Foram coletados dados em 147 propriedades rurais, em etapas distintas.²³ Dentre uma série de informações relevantes, a pesquisa demonstrou que 62% dos fumicultores (daquela região) gostaria de deixar o plantio do fumo. Não gostaria de deixar 33%, e 5 % não sabiam. Vale destacar um importante indicativo de oportunidade para a atuação do governo, apontado pela pesquisa:

Relacionando os entrevistados que afirmaram que gostariam de deixar de plantar fumo com os que responderam que gostariam de diversificar as atividades produtivas na propriedade, podemos observar que a diferença é mínima: 62%, no primeiro caso e 61% no segundo caso. Isto evidencia o interesse destes agricultores em permanecerem no meio rural, porém dedicando-se a outras atividades produtivas voltadas ao mercado (ETGES, et al, 2002, p. 31).

Para a indústria, esta informação pode ser um importante indicativo de que o fumicultor não pretende abandonar a agricultura, desta forma, esta pode se valer das leis de mercado, ofertando preços mais atrativos no caso de uma diminuição da oferta. Para os outros atores envolvidos na cadeia produtiva do tabaco, ajuda a desvendar um forte mito (implantado pela própria indústria), que supõe o êxodo rural do fumicultor, caso abandone a cultura do tabaco. Ainda para o governo, além de revelar a vontade de mudança por parte dos fumicultores, demonstra um nível de insegurança, ou de incerteza. Parte significativa dos fumicultores quer mudar da cultura do tabaco para outras culturas ou atividades, sem o abandono do meio rural. Porém, não sabem ainda quais as alternativas que lhes viabilizariam esta mudança.

Além de todo este conjunto de fatores, a indústria do tabaco tem que conviver com as fragilidades do mercado mundial e a desvalorização cambial do dólar frente ao real. Estes fatores, sem dúvidas representam uma forte ameaça aos lucros da atividade. Desta forma a indústria direciona suas estratégias em uma ponta para garantir a oferta do tabaco, e na outra para manter ou ampliar a demanda por seus produtos, seja no mercado nacional, ou internacional.

Segundo o SINDITABACO, no ano de 2001 (safra 2000/2001) o preço médio auferido pelos produtores pelo quilo do fumo foi 22,5% superior ao praticado na safra anterior. No mesmo ano (2000), o setor assinou junto ao Ministério Público de Santa

²³ Ver mais em Etges, et al, 2002.

Catarina um termo de ajuste de conduta com o objetivo de assegurar a preservação e ampliação das florestas nas pequenas propriedades catarinenses. No ano seguinte, numa parceria entre o SINDITABACO, AFUBRA, Fundação Gaia e a UNISC, surge o projeto denominado *fumo ecológico*,²⁴ cujo objetivo é estudar a produção de fumo sem agroquímicos. Em 2002, as empresas associadas ao SINDITABACO aprovaram a criação de um programa de certificação do sistema integrado de produção de fumo, visando manter, preservar e aperfeiçoar a produção de fumo no sul do Brasil. No ano de 2003, o SINDITABACO divulgou os primeiros resultados do projeto fumo ecológico, afirmando que os resultados indicavam a possibilidade de produzir fumo com volume e qualidade. Porém, economicamente, a produção sem agroquímicos ainda era inviável em razão da grande quantidade de mão-de-obra necessária para o controle de ervas daninhas e na aplicação de volumes ampliados de fertilizantes orgânicos, cuja disponibilidade é limitada. Trata-se de uma questão no mínimo curiosa, tendo em vista o tabaco naturalmente tratar-se de um produto altamente nocivo à saúde das pessoas, que benefício o fumo ecológico traria a saúde dos usuários do produto? Esta experiência, de produção dita ecológica do fumo, provavelmente faz parte de uma política de manipulação de símbolos. É possível que estrategicamente, a indústria queira vincular sua imagem à ecologia, ainda que seja apenas isso – retórica. Isso consequentemente tem potencial de ampliar e diversificar o mercado, então tem apoio da indústria.

No ano de 2004, a atividade fumageira registrou um crescimento de quase 70% em relação às últimas três safras imediatamente anteriores. Como consequência, o Brasil reafirmou a sua posição de segundo maior produtor e como maior exportador mundial de tabaco. Segundo o SINDITABACO,

este crescimento está alicerçado em um sólido sistema integrado de produção entre fumicultor e agroindústria, que resulta na produção de fumos de alta qualidade, com aceitação em mais de uma centena de países importadores (SINDIFUMO, 2004, p 2).

Em novembro do ano de 2004, foi anunciada a fusão da DIMON do Brasil com a Meridional de Tabacos, que originou a Alliance One International, uma das maiores do mercado de fumo em folha do mundo. Em 2005 preocupados com a concorrência internacional, o setor trabalhou fortemente na melhoria da qualidade e integridade do

²⁴ É razoável questionar: pode ser ecológico o plantio de fumo, considerando-se a quantidade de substâncias tóxicas da própria planta?

fumo, valorizando a importância da produção de fumos livres de qualquer impureza ou material estranho. Em 2006 e 2007, a indústria continuou investindo na qualidade e nas relações com os fumicultores. Instituiu programas de capacitação para produtores rurais familiares abordando temas como a busca do desenvolvimento sustentável e a implantação de uma cultura empreendedora, valorização da família, além da implantação de gestão de qualidade nos empreendimentos. Outra etapa do programa foi a capacitação técnica, com 80 horas de treinamento sobre educação ambiental, aplicação de defensivos agrícolas conforme a NR 31 e programa de qualidade total 5S.

3.1.2.1 A dinâmica empresarial do setor como parte da estratégia

Estar em evidência no meio empresarial repassando uma imagem de compromisso com a qualidade e competência gerencial é uma prática usual da indústria fumageira.

No ano de 2000, o diretor presidente da Universal Leaf Tabacos, Robert Earl Jones, foi eleito líder empresarial destaque pelo fórum de líderes empresariais do jornal Gazeta Mercantil, no segmento Bebidas e Fumo. No mesmo ano, o presidente da Souza Cruz, Flávio de Andrade, recebeu o troféu mérito empresarial, oferecido pela federação das indústrias do Estado do RS (FIERGS/1999). Em 2001 a Souza Cruz sagrou-se pela conquista inédita da certificação da ISO 9001, a ISO 14001 e a OHSAS 18001 de forma integrada. No mesmo ano, pelo segundo ano consecutivo o diretor presidente da Universal Leaf Tabacos, Robert Earl Jones, foi eleito líder empresarial destaque pelo fórum de líderes empresariais do jornal Gazeta Mercantil. Ainda em 2001, a Universal Leaf Tabacos e a Souza Cruz receberam o prêmio exportação 2001, oferecido pela Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB). No ano de 2002, a Universal Leaf Tabacos consagrou-se por ser a maior Empresa Exportadora do Sul, na categoria fumo, concedido pela FIESC e Revista Expressão. A KBH&C tabacos, por ter sido a empresa do setor que mais cresceu em exportações, entre 2000 e 2001, com um incremento de 124,01% no volume de fumo exportado, FIESC e Revista Expressão. O prêmio exportação 2002 da ADVB/RS foi dividido entre as empresas Universal Leaf tabacos, a Meridional de Tabacos, a Souza Cruz e a CTA (Continental Tobaccos Alliance S.A). A Brasfumo indústria brasileira de fumos, e a CTA S.A., receberam a certificação ISO 9001:2000. Já os Presidentes das Universal Leaf Tabacos, e Souza

Cruz receberam os prêmios: Líder Empresarial Destaque, Gazeta Mercantil, e o prêmio executivo de valor, conferido pelo jornal valor econômico, respectivamente. Em 2003, a Universal Leaf Tabacos recebeu o prêmio maior Empresa Exportadora do Sul. Setor Fumo, Fiesc e Revista Expressão, e o troféu destaque exportação, concedido pelo Jornal Gazeta do Sul e Rotary Club Santa Cruz. A CTA e a Meridional de Tabacos receberam o prêmio exportação da ADVB/RS. A Souza Cruz e a Universal Leaf Tabacos foram destaque Exportação, por terem conquistado a premiação por cinco anos ou mais (ADVB/RS). A KBH&C Tabacos e a Kannenberg foram pioneiras no setor fumageiro ao conquistar de forma integrada a certificação de seus processos desde a produção até a exportação de fumos, nas quatro normas de reconhecimento internacional: ISO 9001, Gestão da Qualidade, ISO 14001 (ambiental), OHSAS 18001 (Saúde e Segurança Ocupacional) e SA 8000 (responsabilidade social). A Dimon do Brasil Tabacos, recebeu a certificação na ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, e a Meridional de Tabacos, o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) certificado pela Ansi Rab, AOQC Moody International Certification com a ISO 9001/2000. Em 2004 a Souza Cruz, recebeu, novamente, a certificação integrada nas ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 e OHSAS 18001. A CTA e a Meridional de Tabacos receberam o prêmio exportação da ADVB/RS. As Souza Cruz e a Universal Leaf Tabacos novamente o prêmio destaque exportação, por terem conquistado a premiação por cinco anos ou mais (ADVB/RS). Em 2005, a Souza Cruz recebeu o prêmio exportação ADVB/RS – Categoria Máster. A CTA e a Universal Leaf Tabacos receberam o prêmio exportação ADVB/RS – Categoria Sênior. No ano de 2006, a Souza Cruz recebeu a certificação de manejo florestal das Fazendas Boa Vista, em Pântano Grande (RS), e Triângulo, em Rio Negrinho (SC). A certificação inédita no setor fumageiro foi conferida pela Rainforest Alliance e atende aos rigorosos padrões sociais, ambientais e econômicos definidos pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC), referência mundial em certificação de manejo florestal. A KBH&C Tabacos foi reconhecida como uma das 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil no Guia Exame - Você S/A - As Melhores Empresas para Você Trabalhar. A Alliance One passou pela primeira auditoria de certificação, após a fusão, nas Normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. A Universal Leaf, prêmio Top Cidadania concedido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos - RS (ABRH-RS). A Intab foi certificada pela ISO 9001: Gestão da Qualidade, e a Universal Leaf Tabacos e a CTA receberam o prêmio exportação ADVB/RS. Em 2007, a Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos e Universal Leaf Tabacos receberam o prêmio

maiores exportadoras do Sul (Revista Expressão), maior do RS e maior da região sul, respectivamente. Finalmente, ainda no ano de 2007, três empresas do setor fumageiro estavam entre as 150 Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil, segundo o Guia Você S/A: a CTA-Continental, que obteve o maior Índice de Felicidade no Trabalho (IFT) e o 2º lugar no ranking do setor alimentos, bebidas e fumo; a KBH&C Tabacos, agraciada pela segunda vez, destaque pela formação educacional dos colaboradores e pela remuneração via plano de participação dos resultados; e a Souza Cruz, que se sobressaiu pela oportunidade real que o colaborador tem de crescimento profissional dentro da companhia.

Diante de toda esta gama de premiações concedidas à indústria do tabaco sistematicamente, ano após ano, cabem diversas reflexões. A primeira diz respeito à saúde humana. Como já foi dito, o tabagismo é considerado a principal causa de morte evitável em todo o planeta. Ao fumar, a pessoa entra em contato com aproximadamente 4700 substâncias tóxicas diferentes, sendo que seus efeitos se alastram a terceiros, os fumantes passivos - não fumantes que acabam fumando involuntariamente por freqüentarem os mesmos ambientes dos fumantes. Somente no Brasil, o tabagismo é responsável por aproximadamente 200 mil mortes por ano. Este fato abre a oportunidade para novos desafios e questões de pesquisa: Como é possível que um setor vinculado a tantas mortes e doenças seja tão premiado? Que interesses sociopolíticos e comerciais estão vinculados a tais premiações? Como explicar a indiferença das organizações premiadoras e certificadoras quanto à saúde pública e à ética pública? Não haverá na metodologia utilizada nas certificações e nos critérios de premiação um pressuposto disjuntor-redutor, que facilita a desconsideração das interações entre produção, consumo e efeitos do consumo? Não haverá um pressuposto disjuntor-redutor que desconsidera valores éticos em função de interesses mercadológicos? O que muda na política dessas organizações premiadoras e certificadoras do setor quanto ao período pós-CQCT?

3.1.3 Perspectivas: o que o setor espera do futuro?

Mesmo sob as ameaças do “fantasma” da CQCT, para a indústria a primeira década do novo milênio está sendo marcada por sucessivos resultados positivos. A indústria, percebendo as dificuldades da concorrência no mercado internacional, no final

dos anos 90 passou a investir mais intensamente na qualidade do fumo produzido. No ano de 2000, a indústria anunciava que graças à reconhecida qualidade do produto brasileiro um novo recorde de exportações seria batido. Conforme declarações do SINDITABACO, além das questões de qualidade e volume, a fumicultura brasileira projeta-se no cenário mundial, por sua produção cada vez mais atenta às questões ambientais e sociais. Para o sindicato isso leva a atividade a ser uma das melhores alternativas agrícolas em pequenas propriedades rurais. Em 2002, com otimismo o setor anunciava que a atividade fumageira seguia em franca expansão. Anunciavam expressivos e arrojados investimentos das empresas tradicionais e de novas empresas do setor, que buscavam absorver e consolidar as oportunidades que o mercado internacional lhes oferece. Naquela ocasião, no editorial do jornal informativo do SINDIFUMO o então presidente da entidade manifesta-se com otimismo:

no momento em que as atenções se voltam para o quadro político e econômico do país, a fumicultura avança a passos largos, servindo de alento a um imenso universo de pessoas envolvidas na atividade. Em meio a este cenário, a expectativa do setor é de que os futuros governantes - entre tantas propostas - realmente levem a termo suas promessas de promover o incentivo à produção e ao aumento das exportações brasileiras (SINDIFUMO, 2002).

Em 2003, o setor demonstrou otimismo para a safra seguinte e anunciou o que já havia previsto anos atrás. A melhoria da qualidade e os preços competitivos do produto brasileiro geravam novas perspectivas de mercado internacional do tabaco. Tudo isso aliado à redução da produção em outros países concorrentes e à diminuição dos estoques mundiais. Nos anos de 2004 e 2005, as exportações seguiram em escala crescente, porém a indústria reclamava vivenciar um de seus piores momentos. Tais reclamações faziam referência à política econômica que naquele momento valorizava o real frente ao dólar, e a carga tributária da União e dos Estados sobre a atividade fumageira. Como não poderia deixar de ser, referiam-se também ao processo de ratificação da CQCT. Neste período, denominado pelo SINDITABACO como sendo um dos momentos mais difíceis da história, o setor fumageiro do Sul do Brasil manteve-se focado na manutenção do mercado internacional. No entanto, para isso, a indústria acredita que o fumo brasileiro precisa manter seu alto padrão qualitativo, além de primar cada vez mais pela integridade do produto. Com essa perspectiva, as indústrias

do setor intensificam cada vez mais suas ações visando produzir fumos íntegros,²⁵ de qualidade, a fim de manter a posição de maior exportador mundial de tabaco. Vale ressaltar que nem sempre a manutenção da qualidade do produto está sob o controle de quem quer que seja. As condições climáticas, por exemplo, podem influenciar na qualidade das safras, o que ocorreu no período das safras de 2004 a 2006. No ano de 2007 as condições climáticas foram mais favoráveis, resultando em maior tranquilidade ao setor. A situação do Brasil no contexto mundial em termos de produção e exportação permaneceu inalterada. Nesta ocasião, a perspectiva era de que no curto prazo esta situação permanecesse, sendo necessários apenas pequenos ajustes relativos à produção. Segundo o SINDITABACO, a tendência do mercado mundial de consumo de cigarros naquele momento já era de estabilização, com possibilidade de haver um leve crescimento. Isto significa que, para a indústria, havendo demanda, é preciso que haja também produção. Sendo assim, a lógica do setor é de que como o Brasil produz fumos de “excelente qualidade” continuará sendo o maior fornecedor mundial. Cabe destacar que esta é a lógica propagada pela indústria ao Estado e aos fumicultores. Eis aqui mais um exemplo de como o setor trabalha as informações ao seu favor. É verdade que no Brasil, produz-se tabacos com boa aceitação no mercado internacional, porém, como veremos no próximo capítulo, a preços muito atrativos para o mercado internacional, o que certamente torna o produto brasileiro muito mais competitivo do que qualquer coisa.

No que se refere à produção mundial de tabaco, a indústria avalia existir uma tendência de redução na União Européia nos próximos anos, com o fim do subsídio. Na África e Ásia (principalmente na Índia), existe a tendência de crescimento. Já a América do Sul, que tem o Brasil e a Argentina como seus maiores produtores, está passando por um período de estabilização.

²⁵ Integridade do produto neste caso significa produzir tabaco segundo os padrões de exigência do mercado mundial, obedecendo a padrões nas propriedades físico-químicas do produto, seguindo critérios rigorosos na classificação, e sem impurezas como material estranho, plásticos, metais, penas de aves, etc.

3.1.4 Investimentos: perspectivas da indústria frente à CQCT

Um olhar sobre os investimentos da indústria nos diversos processos da cadeia produtiva certamente poderá nos proporcionar elementos significativos para compreender tais perspectivas. No início da nova década, como vimos anteriormente, o setor vivenciou momentos de grande euforia, com o crescimento da produção brasileira de tabaco. Este crescimento gerou oportunidades reais de expansão da participação no mercado internacional ao fumo brasileiro. A seguir, descreve-se a evolução dos principais investimentos do setor no período de 2001 a 2008.

No ano de 2001, a DIMON anunciava investimentos na ordem de R\$ 13 milhões em suas usinas de processamento. No mesmo ano, a CTA também anunciou investimentos na ordem de 9,6 milhões. O total de recursos investidos incluiu a construção de armazéns e prédios administrativos, em uma área de 10,3ha. Em 2002, o SINDITABACO anunciou que os investimentos do Setor na produção deveriam passar dos R\$ 170 milhões. Os recursos foram aplicados em cerca de 17 mil novas estufas para a cura do fumo virgínia, nos três estados do sul, além de 14 mil paióis para o armazenamento da produção e 15 mil galpões para a cura do fumo burley. Importante destacar que este investimento foi viabilizado pela indústria, como avalistas, porém as operações foram realizadas pelos fumicultores, que pagaram a conta. Para acompanhar o crescimento da produção, no ano de 2003 as empresas do setor investiram cerca de R\$ 600 milhões na ampliação e modernização das fábricas e na construção e reformas de unidades de cura (estufas, paióis e galpões) nas zonas rurais. Estas benfeitorias nas propriedades rurais representaram cerca de 50% do total investido. Além destes investimentos, a Souza Cruz ainda em 2003 inaugurou seu novo parque industrial em Cachoeirinha RS, com investimentos na ordem de R\$ 500 milhões. Em 2005, com um investimento de R\$ 14 milhões, a Souza Cruz inaugurou uma nova linha de processamento de talos de fumo Burley. Em 2006, a Universal Leaf Tabacos abriu uma nova fábrica em Joinville SC. A nova fábrica com área de 35 mil metros quadrados tem capacidade para beneficiar 20 toneladas de fumo por hora e 65 mil toneladas de fumo por ano. Conforme a Empresa, os investimentos chegaram à casa dos R\$ 100 milhões.

Com base na evolução dos investimentos descrita acima, pode-se refletir acerca das perspectivas da indústria no que diz respeito aos efeitos da implementação da CQCT na Região Sul do Brasil. Analisando os valores investidos e a alocação destes

investimentos, percebe-se que há um planejamento do setor, voltado à manutenção com a possibilidade de incremento da quantidade produzida, e conseqüentemente ofertada ao mercado. A diversificação dos investimentos, dentro da cadeia produtiva, das propriedades rurais às usinas de processamento e fábricas de cigarro, indica isso. Desta forma, tudo leva a crer que a indústria aposta na expansão, mesmo que haja uma tendência à estabilização, o que já é razoável.

Isso é mais um motivo para concluir-se que a política de diversificação, promovida pelo governo federal como parte do processo de implementação da CQCT, não se configura como uma real ameaça aos planos da indústria (pelo menos no curto e médio prazo). Pelo contrário, pode ser uma parte funcional à manutenção da fumicultura como produção permanente e mal remunerada (considerando-se todos os fatores envolvidos). A diversificação sem substituição pode ser então concebida como uma forma de descumprimento da CQCT e, como consequência, pode representar um uso indevido de recursos públicos internacionais por parte do governo brasileiro, uma vez que tais recursos poderão servir de fomento indireto a manutenção da fumicultura, pela diversificação.

3.2. CQCT: uma ameaça, um aliado ou um desafio?

3.2.1 O que é o SINDITABACO

O Sindicato da Indústria do Fumo da Região Sul do Brasil (SINDITABACO) é a entidade que representa e defende os interesses das indústrias de tabaco do Sul do Brasil. A representatividade do setor é defendida junto a órgãos e entidades públicas e privadas, perante instituições governamentais nos diversos níveis federais, estaduais e municipais, bem como em demandas nas esferas judiciais e internacionais. A entidade também atua em negociações e acordos com as representações dos trabalhadores das indústrias do setor, bem como com as entidades representativas dos produtores rurais que cultivam tabaco nos três estados do Sul do Brasil (SINDITABACO, 2009).

3.2.1.1 Empresas associadas

O SINDITABACO conta, atualmente, com 12 empresas associadas. Estas empresas desenvolvem atividades ligadas à produção, beneficiamento e industrialização

do produto, comercialização para o mercado interno e externo, além da fabricação de cigarros.

Box 6: Empresas associadas ao SINDITABACO

Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda.
 A.T.C. – Associated Tobacco Company (Brasil) Ltda.
 Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos S/A.
 CTA - Continental Tobaccos Alliance S/A
 Industrial Boettcher de Tabacos Ltda.
 INTAB - Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda.
 Kannenberg & Cia. Ltda.
 Kannenberg, Barker, Hail & Cotton – Tabacos Ltda.
 Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda.
 Souza Cruz S.A.
 Sul América Tabacos Ltda.
 Universal Leaf Tabacos Ltda.

Fonte: SINDITABACO (2009)

3.2.2 Mercado: a perspectiva da oferta de tabaco à sombra da CQCT

O resultado das safras do tabaco brasileiro serve basicamente a dois mercados. O mercado interno, para a fabricação de cigarros, e o mercado externo, para a exportação de fumo em folhas. Apesar da grande fatia da produção ser destinada ao mercado externo, cerca de 85%, a produção e comercialização de cigarros no mercado brasileiro constituem uma atividade altamente rentável, geradora de empregos e uma das maiores fontes de arrecadação de tributos para o Estado.

3.2.2.1 Mercado interno: cigarros

Atualmente o mercado brasileiro de cigarros é dominado pela Souza Cruz – com aproximadamente 60%. Apesar disso, estima-se que cerca de 28% das vendas de cigarros são provenientes do comércio ilegal. O mercado ilegal de cigarros, que em 1993 representava menos 5% do volume comercializado, saltou para 34% em 2001. Conforme a indústria, este aumento vertiginoso no comércio ilegal deve-se basicamente ao forte impacto da carga tributária no custo do produto.

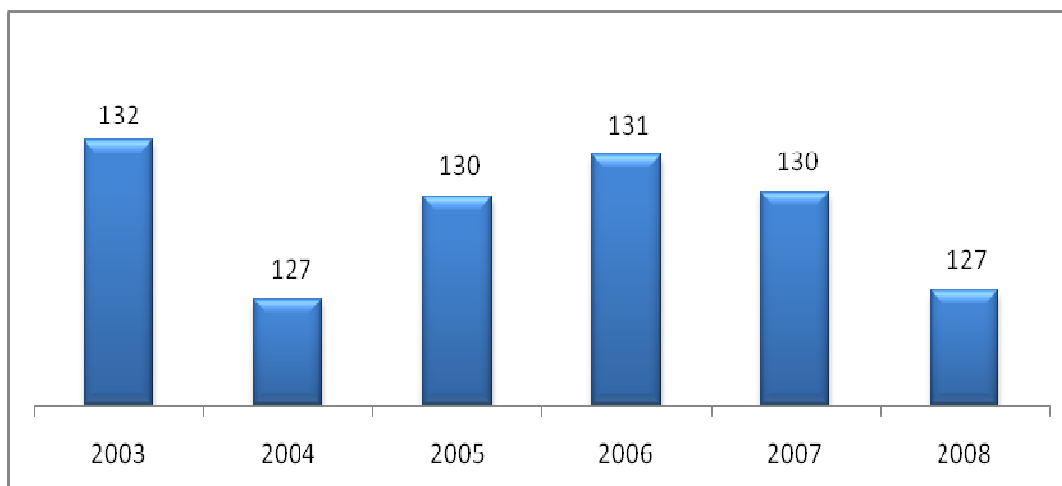
Segundo o SINDITABACO, no ano de 2001 o mercado brasileiro consumiu cerca de 150 bilhões de unidades de cigarros. Naquele ano o sindicato estimou que cerca de 34% (51 bilhões de unidades) dos volumes vendidos no mercado brasileiro

tenham sido comercializados ilegalmente. No ano de 2002, o SINDITABACO divulgou que de um total das 420 marcas de cigarros comercializadas no Brasil, apenas 54 (13%) eram produzidas e vendidas legalmente, enquanto que 366 marcas constituíam o mercado ilegal. Infelizmente não se teve acesso as pesquisas que revelam tais grandezas, o que dificulta qualquer análise das informações postas. Assim sendo, as informações ficam a título de curiosidade. Na mesma matéria o SINDITABACO estimou que naquele momento (2002) a composição do mercado ilegal era a seguinte: 60% contrabando, 21% falsificados e 19% provenientes de pequenas fábricas nacionais que operam de forma irregular ou sonogando impostos (SINDIFUMO. 2002).

Em 2003, houve uma retração do mercado brasileiro na ordem de 5,7%, comparado com o mesmo período de 2002. Segundo o relatório da administração da Souza Cruz, esta queda pôde ser atribuída a alguns fatores relevantes, como aumento de preços da indústria acima da inflação, originados pelo aumento da carga tributária e elevação dos custos, principalmente da matéria-prima (fumo) que provocou uma elevação nos custos na ordem de 40%. Conforme argumenta a indústria, o recessivo cenário econômico impactou no poder e no comportamento de compra da população. (SOUZA CRUZ, 2003).

No ano de 2004, mais uma retração do mercado. Na comparação com o ano anterior, o mercado brasileiro de cigarros sofreu queda de 4,6%. Segundo análise da indústria líder no mercado, o fator que mais teria contribuído para a retração foi a queda do poder aquisitivo pela população. Em tese a indústria garante que impostos e custos mais altos geraram preços maiores, especialmente nos produtos destinados aos segmentos de menor renda, causando queda nas vendas, principalmente no mercado legal. Desta forma, aumentou a diferença entre o preço do produto legal (que paga impostos e teve que incorporar os aumentos) para o produto ilegal - que, sonogando impostos, pôde manter o seu preço (SOUZA CRUZ, 2004).

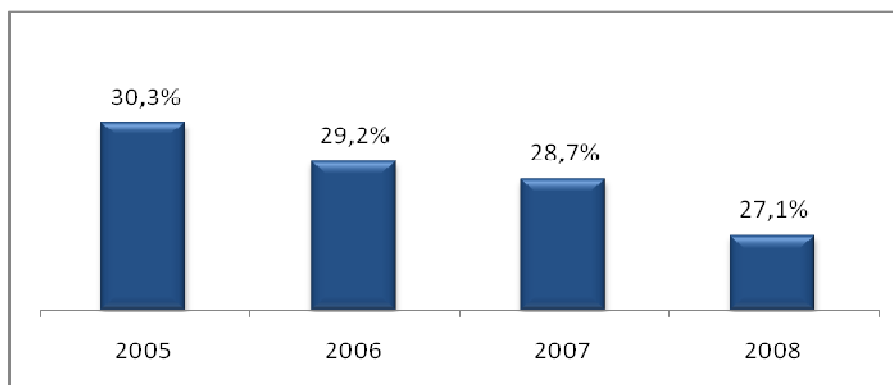
Gráfico 2: Mercado Total de Cigarros no Brasil em bilhões de unidades



Fonte: Souza Cruz (2008).

Em 2007 no mercado brasileiro de cigarros, foram comercializados cerca de 130 bilhões de unidades. Em 2008, os volumes comercializados foram estimados em aproximadamente 127 bilhões de unidades. Conforme a indústria, essa redução decorre principalmente dos aumentos de preços dos cigarros promovidos pelas empresas a fim de compensar a elevação média de 30% das alíquotas do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) ocorrida em julho de 2007. Neste período, devido a maior atuação do governo no combate à ilegalidade, registrada nos últimos anos, houve também um pequeno encolhimento da participação do mercado ilegal para 28,7% em 2007 e 27,1% em 2008.

Gráfico 3: Participação do Mercado Ilegal

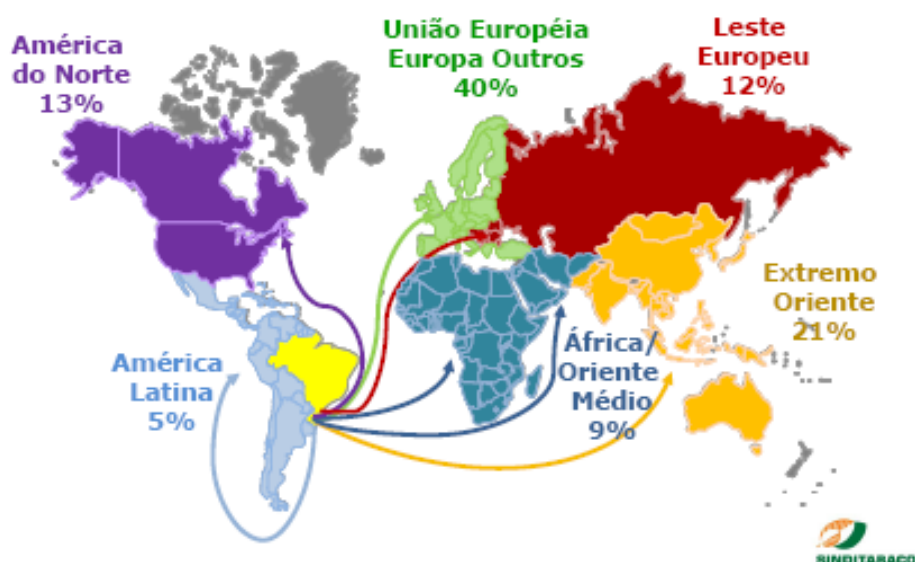


Fonte: Souza Cruz (2008).

3.2.2.2 Mercado externo: fumo em folha

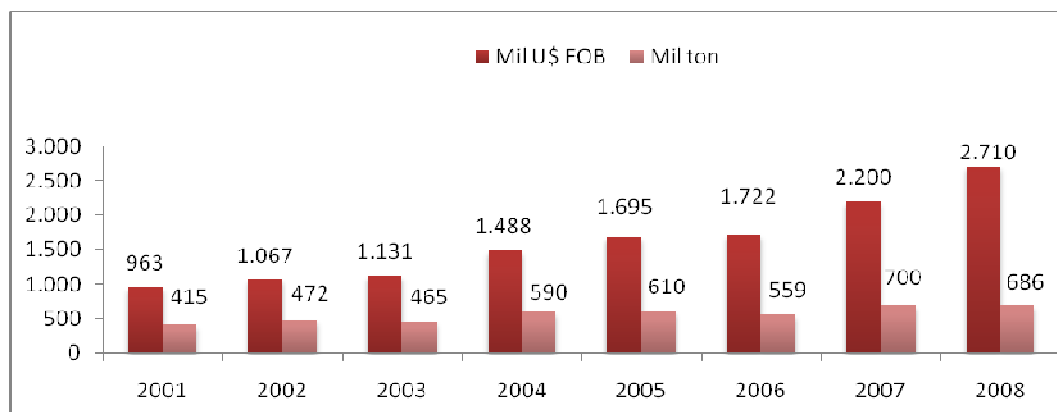
O fumo brasileiro é exportado para cerca de 100 países. A maior parte é destinada à Europa, que é responsável pela compra de 40% do fumo brasileiro exportado. O mercado Norte-Americano absorve algo em torno de 13%, enquanto que o Extremo Oriente fica com 21%. O volume restante é absorvido pelos mercados do Leste Europeu, África/Oriente Médio e pela América Latina.

Figura 4: O Mercado do Tabaco Brasileiro em 2008



Fonte: SINDITABACO (s/d)

O Brasil é líder no comércio internacional de fumo desde o ano de 1993, tendo participado com 37% deste mercado em 2002, nos fumos tipo Virginia e Burley. Devido à sua alta competitividade em volume, qualidade e custos, a demanda pela produção brasileira de tabaco continua em uma tendência ascendente. Com os grandes exportadores como Estados Unidos e Zimbábue enfrentando problemas de custos de produção, no caso americano, e de instabilidade político-econômica, no país africano, há um fortalecimento da produção brasileira (SOUZA CRUZ, 2003).

Gráfico 4: *Exportações Brasileiras de Fumo (2001 – 2008)*

Fonte: SINDITABACO (s/d)

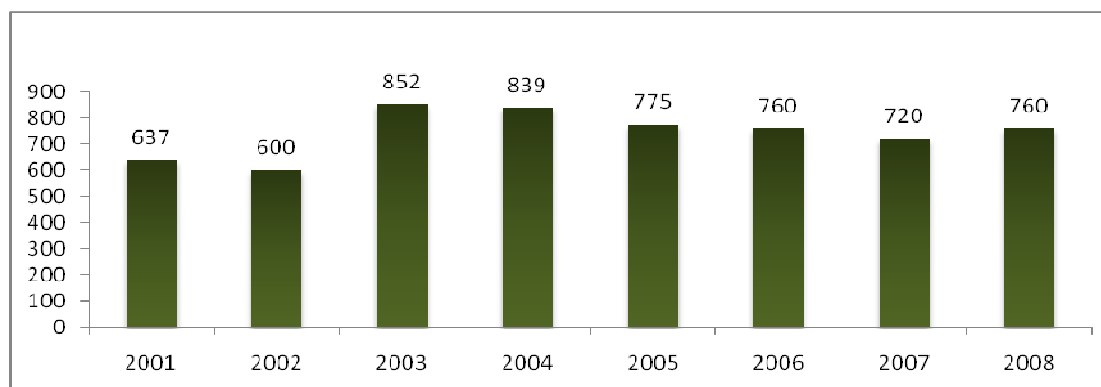
Conforme disposto no gráfico 4, percebe-se uma tendência à estabilização dos volumes exportados. Calculando a média aritmética da série histórica referente aos volumes exportados no período de 2008/2004, encontramos um volume médio de 629 mil toneladas para exportação. A análise comparativa destes números com os volumes produzidos, o volume demandado pelo mercado interno (cigarros), da evolução de hectares plantados, e finalmente a evolução da quantidade de produtores integrados, leva a crer que há mesmo uma tendência à estabilização. Contudo, olhando atentamente o gráfico em análise, percebe-se um distanciamento ascendente na relação U\$/Volume. Comparativamente, à relação U\$/kg em 2008 (3,95) foi 25,7% maior do que o auferido no ano anterior (3,14), demonstrando que houve uma significativa valorização do produto no mercado internacional. Vale destacar, ainda, a queda no comércio dos volumes em 2006 – fumos produzidos na safra 2005. Segundo o SINDITABACO, a causa foi a produção de fumos de qualidade abaixo do desejado, devido a fatores climáticos desfavoráveis durante o ciclo produtivo. Esta fato revela a preocupação demonstrada pela indústria com a qualidade e integridade do tabaco produzido no Brasil. Com o mercado cada vez mais restrito, a competitividade entre os países produtores aumentará gradativamente. Contudo, confrontando os gráficos 4 e 5, podemos sugerir que atualmente o mercado internacional demanda a produção brasileira. Observemos nos gráficos que a queda nas vendas em 2006 foi recuperada em 2007, podendo significar que os países concorrentes não supriram a demanda internacional naquele momento.

3.2.3 Produção: o resultado das safras – do crescimento à estabilização

O Brasil é o segundo maior produtor de fumo do mundo. O maior é a China, e o terceiro a Índia. Em comum, há o fato de serem países considerados emergentes no cenário internacional.

Acompanhando a evolução do resultado das safras brasileiras em termos volumes produzidos, percebe-se que a produção cresceu na década passada (safra 1990-1999), cerca de 46% em volume. Já na década atual, a produção cresceu cerca de 50%, ou seja, uma evolução muito próxima da ocorrida nos anos 90. Atualmente a produção média brasileira na década está 61% superior à média de volumes produzidos na década de 90 – 716 mil contra 444 mil toneladas, respectivamente.

Gráfico 5: *Produção de Tabaco no Brasil (mil t)*



Fonte: SINDITABACO (s/d)

Observando o gráfico acima, percebe-se uma tendência de estabilização da produção entre 700 e 800 mil toneladas, desde o ano de 2005.

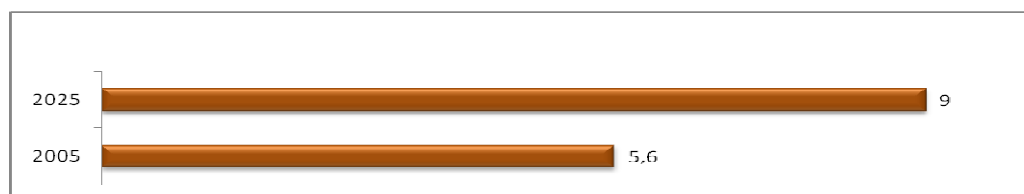
3.3. Souza Cruz: perspectivas para o futuro

A Souza Cruz é uma empresa brasileira, porém, subsidiária da inglesa British American Tobacco (BAT). Este grupo é o segundo maior do mundo no setor de cigarros, presente em mais de 180 países. Com aproximadamente 14,6% do mercado mundial, o grupo BAT produz e comercializa mais de 300 marcas e emprega um contingente superior a 85 mil pessoas em todo o planeta. Conforme relatório da administração da Souza Cruz, o grupo British American Tobacco como um todo cresceu quase 50% na última década (SOUZA CRUZ, 2006).

No Brasil, a Souza Cruz é líder absoluta no mercado de cigarros. No mercado interno, das dez marcas mais vendidas 6 são fabricados pela Souza Cruz. Em termos de concorrência, atualmente a empresa se empenha junto ao governo no combate ao comércio ilegal de cigarros²⁶, que em 2006 representou 29% do mercado, com a venda de 38 bilhões de unidades.

Como uma empresa exportadora, a Souza Cruz acredita que deva investir cada vez mais em ações inovadoras para garantir o seu desenvolvimento sustentável. Atualmente, segundo a publicação *the tobacco atlas*, da Organização Mundial da Saúde (OMS), o consumo anual é de 5,6 trilhões de cigarros em todo o mundo. E a estimativa é de que, até 2025, esse número atinja a marca dos 9 trilhões (SOUZA CRUZ, 2006).

Gráfico 6: *previsão de Aumento nas Vendas de Cigarro no Mundo (trilhões de un)*



Fonte: Souza Cruz (2006).

Segundo a Souza Cruz, outra perspectiva que se apresenta a todas as empresas é a de atuar cada vez mais em um ambiente global. Em um mundo onde o comportamento do consumidor da China – talvez o mais importante mercado para os produtos do tabaco – influi diretamente nos investimentos e na produção no Brasil, é preciso buscar constantemente novas tecnologias e estratégias para manter a competitividade. Tudo com responsabilidade e levando-se sempre em conta os riscos associados ao segmento de produtos derivados de tabaco (SOUZA CRUZ, 2006). Neste sentido, a empresa revela estar focada nos dois mercados, nacional e internacional. O que não define é quais seriam na sua visão os “riscos associados ao segmento de produtos derivados de tabaco” (SOUZA CRUZ, 2006, p. 86).

²⁶ No Brasil, a concorrência ilícita no mercado de cigarros é composta pelo contrabando, pela falsificação e pela comercialização do produto sem o pagamento de tributos.

3.3.1 Perspectivas e estratégia

Em um segmento de vendas ao varejo, no qual a propaganda fica limitada ao ponto de venda, temos que concordar que o desafio da promoção é grande. Contudo, a Souza Cruz, para se manter na liderança, trabalha com estratégias que vão desde a política de diversificação de produtos e seus preços, a força na distribuição, a imagem corporativa, a tecnologia da informação e uma forte cultura empresarial. Além disso, a Souza Cruz consegue algo que poucos fornecedores conseguem: vende todos os seus produtos praticamente à vista, com poucas concessões de curtíssimos prazos para pagamento. Desta forma, a geração operacional de caixa é sua principal fonte de recursos.

No que se refere à concorrência, uma das principais preocupações da empresa é o comércio ilegal. Uma das armas que a empresa utiliza contra esta concorrência é a prática de postergação na atualização de preços de determinadas marcas. Para manter o controle pleno do seu mercado, a Souza Cruz investe altas somas em tecnologia da informação. Em 2002, reorientou totalmente suas plataformas tecnológicas para vendas e distribuição, bem como para o relacionamento com consumidores. Desta forma, segundo a empresa, de modo geral o intervalo entre o pedido do varejo e a entrega do produto leva cerca de 24 horas. De fato a Souza Cruz é reconhecida pela alta eficiência nas atividades de logística e distribuição, sendo considerada pelo varejo como fornecedor modelo. Esta posição de destaque é consequência direta da qualificação e aprimoramento da sua força de vendas e distribuição. Conforme relatórios da empresa, a mesma está presente em mais de 200 mil pontos de venda em todo território nacional.

No desenvolvimento de produtos, utiliza tecnologia avançada e estratégia diferenciada. Em 2002, a empresa lançou um filtro de carvão ativado, três opções de baixos teores, embalagem diferente com cantos arredondados, posicionamento e campanha internacional. Segundo a Souza Cruz, a campanha mundial da marca baseia-se no binômio modernidade/inação, que reforça as características físicas do produto, o que sugerem como sendo a maneira moderna de fumar. Conforme a empresa, o filtro de carvão ativado reduz o nível de elementos que podem provocar sensação de aspereza na garganta (SOUZA CRUZ, 2002).

Para a Souza Cruz, é possível prever que a população adulta (acima de 20 anos), deve aumentar 10% na próxima década. Enquanto isto, a percentagem de adultos

fumantes deve cair de 29% em 2004 para cerca de 27% em 2014. O resultado final é que a população total de fumantes deve permanecer estável, em aproximadamente 1 bilhão de pessoas, assim como o consumo de cigarros, que ficará na faixa acima de 5 trilhões de unidades por ano. Na última década, o volume total de cigarros esteve estacionado, contudo a participação do grupo BAT cresceu cerca de 50% e a lucratividade mais do que dobrou. A empresa acredita que enquanto muitos mercados perderão volume em função da queda da percentagem de adultos fumantes, é possível prever que muitos crescerão em termos de rentabilidade. Este crescimento pode ser caracterizado tanto pelo aumento de volume, como pela introdução de produtos de maior valor agregado. Acredita ainda que, em razão do alcance mundial e a distribuição global do grupo BAT, terá condições de crescimento. Este crescimento se dará tanto em participação no mercado quanto em lucratividade, enquanto, paralelamente, prossegue seu trabalho de desenvolvimento de produtos que possam, progressivamente, ser reconhecidos como de risco cada vez menor, em linha com uma atuação que a empresa considera como responsabilidade social (SOUZA CRUZ, 2005).

Como parte da estratégia, a Souza Cruz também promove ações no âmbito social. Estas ações são definidas pela empresa em duas vertentes. A primeira diz respeito às questões que envolvem o próprio negócio do cigarro, a segunda, disposição de contribuir para uma sociedade mais solidária e justa de maneira geral. Conforme divulgado, a Souza Cruz cumpriu uma agenda que teve investimentos de R\$ 190 milhões na área, o mesmo valor em 2005. O total foi destinado à continuação e ao lançamento de programas sociais e ambientais. Entre eles, os desenvolvidos pelo Instituto Souza Cruz, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que se encarrega de ações sociais no campo do empreendedorismo do jovem rural (SOUZA CRUZ, 2006).

Outra estratégia da empresa é o planejamento. A Souza Cruz considera que o futuro é uma das chaves para ser sempre uma empresa cada vez mais vencedora. Sendo assim, trabalha com o plano estratégico para 10 anos, o que admite ser um dos pilares do sucesso da empresa, porque discute antecipadamente perspectivas para o próximo decênio. Conforme relatório de 2006, isso permite definir focos estratégicos de atuação e antecipar decisões com relação a novos investimentos, posicionamento das marcas, política de preços e controle de custos, por exemplo.

3.3.2 Visão da organização

Ao analisar os relatórios anuais da administração da Souza Cruz no período compreendido entre os anos 2000 e 2008, foi possível identificar o posicionamento sobre questões relevantes, e que merecem destaque. Atualmente a Souza Cruz já não nega que seus produtos estejam relacionados a diversas causas de doenças. Porém, parece tratar esta questão com muita naturalidade, isentando-se de responsabilidades pela sua ideologia, com uma visão de que a responsabilidade é de quem fuma. No box a seguir, está reproduzido a visão da companhia sobre o seu negócio, e sua visão no que a empresa denomina “ato de fumar”.

Box 7: Visão da Souza Cruz: Negócio e o Ato de Fumar

Produzir e comercializar cigarros legalmente é uma atividade lícita, e a missão da Companhia é fornecer produtos de qualidade a adultos que escolheram fumar, cientes dos riscos associados ao hábito. Definitivamente, o negócio da empresa não é persuadir pessoas a fumar, mas oferecer marcas de qualidade a adultos que decidiram fumar, livre e conscientemente. Por reconhecer que fabrica um produto que envolve riscos à saúde, a Souza Cruz tem como prioridade continuar a desenvolver produtos que potencialmente ofereçam menores riscos a seus consumidores. De qualquer forma, o único modo de evitar por completo os riscos associados ao consumo de cigarros é não fumar. A Companhia compreende as preocupações públicas relativas a seus produtos e desempenha, historicamente, um papel exemplar e socialmente responsável em um ramo de atividade altamente tributado e regulamentado.

Fonte: Souza Cruz (2007).

Segundo a visão da Souza Cruz, as autoridades de saúde pública, a comunidade médica e a mídia divulgam, há décadas, informações de que fumar está associado a doenças. Isto estimula as pessoas a parar de fumar. Além disso, critica as regulamentações que têm sido introduzidas pelas autoridades ao longo dos anos, como a adoção de imagens de advertência nas embalagens, por exemplo. Sendo assim, a empresa conclui e alega que, há muito tempo, existe um alto nível de consciência da população sobre os riscos do ato de fumar relacionados à saúde. A Souza Cruz ainda diz acreditar que a decisão de fumar deve ser tomada por adultos e apóia o direito de adultos informados desfrutarem do prazer de fumar (SOUZA CRUZ, 2007). Percebe-se que a empresa reduz a sua visão, ou a forma e expô-la de tal maneira que até chega a passar despercebida aos olhos menos atentos. O que para a Souza Cruz é o prazeroso “ato de fumar”, a área da Saúde denomina como tabagismo²⁷.

A Souza Cruz também acredita ser uma empresa responsável. Para a companhia, ser uma empresa responsável significa ouvir os principais representantes da sociedade

²⁷ Como ex-fumante posso dizer que se trata de um vício muito fácil de adquirir e difícil de abandonar.

que afetam direta ou indiretamente seus negócios (*stakeholders*) e considerar as suas preocupações legítimas no desenvolvimento dos seus planos (SOUZA CRUZ, 2002). Da mesma forma diz seguir princípios de *gestão responsável do produto*, que para a empresa é a base sobre a qual atendem à demanda do consumidor com relação a um produto lícito, mas que está associado a riscos de sérias doenças. Assim sendo, entende que seus produtos e marcas devam ser desenvolvidos, manufaturados e comercializados de forma responsável. Trabalha ainda para desenvolver produtos derivados do tabaco que, com o tempo, possam ser reconhecidos pelas autoridades científicas e regulatórias como produtos com os riscos à saúde reduzidos e que tenham ampla aceitação pelos consumidores (SOUZA CRUZ, 2003).

Quanto à visão de mercado, a Souza Cruz pretende aumentar rentavelmente sua participação no mercado interno de cigarros, liderando todos os segmentos. Da mesma forma, desempenhar um papel ainda mais relevante na exportação de tabaco (SOUZA CRUZ, 2003). Para a BAT e conseqüentemente a Souza Cruz, a indústria do tabaco é, e vai continuar a ser, um negócio desafiador. Segundo a visão do grupo, há diversas dificuldades a serem enfrentadas, como queda de volume nas vendas, competição acirrada, forte ambiente regulatório, aumento de impostos e ainda os sérios problemas com relação à concorrência desleal. Mesmo assim, o grupo diz ter fortes motivos para acreditar na sustentabilidade do negócio e que as companhias do mesmo vão continuar a crescer e a lucrar (SOUZA CRUZ, 2005). Certamente, aqui a concepção de sustentabilidade é reduzida à sua dimensão econômica e separada das dimensões social, ambiental e político-institucional. Ou, por outras palavras, trata-se de manter uma relação instrumental, disjuntora-redutora, entre tais dimensões da sustentabilidade. Em 2007, a Souza Cruz redefiniu a sua Visão e estabeleceu os focos estratégicos que direcionam ações e atitudes na gestão da Companhia.

Liderar o mercado brasileiro de produtos de tabaco, de forma responsável e inovadora, assegurando a sustentabilidade do negócio através do desenvolvimento dos nossos talentos e das nossas marcas (SOUZA CRUZ, 2007, p.10).

A empresa trabalha com três vetores os quais considera como estratégicos: Crescimento, Produtividade e Responsabilidade.

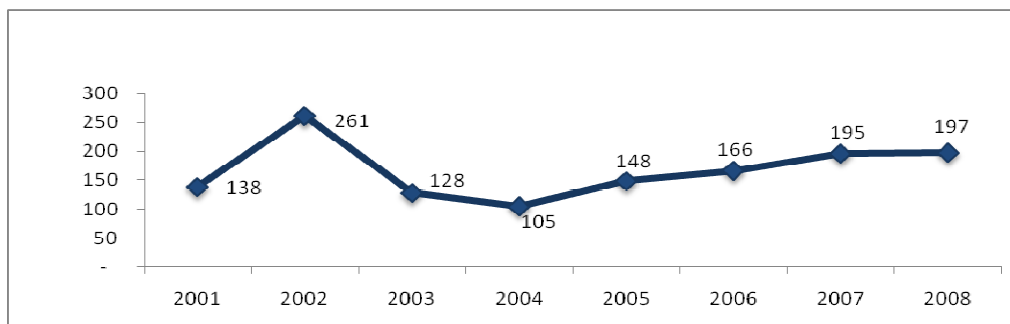
3.3.3 Investimentos como indicativo de perspectiva

Ao analisar os relatórios da Administração da Souza Cruz, no período de 2000 a 2008, constata-se que a empresa investiu neste período mais de 1 bilhão de Reais. Estes investimentos não incluem as ações da Souza Cruz na área social, que também somam quantias bastante expressivas.

Os investimentos realizados no ano de 2001 totalizaram R\$ 138,1 milhões, tendo sido aplicados principalmente na construção da nova fábrica de cigarros em Cachoeirinha/Rio Grande do Sul e na implementação do Sistema SAP. A nova fábrica da Souza Cruz, em Cachoeirinha, entrou em pré-operação desde o final de 2002, para ser inaugurada em 25 de abril de 2003, em comemoração ao aniversário de 100 anos da empresa. Esta fábrica de cigarros, cujo investimento total estava previsto em 500 milhões de reais, conta com equipamentos da mais alta tecnologia, e é uma fábrica projetada para operar dentro de índices cada vez mais altos de eficiência. O projeto da fábrica apresenta uma particularidade de poder ser expandida em módulos, sem prejudicar ou interromper a produção, ajustando-se com facilidade ao crescimento do mercado. A sua capacidade inicial de produção é de 45 bilhões de cigarros por ano, e deve ser uma das mais modernas do mundo. Em 2006, os investimentos da Souza Cruz alcançaram 165 milhões de reais, contra os 148,1 de 2005, e foram aplicados, principalmente na finalização do novo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPD)²⁸ e do novo centro de processamento de dados (“Data Center”), ambos na cidade de Cachoeirinha (RS). No ano de 2007, a Souza Cruz investiu 195 milhões de reais, que foram aplicados, principalmente, na modernização do parque industrial e em projetos para atualização de processos e da plataforma tecnológica, além de atualização da frota de veículos para distribuição de cigarros. Ainda em 2007, a Souza Cruz iniciou o processo de transferência de seu parque gráfico para a unidade Cachoeirinha (RS). Os investimentos em infra-estrutura e equipamentos de produção foram estimados em R\$ 120 milhões e inauguração aconteceu em abril de 2009. Segundo a empresa, o parque contempla uma das maiores e mais modernas operações gráficas do mercado brasileiro. A mudança viabilizou a integração entre o parque gráfico, o centro de pesquisas e desenvolvimento e a fábrica, com ganhos de sinergia e eficiência.

²⁸ O Centro de pesquisas da Souza Cruz estava estabelecido no Rio de Janeiro e foi totalmente remodelado e equipado, para atender ao Grupo BAT.

Gráfico 7: Investimentos da Souza Cruz (milhões de reais)



Fonte: Souza Cruz (2008)

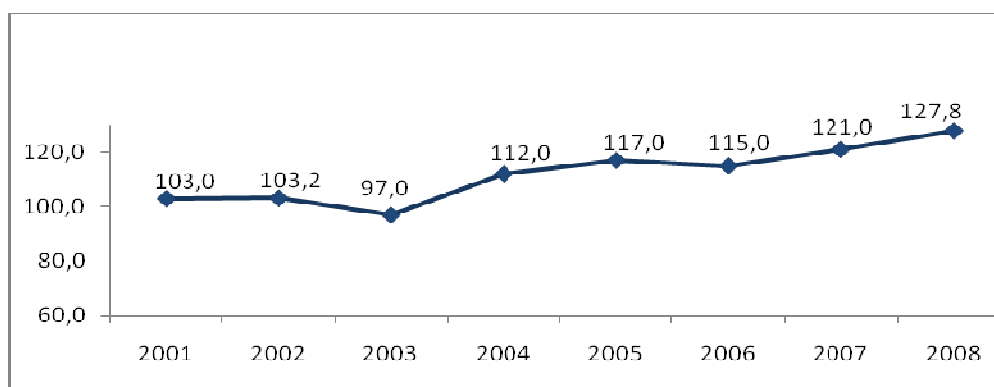
3.2.4.4 Mercado

A Souza Cruz atua basicamente em dois segmentos de mercado: o de fumo em folhas, para exportação, e o de cigarros, que a companhia também exporta, sendo que o mercado interno é o seu alvo principal.

No comércio internacional de fumo em folhas, a empresa tem se comportado conforme as tendências do setor. Responsável por 3,6% da produção mundial de fumo, a companhia Souza Cruz posiciona-se entre os três maiores exportadores mundiais, com vendas para aproximadamente 50 países, em 5 continentes, representando cerca de 5,6% do comércio mundial. (SOUZA CRUZ, 2005).

No período compreendido entre 2001 e 2008, o volume de tabaco em folhas exportado pela Souza Cruz cresceu cerca de 24%, sendo que em 2008, totalizou 127,8 mil toneladas, 5,6% superiores às realizadas em 2007 (121,0 mil toneladas). Conforme a empresa, o principal fator para este crescimento é a demanda mundial.

Gráfico 8: Evolução dos Volumes de exportações de Fumo pela Souza Cruz (mil t)



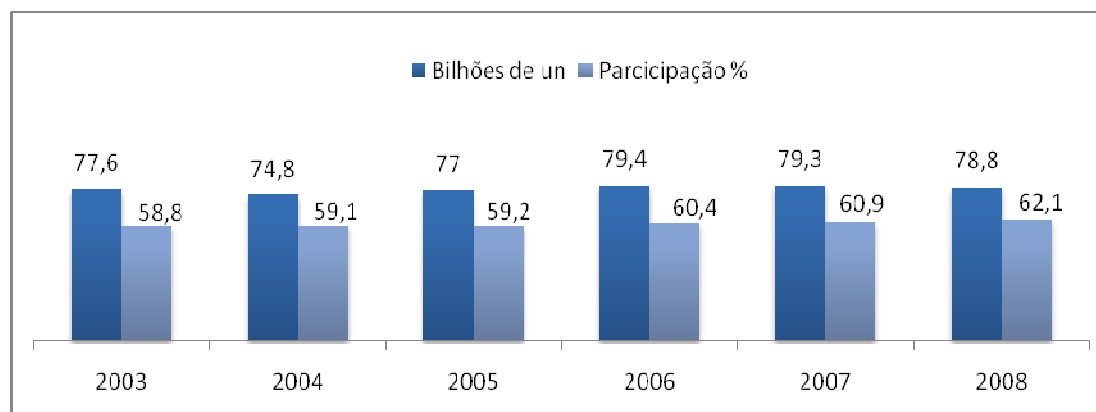
Fonte: Souza Cruz (2008).

Confrontando a evolução dos volumes exportados pela Souza Cruz demonstrados no gráfico 8, com a evolução dos volumes exportados pelo Brasil – gráfico 4 e os volumes totais produzidos – gráfico 5, verifica-se para o período 2008/2001 os seguintes números: Crescimento de 24% nas exportações da Souza Cruz; crescimento de 65% nas exportações brasileiras de tabaco; crescimento de 19% na produção de tabaco.

Estes dados podem significar várias coisas, dentre elas que o principal fato gerador de excedentes do mercado brasileiro para exportação de tabaco configura-se na redução da demanda interna por produtos derivados do tabaco. Isto confirma o resultado de pesquisas revelando a diminuição da prevalência do uso dos derivados de tabaco. Obviamente, para uma análise mais consistente deve-se considerar outras questões como a do comércio ilegal, por exemplo.

No mercado interno de cigarros, apesar de ser líder, a Souza Cruz vem se recuperando de uma queda significativa ocorrida entre os anos de 2001, quando comercializou cerca de 87 bilhões de unidades, e em 2004, quando produziu 74,8 bilhões de unidades, representando uma queda de 16% no período.

Gráfico 9: *Produção de Cigarros vs Participação no Mercado*



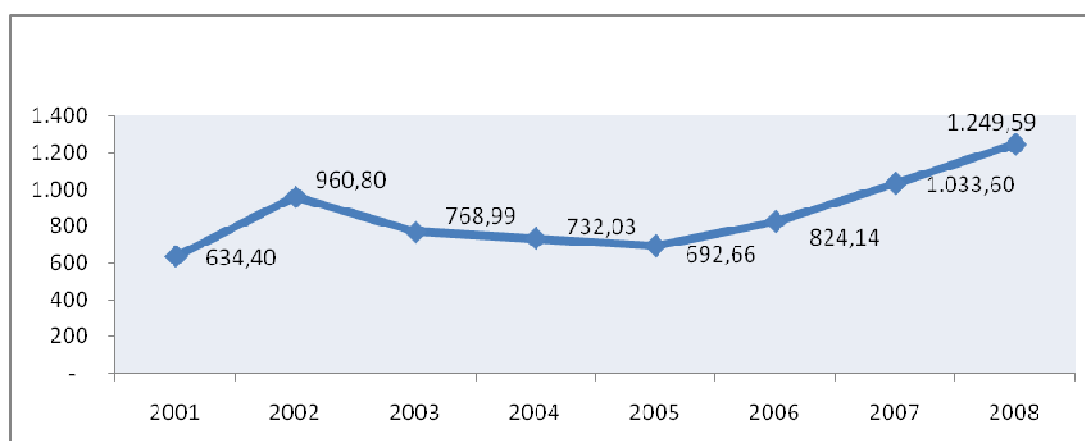
Fonte: Souza Cruz (2008).

Como pode ser visualizado no gráfico 9, o mercado interno de cigarros parece entrar numa fase de estabilização, após o ano de 2004, que registrou a maior queda na produção. Quanto à participação da Souza Cruz no mercado interno, no passado eram muito superiores, como os 83% de participação no mercado interno de cigarros atingidos em 1986, e os 84% em 1997 (BOEIRA, 2002). Contudo, pode se observar

que a empresa vem reconquistando mais espaço a cada ano²⁹. Mesmo crescendo lentamente, não podemos esquecer que um por cento do mercado atualmente representa cerca de 1,3 bilhões de unidades de cigarros.

Quanto ao desempenho financeiro da Souza Cruz, após um período de estagnação, a empresa retomou de forma acentuada os seus lucros. No período de 2006 a 2008, obteve um crescimento médio anual na ordem de 21,7%, saltando de um lucro líquido de 824,14 milhões de reais em 2006 para 1,25 bilhões de reais em 2008. Ver gráfico 10.

Gráfico 10: *Evolução do Lucro Líquido da Souza Cruz (milhões R\$)*



Fonte: Souza Cruz (2008).

O relato de todas estas informações vai ampliando os horizontes não somente para intensificar o debate, mas também para despertar a compreensão em torno das questões propostas neste trabalho. No ano de 2000, início das negociações em âmbito internacional da CQCT, o governo brasileiro se antecipou, aprovando restrições à publicidade. Logo em seguida, em 2003, inicia o debate acerca da ratificação da CQCT. A indústria então, provavelmente no intuito de ganhar tempo, põe em prática um plano arrojado. Sem aparecer, planta informações inconsistentes principalmente aos fumicultores e aos parlamentares. Neste jogo, consegue postergar a ratificação da CQCT para 2006. Neste período, enquanto os seus principais aliados (SINDITABACO E AFUBRA) ocupavam-se da CQCT, a indústria ampliou vertiginosamente o número de pontos de venda no varejo e intensificou significativamente os investimentos,

²⁹ Deve-se considerar o crescimento do contrabando na década de 1990. Ver mais em BOEIRA, (2002).

ampliando a sua capacidade instalada. Paralelamente, trabalhou no aprimoramento do sistema integrado de produção, em projetos que prometem produzir o “fumo ecológico”, produtos com o risco reduzido, e no fortalecimento da sua imagem institucional. Além disso, veio acumulando recordes nas exportações de fumo em folhas, exportando para mais de 100 países, e acumulando lucros crescentes.

Traçando um paralelo com a atuação do Estado Brasileiro, por exemplo, a indústria parece não acreditar no êxito das ações do governo brasileiro. Ou não acredita no êxito da CQCT no contexto global, a curto e médio prazos. A cultura ou as gramáticas políticas estudadas por Nunes, ajudam a construir uma explicação. O corporativismo entre órgãos e instâncias estatais e a indústria, impedem o governo de agir com vontade própria. Sempre abre uma oportunidade para estabelecer um meio termo. Um bom exemplo é o programa plante milho e feijão após a colheita do fumo, uma parceria do governo do RS e Souza Cruz, como uma opção de geração de renda, e melhor aproveitamento da terra, sem comprometer a disponibilidade para o plantio do tabaco. O mesmo já não acontece nas áreas de atuação do Ministério da Saúde, por exemplo, onde não existe este relacionamento corporativista. Já o relacionamento entre o Estado e indústria com os fumicultores, é caracterizado pelo clientelismo, o que os proporciona uma relação de dependência e submissão. O próximo capítulo pretende justamente proporcionar uma visão mais apropriada dos fumicultores, segundo as principais organizações que disputam a representação dos mesmos, a AFUBRA e a FETRAF-SUL.

CAPÍTULO IV: PERSPECTIVAS DOS FUMICULTORES: AFUBRA E FETRAF-SUL

Neste capítulo a abordagem será conduzida principalmente na descrição das principais organizações em disputa pela representação dos fumicultores: A AFUBRA e a FETRAF-SUL. Para isto, as principais características de cada uma destas organizações serão descritas. Na evolução do capítulo, serão trazidos alguns aspectos dos fumicultores, e da fumicultura, bem como a postura ideológica de cada uma das organizações em questão, frente à CQCT, e com relação à indústria.

4.1. AFUBRA

A AFUBRA, Associação dos Fumicultores do Brasil, foi fundada em 21 de março de 1955, na cidade de Santa Cruz do Sul/RS. Estabelecida nos três estados da região sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a organização sob o reconhecimento da indústria, representa os interesses da classe dos fumicultores.

A AFUBRA oferece aos seus associados uma completa orientação técnica, com a disponibilização de agrônomos, técnicos agrícolas e outros profissionais, configurando-se funcional ao setor industrial. Da mesma forma, a entidade oferece aos seus associados o que chama de sistema mutualista. Este sistema consiste numa espécie de fundo, que assegura benefícios aos fumicultores associados em determinados casos como auxílio funeral, sinistro nas lavouras por granizo, danos causados nas estufas, e outros. Resumindo, a AFUBRA se beneficia do serviço das empresas para coletar contratos de seguros.

Além do sistema mutualista, a associação por meio da agrocomercial AFUBRA, comercializa desde as sementes, insumos e implementos agrícolas até eletrodomésticos. Desta forma, a AFUBRA é mais do que uma simples associação. A associação, que teria como objetivo principal representar os fumicultores, na interlocução com a Indústria e com o Estado, também pode ser considerada como uma empresa com produtos diversificados. Atua no ramo de seguros e em atividades comerciais. Provavelmente para dissociar um pouco esta idéia, a Afubra criou em 1994 a Agro-Comercial Afubra Ltda. Atualmente com uma rede de 20 lojas, sendo 9 no Rio Grande do Sul, 8 em Santa Catarina e 3 no Paraná.

Figura 5: Cartaz ofertas AFUBRA



Fonte: *Website AFUBRA* (2008).

Embora a associação tenha esse caráter comercial, também exerce o papel de representante dos fumicultores. O que desperta atenção é a postura da AFUBRA frente a determinadas questões, nas quais estão envolvidas negociações com a indústria. Historicamente a associação tem demonstrado posições alinhadas aos interesses da indústria, demonstrando uma postura segundo a qual o que é bom para a indústria é bom para os fumicultores. Segundo a entidade, sua missão é:

Proporcionar o bem-estar aos associados, clientes e comunidades, através do mutualismo, de programas socioambientais, de soluções no comércio de bens e serviços e de alternativas na agricultura familiar e no agronegócio (AFUBRA, *website*, s/d).

4.1.1 O posicionamento da AFUBRA durante o processo de ratificação da CQCT

Durante o processo de ratificação da CQCT, a AFUBRA teve papel de destaque e de liderança contra a ratificação. Esta luta contra a ratificação da CQCT pelo Brasil foi sendo intensificada, a partir de 2004. Na ocasião, o ex-presidente da AFUBRA e da câmara setorial do fumo, Hainsi Gralow (já falecido) conduzia reuniões periódicas para o desenvolvimento de estratégias a fim de evitar que o Brasil ratificasse a sua posição em favor da CQCT. Participavam destas reuniões um subgrupo formado por integrantes da câmara setorial do fumo, na qual participam diversas entidades e todas com

posicionamentos muito claros a respeito. As entidades alinhadas à AFUBRA e ao SINDITABACO, FETAG, FARSUL, FETAESC, FAESC, FENTIFUMO e FAMURS, eram totalmente contra a ratificação. Em 30 de agosto de 2004, produziram um documento endereçado ao Senado para que não votasse o projeto de lei antes de a câmara setorial do fumo se pronunciar. Da mesma forma traçaram estratégias para atuar na sensibilização de políticos, com o objetivo de frustrar a ratificação da CQCT pelo Brasil. Dentre as estratégias estavam o agendamento de audiências com os governadores dos três estados do sul, a mobilização de prefeitos, vereadores e demais lideranças políticas locais, sensibilização de Deputados Federais, Senadores e Ministros de Estado, ampla divulgação por meio de *folders* e encartes no jornal gazeta mercantil, além de propostas de emendas na legislação brasileira para postergar a decisão da ratificação.

Pela leitura das atas das reuniões do subgrupo denominado *grupo temático CQCT e outros acordos internacionais*, foi possível identificar as principais críticas e acusações das entidades, contra quem se posicionasse favorável à ratificação. Nas críticas emitidas por esta “frente” liderada principalmente pela AFUBRA, não foram poupadas pessoas e nem acusações. Em 10/09/2004, a entidade reclamava da falta de condições de reunir-se com o diretor do INCA, e acusou a entidade (INCA) de emitir considerações infundadas. Além disso, acusou o INCA de ter implantado pânico entre os fumicultores ao afirmar, em seminário na cidade de Rio Pardo, que os produtores deveriam começar a pensar em outras alternativas de sobrevivência. Criticou a entidade, alegando que a mesma não demonstrava preocupação com os 2,4 milhões de empregos³⁰ que, segundo a AFUBRA, o fumo gerava. Na ocasião também foi destacado o pronunciamento de uma coordenadora do INCA, no qual a mesma dizia que “em cinco a dez anos, o cenário para a exportação vai ser hostil e os reflexos vão ser sentidos” (AFUBRA, 2004a). Aparentemente a maior frustração da AFUBRA e de seus aliados foi o bloqueio ao acesso às reuniões coordenadas pelo INCA, alegando falta de abertura às entidades que representam os produtores. Segundo consta na ata de 10/04/2004, Gralow teria manifestado sua preocupação com o fato de apenas os “antitabagistas”³¹ terem voz ativa. Conforme o ex-dirigente, as exposições dos mesmos nunca são questionadas, embora apresentem informações infundadas. O contrário ocorre

³⁰ Referência utilizada pela AFUBRA, SINDIFUMO e Indústria, porém nunca comprovado. É questionado pela FETRAF-SUL e pela ACTBR.

³¹ Para a ACTBR, trata-se de um termo inadequado, pois o mesmo caracteriza discriminação às vítimas da indústria do tabaco (ou dos fumantes). A organização adota os termos: antifumo, antitabagismo.

com as manifestações dos produtores, que são sempre questionadas, e as entidades acusadas de divulgarem inverdades.

Em 04/10/2004, na reunião em Salvador (Bahia), a AFUBRA apresentou ao subgrupo três propostas, às quais teria submetido em nome da entidade ao ministro da agricultura, para aprovação e novo encaminhamento. A proposta número um sugeria que a ratificação da CQCT não poderia ser aprovada sem antes serem definidas: (a) a apresentação de culturas alternativas viáveis, com garantia de preço e de mercado; (b) a fixação dos recursos para a reconversão; (c) quando tiverem sido encontradas alternativas que realmente substituíssem o fumo, o projeto de ratificação poderia voltar a ser apresentado. A proposta dois consistia em convidar os Senadores, os Deputados federais e autoridades públicas a visitarem as regiões fumageiras. Finalmente a proposta três sugeria a realização de audiências públicas nas regiões fumageiras. Ao saber que a convenção-quadro seria votada em caráter de urgência no dia 29/06/2005, a AFUBRA mobilizou-se, para visitar os gabinetes dos Senadores. Em conjunto com outras entidades representativas dos produtores, fez a entrega de um abaixo-assinado com 195.614 assinaturas contra a ratificação ao Presidente do Senado. Além disso, promoveu um acompanhamento rigoroso em todos os trâmites possíveis, sem sucesso. No dia 27 de outubro de 2005, CQCT foi ratificada por unanimidade pelo Senado Federal.

4.1.2 Ratificação da CQCT - novas perspectivas para a AFUBRA

Reconhecendo que a ratificação da CQCT pelo Brasil tratava-se de um fato consumado, a AFUBRA e a Câmara da cadeia produtiva do fumo, iniciam atividades voltadas à diversificação do plantio – o que chamaram inicialmente de atividades paralelas ao fumo. Naquele momento as entidades diziam acreditar haver um grande avanço no sentido de não mais se falar em erradicação do fumo, mas, sim em alternativas de diversificação. Segundo Gralow, nas primeiras reuniões da Organização Mundial da Saúde falava-se em erradicação do fumo, mas esse termo foi substituído depois de reiteradas ponderações do setor fumageiro. Lendo as atas das diversas reuniões realizadas entre os anos de 2004 e 2007, não é raro encontrarmos intervenções de representantes do MS, ou da FETRAF-SUL/CUT, esclarecendo os objetivos da CQCT e os motivos para a ratificação. Todavia, ao que parece estes pronunciamentos eram simplesmente ignorados. Talvez esta conduta tenha sido uma forte razão para que

a AFUBRA e o SINDITABACO fracassassem nas diversas tentativas em compor as reuniões da CONICQ e da Conferência das Partes (COP). A AFUBRA e o SINDITABACO, que alternam a coordenação da Câmara Setorial, assumiram uma postura contrária a tudo que se relaciona a um novo dimensionamento da fumicultura no sul do Brasil. Estas entidades parecem crer que a verdade absoluta é de que não existem alternativas sustentáveis à cultura do tabaco. Desta forma, utilizam-se de argumentos enfocando os aspectos socioeconômicos dos fumicultores, na tentativa de inibir ações que promovam a diminuição da área plantada com tabaco.

Em reunião no dia 08/06/2006, o presidente da AFUBRA demonstrou preocupação com o elevado número de leis contrárias ao fumo, criadas por países que aderiram à CQCT. Da mesma forma fez a reflexão de que, embora se diga que a convenção-quadro não impõe a extinção de plantio, se houver diminuição de consumo, cairá, por conseguinte, a produção. Ao que parece a entidade começa a admitir que o melhor a fazer é trabalhar na perspectiva da manutenção da atividade.

Neste período, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) implantou o programa de apoio à diversificação produtiva em áreas cultivadas com fumo. Inicialmente, o MDA disponibilizou recursos na ordem de R\$ 10 milhões para aquisição de alimentos e para o desenvolvimento de projetos na área de capacitação, de treinamento e de pesquisas. Nesta ocasião, a AFUBRA apresentou dois projetos, sendo ambos aprovados. O primeiro, para a realização de pesquisas na área de biodiesel, por meio do desenvolvimento de lavouras experimentais de girassol. O segundo, para o fomento florestal, incluindo áreas demonstrativas e a implantação de uma serraria móvel para beneficiamento da madeira. Ao que parece, a AFUBRA, a exemplo da indústria, inicia um processo de reconhecimento da CQCT como realidade e começa a transformar a grande ameaça em oportunidade. Isso é possível constatar no pronunciamento do Presidente da AFUBRA na reunião da Câmara Setorial em 08/06/2006:

O Sr. Romeu Schneider disse que, sendo a ratificação da Convenção-Quadro um fato consumado, é preciso voltar a atenção para o trabalho daqui pra frente. Elogiou o estudo e a aprovação dos projetos que, a seu ver, é o caminho que vai levar-nos a ser mais eficientes e preparados para enfrentar novos desafios. O Sr. Sálvio sugeriu enviar uma moção de louvor ao MDA pelo desenvolvimento do programa e solicitar, para o futuro, ampliação dos recursos, com o que todos concordaram (AFUBRA, 2006d).

Na reunião de 8/11/2006, novas perspectivas se apresentaram. A Câmara Setorial convidou um representante da Souza Cruz, Humberto Conti, para apresentar o atual cenário da CQCT, segundo a companhia. Conforme o mesmo, não existe ameaça ao futuro da fumicultura. Conti apresentou dados, cuja fonte é o Atlas de 2006 da OMS, estimando que o número de fumantes no mundo entre 2040 e 2050 será superior ao atual 1,1 bilhão, chegando a 1,5/2,2 bilhões. Segundo Conti, como a demanda pela matéria-prima possivelmente aumentará, é preciso o Brasil assegurar esse mercado, do qual atualmente é líder. Reforçou a necessidade de monitorar, discutir e avaliar as futuras conferências das partes e disse ser muito importante somar esforços para garantir que a Câmara Setorial seja ouvida pelo grupo dos *experts* no Brasil (membros da CONICQ). Na Análise de Conti, a legislação brasileira já contempla muitas das diretrizes previstas na convenção-quadro e a OMS estaria mais preocupada em trazer os outros países para o mesmo patamar. Argumentou ainda que o compromisso do governo brasileiro,³² de não proibir o plantio do fumo e nem restringir o financiamento à produção, é uma garantia importante.

4.1.3 Os fumicultores na região sul do Brasil

Com o objetivo de completar um ciclo de informações referentes ao complexo fumageiro instalado no Sul do País, é apresentado no quadro 19 um panorama geral do setor, com dados mais específicos relacionados aos fumicultores.

Segundo a Afubra, na safra 2007/08, foram 180.520 famílias as responsáveis por toda a produção de tabaco registrada na região sul.

Quadro 19: *Distribuição Fundiária Famílias de Fumicultores no Sul do Brasil - Safra 2007/08*

Hectares	Famílias	Percentual
0 ³³	39.050	21,63
de 01 a 10	65.517	36,29
de 11 a 20	47.968	26,57
de 21 a 30	18.628	10,32
de 31 a 50	7.282	4,03
mais de 50	2.075	1,15
Total	180.520	100

Fonte: *Website AFUBRA* [2008].

³²Compromisso selado através de um documento assinado por seis ministros de Estado quando o Brasil ratificou a Convenção.

³³ Refere-se às famílias que produzem como arrendatários ou parceiros de agricultores, não são donos da terra em que plantam.

Conforme o quadro acima, cerca de 39 mil famílias que produzem tabaco não são proprietárias da terra, e a grande maioria, 62,8% , possuem de 01 a 20 ha. Embora estas famílias possuam até 20 ha, a média das áreas destinadas ao plantio do tabaco pelas propriedades chega apenas a 2,41 ha/propriedade. O restante das áreas é destinado a outras culturas ou atividades, como a plantação de arroz, milho, feijão, agropecuária, açudes para criação de peixes e a cobertura florestal. Ver quadro 20.

Quadro 20: *Perfil dos Fumicultores no Sul do Brasil*

Descrição	Safra 2007/08
Municípios Produtores	731
Número de Propriedades	141.470
Famílias Produtoras	180.520
Pessoas Ocupadas	758.184
Área das Propriedades (ha)	2.283.940
Área - Outras Culturas/Atividades (ha)	1.311.460
Área com Fumo (ha)	341.450
Produção de Fumo (t)	689.540
Preço Médio do Fumo (R\$)	5,42
Valor Bruto da Safra de Fumo (R\$)	3.737.306.800
Valor outras culturas (R\$)	1.584.322.530
Valor por hectare - Outras Culturas (R\$)	1.208
Valor por hectare - Fumo (R\$)	10.945
Área Média com Fumo por propriedade (ha)	2,41

Fonte: *Website Afubra* [2008].

O quadro acima reúne uma série de números da fumicultura, que são os principais dados utilizados pela AFUBRA como argumentos na defesa da atividade. Também constituem a base da crença de que na atualidade não há alternativa que possa substituir a fumicultura, em termos de resultados financeiros, conforme afirmações da entidade. Um dos principais argumentos da associação diz respeito aos valores por hectare que são auferidos com o plantio do tabaco. Segundo os dados do quadro, cerca de 70% da renda gerada nas propriedades dos fumicultores são oriundos do plantio do tabaco, ou seja, R\$ 10.945,00/ha contra os R\$ 1.208,00/ha pelas outras culturas e atividades. Neste caso merece destacar que a AFUBRA pouco se manifesta com relação aos outros componentes como os custos de produção de uma ou outra cultura ou atividade. Apesar da grande diferença entre os valores auferidos, não se pode deixar de considerar que trata-se de renda média bruta. Portanto, fatores como o custeio da

produção são imprescindíveis para uma análise mais consistente no que se refere à renda líquida dos produtores.

4.2. FETRAF-SUL

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar FETRAF-SUL/CUT foi criada durante o 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar da Região Sul, realizado entre 28 e 30 de março de 2001 na cidade de Chapecó (SC). Atualmente, a FETRAF-SUL/CUT se articula com 93 sindicatos dos três estados da Região Sul. Com atuação em 288 municípios dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a federação conta com uma base social de 300 mil famílias e 800 mil agricultores familiares da Região Sul (*Website FETRAF-SUL, s/d*).

Conforme publicado no *site* da entidade, os seus principais objetivos consistem em fortalecer e ampliar a representação dos agricultores e agricultoras familiares da região sul, unificando a ação sindical rural cutista, tendo como eixo central o fortalecimento da agricultura familiar. A FETRAF-SUL articula e mobiliza grandes ações de massa nas cidades e no campo, junto aos poderes públicos (municipal, estadual e federal), assim como em outros setores, defendendo as reivindicações da agricultura familiar de toda a região sul e do Brasil (*Website FETRAF-SUL, s/d*).

4.2.1 A CQCT e o posicionamento da FETRAF-SUL

No que se refere à CQCT e toda discussão em torno da atividade fumageira no sul do País, a FETRAF-SUL sempre demonstrou um posicionamento claro, contrário aos ideais defendidos pela “indústria e seus aliados” – como a entidade denomina. No processo de ratificação, a entidade posicionou-se claramente favorável, considerando os impactos na saúde pública mundial, bem como um instrumento para aumentar a renda auferida pelos produtores, principalmente pela redução da oferta do tabaco no mercado. Após a ratificação, a entidade assumiu uma postura de acompanhamento e colaboração na implantação de políticas públicas desenvolvidas para que os objetivos da CQCT pudessem ser atingidos. Em 2006, a entidade elaborou uma cartilha – a qual também serviu de base para identificar e para a descrição das principais perspectivas da FETRAF-SUL. Com a distribuição desta cartilha, a entidade promoveu uma série de debates na região sul, discutindo inclusive questões como o preço, classificação e a comercialização das safras de fumo. No mesmo ano, apresentou ao MDA um projeto

para a cadeia produtiva do fumo com o título: “O futuro da fumicultura no Brasil – Cadeia Produtiva do Fumo: capacitação e formação de lideranças multiplicadoras da agricultura familiar” (FETRAF-SUL, 2006e). O projeto previu a realização de seminários e de uma pesquisa que serviu para identificar alternativas de renda viáveis, possibilitando à FETRAF-SUL e ao Governo Federal um incremento na argumentação sobre a diversificação da produção. O projeto baseia-se na premissa de que a CQCT produza resultados positivos no longo prazo – redução da oferta no mercado mundial, e que os agricultores devam se preparar para enfrentar esta nova realidade. A entidade propõe a integração entre agricultores e o movimento sindical – FETRAF-SUL/CUT, cooperativas, ONGs, com a finalidade de buscar a promoção de experiências de sucesso, e assim resgatar valores que julgam fundamentais para a construção de um projeto de desenvolvimento. Estes valores estariam baseados na produção de alimentos na agroecologia, na geração de renda, na organização pela cooperação mútua dos agricultores e pela comercialização direta aos consumidores. No box 8, os objetivos específicos do projeto.

Box 8: Objetivos específicos do Projeto o futuro da fumicultura no Brasil

<p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dar visibilidade para agricultura familiar como um ator social, de fundamental importância para a sociedade, valorizando suas iniciativas, e garantindo a participação dos agricultores que historicamente foram excluídos dos espaços de construção de propostas. ▪ Possibilitar para que os agricultores busquem intercambiar conhecimentos e experiências com outros agricultores do Brasil e do Mundo, entidades nacionais e internacionais, a fim de aprimorar as experiências existentes, e avançar em novas formas de organização e produção. ▪ Apresentar a todos que há diversificação na agricultura familiar, representada pela variada quantidade de iniciativas, produtos e experiências desenvolvidas, na produção, processamento, organização e comercialização. ▪ Afirmar que a agricultura de economia familiar é responsável pela produção da maioria dos alimentos consumidos no Brasil, mantendo características importantes como a geração de emprego, diversificação das produções, diminuição dos impactos ambientais. Resgatando valores socioculturais, viabilizando a sobrevivência de milhões de pessoas envolvidas. ▪ Abrir canais de diálogo para avançarmos no debate sobre a importância da agricultura de economia familiar estar organizada, buscando construir alternativas coletivas, que respondam à altura para o desafio colocado, “alimentar o mundo”, com alimentos saudáveis, produzidos de forma socialmente justa, respeitando as diversidades locais, e viabilizando processos de desenvolvimento integrando o agricultor e o consumidor.

Fonte: FETRAF-SUL (2006e)

Pelos objetivos específicos apresentados no box acima, é possível verificar que a FETRAF-SUL tem como uma de suas perspectivas a reconversão da fumicultura para produtos alimentícios, embora não o diga claramente. De qualquer forma, embora reconheça as dificuldades, insiste em estimular e apresentar alternativas de renda e

culturas economicamente viáveis para a reconversão. Enquanto isso não ocorre, sempre que possível a entidade presta orientação aos agricultores nas estratégias para obter os melhores preços possíveis na comercialização do tabaco.

Com relação à comercialização, a FETRAF-SUL também posiciona-se contrária ao modelo proposto pelo sistema integrado implantado pela indústria, porém tem atuado mais incisivamente na redução das classes de compra, previstas em uma portaria do MAPA. Atualmente a portaria prevê 41 classes para a compra de fumo pela indústria, sendo que a proposta da FETRAF-SUL em 2006 era de uma redução para no máximo 16 classes, contra as 32 propostas pela AFUBRA e as 60 pela Indústria. A FETRAF-SUL considera que o número excessivo de classes para o fumo é um dos fatores que induzem o baixo preço pago ao produtor. Conforme avalia a entidade, enquanto no mercado mundial está acontecendo uma redução na produção do tabaco, no Brasil as indústrias vêm incentivando a produção. Apesar de produzir fumo de qualidade (no sentido mercadológico), o agricultor brasileiro é um dos mais mal remunerados pelo trabalho. Conforme dados do SINDIFUMO de São Paulo, em 2006 no Brasil, a indústria vinha pagando cerca de R\$ 45,00 pela arroba, contra R\$ 203,25 pago nos Estados Unidos, R\$ 338,70 na Europa e R\$ 609,60 no Japão (FETRAF-SUL, 2006c). Os baixos preços têm gerado crise nas economias regionais, estagnam o comércio e levam os fumicultores ao endividamento.

Em janeiro de 2007, a FETRAF-SUL promoveu um debate sobre a cadeia produtiva do fumo. A reunião aconteceu em Chapecó-SC, e pautou principalmente assuntos como: estimativa de safra; produção mundial x consumo x estoques; comercialização; preços e distribuição de renda e lucros do setor. No que se refere à estimativa da safra, as análises apontavam para uma pequena diminuição de volumes produzidos com menor área plantada, mas com maior qualidade e produtividade (kg/ha). De acordo com o assessor técnico da FETRAF-SUL, Albino Gewehr, a produção mundial está estável,

com redução de área cultivada onde o fumo é valorizado e ampliação onde é barato, como no caso da África e China. O consumo permanece equilibrado com a produção não permitindo a retomada da formação de estoques (FETRAF-SUL, 2007c).

Segundo Gewehr, no Brasil as indústrias ampliaram os seus lucros por dois motivos: majoração em 10% do preço dos cigarros e a ampliação no combate ao contrabando.

Mesmo assim vêm a público dizer que a desvalorização do dólar e os problemas com a retenção do ICMS no RS afetariam seus lucros. Os dados de 2006 desmentem esta falácia das fumageiras (FETRAF-SUL, 2007c).

Conforme análise da FETRAF-SUL, naquele período o lucro aumentou e área plantada diminuiu. O setor fumageiro arrecadou mais de R\$ 11 bilhões no ano de 2006, sendo o cigarro responsável por mais de 74% deste total. O reajuste de 10% praticado nos preços do cigarro, no final de 2006, proporcionaria um crescimento de R\$ 1 bilhão em 2007. Somando-se a redução do contrabando e das falsificações, a estimativa era de que o setor deveria faturar mais de R\$ 13 bilhões naquele ano. Desta forma, em 2007 a FETRAF-SUL defendeu uma redução da safra para, no mínimo, 30% como forma de valorizar o produto. A aposta da entidade está baseada na estimativa de que o resultado da safra mundial seja inferior ao esperado para o período 2007/08. A previsão inicial é a colheita de 5,7 milhões de toneladas de fumo no Mundo. Caso a colheita ficasse abaixo dessa estimativa seria possível haver uma baixa nos estoques mundiais e uma provável disputa pelo fumo brasileiro. A FETRAF-SUL acredita que a diminuição da produção é uma tendência mundial e que na atualidade o estoque ideal mundial seria de oito milhões de toneladas. Com a estabilidade do consumo e a queda na produção mundial, segundo estimativas da organização, o estoque hoje não ultrapassaria os 5,3 milhões de toneladas (FETRAF-SUL, 2008a).

Quanto às alternativas à expansão do fumo no Brasil, o posicionamento da FETRAF-SUL é de que seja necessário implementar uma política agrícola completa. Isto consiste na disponibilidade de crédito abundante para custeio e investimento, assistência técnica eficiente, universal e adaptada à realidade da agricultura familiar. Além disso, considera fundamental capacitar os agricultores para a gestão, com apoio à agroindustrialização familiar, com a comercialização e com garantia de preços e renda. Segundo a entidade, é necessária a formulação de políticas públicas que atendam aos agricultores familiares garantindo o fomento de sistemas cooperados, autogestionários, voltadas à distribuição da renda gerada pela produção agrícola (FETRAF-SUL, 2006d).

A FETRAF-SUL considera as ações desenvolvidas pelo governo brasileiro, tanto nas ações de nível internacional – processo de elaboração e da implementação da

CQCT, como nas políticas internas, com destaque para o programa de diversificação – altamente positivas e elogiáveis. Porém, alerta que a estrutura atualmente existente, e o volume dos recursos disponibilizados para implementar as suas ações, estão ainda muito aquém da importância e do impacto que a participação do Brasil representou no processo de negociação internacional da CQCT. Para a entidade o programa é bom, mas precisa crescer rapidamente para atender a demanda, precisa ir além da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) e avançar no apoio à agroindustrialização e à comercialização.

4.2.2 O posicionamento da FETRAF-SUL frente à indústria

Como se sabe, o Brasil é o segundo maior produtor e o maior exportador mundial de tabaco. Da produção total, aproximadamente 85% é destinada a exportação. No arranjo produtivo, aproximadamente 200 mil famílias de agricultores são responsáveis por estes significativos resultados. Segundo a cartilha *Fumicultor: Valorize o seu trabalho*, da renda produzida com as lavouras, 19,9% remuneram os fumicultores, 47,1% ficam com os governos em forma de impostos, 6,1% com os comerciantes e 26,9% com as empresas produtoras e vendedoras de insumos. Segundo a mesma cartilha, enquanto que a Souza Cruz, detentora de 75% da comercialização do fumo, dobrou o seu patrimônio líquido em apenas dois anos, os fumicultores brasileiros são os mais explorados do mundo. Segundo o documento, a exploração da mão-de-obra da agricultura familiar produtora de tabaco ocorre devido à fraca organização dos próprios produtores. Além disso, o documento afirma que os representantes das federações oficiais concordam com os interesses da indústria fumageira (FETRAF-SUL, 2006a). Esta última afirmação confirma o que foi dito na descrição atuação da AFUBRA, durante o processo de ratificação da CQCT.

Para a FETRAF-SUL, os fumicultores não podem ficar reféns da indústria. Acredita que com a aprovação da CQCT pelo Brasil seja necessário adotar medidas de salvaguardas³⁴ e a implementação de uma cooperativa de fumicultores dos três estados do Sul. A proposta da FETRAF-SUL é que os fumicultores da Região sul se organizem em uma cooperativa. Disse Gewher durante um Seminário Internacional:

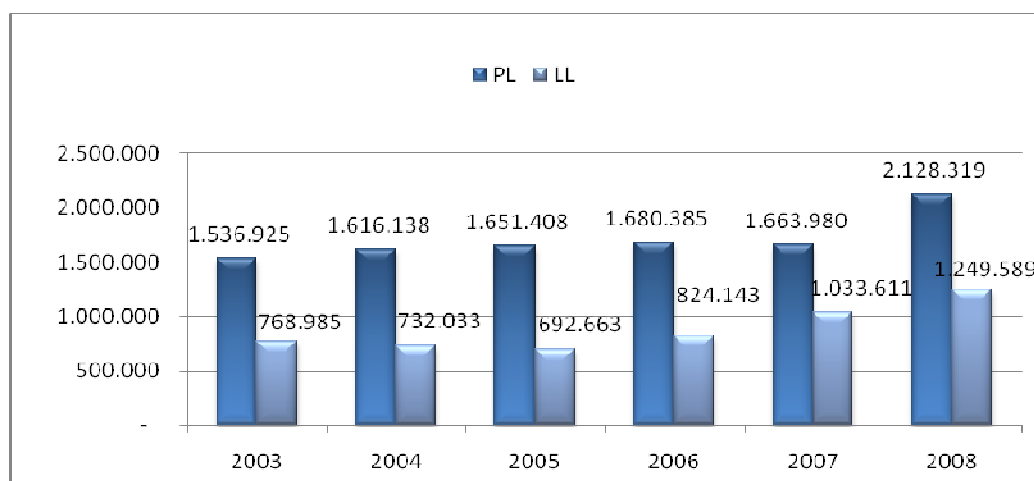
³⁴ As medidas de salvaguardas foram garantidas no texto da CQCT pelos artigos 4, 17 e 26.

é necessário investir em assistência técnica e extensão rural e em programas de formação que possibilitem ao agricultor além de produzir, processar e comercializar a sua produção” (FETRAF-SUL, 2006d).

Com este pronunciamento, o assessor admitiu a possibilidade de o fumicultor tornar-se concorrente da indústria na comercialização de fumo em folhas.

No que se refere à representação dos fumicultores frente à indústria, a FETRAF-SUL não é reconhecida como representante legítima. Cabe às Federações dos trabalhadores dos três estados do Sul (FETAG, Rio Grande do Sul; FETAESC, Santa Catarina; FETAEP, Paraná), e as Federações de Agricultura dos três estados (FARSUL, FAESC, FAEP), a incumbência de representar os fumicultores. Segundo consta na cartilha da FETRAF-SUL, todas estas entidades são ligadas à AFUBRA, e são as representantes legítimas dos produtores de tabaco, reconhecidas pela indústria. A FETRAF-SUL alega ainda que tem sido impedida de participar das reuniões e dos acordos oficiais das safras de fumo, ressaltando que as “representantes legítimas” não possuem poder de reação com mobilização de base, como a FETRAF-SUL. Conforme a cartilha, a entidade refere-se a AFUBRA como uma “empresa seguradora que serve aos interesses das multinacionais e é ela que organiza este jogo de cartas marcadas que chamam de negociação do preço do fumo” (FETRAF-SUL, 2006a, p.10).

Para a FETRAF-SUL, as empresas do ramo fumageiro mentem sobre preços e dobram os lucros. A entidade afirma que a indústria do tabaco mente alegando que os preços reivindicados pelos fumicultores são impraticáveis e que inviabilizariam a fumiicultura no país. Como argumento contrário, a FETRAF-SUL ressalta que as multinacionais chegam a pagar até dez vezes (no Japão) o preço que pagam no Brasil; destaca que a Souza Cruz dobrou o seu patrimônio em pouco mais de um ano. Para checar a consistência da informação, buscamos nos balanços da Souza Cruz a evolução do Patrimônio Líquido relacionando com o Lucro Líquido, este último já demonstrado no gráfico 10.

Gráfico 11: *Evolução do Lucro Líquido da Souza Cruz vs Patrimônio Líquido (mil)*

Fonte: Souza Cruz (2008).

Analisando os números demonstrados no gráfico acima, podemos constatar que de fato a evolução do lucro líquido da Souza Cruz expressa uma evolução invejável para o setor produtivo brasileiro. No período compreendido entre 2003 e 2008, a evolução do patrimônio líquido da empresa cresceu 38,5%, ao passo que o lucro líquido foi incrementado com 62,5%. Isto significa que no período a Souza Cruz lucrou em média 51,2% do valor correspondente ao seu patrimônio líquido ao ano. Portanto, pode-se admitir que a avaliação da FETRAF-SUL esteja correta.

Na visão da FETRAF-SUL, enquanto o governo e a indústria concentram a renda gerada pela fumicultura, os fumicultores e os trabalhadores da indústria recebem baixa remuneração pelo trabalho que exercem. Sendo assim, baseados nas leis de mercado – oferta x demanda, a FETRAF-SUL propôs em 2006 que os agricultores reduzissem as áreas plantadas com o fumo, com o objetivo de valorizar o produto. Para isto lançou a seguinte campanha: *Fumicultor: Valorize o seu trabalho, plante menos fumo.*

Outro alvo de críticas da Federação, diz respeito ao sistema de classificação. Segundo a entidade, a Portaria do MAPA não espelha a realidade do dia-a-dia da comercialização, servindo apenas aos interesses da indústria para depreciar o produto. A

FETRAF-SUL acredita que é preciso promover um sério e profundo debate sobre a necessidade de manter ou não o atual sistema de classificação.

O fato é que conforme vai se agregando os novos atores e as informações inerentes a estes, o contexto segue criando corpo, permitindo desta forma uma melhor visualização do cenário. A postura contrária à ratificação da CQCT, promovida pela AFUBRA, em consonância com o SINDITABACO, vem reforçar a convivência entre a organização, a indústria, e o Estado na prática clientelista em relação ao fumicultor. Estrategicamente, a organização enfatiza aspectos socioeconômicos dos fumicultores como apelo e subterfúgio para inibir as ações governamentais que possam favorecer a diminuição das áreas cultivadas com tabaco. O Estado, culturalmente paternalista, desprovido de informações próprias, e bem relacionado com a indústria, submete-se às pressões exercidas pela mesma. Do outro lado, surge como opção a FETRAF-SUL, que disputa a representação dos fumicultores perante a indústria e o Estado. De fato, a FETRAF-SUL traz aos fumicultores propostas inovadoras e que poderiam traduzir a quebra deste vínculo clientelista. Contudo, o fumicultor representa o lado frágil do sistema, uma vez que além de ter as suas crenças, sua ética (no sentido da honestidade, da fidelidade), mantém relações de dependência com a AFUBRA, que é a única representante reconhecidamente aceita pela indústria.

Neste sentido, é provável que os fumicultores possam contar com mais um aliado nas questões envolvendo a atividade fumageira, a rede antifumo. No capítulo seguinte, será feita uma descrição sobre a atuação da Aliança de Controle do Tabagismo (ACTBR), organização que para este trabalho representa a rede antifumo no Brasil.

CAPÍTULO V: PERSPECTIVAS DA ACTBR

Neste capítulo procurou-se elaborar uma descrição de forma breve e objetiva, contemplando o perfil da organização, sua visão, missão e valores. No mesmo sentido, para elucidar a razão da sua existência (da ACTBR), tratou-se de trazer de forma bastante objetiva, qual a sua plataforma de atuação, ou ação. Na sequência, um demonstrativo da atuação da organização desde 2007, no qual é possível perceber a dinâmica da atuação da ACTBR. Em seguida, é revelado o posicionamento da organização, no que concerne a atividade fumageira, mais precisamente à indústria e certos aspectos da conduta do Estado. Para finalizar, serão abordados alguns aspectos do confronto ideológico com a indústria do tabaco, seu principal opositor.

5.1. A ACTBR – aliança de controle do tabagismo

Conforme descrição no seu *website* (www.actbr.org.br), a ACTBR é uma organização não-governamental voltada à promoção de ações para a diminuição do impacto sanitário, social, ambiental e econômico gerado pela produção, consumo e exposição à fumaça do tabaco. A história da ACTBR teve seu início no ano de 2003, quando representantes de organizações não-governamentais e governamentais, dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Distrito Federal, por iniciativa da REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano, cujo *website* é www.redeh.org.br), em conjunto com organizações canadenses, criaram a RTZ (Rede Tabaco Zero). A RTZ funcionou até o ano de 2006, passando a se chamar Aliança de Controle do Tabagismo. Em 2007, a ACT foi formalizada como associação e passou a contar com uma estrutura burocrática composta por uma Diretoria, Conselho Fiscal, Membros Fundadores, Conselho Consultivo e Conselho Honorário. Segundo consta no *site*, a Aliança de Controle do Tabagismo é composta por organizações da sociedade civil, associações médicas, comunidades científicas, ativistas e pessoas comprometidas com a redução da epidemia tabagista. Segundo Daniela Guedes, coordenadora de relações institucionais da instituição,

atualmente, a Rede ACT conta com mais de 300 parceiros entre associações médicas, trabalhistas, ONGs da área de saúde, meio ambiente, direitos humanos, mulheres, jovens, pesquisadores,

profissionais das mais diversas áreas. A multidisciplinaridade do tema faz com que qualquer pessoa ou organização possa participar (BOLETIM ACT, ed. 51, 2009).

Em seus quadros, a ACTBR possui uma equipe multidisciplinar formada por profissionais da área de medicina, sociologia, psicologia, direito, economia, engenharia, comunicação e marketing. Possui sede em São Paulo, escritório no Rio de Janeiro e representantes em Salvador, Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre (ACTBR, *site*).

5.2.1 Visão, missão e valores da ACTBR

A ACTBR, como uma organização não governamental, estabeleceu sua visão, missão e valores, que constituem premissas aos seus objetivos, as quais estão destacados no quadro a seguir:

Quadro 21: *Visão, Missão e Valores da ACTBR*

Visão	Missão
Contribuir para que o Brasil tenha políticas públicas abrangentes de controle do tabagismo, que protejam de forma efetiva as gerações presentes e futuras do devastador impacto sanitário, social, ambiental e econômico gerado pela produção, consumo e exposição à fumaça do tabaco.	Monitorar a implementação e cumprimento das medidas preconizadas pela CQCT e seus protocolos, desenvolver a capacidade de controle do tabagismo nas cinco regiões do país, e promover e apoiar uma rede de organizações comprometidas com o controle do tabagismo e suas atividades correlacionadas.
Valores	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconhece a supremacia do direito universal à saúde e à qualidade de vida; ▪ Reconhece e respeita a diversidade e pluralidade de organizações, associações, instituições e indivíduos que participam da rede; ▪ Tem por vocação ser um espaço diversificado, não confessional, não governamental e não partidário que articula a mobilização da sociedade civil organizada para ações de controle do tabaco em nível local, regional, nacional e internacional; ▪ Considera que ações de controle do tabaco envolvem questões de saúde, ambientais, sociais, legais e econômicas; ▪ Esforça-se pela unidade, cooperação e confiança entre seus membros através da colaboração na defesa de seu objetivo comum; ▪ Acredita na possibilidade de transformação de paradigmas; ▪ Preza a transparência e a inclusão, a ética e o exercício da cidadania. 	

Fonte: ACTBR (*site*).

Analisando a visão e a missão da ACTBR, percebe-se que a organização concentra o seu foco no combate ao tabagismo, ainda que faça referências à produção. Sendo assim a Aliança de Controle do Tabagismo também acentua que “visa consolidar essa rede para o fortalecimento do papel da sociedade civil organizada no processo de elaboração e implementação de políticas públicas em controle do tabaco” (ACTBR,

2009). Desta forma, a ACTBR surge como uma alternativa para unir ou organizar o que Boeira chamou de fragmentos da rede antifumo e antitabagista:

O movimento antitabagista ou antifumo *lato sensu* tem uma longa e nebulosa história, na qual se percebe pluralismo ideológico (aqui o termo ideologia se refere apenas a sistemas de idéias), com aspectos religiosos, espiritualistas, terapêuticos, socioeconômicos, jurídico-políticos, socioambientais, etc. Pode ser concebido como rede multifragmentária de movimentos, de ONGs, de cidadãos autônomos, com diversos formatos em sua organização, abrangência e inserção na temática (BOEIRA, 2002, p.251).

Como sugere Boeira, uma rede multifragmentária é caracterizada pela ausência de um elemento central, ausência de conexões consolidadas entre os diversos fragmentos existentes na rede³⁵. Neste sentido, a ACTBR parece posicionar-se como o elemento central, organizando e tornando-se a principal referência do movimento antifumo no Brasil. A organização finalmente veio a possibilitar uma melhor conexão entre os fragmentos da rede. Atua proporcionando aos integrantes a possibilidade de interagir nas diversas disciplinas envolvidas com a temática.

Neste sentido, o surgimento de uma organização que exerça o papel de líder, que faça a interlocução no meio antifumo e com os diversos atores envolvidos (Estado, Indústria e Fumicultores) pode significar um avanço considerável. No momento em que a ACTBR assume este papel de liderança, aliada ao conhecimento acumulado que antes se encontrava disperso, torna-se uma organização respeitada e fortalecida. É notória a parceria da organização com o INCA, por exemplo. Como foi visto no segundo capítulo, o INCA pode ser considerado uma referência mundial em ações antifumo, desta forma a parceria entre as duas organizações é fundamental e certamente produz resultados significativos.

Por outro lado, não é perceptível a parceria ou a integração da ACTBR com os ministérios ligados a cadeia produtiva do tabaco, como o MDA e o MAPA, por exemplo. É possível que uma aproximação com estes ministérios possa proporcionar avanços na busca de resultados cada vez mais efetivos no que se refere aos problemas da produção do tabaco. No entanto, a atenção ao setor produtivo pode revelar-se mais complexa do que a busca de implementação de leis restritivas ao consumo. Caberia questionar: não seria viável uma maior aproximação da ACTBR com os organismos governamentais e não governamentais ligados à produção do tabaco? Cabe ressaltar

³⁵ Para mais informações, ver Boeira (2002).

que “uma maior aproximação” não significa estar completamente alinhada com as políticas dos ministérios. Significa contribuir com todo o conhecimento reunido para a implementação da CQCT, segundo as suas diretrizes. É certo que este nível de participação não depende somente da organização, pois a ACTBR tem solicitado periodicamente por meio de vários ofícios uma cadeira na CONICQ e até o momento não obteve sucesso.

A ACTBR descreveu e publicou no seu *website* a linha mestra do seu campo de atuação, o que definiu como plataforma de ação. Segundo esta, pode-se visualizar com clareza o foco principal da organização, conforme box 9, a seguir:

Box 9: Plataforma de ação da ACTBR

- Proteção da saúde dos não-fumantes e promoção de ambientes 100% livres de fumo;
- Apoio e promoção de medidas de aumento de preços e impostos;
- Prevenção à iniciação no tabagismo;
- Proibição total da promoção e publicidade do cigarro;
- Incentivo à cessação e fornecimento de informações sobre tratamento do tabagismo;
- Apoio e promoção de projetos de alternativas à fumicultura;
- Acompanhamento e incentivo à implementação de leis para o controle do tabagismo;
- Monitoramento das estratégias da indústria tabagista;
- Monitoramento do contrabando e das medidas aplicadas;
- Apoio às ações judiciais para responsabilização da indústria;
- Proteção ao meio ambiente.

Fonte: ACTBR (*site*)

Analisando a plataforma de atuação da ACTBR, é possível perceber que a maioria das suas ações estão voltadas ao controle do tabagismo. Isto não quer dizer que a ACTBR não atue nas operações ligadas à produção, ou em defesa do fumicultor. Prova disso está na Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela, que a ACTBR moveu contra a Souza Cruz, Afubra e o Sinditabaco, solicitando dentre outras coisas que fosse declarado o abuso do poder econômico por parte da Souza Cruz, como também a nulidade dos contratos e obrigações subsequentes por ela firmados no sistema de integração rural da fumicultura.

5.2.2 Atuação e ações da ACTBR

Com o objetivo de proporcionar melhor compreensão das formas de atuação da ACTBR, foram relacionadas em quadros as principais ações da organização publicadas no seu boletim mensal, coluna ACT em Ação. As informações encontram-se disponíveis no apêndice do trabalho.

5.2.3 O posicionamento da ACTBR

A ACTBR tem uma estrutura enxuta, mas conta com profissionais de diversas áreas de atuação. Todo o questionamento que a entidade faz à indústria e aos governos é fundamentado em pesquisas e estudos, sendo parte destes contratados e financiados pela mesma. É o caso das pesquisas de opinião sobre o fumo em locais fechados, que é realizado anualmente pelo Datafolha a pedido da ACTBR, e de outros estudos nas mais diversas áreas, com destaque para “Análise da situação atual em matéria de preços e impostos de cigarros”, do Economista Roberto Iglesias. Segundo a ACTBR, a análise “derruba um dos principais mitos divulgados pela indústria do tabaco: o de que aumentar preços e impostos sobre cigarros estimula o comércio ilegal”. Resumindo, a ACTBR está construindo não só uma rede de adeptos ao controle do tabagismo, mas um verdadeiro centro de formação e informação, que ultrapassa as barreiras disciplinares. Com todo esse conhecimento acumulado, a ACTBR participa de eventos nacionais e internacionais, promove seminários temáticos e palestras, apóia manifestações de ativistas, dentre outras atividades. A ACTBR, por ser uma ONG³⁶ reunindo colaboradores e associados de diversas especialidades, demonstra ter uma visão mais ampla do sistema complexo no qual estão envolvidas as questões do controle do tabagismo.

No que se refere aos aspetos econômicos da fumicultura, não foi detectado que a ACTBR possua um programa de trabalho dirigido especificamente para a região sul do Brasil. Porém, acumula amplo conhecimento dos aspectos socioambientais e socioeconômicos da cadeia produtiva do tabaco. Numa entrevista a Humanitas Unisinos (IHU, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS), o advogado Guilherme Eidt Gonçalves de Almeida, da ACTBR, não poupa críticas às condutas do Estado Brasileiro, à indústria, e à forma pela qual se relacionam.

Pode-se dizer que existe um discurso da verdade que é dominado pelas indústrias fumageiras, com apoio da mídia e das autoridades públicas que insistem em sustentar com palavras vazias o imaginário de desenvolvimento e prosperidade que teriam trazido para a região (ALMEIDA, 2008).

³⁶ Por ser uma ONG, não está atrelada a ideologias partidárias, nem submetida a hierarquia da indústria.

No que concerne às perdas econômicas do tabagismo, a ACTBR considera os dados do Banco Mundial, segundo os quais a doença gera uma perda mundial de US\$ 200 bilhões por ano, e destes a metade nos países desenvolvimento. Segundo nota da ACTBR, este valor

é o resultado da soma de vários fatores, como o tratamento das doenças relacionadas ao tabaco, mortes de cidadãos em idade produtiva, maior índice de aposentadorias precoces, aumento no índice de faltas ao trabalho e menor rendimento produtivo (ACTBR, *website*, s/d).

Neste sentido, a ACTBR questiona o papel social representado pela indústria do tabaco, suas implicações públicas:

A estratégia da indústria do fumo é a mesma no mundo inteiro e vai contra a saúde pública e o bem-estar de populações de todo o mundo. Questões como, por exemplo, a responsabilidade corporativa, hoje estão sendo colocadas em dúvida por conta do conflito das empresas de tabaco com os sistemas de saúde públicos. É inaceitável que a indústria do cigarro seja um fator diferencial em determinada economia, se na realidade ela causa a morte de 4,9 milhões de indivíduos anualmente, com a perspectiva de serem 10 milhões em 2030. E o pior: 70% dessas mortes estarão concentradas nos países em desenvolvimento, a maioria carente de financiamento público para programas sociais (ACTBR, *website*, s/d).

A citação acima reflete exatamente o que a indústria procura desvincular da sua imagem, quando tenta promover-se utilizando o discurso da responsabilidade corporativa e social. Por outro lado, reflete também parte das contradições que o Estado Brasileiro (com exceção do MS) evita historicamente esclarecer e resolver. Como pode uma organização fomentar atividades ou produzir bens de consumo nocivos ao meio ambiente e à saúde humana, e ao mesmo tempo ter responsabilidade social? ³⁷

Conforme a ACTBR, “o Banco Mundial estimou que as políticas de prevenção são as que têm maior custo-efetividade” (ACTBR, *site*, s/d). Sendo assim, têm um peso significativo na economia de um país, no que se refere aos dispêndios como a saúde da população. O Banco Mundial calculou ainda que

³⁷ Em artigo ainda inédito, Boeira e Cunha (2009) tratam da história e da ideologia da Souza Cruz sobre a responsabilidade social, concluindo que esta última situa-se entre as abordagens dos *stockholders* e a dos *stakeholders*, de maneira ambivalente, e que ambas fazem parte do paradigma disjuntor-reductor.

para colocar em andamento um pacote essencial de intervenções em saúde pública em que o controle do tabagismo esteja incluído, os governos deveriam gastar em média 4 dólares per capita nos países de baixa renda e 7 dólares per capita nos países de renda média (ACTBR, *website*, s/d).

Na concepção da ACTBR é possível dividir os custos para o tratamento das doenças relacionadas ao tabaco em duas categorias: tangíveis e intangíveis. Ver quadro sintético abaixo.

Quadro 22: *Categorias de custos para o tratamento das doenças relacionadas ao tabaco*

Custos Tangíveis	Custos Intangíveis
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assistência à saúde; ▪ Perda de produção devido à morte, adoecimento e à redução da produtividade; ▪ Aposentadorias precoces e pensões; ▪ Incêndios e outros tipos de acidentes; ▪ Poluição e degradação ambiental; ▪ Pesquisa e educação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A morte de fumantes e não fumantes; ▪ O sofrimento dos fumantes, não fumantes e seus familiares.

Fonte: ACTBR (s/d)

Nos itens relacionados no quadro acima cabe observar elementos que normalmente passariam despercebidos em uma composição de custos. Esta composição de certa forma apresenta uma visão de acordo com o paradigma da complexidade, uma vez que considera um compartilhamento dos custos entre o Estado, a indústria, fumicultores e fumantes, sem deixar de lado a problemática ambiental. Ao classificar os custos em tangíveis e intangíveis para o tratamento das doenças relacionadas ao tabaco, fornecendo seus principais elementos, a ACTBR lança um novo desafio. Se aceito, o Estado se obrigará a romper as barreiras existentes tanto no plano horizontal – entre os ministérios e os demais poderes, quanto no plano vertical – entre os entes da federação. Isto significa atuar de forma sistêmica, estabelecendo e integrando as suas relações para compreender de fato a complexidade na qual o setor fumageiro está envolvido.

Ainda com referência aos aspectos econômicos do tabaco, a política de preços e impostos, segundo a organização, é a medida mais efetiva para a diminuição do consumo de tabaco e derivados. Enquanto a indústria defende que aumentos nos preços elevam os números do mercado ilegal e conseqüentemente causam um efeito negativo na arrecadação de tributos pelo Estado, para a ACTBR, os efeitos são exatamente contrários. A ACTBR afirma que, segundo estudos do MS, elevações nos preços são capazes de reduzir significativamente o consumo de produtos derivados do tabaco em

países de baixa e média renda, como o Brasil. Além disso, podem gerar aumento na arrecadação de impostos para os governos (ACTBR, *website*, s/d).

Com relação a esta discussão fica difícil estabelecer quais as reações mais prováveis dos consumidores, já que se trata de produtos que causam dependência. Contudo, cabe destacar um artigo publicado no livro *Tabaco e Pobreza, um círculo vicioso* (BRASIL, 2004), intitulado *Impacto das medidas de controle do tabaco na economia: desvendando mitos*, de Ayda Yurekli. Neste artigo, a economista do Banco Mundial compara determinadas ações políticas antifumo e seus efeitos na economia em diversos países. Segundo Yurekli, intervenções efetivas para a redução da demanda podem ser relacionadas ao preço ou não. No primeiro caso pelo aumento de impostos. No segundo, pela proibição da propaganda, da promoção, do uso em espaços públicos, de mais informações ao consumidor (BRASIL, 2004). A autora afirma que a indústria do tabaco criou “alguns mitos, quando os governos quiseram agir no controle do tabagismo” (BRASIL, 2004, p. 72). No quadro 23, os cinco mitos relacionados e trabalhados no artigo da economista.

Quadro 23: *Mitos criados pela Indústria para inibir o controle do tabagismo*

Mito	Descrição
1	Os governos perderão arrecadação se aumentarem os impostos dos cigarros, porque as pessoas vão comprar menos.
2	As alíquotas sobre cigarros já são muito altas, na maioria dos países.
3	Os governos não deveriam aumentar impostos sobre cigarros porque estes aumentos terão impacto desproporcional sobre consumidores pobres.
4	Impostos altos significam mais contrabando e o contrabando irá minar os efeitos do aumento dos impostos sobre o tabaco.
5	O controle do tabagismo resultará em permanente perda de emprego para uma economia.

Fonte: BRASIL (2004).

É obvio que se a autora descreve os itens relacionados como “mitos”, então há uma discordância da mesma em relação a cada um deles. Desta forma o artigo procura explicitar cada um deles.³⁸

5.2.3 ACTBR e a indústria do tabaco: alguns aspectos do confronto ideológico

No que concerne às relações entre a indústria do fumo com os fumicultores, a ACTBR entende ser uma relação caracterizada por uma dependência mútua, embora com pesos diferenciados. Esta relação é marcada por diferenças geradas pelas

³⁸ Para mais informações ver Brasil (2004).

divergentes capacidades econômicas entre os dois atores. Conforme a ACTBR, “o poder de compra da indústria é maior que a capacidade de barganha do fumicultor” (ACTBR, *site*, s/d). Assim sendo, a ACTBR é favorável que os fumicultores busquem a substituição da cultura do fumo por alternativas de agricultura sustentáveis.

As críticas promovidas à indústria do tabaco pela ACTBR abrangem todos os setores da cadeia produtiva do tabaco. Estas iniciam desde as operações agrícolas à comercialização dos produtos manufaturados. Como já visto, a ACTBR impetrou uma ação civil pública denunciando diversas questões que entende ser desfavoráveis aos direitos constitucionais dos fumicultores. A peça foi assinada pela Coordenadora jurídica da ACTBR, Clarissa Homsy e pelo Advogado Guilherme Eidt Gonçalves de Almeida. A sustentação da peça traz subsídios do livro deste último (ALMEIDA, 2005), intitulado *Fumo: servidão moderna e violações de direitos humanos*, no qual o autor faz uma série de denúncias contra a indústria do tabaco. Estas abrangem principalmente questões como os contratos de integração, as vendas casadas e a exclusividade, a classificação pelos fumicultores, o endividamento programado pela indústria, o receituário agrônomo, a intoxicação pela utilização de agrotóxicos, a penhora de bens e notas promissórias, os arrestos, a incidência de suicídios e o trabalho infantil. Para o advogado, com o respaldo da ACTBR, o conjunto destas questões leva os fumicultores à condição de quase escravidão.

O pequeno agricultor é submetido, juntamente com sua família e com suas organizações, aos interesses das empresas, atrelando-o a uma espécie de regime de manipulação cartelizada. Há uma situação de quase escravidão dos pequenos agricultores de fumo à medida que as próprias companhias de tabaco fixam o preço e, o que é pior, avaliam a qualidade do fumo cultivado. Assim, se a produção é boa, há um lucro mínimo, mas, se a colheita for ruim, então a dívida com as grandes companhias, resultante da compra do “pacote tecnológico”, é adiada para o próximo ano, num ciclo sem fim, que, aliado à ação dos agrotóxicos à base de organofosforados, leva ao suicídio inúmeros agricultores (ALMEIDA, 2005, p. 149).

Com referência às acusações em outras áreas de atuação da indústria, a ACTBR não poupa críticas. Embasada em diversos estudos, científicos, empíricos, nacionais e internacionais, conclui que de fato não há mais como a indústria se omitir da sua responsabilidade, de fomentar produtos nocivos ao meio ambiente, e conseqüentemente à saúde humana. A indústria apresenta o vício de fumar como sendo um ato de liberdade. Para a ACTBR, trata-se de uma atitude perversa da indústria, pois tenta

confundir o consumidor. A decisão de parar ou continuar a fumar de fato não é autônoma, volitiva, conforme apontam inúmeros estudos sobre a nicotina. Conforme o dicionário Aurélio, dependência sugere a sujeição, a subordinação. Liberdade é a faculdade de cada um de decidir ou agir segundo a própria determinação.

Para a ACTBR, a indústria age com “irresponsabilidade social”, no momento em que esta não reconhece claramente ou não assume os males que vem causando, dos integrantes da cadeia produtiva do tabaco aos consumidores do produto final. Neste sentido há uma publicação de 2006 da *Tobacco Control Legal Consortium*, traduzido pela ACTBR em 2008, intitulada *O Veredicto Final: Trechos do processo Estados Unidos x Philip Morris*. Esta publicação resume os resultados de um processo judicial norte americano contra 11 tabageiras. Na apresentação da publicação, a diretora executiva da ACTBR, Paula Johns, deixa claro o posicionamento da organização com relação à conduta que a indústria vem adotando ao longo de sua história.

Box 10: Apresentação de *O Veredicto Final*

Apresentação

Em 1999, o governo federal norte americano promoveu ação judicial contra 11 tabageiras por violação da legislação que cuida de crime organizado, extorção e organizações corruptas. Em sentença histórica, proferida em 2006, a Juíza Gladys Kessler reconheceu que a indústria está por trás da epidemia tabagista e atua em conjunto e coordenadamente para enganar a opinião pública, governo, comunidade de saúde e consumidores.

A decisão disseca, de forma contundente e estarrecedora, as provas das estratégias antiéticas da indústria; uma indústria pautada pela falta de ética e pela ausência de compromisso com a vida e a saúde de fumantes e não fumantes, que mentiu, omitiu, enganou e, de forma conspiratória, fraudou os Estados Unidos e o mundo.

[...] A sua importância se deve ao notável desconhecimento do Poder Judiciário pátrio, dos demais operadores do direito, dos consumidores, do Poder Público e da sociedade civil sobre as estratégias da indústria tabageira no mundo e, também, no Brasil.

Apesar de contarmos com um Judiciário que cada vez mais surpreende pelo elevado nível de bem fundamentadas decisões a favor de fumantes e seus familiares, a maioria dos magistrados ainda decide de acordo com o que lhe diz a indústria, que no Brasil perpetua muitas das estratégias deflagradas na sentença da Juíza Kessler.

[...] Os temas tratados nessa compilação são: danos do tabagismo, dependência, níveis de nicotina, cigarros light ou baixos teores, publicidade para os jovens, tabagismo passivo e supressão de informação. A ACTbr busca contribuir para que o Brasil tenha políticas públicas abrangentes de controle do tabaco, que protejam de forma efetiva as gerações presentes e futuras das devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo, produção e exposição à fumaça do tabaco.

Fonte: ACTBR (2008).

A publicação o *Veredicto Final* descreve uma série de elementos que, de certa forma, tendem a comprovar parte dos meios estratégicos utilizados pela indústria do

tabaco. Como esta vem agindo para manter e expandir os seus negócios ao longo da sua trajetória. A seguir, apresenta-se um quadro-resumo, que foi elaborado com a síntese das principais conclusões deste documento.

Quadro 24: Síntese das conclusões extraídas de O Verdicto Final

TEMA	DESCRIÇÃO	SÍNTESE DAS CONCLUSÕES
Os Danos do Tabagismo	Os réus sabiam, há mais de 50 anos, que o cigarro causa doenças, embora sempre tivessem negado (ACTBR, 2008, p.9).	De 1953 até pelo menos 2000, todos os réus repetidamente negaram com consistência e vigor – e má fé – a existência de qualquer efeito nocivo do fumo para a saúde. A indústria financiou uma sofisticada campanha de relações públicas para atacar e deturpar as provas científicas que demonstravam a relação entre tabagismo e doenças (ACTBR, 2008, p.14).
Dependência	Provas de que, há mais de 40 anos, as pesquisas feitas pelos réus mostram que a nicotina presente no tabaco causa dependência ao tabagismo (ACTBR, 2008, p.15)	Durante cerca de 40 anos, os réus vieram a público para contestar, repetida e veementemente, o caráter viciante do tabagismo e o papel central da nicotina no processo. Suas contestações foram causadas por medo de... regulamentação pelas agências governamentais (FDA) e de possíveis processos judiciais movidos por fumantes com problemas de saúde causados pela dependência do tabagismo (ACTBR, 2008, p.20).
Níveis de Nicotina	Provas de que os réus controlam os níveis de nicotina dos cigarros, para garantir que os fumantes tornem-se dependentes e assim permaneçam (ACTBR, 2008, p.21).	Repetidas vezes, e com veemência e vigor, os réus negaram ao público que o tabagismo ou a nicotina causem dependência. Também negam manipular, alterar ou controlar a quantidade de nicotina contida nos cigarros que fabricam (ACTBR, 2008, p.25).
Cigarros Light	Desde os anos 1970, os réus vêm enganando os consumidores, fazendo-os acreditar que os ditos cigarros <i>light</i> seriam mais saudáveis que os outros, constituindo uma alternativa aceitável a parar de fumar (ACTBR, 2008, p.27).	Com base nos documentos internos de pesquisa, relatórios, memorandos e cartas, fica claro que os réus sabiam, há décadas, que fumar cigarros com baixos teores de alcatrão/nicotina, em substituição aos cigarros com teores normais, não produz nenhum benefício evidente para a saúde (ACTBR, 2008, p.34).
Marketing para os Jovens	Provas de que os réus monitoravam o comportamento dos jovens e usavam essas informações para criar campanhas de marketing altamente sofisticadas, com o objetivo de incentivar os jovens a fumar e a continuar fumando (ACTBR, 2008, p.35).	Os réus gastaram, todos os anos, bilhões de dólares com atividade de marketing, procurando incentivar pessoas jovens a experimentar e a continuar comprando seus cigarros, assim tornando-se os fumantes substitutos de que necessitam para sua sobrevivência (ACTBR, 2008, p.41).
Tabagismo Passivo	Demonstrações de os réus sabiam, há muito tempo, que o tabagismo passivo é perigoso para os não fumantes e que perceberam o	Os cientistas têm se preocupado com os efeitos da poluição tabágica ambiental (PTA) sobre a saúde desde, pelo menos, o final da década de 1960. Entretanto, só

	quanto essa informação poderia afetar a lucratividade da indústria tabagista (ACTBR ,2008, p.42).	em 1986 estabeleceu-se o consenso científico sobre os riscos da PTA para os não-fumantes e fumantes. Mesmo que seus próprios cientistas estivessem cada vez mais convencidos da solidez das pesquisas demonstrando os perigos da PTA para os não-fumantes, os réus montaram um esforço global, abrangente e coordenado, para minar e desacreditar essas pesquisas (ACTBR ,2008, p.47).
Supressão de Informações	Provas de como, por mais de 50 anos, os réus tentaram proteger-se contra litígios e regulamentações por meio de (1) supressão e ocultação de pesquisas científicas, (2) destruição de documentos e (3) uso de instrumentos legais e de confidencialidade para evitar que outros documentos viessem a público (ACTBR ,2008, p.48).	As comprovações dos fatos precedentes demonstram que, durante cerca de 50 anos, vários dos réus, em ocasiões diferentes, agiram de diferentes formas, a fim de manter suas posições públicas com respeito ao tabagismo e às doenças a ele relacionadas, à dependência da nicotina, à manipulação da nicotina e aos cigarros com baixos teores de alcatrão. Os réus suprimiram, ocultaram e cancelaram pesquisas científicas; destruíram documentos, incluindo relatórios e estudos científicos (ACTBR, 2008, p.53).

Fonte: ACTBR (2008)

Como visto, a ACTBR surge com a missão de monitorar a implementação e o cumprimento das medidas preconizadas pela CQCT. A organização visa consolidar uma rede antifumo, para o fortalecimento do papel da sociedade civil organizada no processo de elaboração e implementação de políticas públicas no controle do tabaco. Surgiu como uma alternativa para organizar e liderar uma rede até então fragmentada. Com a sua plataforma de atuação voltada ao controle do tabagismo, a ACTBR, demonstra propósitos definidos para o cumprimento da sua missão. As críticas feitas à indústria e ao governo, são sempre de maneira geral, baseadas em estudos ou casos concretos, embora isso não signifique que a organização trabalhe estas relações utilizando como pressuposto o pensamento complexo. Contudo, além de uma equipe técnica multidisciplinar capaz de reunir as condições necessárias para isso, a ACTBR ainda conta com a sua rede. Os participantes da rede trocam sistematicamente, principalmente via e-mail, informações em tempo real, sendo que estes, estão sempre atualizadas com os acontecimentos em tempo real, no Brasil e no mundo. Para a manutenção da rede, a ACTBR, também realiza seminários de reciclagem e formação, mesclando estrategicamente antigos e novos integrantes da rede. Pontos fortes do seminário são as palestras situacionais, que abordam questões históricas e conjunturais, tanto sobre temas voltados ao tabagismo, como a fumicultura. Também são realizadas

oficinas de *advocacy* – que preparam os integrantes para o exercício da defesa, de explorar argumentos que possam ser úteis na defesa da causa. E as oficinas de mídia, que fornecem uma série de subsídios e estratégias para o bom relacionamento com os meios de comunicação.

CONCLUSÕES: O CONFRONTO DAS PERSPECTIVAS

Um dos fatores decisivos para escolha do tema abordado nesta dissertação foi o fato de ter sido trabalhador da Souza Cruz por cerca de cinco anos, no período entre 1989 e 1995. Trabalhando para a indústria do tabaco, na época era muito difícil “abrir os olhos” para a realidade complexa que caracteriza a atividade fumageira no Brasil e no mundo. Somente após alguns anos de afastamento das atividades industriais, foi possível desvincular a tendência pró-indústria, e me propor uma visão mais ampla e crítica, sobre esta atividade. No princípio, enxergava a indústria do tabaco como uma componente qualquer do sistema produtivo, apesar da significativa contribuição para a economia brasileira. Considerava principalmente os aspectos econômicos, de geração de emprego, renda, contribuição para o salto positivo da balança comercial e arrecadação de impostos para o governo. Como também admirava a disposição da empresa em investir recursos em programas de cunho social, como o Clube da Arvore e as hortas escolares. Todavia, percebe-se que nos últimos anos, o Estado Brasileiro vem passando por transformações significativas em alguns setores, como a estabilização econômica, por exemplo. Neste sentido, outro acontecimento importante foi a institucionalização de um Sistema Único de Saúde (SUS), pelo País, que de certa forma veio a fortalecer o Ministério da Saúde Brasileiro. Sendo assim, ações voltadas ao tratamento, inibição do consumo de cigarros e conscientização, puderam ser intensificadas. Paralelamente a isto, as facilidades ao acesso de informações proporcionados pela internet, facilitou o acesso a informações produzidas por pesquisadores em diversas áreas, o conhecimento de denúncias e reivindicações de ONGs, enfim, acesso a uma série de informações que naturalmente provoca reflexões e consequentemente, surge um olhar crítico sobre este setor, e a sua conduta estratégica para manter-se operando.

A Convenção Quadro para o Controle do Tabaco surgiu como uma medida em âmbito internacional com o objetivo de diminuir o consumo do tabaco e consequentemente as doenças a ele relacionadas. Na atualidade o próprio tabagismo é tido para a OMS como uma pandemia, sendo que há previsão de morte de milhões de pessoas nos próximos anos. Neste contexto, as Nações Unidas mobilizaram-se para em conjunto amenizar um problema compreendido como sendo de ordem mundial, e desta

forma construiu uma proposta política na busca de uma solução para o problema. De fato produzir uma proposta para atender às necessidades e anseios de 192 países não deve ter sido uma tarefa fácil. Contudo, pode ser considerado como um primeiro obstáculo vencido para os 166 países que já ratificaram o tratado.

Para o Brasil, que teve uma participação ativa e de liderança em todo o processo de formulação do tratado, e que já implementou diversas ações previstas nas suas diretrizes, o desafio não é menor. O país arrecada aproximadamente R\$ 6,5 bilhões em impostos diretos por ano. Além disso, como já foi dito, ostenta a posição de maior exportador de fumo em folhas do planeta, com aproximadamente 35% do mercado internacional. Emprega cerca de 180 mil famílias no meio rural, em pequenas propriedades. A produção do tabaco é reconhecida pelo mercado como de “boa qualidade” e de preços altamente competitivos. Abriga um considerável complexo industrial, representado por empresas transnacionais com um gigantesco poderio econômico. Estes são apenas exemplos dos principais argumentos, ou considerações utilizadas principalmente pela indústria, seus representantes, e parte do Governo. Estas questões foram postas para reforçar a escolha, o emprego e a necessidade do pensamento complexo como opção para a compreensão do problema no seu contexto. No mesmo sentido, foi selecionada a tese de Edson Nunes, para complementar a compreensão, principalmente no que concerne às relações entre os diversos atores, aqui descritos.

Como foi observado no início da dissertação, para a construção deste trabalho no que se refere ao governo federal, optou-se por descrever apenas a atuação de parte dos ministérios – os mais atuantes no período pós-ratificação da CQCT. Feito isso, partiu-se para a descrição do que se encontrou de mais significativo, no que se refere à atuação dos governos estaduais dos três estados da Região Sul, cada um com as suas particularidades. Na sequência, a abordagem avançou para as perspectivas da indústria, com ênfase na Souza Cruz. Depois buscou-se descrever as perspectivas de fumicultores e de seus principais representantes, para finalmente descrever as perspectivas da ACTBR, uma organização não governamental criada para auxiliar na implementação da CQCT, e que tende a reunir os fragmentos de uma rede antifumo, até então dispersa.

Na descrição das perspectivas do Estado, com relação à implementação da CQCT, foi possível perceber o papel que cada ministério vem desempenhando. Nas relações intra-governamentais, são visíveis as posições antagônicas, fragmentadas e não articuladas, adotadas na mesma esfera (principalmente Federal). Enquanto o Ministério

da Saúde direciona os seus esforços para o combate ao tabagismo, os Ministérios da Fazenda e da Justiça, aliados, concentram os seus esforços na arrecadação dos tributos, no combate à pirataria e no comércio ilegal. Por outras palavras, seria possível concluir que, enquanto para o MS o fumo poderia ser banido do mercado, para o MF a idéia de abrir mão da arrecadação proporcionada por esta atividade não agrada nem um pouco. Neste caso, podem ser percebidas duas gramáticas distintas: O MS, por intermédio do INCA, coordena a CONICQ e mantém a mesma absolutamente sob o seu controle, não permitindo contribuições de interessados³⁹, principalmente ONGs, Sendo que no preâmbulo da CQCT, encontra-se o seguinte comentário:

Enfatizando a contribuição especial de organizações não-governamentais e de outros membros da sociedade civil não vinculados à indústria do tabaco – incluindo as associações de profissionais da saúde, de mulheres, de jovens, de ambientalistas e de grupo de consumidores e instituições docentes e de atenção à saúde – às atividades de controle do tabaco no âmbito nacional e internacional, bem como a importância decisiva de sua participação nas atividades nacionais e internacionais de controle do tabaco (CQCT, Anexo).

Neste sentido, a ACTBR tem insistido sistematicamente em compor a CONICQ, por meio de manifestos e ofícios enviados as autoridades competentes, sem sucesso até o momento. Sobre a participação de ONGs e sociedade civil ainda, no artigo 12 da CQCT – *Educação, comunicação, treinamento e conscientização do público*, encontra-se a seguinte redação:

(e) conscientização e participação de organismos públicos e privados e organizações não-governamentais, não associadas à indústria do tabaco, na elaboração e aplicação de programas e estratégias intersetoriais de controle do tabaco (CQCT, Anexo).

É baseada neste artigo que a ACTBR, reivindica sua participação ativa na CONICQ⁴⁰, o que é negado sistematicamente pelo Ministério da Saúde, o que pode caracterizar a gramática do insulamento burocrático, no que se refere a participação da ACTBR na elaboração de políticas públicas para o controle do tabagismo, norteadas pela CQCT.

³⁹ As vezes permite participações esporádicas de organizações como ouvintes, mas nunca nas deliberações.

⁴⁰ CONICQ tem a responsabilidade de desenvolver e implementar ações e políticas públicas de controle ao tabagismo, norteadas pela CQCT.

O Ministério da Fazenda, responsável pela arrecadação e pelo estabelecimento da carga tributária, bem como pelo combate à sonegação, e ao comércio ilegal, trabalha em parceria com a indústria, caracterizando uma espécie de corporativismo entre as instituições. Observe-se que tanto o MF quanto o MS tem a sua atuação focada em determinadas fases da cadeia produtiva do tabaco. Enquanto o MF atua na arrecadação de tributos gerados principalmente na fase de fabricação de cigarros, o MS concentra a sua atuação no combate ao tabagismo, e no tratamento de doenças a ele relacionados. Assim, enquanto o MF trava uma disputa com a indústria do tabaco, atribuindo considerável carga tributária em busca de arrecadação, o MS disputa com a mesma indústria o reconhecimento dos males causados pelo uso direto ou indireto do tabaco. Uma das principais disputas entre a indústria e o MS, por exemplo, trata-se das mensagens e imagens de advertência trazidas nas embalagens de cigarros, previstas na Resolução nº 54 da Anvisa. A cada reedição da resolução a indústria tem contestado judicialmente, por meio de ação judicial⁴¹, porém sem sucesso. Em caso recente (dezembro de 2008), o SINDITABACO/RS entrou com pedido de liminar para que os fabricantes de cigarros garantissem o “direito de não veicular nas embalagens de seus produtos e materiais publicitários as imagens e frases de advertência sobre os malefícios do cigarro” (INCA, 2009). Sendo negado pela Justiça Federal de Porto Alegre.

De um lado o MF sustenta os seus posicionamentos baseados no paradigma disjuntor-redutor, que não relaciona os valores arrecadados em impostos com os valores gastos em saúde pelo MS. O MS também está sob a ótica do mesmo paradigma, ao concentrar os seus esforços nas vítimas do tabagismo, sendo que há comprovação de diversas doenças relacionadas à fumicultura, dentre elas a doença do tabaco verde e a comprovação de distúrbios mentais provocados pelo uso excessivo de agrotóxicos.

No que se refere à fumicultura, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério do Desenvolvimento Agrário atuam paralelamente. Apesar de ter funções aparentemente semelhantes, os dois ministérios têm atuação distintas. Enquanto o MAPA opera em questões de nível estratégico ou regulatório, como, por exemplo, no estabelecimento da tabela de classificação do tabaco para ser comprado pela indústria, o MDA tem a sua atuação mais concentrada na atividade fim, neste caso a fumicultura, com programas de assistência técnica de extensão rural, projetos de diversificação e programas de fomento (financiamentos) à agricultura. No

⁴¹ Ação ordinária (procedimento comum ordinário) nº 2008.71.00.026898-0/RS.

campo estratégico, o MAPA criou em 2004 a câmara setorial da cadeia produtiva do fumo, cujo objetivo principal é debater políticas públicas para o agronegócio brasileiro. Entretanto, a coordenação desta câmara está sob o comando do setor privado (AFUBRA e SINDIFUMO). Sendo assim pode-se questionar: o produto dos trabalhos realizados pela cadeia produtiva do fumo estão servindo para a formulação de políticas públicas favoráveis às diretrizes previstas na CQCT? Ou simplesmente estaria sendo utilizado estrategicamente pela indústria para garantir os seus interesses? Neste momento, a investigação abre a possibilidade para outro debate. Como é que a indústria consegue envolver-se nesta relação corporativista com os ministérios (exceto o MS)?

Esta é mais uma das razões pelas quais o paradigma da complexidade é importante neste trabalho. Esta capacidade de se relacionar e envolver-se com diversos órgãos do poder público evidencia uma estratégia da indústria. Além disso, há que se considerar que a indústria do tabaco, apesar de ser tradicional no Brasil, está presente nos cinco continentes do planeta, o que de certa forma a torna mais competente para lidar com as adversidades. Neste sentido, não é novidade que a indústria tenta influenciar ou interferir nas decisões de âmbito governamental sempre que os seus interesses estão sob algum tipo de risco. Tanto isso é verdade que a própria CQCT reconhece a interferência da indústria, e recomenda proteção aos interesses comerciais da indústria, por meio do artigo 5.3.⁴² Talvez seja essa a principal razão pela qual o acesso às reuniões e deliberações da CONICQ sejam tão restritas à sociedade.

No âmbito ministerial, inicialmente foi constatada a existência de certa indecisão entre reconversão e a diversificação nas propriedades produtoras de tabaco. Ao que parece, a postura do governo federal, representado pelo MDA e MAPA, favorece a diversificação, embora em determinados momentos ainda se fale em reconversão. Essa alternância no discurso de técnicos e dirigentes parece revelar pontos de divergência existentes dentro do governo ou falta de consenso no que se refere às políticas e ações a serem adotadas pelos órgãos responsáveis pela agricultura do País. A indústria, sempre alerta aos acontecimentos, respondeu prontamente, por meio de um antigo discurso que sugere o fumicultor como um empreendedor, um empresário do meio rural. Desta forma a indústria investe na diversificação, porém incentiva culturas cujo ciclo produtivo seja curto, ou seja, culturas que possam ser alternadas com a safra do tabaco. Assim, mais

⁴² Art. 5.3. Ao estabelecer e implementar suas políticas de saúde pública relativas ao controle do tabaco, as partes agirão para proteger essas políticas dos interesses comerciais ou outros interesses garantidos para a indústria do tabaco, em conformidade com a legislação nacional.

uma vez, a indústria consegue transformar em oportunidade o que poderia ser uma ameaça: uma vez que mantém os fumicultores ocupados, gerando renda adicional, obtém incentivo dos governos estaduais (RS) e ainda sustenta uma imagem de conduta politicamente correta.

No que se refere aos governos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a atenção dispensada ao setor fumageiro é proporcional à relevância que a atividade possui no contexto econômico estadual. No Estado do PR, que produz menor quantidade do que os outros dois, não foram detectados laços de proximidade entre o governo e a indústria, ao contrário do que ocorre no Estado do RS. Por outro lado, o governo do Estado do PR é o que mostra maior capacidade ou vontade governamental para enfrentar os desafios na busca por alternativas sustentáveis à cultura do tabaco, embora tenha uma posição predominantemente favorável à perspectiva da diversificação da cultura.

No Estado de Santa Catarina, mais precisamente no ano 2000, foi iniciado um debate em razão de um projeto de lei⁴³, que previa a erradicação da cultura do tabaco em dez anos. O projeto, que foi proposto pelo então Deputado Estadual Volnei José Morastoni (PT), rendeu algumas discussões, mas não obteve a adesão necessária, tendo sido arquivado. Já no período após a ratificação da CQCT, não se encontrou qualquer sinal de preocupação por parte do governo do Estado em trabalhar na perspectiva da implementação de ações em consonância com as diretrizes da CQCT. Desta forma, mesmo sendo o Estado no qual as propriedades têm o maior potencial para a diversidade de culturas, conforme aponta o estudo de Luciana Bernadete de Oliveira (OLIVEIRA, 2005)⁴⁴, o governo do Estado de Santa Catarina parece ignorar a política de reconversão ou substituição da fumicultura.

Do Estado do Rio Grande do Sul consegue-se obter um retrato realista do setor fumageiro, e as suas relações com o governo. Afinal, é neste Estado que está localizado praticamente todo o complexo industrial fumageiro do País. No que se refere à saúde, o Estado possui uma secretaria atuante, que trabalha aparentemente nos moldes do MS. Promove diversas ações, e participa da agenda proposta pelo INCA no que diz respeito ao controle do tabagismo. Nas ações dos órgãos ligados à agricultura, a exemplo do MDA e MAPA, também parece não haver consenso entre os integrantes do governo, sejam técnicos ou dirigentes. Além disso, é comum haver a participação dos órgãos de

⁴³ Projeto de lei 193/01.

⁴⁴ Ver mais em Oliveira, 2005.

representação da indústria (SINDITABACO e AFUBRA), ou da própria Souza Cruz, nos programas e projetos envolvendo os fumicultores ou a diversificação na produção agrícola. Sendo assim, as ações do governo do Estado do RS são voltadas à perspectiva da diversificação, sem ao menos prever a redução das lavouras de tabaco, como propõe a FETRAF-SUL. Nesta parceria do Estado com a indústria, fica evidente a presença do corporativismo entre as duas instituições, que juntas fomentam a cultura do clientelismo na relação com os fumicultores. Estes, sem poder de reação, apresentam-se submissos aos *patrons*. É evidente que o Governo do Estado do RS adotou o discurso da indústria no que se refere à manutenção do fumicultor no campo. Trata-se de um discurso tradicional entre os industriais. A principal falha está em disjuntar ou separar o resultado financeiro da qualidade de vida, do impacto ambiental, tanto nas unidades produtivas quanto nas cidades, como no destino da produção. Este processo disjuntor-redutor é o eixo da ideologia da exploração dos fumicultores. O outro é o combate ao êxodo rural. Ou seja, segundo a indústria é preciso que os fumicultores sejam condenados a ficar no campo produzindo muito e ganhando pouco, quando se compara o que ganham no Brasil com o que ganham os fumicultores de outros países. Como se não bastasse, o governo do Estado do RS, além de se tornar um aliado da indústria na perspectiva da manutenção das atividades fumageiras, concede incentivos fiscais e econômicos para o fomento de suas atividades no Estado⁴⁵.

No relacionamento com o Estado no âmbito federal, aparentemente a indústria vem obtendo resultados que lhe são favoráveis. Embora o insulamento burocrático seja aparentemente adotado pela CONICQ, os resultados da política adotada pelo governo federal, no que se refere ao cumprimento das diretrizes da CQCT, são mínimos, dando continuidade à tradicional predominância dos interesses industriais sobre o interesse público. A indústria do tabaco conta com mais de 100 anos de tradição somente no Brasil. A experiência acumulada no Brasil e no exterior permite à indústria uma enorme capacidade para adaptar-se às mais diversas situações.

Obviamente o advento da CQCT foi desgastante para todos os atores envolvidos na cadeia produtiva do tabaco, e a indústria dentro das possibilidades, certamente monitorou os movimentos de cada um deles. Está claro que a redução da demanda por tabaco não pode ser resumido à implementação da CQCT no Brasil. Sabendo disso, a indústria parece não temer uma diminuição drástica na demanda global de seus

⁴⁵ O que não significa que não haja também pontos de divergência entre os dois atores, como o impasse atual entre o governo gaúcho e a indústria, referente ao repasse dos créditos de ICMS.

produtos, ganhando mercado na Ásia enquanto constata declínio em outros continentes. Com os investimentos realizados nesta década, a indústria conta com uma considerável capacidade instalada para processar todo o fumo produzido no País, sem a necessidade de ampliação. Considerando que somente a Souza Cruz obteve um lucro líquido na ordem de R\$ 1,25 bilhões em 2008, tendo exportado fumo para mais de 50 países, a empresa e conseqüentemente toda a indústria, trabalha com boas perspectivas de negócios. Com a queda da oferta global no mercado internacional, principalmente em razão da diminuição do fumo ofertado pelo Zimbábue e União Européia, as exportações brasileiras não estão ameaçadas por motivos relacionados à concorrência. Sendo assim, os principais desafios da indústria no que se refere à fumicultura são os seguintes: a) manutenção do sistema integrado de produção ou seja, controle sobre a cadeia produtiva do tabaco; b) manutenção de relações corporativas e tradicionais com o Estado em todas as suas instâncias; c) relações simultaneamente clientelistas e corporativistas com os fumicultores e com os consumidores.

Os fumicultores, representados pela AFUBRA, tendem a permanecer com o mesmo tipo de relacionamento clientelista e corporativista com a indústria. Como visto, a AFUBRA mantém uma ideologia alinhada aos interesses da indústria, cujo discurso é o de proporcionar o bem-estar aos fumicultores transformando-os em empresários empreendedores. No processo de ratificação, a organização utilizou principalmente argumentos considerando aspectos socioeconômicos, como por exemplo, os 2,4 milhões de empregos (contestados pela FETRAF-SUL), o êxodo rural como consequência da ratificação, a geração de tributos ao Estado, a renda do tabaco gerada aos fumicultores em comparação com outras culturas, a importância do produto para a balança comercial brasileira. Ou seja, não há sinais de que a AFUBRA tenha promovido um debate sério com os seus associados, para saber destes qual a sua vontade. A AFUBRA pelo que se percebe, desconsiderou dos seus argumentos a má qualidade de vida proporcionada aos fumicultores em decorrência da fumicultura. Do uso intensivo de agrotóxicos, que causa diversos problemas de saúde aos fumicultores, da necessidade do emprego da mão de obra infantil, para viabilizar o resultado financeiro das lavouras, da exploração do fumicultor pela indústria por meio de um sistema integrado de produção. Além disso, mesmo desenvolvendo projetos pilotos em busca de alternativas, não demonstra acreditar em qualquer possibilidade da existência de alternativas viáveis a substituição da cultura. A AFUBRA, com claros interesses comerciais e alinhados aos interesses da indústria, não promoveu qualquer tipo de ação que viesse de fato

esclarecer os seus associados, o que realmente propunha a CQCT. Não se trata aqui de criticar se a organização é contrária ou favorável à CQCT. Trata-se de criticar os argumentos os quais foram utilizados como critérios de verdade, para sensibilizar fumicultores e influenciar políticos.

Vencida a etapa da ratificação, a AFUBRA aliada à câmara setorial da cadeia produtiva do fumo, organizações predominantemente alinhadas com a indústria, estrategicamente iniciaram movimentos em favor da diversificação. Porém, em favor de uma diversificação com produtos que não venham a comprometer as safras de fumo, pois acredita que a fumiicultura seja a melhor opção para estes agricultores, em comparação com outras culturas. Seguindo um princípio disjuntor-redutor, a AFUBRA constantemente compara custos de produção e renda dos fumicultores, sem considerar aspectos sócioambientais. Nas relações com a indústria, também não foram encontradas ações de planejamento de safras, liderados pela AFUBRA. Isto seria relevante para equacionar oferta e demanda, com o objetivo de auferir melhores preços na hora de comercializar a safra. Ao que tudo indica, a estratégia da AFUBRA é congrega a maior parte dos fumicultores possível, sem, no entanto, proporcioná-los um poder de mobilização. Ou seja, manter os fumicultores organizados em um sistema de integração com a indústria, porém desorganizados entre si. Com isso, a não ser que haja intervenções do poder público, as relações de dependência e subordinação dos fumicultores perante a indústria, tendem a se estender por um longo período.

Como alternativa à AFUBRA, na representação dos fumicultores, surge a FETRAF-SUL. Como visto, trata-se de uma organização em disputa pela representação dos fumicultores, que surge com idéias contrárias as da AFUBRA. A FETRAF-SUL propõe que os fumicultores devam se organizar de forma cooperativa, o que de certa forma faz sentido, uma vez que podem adquirir maior poder de negociação com a indústria. Da mesma forma, organizados podem obter maior atenção por parte dos governos. No que se refere a reconversão ou diversificação, a FETRAF-SUL demonstra estar mais preocupada em acabar com a exploração econômica dos fumicultores pela indústria. Para isto, propõe a redução do plantio, como forma de diminuir a oferta e conquistar melhores preços. Também propõe uma cooperativa para os produtores dos três estados do sul, afim de romper com o sistema de integração e comercializar o tabaco diretamente aos compradores, inclusive no mercado internacional. Porém, a tarefa de mobilizar, organizar, unir os fumicultores em cooperativas não deve ser tão fácil o quanto aparenta. A não ser que o governo intervenha, e apóie com todos os

recursos necessários para viabilizar um processo de desvinculação do fumicultor com a indústria, o que no momento parece pouco provável.

No relacionamento entre fumicultores e indústria, também há atuação da ACTBR. Esta é categórica, denunciando como sendo uma relação de quase ou semi-escravidão. Neste confronto de ideologias, a ACTBR critica e condena a prática de um relacionamento clientelista, tradicionalmente utilizado pela indústria, a fim de manter o controle absoluto do setor e continuar obtendo vantagem econômica desta relação. Neste sentido a ACTBR é favorável a reconversão, ou a substituição da cultura do tabaco, por alternativas sustentáveis. A organização considera e denuncia um regime de semi-escravidão, no qual os fumicultores tornam-se cada vez mais dependentes economicamente da indústria. Isto ocorre por meio de um endividamento programado, favorecido pelo sistema integrado de produção. Além disso, esse regime de semi-escravidão é marcado também pela necessidade de envolver toda a família, inclusive a utilização da mão de obra infantil nas lavouras, e no processo de cura do tabaco. Da mesma forma, o desamparo a saúde física e mental dos fumicultores, que ficam expostos ao uso intensivo de agrotóxicos, principalmente. Com tudo isso, o fumicultor ainda é submetido a aquisição de um pacote tecnológico imposto pela indústria, e o fruto do seu trabalho (fumo) ofertado a preços definidos pelos compradores. O Estado, como parceiro da indústria torna-se um agente passivo nesta relação, unindo-se a indústria para juntos desenvolver uma política de diversificação de culturas, com o cuidado de não interferir ou influenciar na cultura do tabaco, e ao mesmo tempo favorecer a permanência do homem no campo. Enfim, o governo e a indústria juntos, parecem decidir o que é melhor para estas pessoas. Porém, como se sabe a fumicultura é o início ou parte de um processo ou sistema controlado pela indústria.

Mas é no controle do tabagismo que a ACTBR possui uma atuação mais forte. Neste sentido, atua como uma aliada ao INCA nas questões antifumo. Recentemente a ACTBR vem concentrando esforços em campanhas de implementação de legislação disciplinando ambientes 100% livres de fumo, por todo o território nacional.

Como dito, a fumicultura é o início de um processo, e na sua continuidade, seguem a preparação, o processamento, a fabricação e a distribuição de um produto letal. Quanto ao fator de ser um produto letal, há um artigo no código penal brasileiro, que é merecedor de reflexão. Trata-se do artigo 278, a seguir:

Outras substâncias nocivas à saúde pública

Art. 278. Fabricar, vender, expor à venda, ter em depósito para vender ou, de qualquer forma, entregar a consumo coisa ou substância nociva à saúde, ainda que não destinada à alimentação ou a fim medicinal:

Pena – detenção, de 1(um) a 3 (três) anos, e multa.

Modalidade culposa

Parágrafo único. Se o crime é culposo:

Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano (MIRABETE, 2005, p. 2088).

Sendo assim, por qual razão o MJ ou o Ministério Público não traz este debate para a sociedade? Existem atualmente provas suficientes no que se refere aos meios pelos quais a indústria utiliza para conquistar e manter os seus consumidores. As maiores evidências surgiram com a publicação de *The cigarette papers* (GLANTZ, 1996), que denuncia estratégias utilizadas pela indústria para escravizar os seus consumidores. Da mesma forma como sabiam do poder viciante da nicotina, também sabiam dos males causados à saúde humana, da degradação ambiental provocada pela atividade, enfim, questões que atualmente são de conhecimento público. Sendo assim, não há mais como a indústria omitir-se da sua responsabilidade, e o Estado, cedo ou tarde terá que optar pelo desenvolvimento de políticas públicas que proporcionem aos agricultores pelo menos condições para escolher os seus meios de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ACTBR. *Institucional*: a ACT, plataforma, visão, missão e valores, [2007]. Disponível em: <<http://www.actbr.org.br/institucional/>>. Acesso em: 5 mar. 2009.

ACTBR. *Tabagismo*: convenção-quadro para o controle do tabaco, economia e o tabagismo, estratégias da indústria, fumo passivo, legislação, tabagismo em números, sócio-ambiental, [2007]. Disponível em: <<http://www.actbr.org.br/tabagismo/>>. Acesso em: 27 jul. 2009.

ACTBR. *Boletim act*. Rio de Janeiro. Ed. 27 - 51, 2007 – 2009. Disponível em: <<http://www.actbr.org.br/comunicacao/boletim-antigos.asp>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

ACTBR. *O veredicto final*: trechos do processo Estados Unidos x Philip Morris. São Paulo: ACTBR/OPAS, 2008.

AFUBRA, *Website*: <<http://www.afubra.com.br>>. Acesso em: 27 ago. 2008.

AFUBRA, *Fumicultura no Brasil*: perfil do fumicultor sul-brasileiro, [2008]. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?u_id=1&i_id=1>. Acesso em: 29 ago. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Brasília em 10 set. 2004a. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=41&i_id=1&u_id=3>. Acesso em: 27 ago. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Brasília em 10 nov. 2004b. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=39&i_id=1&u_id=3>. Acesso em: 27 ago. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Salvador em 04 out. 2004c. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=40&i_id=1&u_id=3>. Acesso em: 27 ago. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Santa Cruz do Sul em 10 ago. 2004d. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=43&i_id=1&u_id=3>. Acesso em: 27 ago. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Santa Cruz do Sul em 30 ago. 2004e. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=42&i_id=1&u_id=3>. Acesso em: 27 ago. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Brasília em 05 ago. 2005a. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=157&i_id=1&u_id=3>. Acesso em: 27 ago. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Brasília em 15 mar. 2005b. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=37&i_id=1&u_id=3>. Acesso em: 27 ago. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Brasília em 16 nov. 2005c. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=155&i_id=1&u_id=3>. Acesso em: 27 ago. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Florianópolis em 26 jan. 2005d. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=38&i_id=1&u_id=3>. Acesso em: 27 ago. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Santa Cruz do Sul em 26 maio 2005e. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=36&i_id=1&u_id=3>. Acesso em: 27 ago. 2008.

AFUBRA. *Jornal folha da Afubra*: informativo interno da associação dos fumicultores do Brasil. Santa Cruz do Sul, Ano IX, n 54, jul/ago, 2005f. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/download/folha/capa/folha_afubra_jul_ago_2005.pdf>. Acesso em: 28 out. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Brasília em 08 fev. 2006a. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=177&i_id=1&u_id=3>. Acesso em: 27 ago. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Brasília em 08 nov. 2006b. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=194&i_id=1&u_id=3>. Acesso em: 27 ago. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Brasília em 09 ago. 2006c. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=184&i_id=1&u_id=3>. Acesso em: 27 ago. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Santa Cruz do Sul em 08 jun. 2006d. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=180&i_id=1&u_id=3>. Acesso em: 27 ago. 2008.

AFUBRA. *Jornal folha da Afubra*: Informativo interno da associação dos fumicultores do Brasil. Santa Cruz do Sul, Ano X, n 58, mar/abr, 2006e. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/download/folha/capa/FolhadaAfubra_Mar_Abrp1.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Brasília em 07 fev. 2007a. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=206&i_id=1&u_id=3>. Acesso em: 28 ago. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Brasília em 09 maio 2007b. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&conteudo_id=207&i_id=1&u_id=3>. Acesso em: 28 ago. 2008.

AFUBRA. *Ata de reunião*: realizada em Brasília em 21 nov. 2007c. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/download/ata_convencao_quadro_21_11_07%20a.doc>. Acesso em: 28 ago. 2008.

AFUBRA. *Jornal folha da Afubra*: informativo interno da associação dos fumicultores do Brasil. Santa Cruz do Sul, Ano XI, n 68, nov/dez, 2007d. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/download/folha/capa/folha_afubra_%20nov_dez_07.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2008

ALMEIDA, G. E. G. de. *A verdadeira face do fumo*: Entrevista concedida a IHU – Instituto Humanitas Unisinos, 2009. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=23635>. Acesso em: 09 jul. 2009.

ALMEIDA, G. E. G. de. *Fumo*: servidão moderna e violação de direitos humanos. Curitiba: Ed. Terra de Direitos, 2005.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Projeto de Lei n 193/01*: determina que o poder executivo substitua progressivamente a cultura do fumo por culturas alternativas e dá outras providências. Florianópolis, 2001.

BIOLCHI, M. A. *Contexto Rural*: a cadeia produtiva do fumo. revista do departamento de estudos socioeconômicos (DESER), ano V, n. 5, julho de 2005.

BOEIRA, S. L. *Atrás da cortina de fumaça*: tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica. Itajaí: Univali, 2002.

BOEIRA, Sérgio Luís; GUIVANT, J. *Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente*: as redes ante o riscos. Cadernos de ciências e tecnologia, Brasília (Embrapa), v. 20, n. 1, p. 45-78, 2003.

BOEIRA, S. L.; VIEIRA, P. F. *Estudos organizacionais*: dilemas paradigmáticos e abertura interdisciplinar. In.: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.) Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

BOEIRA, S. L. CUNHA, C. R. *Souza Cruz*: história e ideologia contemporânea sobre responsabilidade social. Artigo inédito, 2009.

BONATO, A. *A fumicultura no Brasil e a convenção-quadro para controle do tabaco*. DESSER: Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/porta1/index/show/index/cod/134/codInterno/11611#>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

BRASIL. Presidência da República, *Decreto n.º 3.136, de 13 de agosto de 1999*. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/tabagismo/cquadro3/decreto_3136.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2008.

BRASIL. Diário Oficial da União, *Decreto de 1º de agosto de 2003*. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/tabagismo/cquadro3/decreto_1ago2003.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2008.

BRASIL. *Tabaco e pobreza, um círculo vicioso – a convenção-quadro de controle do tabaco: uma resposta*. Ministério da Saúde; Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DO FUMO. *Ata de reuniões: n. 13, 14, 16, 17, 20, 22*. Brasília, DF, 2006 - 2008. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/CAMARAS_CONSELHOS/CAM_CON_CAMARAS/SETORIAIS/FUMO/REUNIOES/09.02.06%20ATA%2013%B0%20REUNIAO%20DA%20CSCPF.PDF>. Acesso em: 08 jul. 2008.

CAVALCANTI, T. M. Coordenadora. *Manual de Orientações: dia nacional de combate ao fumo. Ambientes 100% Livres de Fumo: um direito de todos*, Ministério da Saúde, INCA, 2008. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/tabagismo/29agosto2008/materiais/manual_29agosto2008.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2008.

COSTA, M. *Décadas sob ataque e ainda poderosa*. Revista Exame, 30 jan. 2008.

DELFINO, L. *Responsabilidade civil e tabagismo no código de defesa do consumidor*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

EMATER-PR. *Notícias: extensão rural leva opção de diversificação para fumicultores*. 9 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=156>>. Acesso em: 29 jul. 2008.

EMATER-PR. *Notícias: é possível trocar fumo por leite?* 21 maio 2008. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=916>>. Acesso em: 29 jul. 2008.

EMATER-RS. *Notícias: instituições incentivam produção de frutas e olerícolas na região fumageira*, 05 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/noticias/noticia.php?id=2394>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

EMATER-RS. *Notícias: Emater/RS-Ascar intensifica ações no programa de diversificação ao cultivo do tabaco*, 08 mar. 2007a. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/noticias/noticia.php?id=5481>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

EMATER-RS. *Notícias: Emater/RS-Ascar propõe horticultura como complementação à cultura do tabaco*, 01 mar. 2007b. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/noticias/noticia.php?id=5442>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

EMATER-RS. *Notícias*: agroindustrialização é destacada pela Emater/RS-Ascar no primeiro dia da Expoagro Afubra 2007, 27 fev. 2007c. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/noticias/noticia.php?id=5435>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

EPAGRI/CEPA. *Informe conjuntural*: Fumo - negociações da safra 2007/08, 7 dez. 2007. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

ESPÍRITO SANTO, A. do. *Filosofando sobre o hábito de fumar*: posições e contraposições. Londrina: Grafmark, 2004.

ETGES, V. E.; FERREIRA, M. A. F. (Organizadores). *A produção de tabaco: impacto no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do sul, Rio Grande do Sul: EDUNISC, 2006.

ETGES, V.E. (outros). *O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS*. Santa Cruz do Sul, UNISC, 2001. Disponível em: <<http://galileu.globo.com/edic/133/agro1.doc>>. Acesso em: 25 ago. 2009 as 16:17h.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS. *ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços: repasse por município*, 2007. Disponível em: <http://www.fecam.org.br/receitas/index.php?indicador=icms&sessao=repasse_municipal>. Acesso em 14 dez. 2008.

FERREIRA, A. B. de H. *Século XXI: O dicionário da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FETRAF-SUL. *Cartilha: fumicultor, valorize o seu trabalho: plante menos fumo*. Chapecó-SC, [2006a]. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/downloads/projetos/cartilha_fumo.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2008.

FETRAF-SUL. *Fetraf: quem somos*, [2006b]. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=15&Itemid=31>. Acesso em: 29 ago. 2008.

FETRAF-SUL. *Notícias*: II seminário do fumo vai discutir o futuro da fumicultura no Brasil, 29 jun. 2006c, Anexo.

FETRAF-SUL. *Notícias*: Fetraf-Sul defende mais apoio para diversificação de áreas de fumo em seminário internacional, 14 nov. 2006d. Anexo.

FETRAF-SUL. *Notícias*: Fetraf-Sul defende redução na classificação para o fumo para no máximo 16 classes, 07 jun. 2006f. Anexo.

FETRAF-SUL. *Notícias*: Fetraf-Sul/CUT apresenta projeto para cadeia produtiva do fumo ao MDA, 14 mar. 2006e. Anexo.

FETRAF-SUL. *Notícias*: Fetraf-Sul critica congelamento dos preços do fumo para a safra 2006/2007, 30 jan. 2007a. Anexo.

FETRAF-SUL. *Notícias*: Fetraf-Sul defende ampliação do programa de apoio à diversificação das áreas de fumo na OMS, 22 fev. 2007b. Anexo.

FETRAF-SUL. *Notícias*: Fetraf-Sul realiza debate sobre a cadeia produtiva do fumo, 16 jan. 2007c. Anexo.

FETRAF-SUL. *Notícias*: previsão de queda de estoque do fumo gera disputa pelo produto nos três estados do sul, 24 jan. 2008a. Anexo

FETRAF-SUL. *Notícias*: FETRAF-SUL participa de evento no México sobre diversificação das áreas cultivadas com fumo, 11 jun. 2008b. Anexo.

FOLHA ONLINE. *Notícias*: Yeda dá R\$ 150 mi de incentivo à Souza Cruz, 8 jun. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u578057.shtml>>. Acesso em: 3 set. 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Notícias*: o "dia nacional contra a pirataria", na próxima segunda-feira (03.12), será marcado pela entrega de reivindicações de lojistas, empresários e representantes comerciais, [2007a]. Disponível em: <http://www.sef.sc.gov.br/noticias/noticias.asp?cd_assunto=21433>. Acesso em: 31 jul. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Notícias*: assinatura de convênio garante qualidade de vida para produtores rurais catarinenses, 21 ago. 2007b. Disponível em: <http://www.agricultura.sc.gov.br/internas/noticias.php?id_noticia=1056>. Acesso em: 05 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Notícias*: secretaria da saúde reforça campanha contra fumo passivo, 29 maio 2008a. Disponível em: <http://webimprensa.sc.gov.br/paginas/Buscas/visualiza_noticia.asp?intCodigo=38965>. Acesso em: 5 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Notícias*: governo do estado e Continental Tabacos assinam protocolo de intenções, 26 jun. 2008b. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/webimprensa/paginas/index.asp>>. Acesso em: 29 maio 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: região sul ganha indústria de laticínios da Coopal, 16 maio 2002a. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: amanhã é o dia nacional de combate ao fumo, 28 ago. 2002b. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: estado debate centro de referência para tratamento do fumante, 20 nov. 2002c. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Rigotto destaca atração de investimento durante inauguração em Santa Cruz do Sul, 19 abr. 2003a. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: leia a íntegra do discurso do governador Germano Rigotto na inauguração da fábrica da Souza Cruz, 25 abr. 2003b. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Rigotto destaca importância da cultura do fumo, 12 dez 2003c. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: nova indústria de Santa Cruz do Sul vai gerar 600 empregos, 04 jun. 2003d. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Premium Tabaco abre fábrica em Santa Cruz, gerando 2 mil empregos indiretos, 8 jul. 2003e. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Rigotto recebe direção da Universal Leaf Tabaco, 17 fev. 2003f. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Saúde discute ações contra o tabagismo, 4 jun. 2003g. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: saúde participa do Dia Nacional de Combate ao Fumo, 19 ago. 2003h. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Saúde promove palestra Como Deixar de Fumar, 28 maio 2003i. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Sindifumo apresenta dados do setor fumageiro ao governador Rigotto, 25 nov. 2003j. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: governo do estado recebe representantes da Fetag, 18 nov. 2004a. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: agricultura, Emater e Souza Cruz firmam parceria, 20 jan. 2004b. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: governo participará das negociações entre fumicultores e indústria, 27 jan. 2004c. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Souza Cruz investe R\$ 312 milhões em expansão da unidade de Cachoeirinha, 20 maio 2004d. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: agricultura assina parceria para plantio pós-fumo, 21 jan. 2004e. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Caio Rocha sugere cautela na questão da reconversão das culturas de fumo, 6 dez. 2004f. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: classificadores oficiais de tabaco recebem habilitação, 18 maio 2004g. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: educação e associação médica unidas no combate ao tabagismo, 1 set. 2004h. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: entidades elaboram projeto socioambiental em Santa Cruz, 15 jan. 2004i. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: governador assina acordo para ampliação da Souza Cruz, 19 maio 2004j. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: governador destaca diferenciais do Estado na confirmação de novo investimento da Souza Cruz, 20 maio 2004k. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: governador recebe pleitos do setor agrícola, 16 fev. 2004l. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Rigotto apóia produtores de fumo do Estado, 13 set. 2004m. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Rigotto abre Expoagro e destaca importância do combate à seca para o desenvolvimento do Estado, 23 fev. 2005a. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Rigotto defende que união apresente alternativas para o fumo, 23 set. 2005b. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Klein analisa produção primária na 11ª Expocal e 3ª Festa do Cavalo, 25 set 2005c. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Vieira destaca a necessidade de pesquisas para o uso do fumo, 25 jan. 2005d. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: governador prestigia ampliação industrial no Vale do Rio Pardo, 21 fev. 2005e. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Banrisul abre o Pronaf para a região do fumo, 23 fev. 2005f. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: dia de combate ao tabagismo terá atividades, 27 ago. 2005g. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: diretor da Emater defende diversificação em evento sobre fumo em Pelotas, 21 jun. 2005h. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Emater apresenta novidades na Expoagro Afubra em Rio Pardo, 6 fev. 2005i. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Emater mostra ações na Expoagro Afubra em Rio Pardo, 27 jan. 2005j. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Espaço da Emater na Expoagro Afubra apresenta alternativas à agricultura familiar, 21 fev. 2005k. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Fortunati recebe prêmio destaque Amrigs de tabagismo Mário Rigatto, 18 out. 2005l. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: governo concentra esforços para a permanência de fumageiras, 23 maio 2005m. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: nova unidade da Souza Cruz irá gerar 600 empregos diretos e seis mil indiretos em Cachoeirinha, 17 maio 2005n. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Rigotto lança no vale do rio pardo projetos industrial e de preservação ecológica, 22 fev. 2005o. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Rigotto participa de inauguração da Souza Cruz e de doação de terras à Unisc, 23 fev. 2005p. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Rigotto recebe apoio no projeto de créditos aos exportadores durante inauguração de novo, 16 fev. 2005q. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Souza Cruz concretiza novo investimento de US\$ 10 milhões e centraliza operações no RS, 17 fev. 2005r. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: saúde gaúcha faz ofensiva contra o tabagismo, 22 abr. 2006a. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: secretaria define medidas relativas ao tabagismo, 07 jun. 2006b. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: técnicos, produtores e autoridades debatem produção de qualidade, 21 fev. 2006c. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Tabacos Marasca investe R\$ 15,3 milhões com aporte do BRDE, 27 nov. 2006d. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: delegação chinesa reúne-se com setor fumageiro gaúcho, 09 maio 2006e. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: dia nacional de combate ao fumo destaca o tabagismo passivo, 24 ago. 2006f. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: estado e Souza Cruz oficializam parceria para plantio de milho e feijão pós-fumo, 27 dez. 2006g. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: estado obtém solução para créditos de ICMS ao setor fumageiro, 04 jul. 2006h. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Hohlfeldt abre a 3ª Fest Fumo de Vale Verde, 05 mar. 2006i. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: ministro da agricultura visita a Expoagro Afubra, 23 fev. 2006j. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Secretário da Saúde recebe prêmio da Amrigrs, 17 nov. 2006k. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul*. Secretaria do planejamento e gestão - SEPLAG / departamento de planejamento governamental – DEPLAN. Rio Grande do Sul, 2007a. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=633>>. Acesso em: 02 ago. 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: ações da saúde marcam o dia mundial sem tabaco, 24 maio 2007b. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Yeda inaugura centro de pesquisa da Souza Cruz, 07 mar. 2007c. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: ações da saúde marcam o dia mundial sem tabaco, 24 maio 2007d. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Chineses avaliam possibilidades de negócios com o Rio Grande do Sul, 15 mar. 2007e. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: colégio Emílio Massot realiza atividades contra o tabagismo, 28 ago. 2007f. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: evento discute ambientes livres do fumo, 28 ago. 2007g. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: índice de fumantes entre gaúchos preocupa Secretaria da Saúde, 15 mar. 2007h. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Rio Grande do Sul terá novo investimento da Souza Cruz, 07 mar. 2007i. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Souza Cruz inaugura centro de pesquisa e desenvolvimento, 06 mar. 2007j. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Yeda Crusius recebe executivos da Philip Morris, 14 ago. 2007k. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: dia mundial sem tabaco 2008 foca na prevenção de crianças e adolescentes, 26 maio 2008a. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: saúde oferece tratamento para fumantes na rede pública, 2 maio 2008b. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: governo do estado renova parceria com a Souza Cruz, 28 jan. 2008c. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: plantio de abóbora é alternativa para áreas de fumo, 2 abr. 2008d. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Souza Cruz anuncia criação de parque gráfico em Cachoeirinha, 23 abr. 2008e. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Souza Cruz lança pedra fundamental do parque gráfico em Cachoeirinha, 30 abr. 2008f. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: alternativas para produção de tabaco é tema de tarde de campo em cachoeira, 19 set. 2008g. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: chineses querem intensificar intercâmbio comercial com o estado, 19 maio 2008h. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: estado firma convênio que beneficia agricultura familiar e pesca artesanal, 29 dez. 2008i. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: estado recebe delegação da Organização Pan-Americana da Saúde, 13 maio 2008j. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: governos gaúcho e catarinense discutem protocolo da indústria fumageira, 08 out. 2008k. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: organização pan-americana de saúde avalia controle do tabagismo no RS, 14 maio 2008l. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: programa plante milho e feijão depois do fumo tem parceria renovada, 28 jan. 2008m. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: territorialidade centraliza debates na região centro-sul, 05 jun. 2008n. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Yeda Crusius recebe dirigentes do setor fumageiro do estado, 07 ago. 2008o. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Notícias*: Banrisul investe R\$ 265 milhões no setor fumageiro, 1 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

IAPAR, *Notícias*: Agricultura familiar emprega 80% dos trabalhadores do campo no Paraná, [2007]. Disponível em: <<http://www.iapar.br/search.php?query=fumo&action=results>>. Acesso em: 25 jul. 2008.

IAPAR, *Notícias*: governo lança programa integrado de pesquisa e extensão rural no PR, [2006]. Disponível em: <<http://www.iapar.br/modules/noticias/article.php?storyid=145>>. Acesso em: 29 jul. 2008.

IAPAR, *Notícias*: III encontro dos agricultores da rede de propriedades familiares agroecológicas reúne mais de 50 participantes em Ponta Grossa, [2007]. Disponível em: <<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=672>>. Acesso em: 29 jul. 2008.

IBGE. *Estados*: lavoura temporária 2007. IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pr&tema=lavouratemporaria2007>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

IGLESIAS, R. *Análise da situação atual em matéria de preço e impostos de cigarros*. ACTBR, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

<http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/200_Precos-impostos-ACTBR.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2009

INCA. *Relatório de gestão: exercício 2004*. Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/inca/Arquivos/RelatorioGestao/RELATGESTA O2004.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2008.

INCA. *Relatório de Gestão: exercício 2005*. Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/inca/Arquivos/RelatorioGestao/RELATGESTA O2005.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2008.

INCA. *Relatório de Gestão: Exercício 2006*. Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/inca/Arquivos/RelatorioGestao/RELATGESTA O2006.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2008.

INCA. *Relatório de Gestão: exercício 2007*. Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/inca/Arquivos/Relatorios/inca_relatorio2007_web.pdf>. Acesso em: 12 out. 2009.

INCA. *Relatório de Gestão: exercício 2008*. Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/inca/Arquivos/RelatorioGestao/RELATGESTA O2008.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2009.

INCA. *Notícias: Justiça nega liminar em ação contra imagens de advertência em maços de cigarro*, 13 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/tabagismo/atualidades/ver.asp?id=952>>. Acesso em: 23 set. 2009.

JANUZZI, P. de M. *Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil*. Revista do Serviço Público. Brasília, abr/jun. 2005, p. 137-160.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. s/d. *Institucional: missão do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 08 jul. 2008.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Arrecadação de tributos federais*. Setor de cigarros. 1999 - 2003. [2004]. Disponível em: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/DestinacaoMercadorias/ProgramaNacCombCigarroIllegal/ArrecadacaoCigarros/ArrecCigarro19992000.htm>>. Acesso em 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Arrecadação de tributos federais*. Setor de cigarros. 2004 - 2005. [2006]. Disponível em: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/DestinacaoMercadorias/ProgramaNacCombCigarroIllegal/ArrecadacaoCigarros/ArrecCigarro20042005.htm>>. Acesso em 14 jul. 2008.

mbCigarroIllegal/ArrecadacaoCigarros/ArrecCigarro20042005.htm>. Acesso em 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Arrecadação de tributos federais*. Setor de cigarros. 2006 - 2007. [2008]. Disponível em: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/DestinacaoMercadorias/ProgramaNacCombCigarroIllegal/ArrecadacaoCigarros/ArrecCigarro20062007.htm>>. Acesso em 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Demonstrativo anual de destruição de cigarros (em maços)*, [2007a]. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Histórico/DestinacaoMercadorias/DestruCigarros/default.htm>>. Acesso em 11 jul.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Demonstrativo de destruição de cigarros (em maços)*. [2007b]. Disponível em: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/DestinacaoMercadorias/DestruCigarros/default.htm>>. Acesso em 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Resultado de fiscalização: setor de fabricação de cigarros*, [2007c]. Disponível em: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/DestinacaoMercadorias/ProgramaNacCombCigarroIllegal/Fiscalizacao.htm>>. Acesso em 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Resultados de fiscalização: setor de fabricação de cigarros*, [2007d]. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/DestinacaoMercadorias/ProgramaNacCombCigarroIllegal/Fiscalizacao.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2008.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Tributação de cigarros*, [2007e]. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/DestinacaoMercadorias/ProgramaNacCombCigarroIllegal/TribCigarro.htm>>. Acesso em 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Instrução normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007f*. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2007/in7702007.htm>>. Acesso em 15 jul. 2008.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Relação dos modelos de selos de controle para cigarros aprovados pela SRF*, [2007g]. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/destinacaomercadorias/programanaccombicigarroilegal/Selo/Selos.htm>>. Acesso em 15 jul. 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Clipping: OMS prevê tratado internacional sobre contrabando de tabaco para 2010*, 2008. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/main.asp?ViewID=%7B4E7A5D19%2DFDD5%2D43CD%2D9DFC%2DC68F6F7F26E1%7D¶ms=itemID=%7B3A8A019B%2D6A28%2D400F%2DB0F9%2DA8BB5E043045%7D;&UIPartUID=%7B2D8185DA%2DB124%2D4603%2D84BB%2D9C4ADE2F8788%7D>>. Acesso em 15 jul. 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Matérias especiais*: apreensões de produtos piratas batem recorde em 2006, 2006. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/main.asp?ViewID=%7BB1F4AB69%2DAD7E%2D4234%2DB743%2D4F96E626472D%7D¶ms=itemID=%7BF2208848%2DF468%2D463C%2DAAD5%2DFD9B2C9F0230%7D;&UIPartUID=%7B2218FAF9%2D5230%2D431C%2DA9E3%2DE780D3E67DFE%7D>>. Acesso em 15 jul. 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Matérias especiais*: apreensões de produtos piratas batem recorde em 2006, 2006. Novas ferramentas para o combate à pirataria. União de esforços para inibir o crime. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/dpdc/data/Pages/MJB1F4AB69ITEMIDF2208848F468463CAAD5FD9B2C9F0230PTBRIE.htm>>. Acesso em: 08 dez. 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Instituto Nacional de Câncer. Coordenação de Prevenção e Vigilância. *Prevalência de tabagismo no Brasil*: dados dos inquéritos epidemiológicos em capitais brasileiras, 2004. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/tabaco_inquerito_nacional_070504.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Por que aprovar a convenção-quadro para o controle do tabaco?* 2004. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/tabagismo/cquadro3/cquadro.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretária da Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Coordenação de Prevenção e Vigilância. *Inquérito domiciliar sobre comportamentos de risco e morbidade referida de doenças e agravos não transmissíveis*: Brasil, 15 capitais e Distrito Federal, 2002-2003. Rio de Janeiro: INCA, 2004. p. 53 – 67. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/inquerito/>>. Acesso em: 11 jul. 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Dia mundial sem tabaco 2008*, 2008. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/campanhas_publicitarias/campanha_detalhes.cfm?co_seq_campanha=1804>. Acesso em: 11 jul. 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Dia mundial sem tabaco 2008*, 2008a Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=28560. Acesso em: 11 jul. 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Notícias*: jovens recebem alerta sobre riscos do tabaco, 2008. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=47837>. Acesso em: 11 jul. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Notícias*: convenção-quadro quer propor novas alternativas econômicas a produtores. 21 fev. 2006a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/8463>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Notícias*: MDA participa do debate sobre o controle do tabaco em Genebra, Suíça. 03 fev. 2006b. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/8373>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Notícias: agricultor resgata qualidade de vida com diversificação do fumo. 30 nov. 2007a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/15260>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Notícias: diversificação de áreas cultivadas com tabaco é discutida em SC. 23 nov. 2007b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/15112>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Notícias: MDA apóia diversificação da produção de fumo no Vale do Rio Pardo (RS). 21 mar. 2007c. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/11932>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Notícias: MDA e MAPA promovem seminário sobre diversificação da produção de tabaco. 06 fev. 2007d. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/11485>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Notícias: MDA libera mais R\$ 324 mil para projetos alternativos à cultura do fumo no RS. 08 jan. 2007e. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/11307>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Notícias: MDA ressalta importância da diversificação do fumo em evento internacional. 28 fev. 2007f. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/11651>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Notícias: ministro assina convênios para diversificação produtiva do fumo. 08 jun. 2007g. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/12786>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Notícias: programa busca novas oportunidades para produtores de fumo. 30 nov. 2007h. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/15240>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Notícias: seminário propõe fundo interministerial para diversificar cultura do fumo. 14 fev. 2007i. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/11574>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Notícias: trabalho voluntário fortalece a diversificação do cultivo do fumo no Brasil. 12 fev. 2007j. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/11548>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Notícias: programa de diversificação é apresentado no México. 16 jun. 2008a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/17576>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Notícias: programa é referência em alternativas para a cultura do fumo. 30 maio 2008b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/17345>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

MORAIS, F. *Souza Cruz 100 anos: um século de qualidade*. São Paulo: DBA, 2003.

MIRABETE, J. F. *Código penal interpretado*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

MORIN, E. *Da necessidade de um pensamento complexo*. In: MARTINS, F. SILVA, J.M. (Orgs.) *Para navegar no século XXI*. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina e Edipucrs, 2003.

MORIN, E.; KERN, A.B. *Terra pátria*. Traduzido do francês por SILVA, P.A.N. da. 5 ed. – Porto Alegre: Sulina, 2005.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Prefácio de Luiz Carlos Bresser Pereira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Brasília, ENAP, 1997

OLIVEIRA, J. A. P. de. *Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas*. RAP, Rio de Janeiro, Mar./Abr. 2006, p. 273-88.

OPAS. *Missão da OMS para o diagnóstico da capacidade nacional para implementar políticas de controle de tabaco*, [2005 ou 2006]. Disponível em: <http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/controle_tabaco.pdf>. Acesso em 05 nov. 2008.

PÁGINA RURAL. *Política: câmara do fumo discute comércio ilegal de cigarros*, 27 jul. 2004. Disponível em: <http://www.paginarural.com.br/noticias_detalhes.php?id=1228>. Acesso em: 14 jul. 2008.

PAES DE PAULA, A. P. *Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social*. Revista de Administração de Empresas (FGV), São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.

PEREIRA, P. A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.

PINCELLI, A. C. *Trabalho infanto-juvenil na fumicultura e responsabilidade social empresarial: o discurso da Souza Cruz*. 2005. 111f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Ciências Humanas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SCHEIBLER, J. L. *A emergência de fóruns reguladores globais: relações e conflitos entre atores locais no processo de regulação do tabaco*. 2006. 123f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

SILVEIRA, R. L. L. *Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no vale do rio pardo RS*. 2007. 577f. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

SINDIFUMO. *Sindifumo em folha*: jornal informativo do sindicato da indústria do fumo. Santa Cruz do Sul, n.6, ano IV, outubro, 2000.

SINDIFUMO. *Sindifumo em folha*: jornal informativo do sindicato da indústria do fumo. Santa Cruz do Sul, n.7, ano V, outubro, 2001.

SINDIFUMO. *Sindifumo em folha*: jornal informativo do sindicato da indústria do fumo. Santa Cruz do Sul, n.8, ano VI, outubro, 2002.

SINDIFUMO. *Sindifumo em folha*: jornal informativo do sindicato da indústria do fumo. Santa Cruz do Sul, n.9, ano VII, outubro, 2003.

SINDIFUMO. *Sindifumo em folha*: jornal informativo do sindicato da indústria do fumo. Santa Cruz do Sul, n.10, ano VIII, outubro, 2004.

SINDIFUMO. *Sindifumo em folha*: jornal informativo do sindicato da indústria do fumo. Santa Cruz do Sul, n.11, ano IX, outubro, 2005.

SINDIFUMO. *Sindifumo em folha*: jornal informativo do sindicato da indústria do fumo. Santa Cruz do Sul, n.12, ano X, outubro, 2006.

SINDIFUMO. *Sindifumo em folha*: jornal informativo do sindicato da indústria do fumo. Santa Cruz do Sul, n.13, ano XI, outubro, 2007.

SINDITABACO. *A entidade*, s/d. Disponível em: <<http://www.sinditabaco.com.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

SINDITABACO. *Estatísticas*: produtores integrados, área plantada, volume produzido, exportações, mercados, s/d. Disponível em: <<http://www.sinditabaco.com.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

SOUZA CRUZ. *Convenção quadro para controle de tabaco*. Cartilha produzida com exclusividade para funcionários. s/d.

SOUZA CRUZ. *Relatório anual 2001*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/DO5RAG8S?opendocument&SID=&DTC=&TMP=1>. Acesso em: 28 ago. 2008.

SOUZA CRUZ. *Relatório anual 2002*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/DO5RAG8S?opendocument&SID=&DTC=&TMP=1>. Acesso em: 28 ago. 2008.

SOUZA CRUZ. *Relatório anual 2003*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/DO5RAG8S?opendocument&SID=&DTC=&TMP=1>. Acesso em: 28 ago. 2008.

SOUZA CRUZ. *Relatório anual 2004*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/DO5RAG8S?opendocument&SID=&DTC=&TMP=1>. Acesso em: Acesso em: 28 ago. 2008.

SOUZA CRUZ. *Relatório anual 2005*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/DO5RAG8S?opendocument&SID=&DTC=&TMP=1>. Acesso em: 28 ago. 2008.

SOUZA CRUZ. *Relatório anual 2006*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/DO5RAG8S?opendocument&SID=&DTC=&TMP=1>. Acesso em: 28 ago. 2008.

SOUZA CRUZ. *Relatório anual 2007*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/DO5RAG8S?opendocument&SID=&DTC=&TMP=1>. Acesso em: 28 ago. 2008.

SOUZA CRUZ. *Relatório anual 2008*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/OneWeb/sites/SOU_5RRP92.nsf/vwPagesWebLive/DO5RAG8S?opendocument&SID=&DTC=&TMP=1>. Acesso em: 28 ago. 2008.

SOUZA, C. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TAYRA, F.; RIBEIRO, H. *Modelos de indicadores de sustentabilidade: síntese e avaliação crítica das principais experiências*. Saúde soc. São Paulo, v. 15, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 maio 2008.

TEIXEIRA, E. *As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa*. 4 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2007.

TESOURO NACIONAL. *Estados e municípios: finanças do Brasil - dados contábeis dos Municípios, 2007*. Disponível em:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 14 dez. 2008.

VARGAS, M.A. BONATO, A. *Cultivo do tabaco, agricultura familiar e estratégias de diversificação no Brasil*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1619316242.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2009.

VOGT, O. P. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul - RS, 1849-1993*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.

APÊNDICES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ações de promoção e apoio à cessação de fumar e ações de vigilância e Monitoramento – 2003	194
Quadro 2 - Ações de mobilização e articulação de políticas que favoreçam o controle do tabagismo – 2003.....	195
Quadro 3 - Ações legislativas e econômicas	196
Quadro 4 - Articulação com órgãos do Governo Federal em ações legislativas e econômicas - 2004	196
Quadro 5 - Apoio à ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Congresso Brasileiro – 2004	197
Quadro 6 - Ações de mobilização e articulação de políticas que favoreçam o controle do tabagismo – 2004.....	198
Quadro 7 - Participação em pesquisas e estudos - 2004	198
Quadro 8 - Ações de Promoção da Cessação do Tabagismo – 2005	199
Quadro 9 - Ações de Promoção de Ambientes Livres de Tabaco – 2005.....	199
Quadro 10 – Legislação – 2005.....	200
Quadro 11 - Ações de Mobilização Social para a Ratificação da Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco pelo Brasil – 2005	201
Quadro 12 - Ações de Promoção de Cessação do Tabagismo – 2006	202
Quadro 13 - Ações de Promoção de Ambientes Livres de Fumo – 2006	202
Quadro 14 - Ações nas Escolas - Programa Saber Saúde – 2006.....	203
Quadro 15 - Ações da Secretaria Executiva (INCA) da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro (CONIQ) – 2006.....	203
Quadro 16 - Ações de Mobilização Social para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco pelo Brasil – 2006	204
Quadro 17 - Vigilância em Tabagismo – 2007.....	204
Quadro 18 - Controle do Tabagismo – 2008	205
Quadro 19 - Advertências sanitárias dos produtos derivados do tabaco – 2008.....	205

Quadro 20 - Ações do INCA como Secretária Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção- Quadro (CONICQ) – 2008	206
Quadro 21 - Ações do INCA, como coordenador da Rede Ibero-Americana de Controle do Tabagismo (RIACT) – 2008.....	206
Quadro 22 - Estudos relacionados com a Convenção-Quadro para o controle do tabaco – 2008	207
Quadro 23 - Vigilância ao Tabagismo – 2008.....	207
Quadro 24 - Principais Datas Institucionais	207
Quadro 25: Ações da ACTBR em 2007 – Divulgadas no Boletim da ACTBR.....	208
Quadro 26: Ações da ACTBR em 2008 – Divulgadas no Boletim da ACTBR.....	209
Quadro 27: Ações da ACTBR em 2009 – Divulgadas no Boletim da ACTBR.....	212

Quadro 1 - Ações de promoção e apoio à cessação de fumar e ações de vigilância e Monitoramento - 2003

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
“Programa de Abordagem e Tratamento do Fumante”.	Foram capacitados profissionais de saúde de 303 unidades de saúde, das quais 53 prestam atendimento ao fumante.
Estudo de intervenção de prevenção ou redução do fumo em adolescentes escolares.	Projeto que deveria ser realizado entre 2.200 estudantes, de 22 escolas públicas e privadas da Cidade de Pelotas, em parceria com a Universidade Federal de Pelotas, tendo sido preparados os instrumentos para a elaboração do estudo.
Estudo sobre Prevalência e Perfil do Tabagismo entre Escolares (Vigescola).	Concluído em 12 cidades brasileiras, e divulgação dos resultados básicos.
Projeto Multicêntrico sobre Estimativas dos Custos de Doenças Tabaco-Relacionadas em quatro Países da América Latina – Brasil, México, Colômbia e Chile.	Com o objetivo de estimar custos do tratamento de Câncer de Pulmão, Infarto Agudo do Miocárdio e Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) no SUS. Em 2003, avançou-se no estudo de caso-controle e nas estimativas de cálculo das doenças mencionadas.
Estudo de Vigilância da Exposição à Poluição Tabagística Ambiental (PTA) na América Latina e Caribe, com financiamento da Organização Panamericana de Saúde (OPAS).	O objetivo, entre outros, é medir os níveis de PTA em lugares públicos, instituições de saúde, escolas, instituições governamentais, transportes coletivos, bares e restaurantes de nove países (Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai, Peru, Honduras, Costa Rica, Brasil e Jamaica).
Estudo Perfil do Fumante e Cotinina Salivar no Município do Rio de Janeiro.	Constatou a redução do número de fumantes no Rio em relação aos dados prévios de 1989: divulgação de resultados em congressos internacionais.
Pesquisa em oito cidades capitais (totalizando dezesseis cidades estudadas).	Continuidade ao trabalho de campo do Inquérito Domiciliar sobre Comportamentos de Risco e Morbidade Referida de Agravos Não Transmissíveis, em parceria com a Secretaria de Vigilância à Saúde do Ministério da Saúde.
Ensaio Clínico sobre a Efetividade do Método de Abordagem Cognitivo-Comportamental e Uso de Adesivo de Nicotina na Cessação de Fumar em Adultos Residentes no Município do Rio de Janeiro.	Objetivo de avaliar o método mais efetivo para cessação da dependência da nicotina na população brasileira. No período 2002/2003.
Iniciou-se a formação de parcerias com pesquisadores de instituições como Fiocruz, COSAT, Ministério da Saúde, IMS da UERJ, Faculdade de Saúde Pública da USP, Secretaria Estadual de Saúde do RJ.	Planejamento de um seminário nacional através do qual serão definidas as prioridades desta área.
Atendimento aos funcionários e seus familiares fumantes.	Tendo sido atendidos, desde a implantação em 1998, 375 pacientes, gerando 2.358 sessões de atendimento. Em 2003, trinta pacientes foram atendidos, gerando 272 sessões de atendimento sob a coordenação do Núcleo de Estudos Clínicos da Dependência da Nicotina.

Fonte: INCA (2003)

Quadro 2 - Ações de mobilização e articulação de políticas que favoreçam o controle do tabagismo - 2003

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
A participação e articulação na 56ª Assembléia Mundial da Saúde, realizada em Genebra,	A qual foi aprovado, por unanimidade, entre os 192 países membros da OMS, o texto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.
A participação na Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e seus Protocolos (CONICQ). A CONICQ tem viabilizado iniciativas intersetoriais, devendo ser ressaltadas: a obrigatoriedade da inserção de imagens de advertência nos produtos de tabaco; a proibição do trabalho do menor de 18 anos na produção do fumo; o encaminhamento de subsídios técnicos para elaboração de uma Exposição de Motivos intersetorial (Ministérios da Saúde, Fazenda e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) do Projeto de Lei que dispõe sobre a proibição da venda de derivados de tabaco em máquinas automáticas (atualmente tramitando no Congresso Nacional); o aumento no valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).	O INCA ocupa a Secretaria Executiva, cabendo a ela construir uma agenda de governo para o cumprimento das obrigações previstas no Tratado. A principal delas é a ratificação da assinatura da Convenção-Quadro.
A participação na XII Conferência Mundial sobre Tabaco e Saúde, realizada em Helsinque, na Finlândia, de 31 de julho a 8 de agosto.	O Ministro da Saúde, Humberto Costa, recebeu o prêmio Luther Terry, concedido pela American Cancer Society aos países com maior liderança no controle do tabagismo. O Programa de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco do INCA foi elogiado como modelo a ser adotado pelo resto do mundo.
A multiplicação do Fórum Por um Mundo Sem Tabaco entre Organizações Não-Governamentais.	Em cinco macro-regiões, atingindo um total de 1.178 lideranças regionais, visando ao apoio para a aprovação e ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.
A criação do boletim eletrônico porummundosemtabaco@inca.gov.br .	Cuja estratégia é informar ao público cadastrado assuntos ligados ao tabagismo, incluindo os avanços científicos, novas estratégias da indústria do tabaco e acontecimentos no mundo.
A organização da Oficina Piloto de Capacitação de Países de Língua Portuguesa, que teve como objetivo aplicar nesses países o modelo de capacitação de recursos humanos desenvolvido no PCTOFR.	Realizada entre 8 e 11 de abril, no Rio de Janeiro, com a participação do Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, devendo os resultados deste encontro subsidiar a implementação do “Projeto de Capacitação Nacional para Implantação de Programas Nacionais de Controle do Tabagismo”, da OMS.
A participação na reunião Tobacco Counter Marketing: Best Practice and Beyond, promovida pelo Center for Disease Control (CDC), American Legacy Foundation e OMS, em Nova York, entre 11 e 13 de junho.	O objetivo foi reunir diferentes conhecimentos na área do controle do tabagismo, visando ao desenvolvimento de princípios e práticas na área de contra-marketing, para defensores do controle do tabagismo no mundo.

Fonte: INCA (2003)

Quadro 3 - Ações legislativas e econômicas - A parceria com a ANVISA e outros órgãos governamentais foi fundamental para atingir os seguintes resultados:

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
Publicação da Resolução da ANVISA nº 14.	Proíbe o uso de frases com significado dúbio, tais como “somente para adultos”, “produto para maiores de 18 anos”, e obriga a inserção da mensagem na embalagem de produtos derivados do tabaco: “Venda proibida a menores de 18 anos - Lei 8.069/1990. PENA: detenção de seis meses a dois anos e multa”.
Publicação da Resolução da ANVISA nº 15.	Proíbe a oferta e a venda de cigarros pela internet, definindo conceitos de propaganda e pontos de venda.
Publicação da Lei Federal nº 10.702.	Altera dispositivos da Lei n.º 9.294/96, prorrogando para 30 de setembro de 2005 o prazo da proibição do patrocínio de eventos esportivos internacionais por marcas de cigarros, condicionado à veiculação de mensagens de advertências escritas e faladas durante a transmissão, a cada 15 minutos. Proíbe, dentre outras medidas, a venda de produtos de tabaco em órgãos ou entidades da Administração Pública, bem como a menores de 18 anos.
Publicação do Decreto em 01 de agosto de 2003.	Cria a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos.
Publicação da Resolução da ANVISA nº 335.	Dispõe sobre a inserção de advertências com imagens nas embalagens e na propaganda de produtos fumígenos derivados do tabaco. Em vigor a partir de 22 de agosto de 2004.
Publicação da Resolução da ANVISA nº 346.	Revoga a Resolução n.º 105/01, estabelecendo novas normas para o cadastro das empresas beneficiadoras de tabaco e fabricantes nacionais, importadoras ou exportadoras de produtos derivados do tabaco, bem como de todos os seus produtos.
Publicação do Decreto nº 4.924.	Eleva o valor do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os cigarros.

Fonte: INCA (2003)

Quadro 4 - Articulação com órgãos do Governo Federal em ações legislativas e econômicas - 2004

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
Revisão, atualização e aperfeiçoamento da Portaria GM/SAS n.º 1.575 (de 29 de agosto de 2002).	Criou os Centros de Referência em Abordagem e Tratamento do Fumante no âmbito do SUS.
Publicação das Portarias Ministerial GM/MS N.º. 1.035 de 31 de maio de 2004 e SAS N.º. 442, de 13 de agosto de 2004.	Ampliaram o acesso ao tratamento do fumante para a rede de atenção básica e de média complexidade do Sistema Único de Saúde e aprovaram o Plano de Implantação da Abordagem e Tratamento do Tabagismo no SUS e o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas – Dependência à Nicotina.
Assinatura dos acordos MERCOSUR/XVI RMSMCHP/ACUERDO N.º01/04 e MERCOSUR/XVI RMSMCHP/ACUERDO N.º 02/04.	Os Ministros de Saúde do MERCOSUL se comprometeram a desenvolver, dentre outras, atividades de fortalecimento e capacitação de equipes nacionais, destacando-se as relacionadas a pesquisas na área e implementação de sistema de vigilância;

Fonte: INCA (2004)

Quadro 5 - Apoio à ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Congresso Brasileiro - 2004

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
Realização de três reuniões ordinárias e 1 extraordinária da comissão.	Foram debatidos temas como as medidas relacionadas a preços e impostos sobre os derivados do tabaco, o comércio ilegal e políticas agrícolas para apoiar a substituição da cultura do tabaco e a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) pelo Brasil.
Participação em audiência pública sobre a importância e implicações da ratificação da CQCT pelo Brasil.	Organizada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, destacando a importância da ratificação da CQCT para o desenvolvimento sustentável.
Elaboração dos documentos “Proposta de Política de Preços e Impostos do Setor Tabaco”, “Subsídios para uma Política Agrícola de Substituição da Cultura do Tabaco como parte do Plano Nacional para o Controle do Consumo de Tabaco” e “A Ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: Mitos e Verdades”;	Subsídios e esclarecimentos sobre a proposta de ratificação da convenção pelo Brasil.
Realização de visitas a diversos parlamentares da Câmara de Deputados e Senado Federal.	Com vistas a prestar esclarecimentos sobre a Convenção-Quadro e a importância de sua ratificação pelo Brasil.
Participação em audiência pública sobre a ratificação pelo Brasil da CQCT, promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.	Teve como objetivo fornecer dados e elucidar dúvidas dos parlamentares sobre as implicações políticas, econômicas e sociais da ratificação da Convenção-Quadro.
Participação em audiência pública sobre a ratificação pelo Brasil da CQCT, promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.	Realizado em Santa Cruz do Sul (RS), onde estiveram presentes mais de 10.000 fumicultores de diversas regiões brasileiras.
Recolhimento em torno de 3.000 assinaturas por meio da elaboração de petições de apoio à Convenção-Quadro.	Realizado em congressos de entidades de classe (CONASEMS, ABRASCO, etc), páginas eletrônicas e eventos específicos (nacionais e estaduais).

Fonte: INCA (2004)

Quadro 6 - Ações de mobilização e articulação de políticas que favoreçam o controle do tabagismo - 2004

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
Desenvolvimento da rede de contatos para aumentar a penetração e alcance do boletim eletrônico porummundosemtabaco@inca.gov.br .	A estratégia é informar ao público cadastrado assuntos ligados ao tabagismo, tais como, avanços científicos, novas estratégias da indústria do tabaco e acontecimentos no mundo.
Realização da solenidade oficial do Dia Mundial sem Tabaco.	31 de maio no auditório da Organização Pan-americana de Saúde em Brasília – DF, com o tema “Tabaco e Pobreza: um círculo vicioso”, proposto pela OMS, que alertou para o consumo de tabaco como um fator agravante da pobreza, da fome e da desnutrição e, assim, da ampliação das desigualdades entre pobres e ricos.
Organização e coordenação da Oficina de Trabalho “Construindo uma proposta de Sistema de Vigilância para o Controle do Tabaco no MERCOSUL”.	Em parceria com a Johns Hopkins School of Public Health/Institute for Global Tobacco Control, Organização Mundial de Saúde e Organização Pan-Americana de Saúde e contou com a participação de representantes dos países do MERCOSUL e Estados Associados.

Fonte: INCA (2004)

Quadro 7 - Participação em pesquisas e estudos - 2004

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
Análise dos dados e discussão dos resultados do Inquérito Domiciliar sobre Comportamentos de Risco e Morbidade Referida de Agravos não Transmissíveis.	Realizado pelo Instituto Nacional de Câncer em parceria com a Secretaria de Vigilância em Saúde, e lançamento dos resultados na publicação “Inquérito domiciliar de comportamentos de risco e morbidade referida de doenças e agravos não transmissíveis - Brasil, 15 capitais e Distrito Federal, 2002-2003” em meio impresso, na EXPOEPI de 2004, em Brasília e, na página do INCA.
Análise dos dados coletados e discussão dos resultados parciais do Inquérito de Tabagismo em Escolares (VIGESCOLA) no qual resultou na publicação “Vigescola: Vigilância de tabagismo em escolares.	Dados e fatos de 12 capitais brasileiras vol. 1”, em meio impresso e na página do INCA, no Dia Mundial sem Tabaco, em Brasília.
Desenvolvimento de projeto de pesquisa “Conhecimentos, atitudes e práticas de Legisladores Brasileiros sobre a Convenção-Quadro de Controle de Tabaco”.	
Participação no “Estudo de intervenção para prevenção ou redução do fumo em adolescentes escolares de uma cidade ao sul do Brasil”.	Desenvolvido pela Universidade Federal de Pelotas.
Participação na Oficina de Análise de dados epidemiológicos dos inquéritos em escolares com representantes da América Latina.	Realizado no Instituto Nacional de Salud Pública, em Cuernavaca, México e preparação de artigo científico sobre resultados obtidos em 13 cidades brasileiras e 11 cidades mexicanas em parceria com pesquisadores do México.

Fonte: INCA (2004)

Quadro 8 - Ações de Promoção da Cessação do Tabagismo - 2005

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
Realização de capacitações para Abordagem Intensiva do Fumante.	Para profissionais de saúde da Petrobrás nos estados da Bahia (2 capacitações), Rio de Janeiro (3 capacitações) e São Paulo (1 capacitação);
Apresentação da Portaria GM/MS nº 1.035/04.	Amplia o acesso à abordagem e tratamento do tabagismo para a rede de atenção básica e de média complexidade do SUS, em reunião da Comissão Intergestores Bipartite na Bahia.
Elaboração do Manual de Operações para preenchimento dos Instrumentos de Informação do Tratamento do Fumante no Sistema Único de Saúde;	
Participação em reuniões com ASCOM e Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde	Para definição do Fluxo de remessa de Manuais do Participante e Medicamentos para os municípios com unidades de saúde cadastradas para ofertar tratamento do fumante na rede SUS.
Recebimento de informações enviadas pelas Secretarias Estaduais de Saúde	Referentes a atendimento, manuais do participante e medicamentos para abordagem e tratamento do tabagismo;
Consolidação das informações enviadas pelas Secretarias Estaduais de Saúde por meio de planilhas.	Referentes a atendimento, manuais do participante e medicamentos para abordagem e tratamento do tabagismo.
Parceria técnica no atendimento ambulatorial do Hospital do Câncer.	No Tratamento de Fumantes do Hospital do Câncer I.

Fonte: INCA (2005)

Quadro 9 - Ações de Promoção de Ambientes Livres de Tabaco - 2005

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
Participação em capacitações para implantação de Módulo Ambientes Livres de Tabaco.	Nos estados: Rondônia (junho/2005) e Acre (julho/2005).
Participação em campanha de sensibilização da Vigilância Sanitária do Rio de Janeiro.	Para equipes técnicas;
Participação em Brasília de sensibilização nacional para a promoção de ambientes livres de tabaco.	Em parceria com a SVS e ANVISA, para a elaboração de propostas de atividades para o desenvolvimento das ações, nos estados (22 e 23 de setembro).
Participação na discussão do Decreto 2018/96 juntamente com a ANVISA, Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria Municipal da Saúde e Vigilância Sanitária do Município do Rio de Janeiro.	

Fonte: INCA (2005)

Quadro 10 – Legislação - 2005

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
Representação do Brasil nas discussões da organização da primeira Conferência das Partes (COP), durante a II Sessão do Grupo Intergovernamental Aberto sobre a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da OMS (Open Ended Intergovernmental Working Group on the WHO Framework Convention on Tobacco Control – IGWG).	Teve como objetivo principal aprofundar dois aspectos: a estrutura da futura secretaria da COP e as regras de financiamento.
Representação do Brasil no delineamento de estratégias para acelerar o processo de ratificação da Convenção-Quadro nos países do Mercosul.	Durante as duas reuniões da Comissão Intergovernamental para o Controle do Tabaco (CICT) no Mercosul.
Articulação de políticas intersetoriais.	Por meio da organização e coordenação de três reuniões da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro e seus Protocolos (CONICQ), com foco na mobilização em prol da ratificação da Convenção pelo Senado Federal.
Elaboração de subsídios para a criação de um projeto de lei do Executivo sobre a criação de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).	Sobre a importação e comercialização de produtos derivados do tabaco, para apoiar uma política agrícola de alternativas ao cultivo do fumo e as demais ações para o controle do tabagismo.
Representação do Ministério da Saúde nas audiências públicas realizadas pelo Senado Federal.	Em Irati (PR), Florianópolis (SC), Camaquã (RS) e Cruz das Almas (BA) de forma a instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003;
Apoio técnico à coordenação do município do Rio de Janeiro na definição de estratégias para a implantação do Projeto PAN 2007 Livre do Tabaco.	(prestado durante 15 reuniões)
Articulação com Ministério Público, Vigilâncias Sanitárias, Sindicatos de estabelecimentos e trabalhadores da área de entretenimento com vistas ao cumprimento da Lei 9.294/96.	Proíbe fumar em recintos fechados.
Organização e participação na Oficina para Promoção de Ambientes Livres do Tabaco.	Bares e restaurantes – Lei 9.294.
Elaboração de proposta de alteração do Decreto 2.018/96.	Que regulamenta a Lei 9.294/96.
Participação na pesquisa qualitativa “Conhecimentos, atitudes e práticas de Legisladores Brasileiros sobre a Convenção Quadro de Controle de Tabaco”.	

Fonte: INCA (2005)

Quadro 11 - Ações de Mobilização Social para a Ratificação da Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco pelo Brasil - 2005

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
Articulações políticas com Organizações Não Governamentais e Governamentais e instrumentalização da rede de parcerias.	Para fazerem pressão e manifestações nacionais de apoio à ratificação a CQ.
Agendamento junto aos assessores dos gabinetes de Deputados Federais e Senadores.	Para audiências das autoridades com a Direção do INCA.
Estabelecimento de parcerias, com Rede Tabaco Zero, Fetraf-Sul (Federação Nacional de Trabalhadores da Agricultura Familiar dos Estados do Sul), Deser (Departamento de Estudos Sócios Econômicos Rurais), CUT (Central Única dos Trabalhadores); Associação Médica Rio Grandense, Promotoria do Trabalho do Estado do Paraná, Caritas do Rio Grande do Sul/ Projeto Co-esperança e Coalizão Respirando Melhor - Belo Horizonte/MG, etc;	Objetivando entrelace político, para implementar acordos de comum interesse.
Participação no Seminário de Culturas Alternativas de Tabaco.	Realizado em Sobradinho/Rio Grande do Sul, realização do Projeto Co-esperança – Caritas;
Participação no Seminário da Fumicultura no Brasil em Curitiba/Paraná.	Realização da Fetraf-Sul/CUT/Deser.
Participação em todas as Audiências Públicas como mediadora da defesa da Convenção-Quadro, junto ao coordenador da mesa;	
Representação do Ministério da Saúde na Audiência Pública de Camaquã/RS e na Audiência Pública de Cruz das Almas;	
Contatos Telefônicos e Reuniões com Coordenadores Estaduais do Programa Nacional de Controle de Tabagismo e com representantes das Secretárias Estaduais de Saúde dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Bahia, localidades onde aconteceram as Audiências Públicas da Comissão de Agricultura do Senado Federal;	
Participação na reunião no Gabinete do Relator da matéria Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, da Comissão de Agricultura do Senado Federal, junto com os representantes dos Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Casa Civil e Relações Exteriores.	Para composição de acordo político, para viabilizar a ratificação da Convenção-Quadro pelo Brasil.
Aprimoramento do Disque Pare de Fumar.	Junto com o Departamento de Ouvidoria Geral do SUS, da Secretaria de Gestão Participativa.

Fonte: INCA (2005)

Quadro 12 - Ações de Promoção de Cessação do Tabagismo - 2006

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
Consolidação das informações enviadas Pelas Secretarias estaduais de Saúde referentes a atendimento, manuais do participante e medicamentos para abordagem e tratamento do tabagismo;	
Parceria técnica no atendimento ambulatorial do tratamento do fumante do Hospital do Câncer I;	
Participação na capacitação de Profissionais de Saúde para Abordagem Intensiva ao Fumante.	Em Rondônia e Maranhão.
Capacitação dos estudantes de enfermagem do INCA, para a abordagem mínima do fumante;	
Capacitação de equipes da Petrobrás para a abordagem intensiva do fumante.	
Participação no Encontro de Avaliação das Unidades de Saúde que atendem ao fumante no Estado do Paraná;	
Realização da 1ª e 2ª etapa da Pesquisa de Avaliação da Efetividade do Serviço.	DISQUE PARE DE FUMAR:- janeiro e setembro.

Fonte: INCA (2006)

Quadro 13 - Ações de Promoção de Ambientes Livres de Fumo - 2006

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
Participação em cinco encontros macroregionais de capacitação para a Promoção de Ambientes Livres de Fumo das Vigilâncias Sanitárias Estaduais e Municipais para cumprimento da Lei Federal 9294/96 (fiscalização e aplicação de penalidades), em parceria com a ANVISA, SVS, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, e Vigilância Sanitárias Estaduais e Municipais.	Realizadas em João Pessoa, Rio de Janeiro, Belém, Campo Grande e Curitiba.
Participação da Capacitação para a Promoção de Ambientes Livres de Fumo.	Realizado nas seguintes empresas: Petrobrás, Metrô, FIOCRUZ, UFF e DETRAN.
Consolidação das informações enviadas pelas Secretarias Estaduais de Saúde das Unidades de Saúde e empresas capacitadas para implantação das ações de Ambiente livre de Fumo e conseqüente envio de materiais educativos para implementação dessas ações;	
Participação de reunião para apoio técnico e parceria com a SMS/RJ para a implantação do projeto PAN 2007 Livre de Tabaco, com apoio da ANVISA;	
Participação em estudo da Agência Internacional para a Pesquisa sobre o Câncer (IARC).	Em conjunto com a Organização Mundial da Saúde (OMS) visando avaliar a qualidade do ar em ambientes fechados, preferencialmente em bares e restaurantes.
Participação no Grupo de Trabalho (GT) Técnico Assessor para elaboração do regulamento técnico sobre o funcionamento das salas nos recintos coletivos, privados ou públicos.	Destinadas exclusivamente para o uso de cigarros, cigarilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno derivado do tabaco, organizado pela ANVISA.

Fonte: INCA (2006)

Quadro 14 - Ações nas Escolas - Programa Saber Saúde - 2006

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
Sensibilização e capacitação de 334 novas escolas para a implantação do Programa Saber Saúde;	
Reunião com SVS (Secretaria de Vigilância Sanitária) e CGPAN (Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição).	Para elaboração conjunta do módulo de Alimentação do Programa Saber Saúde.
Realização de oficinas preparatórias com MEC e apresentação introdutória do Saber Saúde.	Na grade do programa TV Escola e Salto para o Futuro..
Capacitação para implantação e avaliação do Saber Saúde.	Nos estados de Rondônia, Tocantins, Minas Gerais e Santa Catarina.
Participação na Oficina de Trabalho sobre Promoção da Saúde nas Escolas.	

Fonte: INCA (2006)

Quadro 15 - Ações da Secretaria Executiva (INCA) da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro (CONIQ) - 2006

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
Reunião no Itamaraty para definir posição do governo Brasileiro para a I COP (Conferência das Partes).	Fevereiro em Brasília e participação na 1ª Reunião da COP (Conferência das Partes), 06 a 17 de fevereiro em Genebra.
Participação nas 10º, 11º e 14º Reunião da Comissão Nacional para Implementação da Convenção Quadro (CONICQ) para Controle do Tabaco.	Em Brasília respectivamente 17/18 de janeiro, 11 de abril e 21 de novembro.
Participação nas 12º e 13º Reunião da CONICQ – 2ª Oficina “Construindo uma Agenda de Estado para o cumprimento da Convenção- Quadro para Controle do Tabaco”.	Respectivamente junho e julho- RJ.
Participação na “3ª Reunião de Experts da Convenção Quadro para Controle do Tabaco”.	Organizada pela OMS, Outubro –Canadá.
Reunião para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco na Agenda de Estado/PPA 2008-2011 e organização da “1ª Reunião do Grupo de Estudos Ad Hoc da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.	Sobre Alternativas Agrícolas à Produção de Fumo da OMS” – Outubro Brasília.
Reuniões da CICT (Comissão Intergovernamental para o Controle do Tabaco).	Coordenação Saúde MERCOSUL: março, junho, setembro, outubro, novembro (Brasília).
Participação na Oficina da ABRASCO “A Saúde no Mercosul - estágio atual perspectivas de integração e desafios”.	Agosto – RJ.
Realização de Palestra em Plenária sobre a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco.	Realizada na XVII Reunião Ordinária do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) - Julho – Brasília.

Fonte: INCA (2006)

Quadro 16 - Ações de Mobilização Social para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco pelo Brasil - 2006

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
Participação no Seminário “O futuro da Fumicultura no Brasil”.	Organizado pela FETRAF-SUL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul) – julho - Paraná.
2a. Reunião de Experts para Elaboração de um Protocolo sobre Publicidade de Tabaco Transfronteiriça.	15 a 19 de Novembro/2006 – Índia.
1a. Reunião Global da Juventude na Saúde (GYM 2006).	14 a 19 de Novembro/2006 – Índia.
Elaboração e entrevistas para a Coluna Perfil do Boletim Eletrônico Por um Mundo sem tabaco;	
16º Seminário Estadual de Alternativas à Cultura do Fumo.	Em Santa Maria/RS organizado pelo Projeto Esperança.
Mobilização de Jovens no Controle do Tabaco.	Em São Paulo, organizado pela Sociedade Paulista de Oncologia Clínica.

Fonte: INCA (2006)

Quadro 17 - Vigilância em Tabagismo - 2007

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
O INCA é um dos centros colaboradores para o controle do tabaco da Organização Mundial da Saúde (OMS). Dentre as ações de vigilância do tabagismo realizadas pelo INCA destacam-se os inquéritos seriados entre escolares de 13 a 15 anos e entre universitários da área da saúde.	Neste ano foram realizados dois inquéritos escolares: um em Palmitos e outro no Vale do Itajaí, cidades de Santa Catarina. O estudo de vigilância do tabagismo entre universitários da área da saúde foi realizado no Rio de Janeiro e em Juiz de Fora, Minas Gerais, com os alunos dos cursos de Medicina, Farmácia, Odontologia e Enfermagem. Em João Pessoa, na Paraíba, este estudo foi realizado também nos cursos de Administração, Arquitetura, Direito, Engenharia Mecânica e Letras.
Foi proposta uma alteração da Lei Federal 9294/96, visando o pleno cumprimento da lei e a fiscalização nesses ambientes. A proposta foi incluída pelo Ministério da Saúde dentro do Programa Mais Saúde.	Neste ano, o destaque foi a promoção dos ambientes livres de fumo, fundamentais para proteger a população em geral, principalmente os trabalhadores, da poluição causada pela fumaça derivada dos produtos do tabaco em ambientes fechados.
O INCA coordena ações de Promoção da Cessação do Tabagismo, que incluem, desde 2002, o tratamento de fumantes na rede do Sistema Único de Saúde (SUS).	A medicação é disponibilizada pelo Ministério da Saúde para os municípios que contam com unidades de saúde credenciadas para esse fim. Em 2007, 428 unidades de saúde localizadas em 325 municípios atenderam 42.813 pessoas. Destas, 41,8% deixaram de fumar.
O Saber Saúde, que faz parte do Programa Nacional de Controle do Tabagismo, é inserido na rotina escolar e pode ser explorado sob as óticas de diferentes assuntos (saúde, ecologia, cidadania, história, economia) e matérias do currículo escolar.	Dados acumulados até 2007: 13.851 escolas 117.053 professores 2.342.058 alunos atingidos pelo Programa Saber Saúde.
Em 2007, o Ministério da Saúde publicou os resultados de uma pesquisa telefônica, o	A pesquisa encontrou uma prevalência do tabagismo de 16,4% em pessoas com 18 anos ou

Vigitel, realizada em todo o país.	mais.
No dia 29 de agosto, Dia Nacional de Combate ao Fumo, o INCA, com o apoio da Fundação Vale, lançou o projeto “Rádio INCA – Informação e Saúde”.	O primeiro programa falou sobre o tabagismo e a importância de parar de fumar. O lançamento na rádio Saara, no Rio de Janeiro, contou com uma entrevista exclusiva com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão.
Dia Mundial sem Tabaco O tema Tabagismo Passivo, definido pela OMS, deu o tom da comemoração em todo o Brasil e no mundo.	O INCA produziu cartazes e folhetos com o alerta de que não fumantes expostos à fumaça do cigarro correm o risco de serem afetados por doenças comuns a fumantes, podendo até mesmo morrer em decorrência delas. Também foi criada a Rede Ibero-Americana para o Controle do Tabagismo, envolvendo países da América Latina, Portugal e Espanha. O objetivo da rede é a troca de experiências governamentais bem sucedidas no controle do tabagismo. É a primeira vez que esses países contarão com uma rede de intercâmbio de experiências governamentais.

Fonte: INCA (2007)

Quadro 18 - Controle do Tabagismo - 2008

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
Saber Saúde	dados acumulados até 2008, de 14.280 escolas, 120.284 professores e 2.389.126 alunos atingidos pelo programa.
Além da prestação de atendimento ambulatorial do tratamento do fumante no Hospital do Câncer I, o INCA em 2008, realizou em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos estratégicos do Ministério da Saúde a “Oficina para aperfeiçoamento do processo de implantação do tratamento do tabagismo no SUS”, em Brasília.	foi enviado material para 15 Unidades da Federação para a capacitação de 4.868 profissionais de saúde, apresentando uma variação de 65% em relação ao ano anterior.

Fonte: INCA (2008)

Quadro 19 - Advertências sanitárias dos produtos derivados do tabaco - 2008

Pesquisa/Estudo/Ação	Objetivo/Descrição/Complemento
Finalização do "PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DAS NOVAS IMAGENS E ADVERTÊNCIAS IMPRESSAS NOS MAÇOS DE CIGARRO" em parceria com UFRJ, ANVISA, UFF e PUC-Rio;	<ul style="list-style-type: none"> · Lançamento das 10 imagens de advertências pelo Ministro da Saúde em 31 de maio; · Lançamento do Livro sobre advertências sanitárias brasileiras: "BRASIL - Advertências Sanitárias nos Produtos de Tabaco - 2009" - INCA. · Início do Projeto Internacional de Avaliação do Controle do Tabaco no Brasil – ITC BRAZIL, parte de um grande estudo mundial "The International Tobacco Control Policy Evaluation Project - ITC Project", coordenado pela Universidade de Waterloo no Canadá, financiada pela Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD.

Fonte: INCA (2008)

Quadro 20 - Ações do INCA como Secretária Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro (CONICQ) - 2008

Organização e participação de cinco reuniões da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ).

- Organização de três Seminários Abertos da CONICQ com representações da sociedade civil sobre os artigos 5.3.
- Análise dos documentos e elaboração de posicionamento da CONICQ e do relatório da 3ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.
- Organização das reuniões dos grupos de trabalho constituídos pela Conferência das Partes sobre os artigos 5.3, 9, 10 e 11 da Convenção-Quadro, ocorridas em março, em Brasília.
- Participação no 2º Encontro do Grupo de Estudos sobre Alternativas ao Cultivo do Tabaco economicamente sustentável - Cidade do México / México – em junho, da Organização Mundial da Saúde (OMS). Com o objetivo desenvolvimento de políticas voltadas para promoção de alternativas economicamente viáveis a produção de tabaco como parte da implantação da Convenção (artigos 17 e 18 da CQCT).
- Participação na “Reunião Regional de implementação da Convenção Quadro para Controle do Tabaco” – Peru/Lima – em setembro, da Organização Mundial da Saúde (OMS) / Organização Panamericana de Saúde (OPAS).
- Participação na 3ª Sessão da Conferência das Partes para o Controle do Tabaco (COP3), organizada pela Secretaria da Conferência das Partes da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (COP) / Organização Mundial da Saúde (OMS), em novembro, em Durban/África do Sul.

Fonte: INCA (2008)

Quadro 21 - Ações do INCA, como coordenador da Rede Ibero-Americana de Controle do Tabagismo (RIACT) - 2008

Organização do “Seminário da Rede Ibero-Americana de Controle do Tabagismo: Promoção de ambientes 100% livres da fumaça do tabaco”, em outubro, no Rio de Janeiro. O objetivo foi congregar representações nacionais e internacionais de governos e da sociedade civil organizada para discutir sobre esse tema, compartilhar experiências e construir propostas de medidas eficazes para proteger a população dos riscos do tabagismo passivo.

Fonte: INCA (2008)

Quadro 22 - Estudos relacionados com a Convenção-Quadro para o controle do tabaco - 2008

Avaliação das condições de saúde dos fumicultores de Paraíso do Sul - Parceria com a Coordenação Regional de Saúde do Trabalhador de Santa Maria e Secretaria Municipal de Saúde de Paraíso do Sul. Os resultados foram apresentados no município de Paraíso do Sul e divulgados no Congresso Mundial de Epidemiologia, realizado em setembro de 2008

em Porto Alegre.

Compreendendo o tabagismo entre estudantes Brasileiros. Uma abordagem

qualitativa e quantitativa - Pesquisa concluída nos municípios do Rio de Janeiro e Porto Alegre. Os resultados serão divulgados no Congresso Internacional de Tabagismo que será realizado na Índia em 2009.

Exposição ambiental à fumaça do tabaco em mulheres e crianças – Estudo multicêntrico em parceria com a *Johns Hopkins University*. Pesquisa concluída no Rio de Janeiro.

Captação de fumantes para tratamento especializado em residentes do

município do Rio de Janeiro: comparação de duas estratégias – Pesquisa realizada no metrô da cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: INCA (2004)

Quadro 23 - Vigilância ao Tabagismo - 2008

Vigilância do Tabagismo em Escolares (*Global Youth Tobacco Survey – GYTS*) no Brasil, conhecido por VIGESCOLA - No Brasil esse sistema teve início em 2002 e já foram realizados 27 inquéritos em 21 cidades.

Vigilância do Tabagismo em Universitários da Área da Saúde (*Global Health Professional Students Survey - GHPS*) - No Brasil esse sistema teve início em 2006 e já foram realizados 5 inquéritos em 5 cidades.

Vigilância do Tabagismo em Adultos (*Global Adult Tobacco Survey*) - Primeira pesquisa do gênero a ser realizada no país em parceria com o IBGE (PNAD 2008), SVS, ANVISA e FIOCRUZ.

Fonte: INCA (2008)

Quadro 24 - Principais Datas Institucionais

Data	Comemoração
31 de maio	Dia Mundial sem Tabaco
29 de agosto	Dia Nacional de Combate ao Fumo
27 de novembro	Dia Nacional de Combate ao Câncer

Fonte: INCA (2008)

Quadro 25: Principais Ações da ACTBR em 2007 – Divulgadas no Boletim da ACTBR

Principais Ações da ACTBR em 2007 – Divulgadas no Boletim da ACTBR, coluna ACT em Ação		
Tipo de Ação/Evento	Descrição	Boletim
Campanha	Não seja cúmplice da indústria do tabaco. Aceitar doações ou parcerias ajuda a vender mais cigarros!	<u>27</u> – 4/04/2007
Campanha	Seu corpo é sua casa. Não fume” – A ACT, junto com a Adesf.	<u>27</u> – 4/04/2007
Controle do Tabagismo ganha Ação Inédita	Tribunal de Justiça do Distrito Federal condenou a Souza Cruz, a agência de publicidade Olgivy e Conspiração Filmes a pagar o valor de R\$ 4.000.000,00 ao Fundo Federal de Direitos do Consumidor.	<u>27</u> – 4/04/2007
Seminário	Controle do Tabaco e a Sociedade Civil Organizada – Enxergando Além da Ponta do Iceberg. São Paulo.	<u>28</u> – 27/07/2007
Participação em Campanha	“São Paulo Respirando Melhor”	29 – 24/08/2007
Lançamento de Blog	Vamos Parar – Lançado pela ACTBR em razão de muitos pedidos de pessoas interessadas em parar de fumar.	<u>30</u> – 25/09/2007
Campanha pela alteração da lei 9294/96	A ACTBR trabalhou na busca de adesões institucionais de organizações para apoiar ações, com o objetivo de alinhar a legislação nacional sobre tabagismo passivo às diretrizes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.	<u>30</u> – 25/09/2007
Concurso de Vídeo	Promoveu o 1º concurso de vídeo da ACTBR, para estimular a participação da população na área do controle do tabagismo.	<u>30</u> – 25/09/2007
Enquete	Sobre cumprimento da lei que proíbe fumar em locais fechados. O que você acha mais importante: conscientizar a população, fiscalizar ou punir quem não cumpre a lei?	<u>30</u> – 25/09/2007
Enquete	Sobre as imagens dos maços de cigarros: se elas alertam o fumante e ajudam a parar de fumar ou não.	<u>32</u> – 3/12/2007
Campanha Publicitária	Contra o fumo em ambientes fechados. Com veiculação de comercial em cinemas, TV e rádios, anúncios em revista e distribuição de folhetos e outros materiais explicativos em bares e casas noturnas de São Paulo e Rio de Janeiro.	<u>33</u> – 28/12/2007
Enquete	Sobre uma decisão histórica da justiça, que condenou a Souza Cruz a indenizar familiares de fumante mortos em decorrência do tabagismo.	<u>33</u> – 28/12/2007

Fonte: Boletins ACT em Ação (2007), números 27 a 33.

Quadro 26: Principais Ações da ACTBR em 2008 – Divulgadas no Boletim da ACTBR

Principais Ações da ACTBR em 2008 – Divulgadas no Boletim da ACTBR, coluna ACT em Ação		
Tipo de Ação/Evento	Descrição	Boletim
Pesquisa	A Secretaria Municipal de Saúde do Recife, junto com a ACTBR, fez uma pesquisa sobre a qualidade do ar em estabelecimentos da indústria da hospitalidade, com a fiscalização de 15 casas, entre bares, restaurantes e boates.	34 – 31/01/2008
Fact-Sheets	A ACT está com um novo fact-sheet, sobre as estratégias mentirosas da indústria do tabaco, expostas em sentença judicial.	34 – 31/01/2008
Seminário na PUC/SP	Estratégias da indústria do tabaco: Uma história de manipulações. Promovido pela ACTBR em parceria com a Faculdade de Direito da PUC/SP, em 27 e 28 de fevereiro, na PUC/SP.	35 – 5/03/2008
Fact-Sheets	A ACTBR lança um novo fact-sheet, sobre a estratégia adotada no Canadá de desnormalizar a indústria do tabaco.	35 – 5/03/2008
Cooperação Técnica	O MS está com uma parceria de cooperação técnica com a OMS, com financiamento da Fundação Bloomberg, para execução de um diagnóstico de capacidade nacional no desenvolvimento e implementação de políticas eficazes para o controle do tabaco. Representante da ACTBR participou da primeira série de reuniões, para identificar os principais stakeholders envolvidos na questão do controle do tabagismo no país.	35 – 5/03/2008
Relatório da OMS e Fumódromos	A ACTBR ajudou a divulgar no Brasil o relatório da Organização Mundial da Saúde sobre controle do tabagismo, lançado no começo de fevereiro.	35 – 5/03/2008
Campanha de volta aos cinemas e em Salvador	O filme “Fumaça” da campanha “Qualquer Ambiente Fechado é Pequeno Demais para o Cigarro”, da ACTBR, voltou aos cinemas do Rio e de São Paulo, entre 14 e 20 de março.	36 – 31/03/2008
Carta Aberta à Abrasel	A ACTBR enviou uma carta à Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL – lamentando a posição que está adotando ao recomendar a desobediência à lei 9294/96, que proíbe o fumo em ambientes fechados.	36 – 31/03/2008
Reportagens	Março/2008 foi um mês marcante para a ACTBR, com excelentes reportagens sobre temas variados relacionados ao tabagismo, e que tiveram grande repercussão em todo o país.	36 – 31/03/2008
Palestras	A ACTBR realizou palestras em restaurantes e bares, para sensibilização para cumprimento da lei 9294/96, visando a adoção de ambientes 100% livres de fumo.	37 – 30/04/2008
Audiência pública	Representantes da ACTBR, participaram de audiência pública na Câmara Municipal para debater o projeto de lei que proíbe o fumo em ambientes fechados.	37 – 30/04/2008
ACTBR passa a integrar CONEN-SP	A ACTBR, por meio de sua diretora-executiva Paula Johns, passou a integrar, como representante da sociedade civil, o Conselho Estadual de Entorpecentes de São Paulo.	38 – 2/06/2008
ACT acompanha OMS	Dirigentes e técnicos da ACTBR, acompanharam a missão da OMS aos estados brasileiros. Também estiveram em Brasília na solenidade de entrega do diagnóstico de controle do tabagismo ao governo brasileiro.	38 – 2/06/2008
15 Anos InCor/OMS	A ACTBR participou, em São Paulo, ao lado de outras instituições de saúde, das comemorações dos 15 anos da parceria InCor/OMS e das celebrações pelo Dia Mundial Sem Tabaco.	38 – 2/06/2008

Fonte: Boletins ACT em Ação (2008), números 34 a 38.

Quadro 26: Principais Ações da ACTBR em 2008 – Divulgadas no Boletim da ACTBR (Continuação 1)

Principais Ações da ACTBR em 2008 – Divulgadas no Boletim da ACTBR, coluna ACT em Ação		
Tipo de Ação/Evento	Descrição	Boletim
I Fórum de Ambientes 100% Livre de Fumo	A ACTBR apoiou, junto com o INCA, o evento organizado pela prefeitura do Rio de Janeiro.	38 – 2/06/2008
Ambientes 100% Livre de Fumo	O representante da ACTBR em Belo Horizonte, esteve no gabinete do deputado estadual Tarcísio Caixeta, onde apresentou a proposta da ACTBR para uma legislação sobre ambientes 100% livres de fumo.	38 – 2/06/2008
Painéis sobre controle do tabagismo	A Vigilância Sanitária de Salvador preparou uma série de mesas redondas, para discutir os papéis dos diversos atores envolvidos no controle do tabagismo. A ACTBR apresentou dois painéis.	38 – 2/06/2008
Comemorações em Recife	A ACTBR apoiou os eventos, ao lado de outras instituições. Realizou Palestras sobre estratégias da indústria do tabaco, e sobre a campanha de mídia.	38 – 2/06/2008
Audiência pública em Brasília	A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública, para debater o PL que prevê o ressarcimento pela indústria tabagista, dos gastos com tratamento de doenças relacionadas ao tabagismo. A ACTBR participou do evento representando a sociedade civil e a apoiando a iniciativa do deputado.	39 – 2/07/2008
ACTBR em seminário em Recife	A ACTBR participou do III Seminário Municipal sobre Tabagismo, I Fórum Recife Livre de Fumo, e I Encontro de Comissões Executivas de Trabalhadores de Ambientes Livres de Fumo do Recife. Palestras sobre as Estratégias da Indústria Tabagista e as ações da ACTBR para a promoção de ambientes fechados livres de fumo.	39 – 2/07/2008
ACTBR no México	Representantes da ACTBR estiveram na Segunda Reunião do Grupo de Estudos da OMS para Alternativas Economicamente Sustentáveis ao Tabaco, realizada na Cidade do México.	39 – 2/07/2008
Campanha	Qualquer ambiente fechado é pequeno demais para o cigarro. A campanha da ACTBR recebe apoio dos mais variados veículos de mídia, em algumas capitais do Brasil.	39 – 2/07/2008
ACTBR em cerimônia em Nova York	A diretora-executiva da ACTBR, Paula Johns, foi convidada pela Iniciativa Bloomberg – que financia alguns dos projetos da ACTBR – para apresentar a cerimônia em que foi anunciado o investimento conjunto dos empresários Bill Gates e Michael Bloomberg, de 500 milhões de dólares no controle do tabagismo em todo o mundo.	40 – 5/08/2008
ACTBR premiada	A ACTBR recebeu um Certificado de Reconhecimento, assinado pela Dra. Margaret Chan, diretora geral da Organização Mundial da Saúde, “por sua excepcional contribuição ao controle do tabaco”.	40 – 5/08/2008
Seminário em Salvador	A ACTBR promoveu o seminário Alianças Estratégicas para o Controle do Tabagismo, encontro nacional voltado para o fortalecimento da sociedade civil para o controle do tabagismo.	41 – 5/09/2008
ACT lança manual	A ACTBR lançou a publicação “Ambientes de Trabalho Livres de Fumo – Manual para Tornar sua Empresa mais Produtiva, Segura e Saudável”.	41 – 5/09/2008
Seminário	Práticas, hábitos e comportamento no controle do tabagismo – Representante da ACTBR palestrou sobre a campanha “Qualquer ambiente fechado é pequeno demais para o cigarro”.	41 – 5/09/2008

Fonte: Boletins ACT em Ação (2008), números 38 a 41.

Quadro 26: Principais Ações da ACTBR em 2008 – Divulgadas no Boletim da ACTBR (continuação 2)

Principais Ações da ACTBR em 2008 – Divulgadas no Boletim da ACTBR, coluna ACT em Ação		
Tipo de Ação/Evento	Descrição	Boletim
ACT no Senado	representante da ACT em Brasília, Guilherme Eidt, esteve no gabinete da senadora Marina Silva, para sensibilizá-la a respeito do PL que altera a lei 9294/96, e conversou com seus assessores.	42 – 5/10/2008
Defesa do Decreto do Rio	A ACT requereu seu ingresso no processo de inconstitucionalidade do Decreto Municipal 29.384, de 12/05/08, como amicus curiae. A ACT defende a legalidade do decreto, questionada na Justiça pela Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (FNHRBS).	42 – 5/10/2008
Reuniões abertas da CONICQ	A ACT participou dos seminários abertos da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro, ocorridos em 22 e 23/09, no Rio de Janeiro.	42 – 5/10/2008
Reunião na Secretaria Nacional de Articulação Social	ACTBR se indignou com a declaração do presidente Lula de que “uso do fumo deve ser em qualquer lugar”, que está na contramão da história. No mesmo dia, a ACTBR mandou um pedido de reunião com o presidente e foi recebida, em 16/9, pelo secretário nacional de Articulação Social, ligada à Presidência da República.	42 - 5/10/2008
Audiência Pública na ALESP	A ACTBR foi ouvida em 14 de outubro, em A.P. na ALESP, a convite das Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde e Higiene, sobre o projeto de lei 577/2008, que proíbe totalmente o fumo em ambientes fechados.	43 - 4/11/2008
Protesto no Rio	A ACTBR organizou um protesto para repudiar o encontro internacional da indústria do tabaco.	43 - 4/11/2008
Análise das Medidas da CQCT	A ACTBR participou do Fórum Tabagismo – Responsabilidade Política e Social, no Rio de Janeiro, em 8/12, e lançou uma análise sobre a implementação da Convenção-Quadro no Brasil.	44 - 6/12/2008
COP 3	Participação da COP 3, realizada em Durban, África do Sul.	44 - 6/12/2008
Protesto em São Paulo	A ACTBR fez um protesto, em 11 de novembro, em frente à Assembleia Legislativa de São Paulo, no Ibirapuera em apoio à imediata aprovação do PL 577/2008 que proíbe totalmente o fumo em ambientes fechados.	44 - 6/12/2008

Fonte: Boletins ACT em Ação (2008), números 42 a 44.

Quadro 27: Principais Ações da ACTBR em 2009 – Divulgadas no Boletim da ACTBR

Principais Ações da ACTBR em 2009 – Divulgadas no Boletim da ACTBR, coluna ACT em Ação		
Tipo de Ação/Evento	Descrição	Boletim
Visita à Vigilância Sanitária do Rio	Representantes da ACTBR reuniram-se com representantes da Vigilância Sanitária do município do Rio de Janeiro. Denúncias sobre desrespeito ao decreto municipal que proíbe o fumo em locais fechados, sem exceções.	46 - 10/02/2009
ACTBR na CONICQ	A ACTBR reiterou seu pedido de participação na CONICQ, como consta do próprio texto do tratado.	46 - 10/02/2009
Congresso de Mumbai	Participou do 14º Congresso Mundial Tabagismo OU Saúde, realizado de 8 a 12 de abril, em Mumbai, Índia.	47 - 10/03/2009
Denúncia	Entrou com um pedido no MP/SP para coibição aos abusos cometidos pelos fabricantes de cigarros nas embalagens.	47 - 10/03/2009
Alerta às mulheres	ACTBR lançou um estudo inédito sobre o tabagismo e a saúde feminina.	47 - 10/03/2009
Reunião Visa SP	Reunião com a Vigilância Sanitária do Estado de SP, para tratar da fiscalização dos ambientes livres de fumo.	47 - 10/03/2009
Palestra no Cratod	Apresentação sobre a Convenção Quadro, os ambientes livres de fumo e a estratégias da indústria, no curso de capacitação do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas, do governo do estado de São Paulo.	47 - 10/03/2009
Palestra	Palestra no Rio Shopping, em Jacarepaguá, sobre ambientes livres de fumo.	47 - 10/03/2009
ACT preside CEPALT	A ACT foi eleita para a presidência do Comitê de Promoção de Ambientes Livres de Tabaco, de São Paulo.	48 - 09/04/2009
Municípios Saudáveis	Palestra sobre Ambientes livres do tabaco e os desafios para sua implementação, no curso "Implantação de Ambientes Livres de Tabaco e a Participação do Poder Legislativo", promovido pela Rede Municípios Saudáveis.	48 - 09/04/2009
Lei de ambientes livres de fumo	A equipe da ACTBR esteve no palácio do governo de São Paulo, para discutir questões relativas à implementação da lei de ambientes fechados livres de fumo no estado de SP, sancionada em 7 de maio.	49 - 12/05/2009
ACT homenageada	O Conselho Nacional de Entorpecentes – CONEN indicou a ACTBR para receber um Diploma de Honra ao Mérito pela Valorização da Vida.	49 - 12/05/2009
Dia Mundial do Tabaco	A ACTBR participou do seminário Advertências Sanitárias nos Maços de Cigarros – Defesa ou Afronta à Dignidade Humana, promovido pelo INCA, na PUC/RJ. Em Salvador participou de evento da Sec. de saúde. Em BH e Juiz de Fora, participou de um ciclo de palestras sobre tabagismo. Distribuiu material informativo para várias organizações do país e seus membros deram entrevistas para vários jornais, revistas e programas jornalísticos.	49 - 12/05/2009
Palestra	O Instituto Prevenir promoveu palestra, em 2 de junho, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná-campus em Cornélio Procopio-PR. Representante da ACTBR, fez uma apresentação sobre ambientes livres de fumo.	49 - 12/05/2009
Lei antifumo	Em 24 de junho, quando soube que o Juiz da 3ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, Valter Alexandre Mena, emitiu sentença suspendendo os efeitos da lei antifumo, a ACTBR emitiu nota oficial lamentando a decisão e acusando-o de prestar um desserviço à saúde pública e ocupacional do estado de São Paulo. Em 1º de julho, quando a sentença foi cassada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a ACTBR divulgou nova nota, apoiando a decisão. Diante da guerra das liminares, a ACTBR e o CEPALT enviaram uma carta aberta ao Tribunal de Justiça de São Paulo, expondo considerações do Juiz Valter Mena.	51 - 17/07/2009

Fonte: Boletins ACT em Ação (2009), números 46 a 51.

ANEXOS



Decreto nº 5.658, de 02 de Janeiro de 2006

Promulga a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, por meio do Decreto Legislativo nº 1.012, de 27 de outubro de 2005;

Considerando que o Governo brasileiro ratificou a citada Convenção em 3 de novembro de 2005;

Considerando que a Convenção entrou em vigor internacional em 27 de fevereiro de 2005, e entra em vigor para o Brasil em 1º de fevereiro de 2006;

Decreta :

Art. 1º A Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003, e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de janeiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Celso Luiz Nunes Amorim

CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO

Preâmbulo

As Partes desta convenção,

Determinadas a dar prioridade ao seu direito de proteção à saúde pública;

Reconhecendo que a propagação da epidemia do tabagismo é um problema global com sérias conseqüências para a saúde pública, que demanda a mais ampla cooperação internacional possível e a participação de todos os países em uma resposta internacional eficaz, apropriada e integral;

Tendo em conta a preocupação da comunidade internacional com as devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, econômicas e ambientais geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, em todo o mundo;

Seramente preocupadas com o aumento do consumo e da produção mundial de cigarros e outros produtos de tabaco, particularmente nos países em desenvolvimento, assim como o ônus que se impõe às famílias, aos pobres e aos sistemas nacionais de saúde;

Reconhecendo que a ciência demonstrou de maneira inequívoca que o consumo e a exposição à fumaça do tabaco são causas de mortalidade, morbidade e incapacidade e que as doenças relacionadas ao tabaco não se revelam imediatamente após o início da exposição à fumaça do tabaco e ao consumo de qualquer produto derivado do tabaco;

Reconhecendo ademais que os cigarros e outros produtos contendo tabaco são elaborados de maneira sofisticada de modo a criar e a manter a dependência, que muitos de seus compostos e a fumaça que produzem são farmacologicamente ativos, tóxicos, mutagênicos, e cancerígenos, e que a dependência ao tabaco é classificada separadamente como uma enfermidade pelas principais classificações internacionais de doenças;

Admitindo também que há evidências científicas claras de que a exposição pré-natal à fumaça do tabaco causa condições adversas à saúde e ao desenvolvimento das crianças;

Profundamente preocupadas com o elevado aumento do número de fumantes e outras formas de consumo de tabaco entre crianças e adolescentes em todo o mundo, particularmente com o fato de que se começa a fumar em idades cada vez menores;

Alarmadas pelo aumento do número de fumantes e de outras formas de consumo de tabaco por mulheres e meninas em todo o mundo e tendo presente a importância da participação plena das mulheres em todos os níveis de elaboração e implementação de políticas, bem como da necessidade de estratégias de controle específicas para cada gênero;

Profundamente preocupadas com o elevado número de fumantes e de outras formas de consumo do tabaco por membros de povos indígenas;

Seramente preocupadas com o impacto de todos os tipos de publicidade, promoção e patrocínio destinados a estimular o uso de produtos de tabaco;

Reconhecendo que uma ação cooperativa é necessária para eliminar todas as formas de tráfico ilícito de cigarros e de outros produtos de tabaco, incluídos contrabando, fabricação ilícita e falsificação;

Reconhecendo que o controle do tabaco em todos os níveis, e particularmente nos países em desenvolvimento e nos de economia em transição, requer recursos financeiros e técnicos suficientes e adequados às necessidades atuais e estimadas para as atividades de controle do tabaco;

Reconhecendo a necessidade de estabelecer mecanismos apropriados para enfrentar as conseqüências sociais e econômicas que, a longo prazo, surgirão com o êxito das estratégias de redução da demanda de tabaco;

Conscientes das dificuldades sociais e econômicas que podem gerar a médio e longo prazo os programas de controle do tabaco em alguns países em desenvolvimento ou com economias em transição, e reconhecendo suas necessidades por assistência técnica e financeira no contexto das estratégias de desenvolvimento sustentável formuladas no nível nacional;

Conscientes do valioso trabalho sobre controle do tabaco conduzido por vários Estados, destacando a liderança da Organização Mundial de Saúde, bem como os esforços de outros organismos e entidades do sistema das Nações Unidas e de outras organizações intergovernamentais internacionais e regionais no estabelecimento de medidas de controle do tabaco;

Enfatizando a contribuição especial de organizações não-governamentais e de outros membros da sociedade civil não vinculados à indústria do tabaco – incluindo as associações de profissionais da saúde, de mulheres, de jovens, de ambientalistas e de grupo de consumidores e instituições docentes e de atenção à saúde – às atividades de controle do tabaco no âmbito nacional e internacional, bem como a importância decisiva de sua participação nas atividades nacionais e internacionais de controle do tabaco;

Reconhecendo a necessidade de manter a vigilância ante qualquer tentativa da indústria do tabaco de minar ou desvirtuar as atividades de controle do tabaco, bem como a necessidade de manterem-se informadas sobre as atuações da indústria do tabaco que afetem negativamente às atividades de controle do tabaco;

Recordando o Artigo 12 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, pelo qual se declara que toda pessoa tem direito de gozar o mais elevado nível de saúde física e mental;

Recordando ainda o preâmbulo da Constituição da Organização Mundial de Saúde, que afirma que o gozo do mais elevado nível de saúde que se possa alcançar é um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, ideologia política, condição econômica ou social;

Determinadas a promover medidas de controle do tabaco fundamentadas em considerações científicas, técnicas e econômicas atuais e pertinentes;

Recordando que a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, adotada pela Assembléia Geral da ONU em 18 de dezembro de 1979, dispõe que os Estados Participantes daquela convenção devem tomar as medidas cabíveis para eliminar a discriminação contra as mulheres na área da atenção médica,

Recordando ademais que a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, dispõe que os Estados Participantes daquela convenção reconhecem o direito da criança de desfrutar o mais elevado nível possível de saúde,

Acordaram o seguinte:

PARTE I: INTRODUÇÃO

Artigo 1 Uso de termos

Para os fins da presente Convenção:

- (a) "comércio ilícito" é qualquer prática ou conduta proibida por lei, relacionada à produção, envio, recepção, posse, distribuição, venda ou compra, incluída toda prática ou conduta destinada a facilitar essa atividade;
- (b) "organização regional de integração econômica" é uma organização integrada por Estados soberanos, que transferiram àquela organização regional competência sobre uma diversidade de assuntos, inclusive a faculdade de adotar decisões de natureza mandatária para seus membros em relação àqueles assuntos;
- (c) "publicidade e promoção do tabaco" é qualquer forma de comunicação, recomendação ou ação comercial com o objetivo, efeito ou provável efeito de promover, direta ou indiretamente, um produto do tabaco ou o seu consumo;
- (d) "controle do tabaco" é um conjunto de estratégias direcionadas à redução da oferta, da demanda e dos danos causados pelo tabaco, com o objetivo de melhorar a saúde da população, eliminando ou reduzindo o consumo e a exposição à fumaça de produtos de tabaco;
- (e) "indústria do tabaco" é o conjunto de fabricantes, distribuidores atacadistas e importadores de produtos de tabaco;
- (f) "produtos de tabaco" são todos aqueles total ou parcialmente preparados com a folha de tabaco como matéria prima, destinados a serem fumados, sugados, mascarados ou aspirados;
- (g) "patrocínio do tabaco" é qualquer forma de contribuição a qualquer evento, atividade ou indivíduo com o objetivo, efeito ou possível efeito de promover, direta ou indiretamente, um produto do tabaco ou o seu consumo;

Artigo 2

Relação entre a presente Convenção e outros acordos e instrumentos jurídicos

1. Com vistas a melhor proteger a saúde humana, as Partes são estimuladas a implementar medidas que vão além das requeridas pela presente Convenção e de seus protocolos, e nada naqueles instrumentos impedirá que uma Parte imponha exigências mais rígidas, compatíveis com suas disposições internas e conforme ao Direito Internacional.

2. As disposições da Convenção e de seus protocolos em nada afetarão o direito das Partes de celebrar acordos bilaterais ou multilaterais, inclusive acordos regionais ou sub-regionais, sobre questões relacionadas à Convenção e seus protocolos ou adicionais a ela e seus protocolos, desde que esses acordos sejam compatíveis com as obrigações estabelecidas pela Convenção e seus protocolos. As Partes envolvidas deverão notificar tais acordos à Conferência das Partes, por intermédio da Secretaria.

PARTE II: OBJETIVO, PRINCÍPIOS NORTEADORES E OBRIGAÇÕES GERAIS

Artigo 3

Objetivo

O objetivo da presente Convenção e de seus protocolos é proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco.

Artigo 4

Princípios norteadores

Para atingir o objetivo da presente Convenção e de seus protocolos e para implementar suas disposições, as Partes serão norteadas, *inter alia*, pelos seguintes princípios:

1. Toda pessoa deve ser informada sobre as conseqüências sanitárias, a natureza aditiva e a ameaça mortal imposta pelo consumo e a exposição à fumaça do tabaco e medidas legislativas, executivas, administrativas e outras medidas efetivas serão implementadas no nível governamental adequado para proteger toda pessoa da exposição à fumaça do tabaco.

2. Faz-se necessário um compromisso político firme para estabelecer e apoiar, no âmbito nacional, regional e internacional, medidas multisetoriais integrais e respostas coordenadas, levando em consideração:

(a) a necessidade de tomar medidas para proteger toda pessoa da exposição à fumaça do tabaco;

(b) a necessidade de tomar medidas para prevenir a iniciação, promover e apoiar a cessação e alcançar a redução do consumo de tabaco em qualquer de suas formas;

(c) a necessidade de adotar medidas para promover a participação de pessoas e comunidades indígenas na elaboração, implementação e avaliação de programas de controle do tabaco que sejam social e culturalmente apropriados as suas necessidades e perspectivas; e

(d) a necessidade de tomar medidas, na elaboração das estratégias de controle do tabaco, que tenham em conta aspectos específicos de gênero.

3. Uma parte importante da Convenção é a cooperação internacional, especialmente no que tange à transferência de tecnologia, conhecimento e assistência financeira, bem como à prestação de assessoria especializada com o objetivo de estabelecer e aplicar programas eficazes de controle do tabaco, tomando em conta os fatores culturais, sociais, econômicos, políticos e jurídicos locais.

4. Devem ser adotadas, no âmbito nacional, regional e internacional, medidas e respostas multisetoriais integrais para reduzir o consumo de todos os produtos de tabaco, com vistas a prevenir, de conformidade com os princípios de saúde pública, a incidência das doenças, da incapacidade prematura e da mortalidade associadas ao consumo e a exposição à fumaça do tabaco.

5. As questões relacionadas à responsabilidade, conforme determinado por cada Parte dentro de sua jurisdição, são um aspecto importante para um amplo controle do tabaco.

6. Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição.

7. A participação da sociedade civil é essencial para atingir o objetivo da Convenção e de seus protocolos.

Artigo 5 Obrigações Gerais

1. Cada Parte formulará, aplicará e atualizará periodicamente e revisará estratégias, planos e programas nacionais multissetoriais integrais de controle do tabaco, de conformidade com as disposições da presente Convenção e dos protocolos aos quais tenha aderido.

2. Para esse fim, as Partes deverão, segundo as suas capacidades:

(a) estabelecer ou reforçar e financiar mecanismo de coordenação nacional ou pontos focais para controle do tabaco; e

(b) adotar e implementar medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas e cooperar, quando apropriado, com outras Partes na elaboração de políticas adequadas para prevenir e reduzir o consumo de tabaco, a dependência da nicotina e a exposição à fumaça do tabaco.

3. Ao estabelecer e implementar suas políticas de saúde pública relativas ao controle do tabaco, as Partes agirão para proteger essas políticas dos interesses comerciais ou outros interesses garantidos para a indústria do tabaco, em conformidade com a legislação nacional.

4. As Partes cooperarão na formulação de medidas, procedimentos e diretrizes propostos para a implementação da Convenção e dos protocolos aos quais tenham aderido.

5. As Partes cooperarão, quando apropriado, com organizações intergovernamentais internacionais e regionais e com outros órgãos competentes para alcançar os objetivos da Convenção e dos protocolos aos quais tenham aderido.

6. As Partes cooperarão, tendo em conta os recursos e os meios a sua disposição, na obtenção de recursos financeiros para a implementação efetiva da Convenção por meio de mecanismos de financiamento bilaterais e multilaterais.

PARTE III: MEDIDAS RELATIVAS À REDUÇÃO DA DEMANDA DE TABACO

Artigo 6 Medidas relacionadas a preços e impostos para reduzir a demanda de tabaco

1. As Partes reconhecem que medidas relacionadas a preços e impostos são meios eficazes e importantes para que diversos segmentos da população, em particular os jovens, reduzam o consumo de tabaco.

2. Sem prejuízo do direito soberano das Partes em decidir e estabelecer suas respectivas políticas tributárias, cada Parte levará em conta seus objetivos nacionais de saúde no que se refere ao controle do tabaco e adotará ou manterá, quando aplicável, medidas como as que seguem:

a) aplicar aos produtos do tabaco políticas tributárias e, quando aplicável, políticas de preços para contribuir com a consecução dos objetivos de saúde tendentes a reduzir o consumo do tabaco;

b) proibir ou restringir, quando aplicável, aos viajantes internacionais, a venda e/ou a importação de produtos de tabaco livres de imposto e livres de tarifas aduaneiras.

3. As Partes deverão fornecer os índices de taxação para os produtos do tabaco e as tendências do consumo de produtos do tabaco, em seus relatórios periódicos para a Conferência das Partes, em conformidade com o artigo 21.

Artigo 7

Medidas não relacionadas a preços para reduzir a demanda de tabaco

As Partes reconhecem que as medidas integrais não relacionadas a preços são meios eficazes e importantes para reduzir o consumo de tabaco. Cada Parte adotará e aplicará medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas eficazes necessárias ao cumprimento de suas obrigações decorrentes dos artigos 8 a 13 e cooperará com as demais Partes, conforme proceda, diretamente ou pelo intermédio dos organismos internacionais competentes, com vistas ao seu cumprimento. A Conferência das Partes proporá diretrizes apropriadas para a aplicação do disposto nestes artigos.

Artigo 8

Proteção contra a exposição à fumaça do tabaco

1. As Partes reconhecem que a ciência demonstrou de maneira inequívoca que a exposição à fumaça do tabaco causa morte, doença e incapacidade.

2. Cada Parte adotará e aplicará, em áreas de sua jurisdição nacional existente, e conforme determine a legislação nacional, medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas eficazes de proteção contra a exposição à fumaça do tabaco em locais fechados de trabalho, meios de transporte público, lugares públicos fechados e, se for o caso, outros lugares públicos, e promoverá ativamente a adoção e aplicação dessas medidas em outros níveis jurisdicionais.

Artigo 9

Regulamentação do conteúdo dos produtos de tabaco

A Conferência das Partes, mediante consulta aos organismos internacionais competentes, proporá diretrizes para a análise e a mensuração dos conteúdos e emissões dos produtos de tabaco, bem como para a regulamentação desses conteúdos e emissões. Cada Parte adotará e aplicará medidas legislativas, executivas e administrativas, ou outras medidas eficazes aprovadas pelas autoridades nacionais competentes, para a efetiva realização daquelas análises, mensuração e regulamentação.

Artigo 10

Regulamentação da divulgação das informações sobre os produtos de tabaco

Cada Parte adotará e aplicará, em conformidade com sua legislação nacional, medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas eficazes para exigir que os fabricantes e importadores de produtos de tabaco revelem às autoridades governamentais a informação relativa ao conteúdo e às emissões dos produtos de tabaco. Cada Parte adotará e implementará medidas efetivas para a divulgação ao público da informação sobre os componentes tóxicos dos produtos de tabaco e sobre as emissões que possam produzir.

Artigo 11

Embalagem e etiquetagem de produtos de tabaco

1. Cada Parte, em um período de três anos a partir da entrada em vigor da Convenção para essa Parte, adotará e implementará, de acordo com sua legislação nacional, medidas efetivas para garantir que:

(a) a embalagem e a etiquetagem dos produtos de tabaco não promovam produto de tabaco de qualquer forma que seja falsa, equivocada ou enganosa, ou que possa induzir ao erro, com respeito a suas características, efeitos para a saúde, riscos ou emissões, incluindo termos ou expressões, elementos descritivos, marcas de fábrica ou de comércio, sinais figurativos ou de outra classe que tenham o efeito, direto ou indireto, de criar a falsa impressão de que um determinado produto de tabaco é menos nocivo que outros. São exemplos dessa promoção falsa, equivocada ou enganosa, ou que possa induzir a erro, expressões como "low tar" (baixo teor de alcatrão), "light", "ultra light" ou "mild" (suave); e

(b) cada carteira unitária e pacote de produtos de tabaco, e cada embalagem externa e etiquetagem de tais produtos também contenham advertências descrevendo os efeitos nocivos do consumo do tabaco, podendo incluir outras mensagens apropriadas. Essas advertências e mensagens:

(i) serão aprovadas pela autoridade nacional competente;

(ii) serão rotativas;

- (iii) serão amplas, claras, visíveis e legíveis;
- (iv) ocuparão 50% ou mais da principal superfície exposta e em nenhum caso menos que 30% daquela superfície;
- (v) podem incluir imagens ou pictogramas.

2. Cada carteira unitária e pacote de produtos de tabaco, e cada embalagem externa e etiquetagem de tais produtos deverá conter, além das advertências especificadas no parágrafo 1(b) do presente Artigo, informações sobre os componentes e as emissões relevantes dos produtos de tabaco, tais como definidos pelas autoridades nacionais competentes.

3. Cada Parte exigirá que as advertências e a informação especificada nos parágrafos 1(b) e 2 do presente artigo figurem – em cada carteira unitária, pacote de produtos de tabaco, e em cada embalagem externa e etiquetagem de tais produtos – em seu idioma, ou em seus principais idiomas.

4. Para os fins deste Artigo, a expressão "embalagem externa e etiquetagem", em relação a produtos de tabaco, aplica-se a qualquer embalagem ou etiquetagem utilizadas na venda no varejo de tais produtos.

Artigo 12

Educação, comunicação, treinamento e conscientização do público

Cada Parte promoverá e fortalecerá a conscientização do público sobre as questões de controle do tabaco, utilizando, de maneira adequada, todos os instrumentos de comunicação disponíveis. Para esse fim, cada Parte promoverá e implementará medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas efetivas para promover:

- (a) amplo acesso a programas eficazes e integrais de educação e conscientização do público sobre os riscos que acarretam à saúde, o consumo e a exposição à fumaça do tabaco, incluídas suas propriedades aditivas;
- (b) conscientização do público em relação aos riscos que acarretam para a saúde o consumo e a exposição à fumaça do tabaco, assim como os benefícios que advém do abandono daquele consumo e dos estilos de vida sem tabaco, conforme especificado no parágrafo 2 do artigo 14;
- (c) acesso do público, em conformidade com a legislação nacional, a uma ampla variedade de informação sobre a indústria do tabaco, que seja de interesse para o objetivo da presente Convenção;
- (d) programas de treinamento ou sensibilização eficazes e apropriados, e de conscientização sobre o controle do tabaco, voltados para trabalhadores da área de saúde, agentes comunitários, assistentes sociais, profissionais de comunicação, educadores, pessoas com poder de decisão, administradores e outras pessoas interessadas;
- (e) conscientização e participação de organismos públicos e privados e organizações não-governamentais, não associadas à indústria do tabaco, na elaboração e aplicação de programas e estratégias intersetoriais de controle do tabaco; e
- (f) conscientização do público e acesso à informação sobre as conseqüências adversas sanitárias, econômicas e ambientais da produção e do consumo do tabaco;

Artigo 13

Publicidade, promoção e patrocínio do tabaco

1. As Partes reconhecem que uma proibição total da publicidade, da promoção e do patrocínio reduzirá o consumo de produtos de tabaco.

2. Cada Parte, em conformidade com sua Constituição ou seus princípios constitucionais, procederá a proibição total de toda forma de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco. Essa proibição compreenderá, em conformidade com o entorno jurídico e os meios técnicos de que disponha a Parte em questão, uma proibição total da publicidade, da promoção e dos patrocínios além-fronteira, originados em seu território. Nesse sentido, cada Parte adotará, em um prazo de cinco anos a partir da entrada em vigor da presente Convenção para essa Parte, medidas legislativas, executivas, administrativas e/ou outras medidas apropriadas e informará sobre as mesmas, em conformidade com o Artigo 21.

3. A Parte que não esteja em condições de proceder a proibição total devido às disposições de sua Constituição ou de seus princípios constitucionais aplicará restrições a toda forma de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco. Essas restrições compreenderão, em conformidade com o entorno jurídico e os meio

técnicos de que disponha a Parte em questão, a restrição ou proibição total da publicidade, da promoção e do patrocínio originados em seu território que tenham efeitos na além-fronteira. Nesse sentido, cada Parte adotará medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas apropriadas e informará sobre as mesmas em conformidade com o artigo 21.

4. No mínimo, e segundo sua Constituição ou seus princípios constitucionais, cada Parte se compromete a:

(a) proibir toda forma de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco, que promova um produto de tabaco por qualquer meio, que seja falso, equivocado ou enganoso ou que possa induzir ao erro, a respeito de suas características, efeitos para a saúde, riscos e emissões;

(b) exigir que toda publicidade de tabaco e, quando aplicável, sua promoção e seu patrocínio, venha acompanhada de advertência ou mensagem sanitária ou de outro tipo de mensagem pertinente;

(c) restringir o uso de incentivos diretos ou indiretos, que fomentem a compra de produtos de tabaco pela população;

(d) exigir, caso se não tenha adotado a proibição total, a divulgação para as autoridades governamentais competentes, de todos os gastos da indústria do tabaco em atividades de publicidade, promoção e patrocínios, ainda não proibidos. Essas autoridades poderão divulgar aquelas cifras, de acordo com a legislação nacional, ao público e à Conferência das Partes, de acordo com o Artigo 21;

(e) proceder, em um prazo de cinco anos, a proibição total ou, se a Parte não puder impor a proibição total em razão de sua Constituição ou de seus princípios constitucionais, à restrição da publicidade, da promoção e do patrocínio do tabaco no rádio, televisão, meios impressos e, quando aplicável, em outros meios, como a Internet;

(f) proibir ou, no caso de uma Parte que não possa fazê-lo em razão de sua Constituição ou de seus princípios constitucionais, restringir o patrocínio do tabaco a eventos e atividades internacionais e/ou a seus participantes;

5. As Partes são encorajadas a implementar medidas que vão além das obrigações estabelecidas no parágrafo 4.

6. As Partes cooperarão para o desenvolvimento de tecnologias e de outros meios necessários para facilitar a eliminação da publicidade de além-fronteira.

7. As Partes que tenham proibido determinadas formas de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco terão o direito soberano de proibir as formas de publicidade, promoção e patrocínio de além-fronteira de produtos de tabaco que entrem em seus respectivos territórios, bem como aplicar as mesmas penalidades previstas para a publicidade, promoção e patrocínio que se originem em seus próprios territórios, em conformidade com a legislação nacional. O presente parágrafo não apóia nem aprova nenhuma penalidade específica.

8. As Partes considerarão a elaboração de um protocolo em que se estabeleçam medidas apropriadas que requeiram colaboração internacional para proibir totalmente a publicidade, a promoção e o patrocínio de além-fronteira.

Artigo 14

Medidas de redução de demanda relativas à dependência e ao abandono do tabaco

1. Cada Parte elaborará e divulgará diretrizes apropriadas, completas e integradas, fundamentadas em provas científicas e nas melhores práticas, tendo em conta as circunstâncias e prioridades nacionais, e adotará medidas eficazes para promover o abandono do consumo do tabaco, bem como o tratamento adequado à dependência do tabaco.

2. Para esse fim, cada Parte procurará:

(a) criar e aplicar programas eficazes de promoção do abandono do consumo do tabaco em locais tais como as instituições de ensino, as unidades de saúde, locais de trabalho e ambientes esportivos;

(b) incluir o diagnóstico e o tratamento da dependência do tabaco, e serviços de aconselhamento para o abandono do tabaco em programas, planos e estratégias nacionais de saúde e educação, com a participação, conforme apropriado, de profissionais da área da saúde, agentes comunitários e assistentes sociais;

(c) estabelecer, nos centros de saúde e de reabilitação, programas de diagnóstico, aconselhamento, prevenção e tratamento da dependência do tabaco; e

(d) colaborar com outras Partes para facilitar a acessibilidade e exequibilidade dos tratamentos de dependência do tabaco, incluídos produtos farmacêuticos, em conformidade com o artigo 22. Esses produtos e seus componentes podem incluir medicamentos, produtos usados para administrar medicamentos ou para diagnósticos, quando apropriado.

PARTE IV: MEDIDAS RELATIVAS À REDUÇÃO DA OFERTA DE TABACO

Artigo 15

Comércio ilícito de produtos de tabaco

1. As Partes reconhecem que a eliminação de todas as formas de comércio ilícito de produtos de tabaco – como o contrabando, a fabricação ilícita, a falsificação – e a elaboração e a aplicação, a esse respeito, de uma legislação nacional relacionada e de acordos sub-regionais, regionais e mundiais são componentes essenciais do controle do tabaco.

2. Cada Parte adotará e implementará medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas efetivas para que todas as carteiras ou pacote de produtos de tabaco e toda embalagem externa de tais produtos tenham uma indicação que permita as Partes determinar a origem dos produtos do tabaco e, em conformidade com a legislação nacional e os acordos bilaterais ou multilaterais pertinentes, auxilie as Partes a determinar o ponto de desvio e a fiscalizar, documentar e controlar o movimento dos produtos de tabaco, bem como a determinar a situação legal daqueles produtos. Ademais, cada Parte:

(a) exigirá que cada carteira unitária e cada embalagem de produtos de tabaco para uso no varejo e no atacado, vendidos em seu mercado interno, tenham a declaração: "Venda autorizada somente em (inserir nome do país, unidade sub-nacional, regional ou federal)", ou tenham qualquer outra indicação útil em que figure o destino final ou que auxilie as autoridades a determinar se a venda daquele produto no mercado interno está legalmente autorizada; e

(b) examinará, quando aplicável, a possibilidade de estabelecer um regime prático de rastreamento e localização que conceda mais garantias ao sistema de distribuição e auxilie na investigação do comércio ilícito.

3. Cada Parte exigirá que a informação ou as indicações incluídas nas embalagens, previstas no parágrafo 2 do presente artigo, figurem em forma legível e/ou no idioma ou idiomas principais do país.

4. Com vistas a eliminar o comércio ilícito de produtos do tabaco, cada Parte:

(a) fará um monitoramento do comércio de além-fronteira dos produtos do tabaco, incluindo o comércio ilícito; reunirá dados sobre o mesmo e intercambiará informação com as autoridades aduaneiras, tributárias e outras autoridades, quando aplicável, e de acordo com a legislação nacional e os acordos bilaterais ou multilaterais pertinentes aplicáveis;

(b) promulgará ou fortalecerá a legislação, com sanções e recursos apropriados, contra o comércio ilícito de tabaco, incluídos a falsificação e o contrabando;

(c) adotará medidas apropriadas para garantir que todos os cigarros e produtos de tabaco oriundos da falsificação e do contrabando e todo equipamento de fabricação daqueles produtos confiscados sejam destruídos, aplicando métodos inócuos para o meio ambiente quando seja factível, ou sejam eliminados em conformidade com a legislação nacional;

(d) adotará e implementará medidas para fiscalizar, documentar e controlar o armazenamento e a distribuição de produtos de tabaco que se encontrem ou se desloquem em sua jurisdição em regime de isenção de impostos ou de taxas alfandegárias; e

(e) adotará as medidas necessárias para possibilitar o confisco de proventos advindos do comércio ilícito de produtos de tabaco.

5. A informação coletada em conformidade aos subparágrafos 4(a) e 4(d) do presente Artigo deverá ser transmitida, conforme proceda, pelas Partes de forma agregada em seus relatórios periódicos à Conferência das Partes, em conformidade com o Artigo 21.

6. As Partes promoverão, conforme proceda e segundo a legislação nacional, a cooperação entre os organismos nacionais, bem como entre as organizações intergovernamentais regionais e internacionais

pertinentes, no que se refere a investigações, processos e procedimentos judiciais com vistas a eliminar o comércio ilícito de produtos de tabaco. Prestar-se-á especial atenção à cooperação no nível regional e sub-regional para combater o comércio ilícito de produtos de tabaco.

7. Cada Parte procurará adotar e aplicar medidas adicionais, como a expedição de licenças, quando aplicável, para controlar ou regulamentar a produção e a distribuição dos produtos de tabaco, com vistas a prevenir o comércio ilícito.

Artigo 16

Venda a menores de idade ou por eles

1. Cada Parte adotará e aplicará no nível governamental apropriado, medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas efetivas para proibir a venda de produtos de tabaco aos menores de idade, conforme determinada pela legislação interna, pela legislação nacional ou a menores de dezoito anos. Essas medidas poderão incluir o seguinte:

(a) exigir que todos os vendedores de produtos de tabaco coloquem, dentro de seu ponto de venda, um indicador claro e proeminente sobre a proibição de venda de tabaco a menores e, em caso de dúvida, exijam que o comprador apresente prova de ter atingido a maioridade;

(b) proibir que os produtos de tabaco à venda estejam diretamente acessíveis como nas prateleiras de mercado ou de supermercado;

(c) proibir a fabricação e a venda de doces, comestíveis, brinquedos ou qualquer outro objeto com o formato de produtos de tabaco que possam ser atraentes para menores; e

(d) garantir que as máquinas de venda de produtos de tabaco em suas jurisdições não sejam acessíveis a menores e não promovam a venda de produtos de tabaco a menores.

2. Cada Parte proibirá ou promoverá a proibição da distribuição gratuita de produtos de tabaco ao público, e principalmente a menores.

3. Cada Parte procurará proibir a venda avulsa de cigarros ou em embalagens pequenas que tornem mais acessíveis esses produtos aos menores.

4. As Partes reconhecem que, a fim de torná-las mais eficazes, as medidas direcionadas a impedir a venda de produtos de tabaco a menores devem aplicar-se, quando aplicável, conjuntamente com outras disposições previstas na presente Convenção.

5. Ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar a presente Convenção ou a ela aderir, ou em qualquer momento posterior, toda Parte poderá indicar mediante declaração escrita que se compromete a proibir a introdução de máquinas de venda de produtos de tabaco em sua jurisdição ou, quando cabível, a proibir totalmente as máquinas de venda de produtos de tabaco. O Depositário distribuirá a todas as Partes da Convenção as declarações que se formulem em conformidade com o presente artigo.

6. Cada Parte adotará e implementará medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas eficazes, inclusive penalidades contra os vendedores e distribuidores, para garantir o cumprimento das obrigações contidas nos parágrafos 1 a 5 do presente Artigo.

7. Cada Parte deve adotar e aplicar, conforme proceda, medidas legislativas, executivas, administrativas ou outras medidas eficazes para proibir a venda de produtos de tabaco por pessoas abaixo da idade estabelecida pela lei interna, pela lei nacional ou por menores de dezoito anos.

Artigo 17

Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis

As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte.

PARTE V: PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Artigo 18

Proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas

Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente.

PARTE VI: QUESTÕES RELACIONADAS À RESPONSABILIDADE

Artigo 19 Responsabilidade

1. Para fins de controle do tabaco, as Partes considerarão a adoção de medidas legislativas ou a promoção de suas leis vigentes, para tratar da responsabilidade penal e civil, inclusive, conforme proceda, da compensação.
2. As Partes cooperarão entre si no intercâmbio de informação por meio da Conferência das Partes, de acordo com o Artigo 21, incluindo:
 - (a) informação, em conformidade com o parágrafo 3(a) do artigo 20, sobre os efeitos à saúde do consumo e da exposição à fumaça do tabaco; e
 - (b) informação sobre a legislação e os regulamentos vigentes, assim como sobre a jurisprudência pertinente.
3. As Partes, quando aplicável e segundo tenham acordado entre si, nos limites da legislação, das políticas e das práticas jurídicas nacionais, bem como dos tratados vigentes aplicáveis, prestar-se-ão ajuda reciprocamente nos procedimentos judiciais relativos à responsabilidade civil e penal, em conformidade com a presente Convenção.
4. A Convenção não afetará de nenhuma maneira os direitos de acesso das Partes aos tribunais umas das outras onde houver tais direitos, nem os limitará de modo algum.
5. A Conferência das Partes poderá considerar, se for possível em uma primeira etapa, tendo em conta os trabalhos em curso nos foros internacionais pertinentes, questões relacionadas à responsabilidade, inclusive enfoques internacionais apropriados de tais questões e meios idôneos para apoiar as Partes, quando assim a solicitarem, em suas atividades legislativas ou de outra índole em conformidade com o presente artigo.

PARTE VII: COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA E COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Artigo 20 Pesquisa, vigilância e intercâmbio de informação

1. As Partes se comprometem a elaborar e promover pesquisas nacionais e a coordenar programas de pesquisa regionais e internacionais sobre controle de tabaco. Com esse fim, cada Parte:
 - (a) iniciará, diretamente ou por meio de organizações intergovernamentais internacionais e regionais, e de outros órgãos competentes, pesquisas e avaliações que abordem os fatores determinantes e as consequências do consumo e da exposição à fumaça do tabaco e pesquisas tendentes a identificar cultivos alternativos; e
 - (b) promoverá e fortalecerá, com o apoio de organizações intergovernamentais internacionais e regionais e de outros órgãos competentes, a capacitação e o apoio destinados a todos os que se ocupem de atividades do controle de tabaco, incluídas a pesquisa, a execução e a avaliação.
2. As Partes estabelecerão, conforme proceda, programas para a vigilância nacional, regional e mundial da magnitude, padrões, determinantes e consequências do consumo e da exposição à fumaça do tabaco. Com esse fim, as Partes integrarão programas de vigilância do tabaco nos programas nacionais, regionais e mundiais de vigilância sanitária para que possam cotejar e analisar no nível regional e internacional, conforme proceda.
3. As Partes reconhecem a importância da assistência financeira e técnica das organizações intergovernamentais internacionais e regionais e de outros órgãos. Cada Parte procurará:
 - (a) estabelecer progressivamente um sistema nacional para a vigilância epidemiológica do consumo do tabaco e dos indicadores sociais, econômicos e de saúde conexos;
 - (b) cooperar com organizações intergovernamentais internacionais e regionais e com outros órgãos competentes, incluídos organismos governamentais e não-governamentais, na vigilância regional e mundial do tabaco e no intercâmbio de informação sobre os indicadores especificados no parágrafo 3(a) do presente artigo;

(c) cooperar com a Organização Mundial da Saúde na elaboração de diretrizes ou de procedimentos de caráter geral para definir a recopilação, a análise e a divulgação de dados de vigilância relacionados ao tabaco.

4. As Partes, em conformidade com a legislação nacional, promoverão e facilitarão o intercâmbio de informação científica, técnica, socioeconômica, comercial e jurídica de domínio público, bem como de informação sobre as práticas da indústria de tabaco e sobre o cultivo de tabaco, que seja pertinente para a presente Convenção, e ao fazê-lo terão em conta e abordarão as necessidades especiais das Partes que sejam países em desenvolvimento ou tenham economias em transição. Cada Parte procurará:

(a) estabelecer progressivamente e manter um banco de dados atualizado das leis e regulamentos sobre o controle do tabaco e, conforme proceda, de informação sobre sua aplicação, assim como da jurisprudência pertinente, e cooperar na elaboração de programas de controle do tabaco no âmbito regional e mundial;

(b) compilar progressivamente e atualizar dados procedentes dos programas nacionais de vigilância, em conformidade com o parágrafo 3(a) do presente artigo; e

(c) cooperar com organizações internacionais competentes para estabelecer progressivamente e manter um sistema mundial com o objetivo de reunir regularmente e difundir informação sobre a produção e a fabricação do tabaco e sobre as atividades da indústria do tabaco que tenham repercussões para a presente Convenção ou para as atividades nacionais de controle de tabaco.

5. As Partes deverão cooperar com as organizações intergovernamentais regionais e internacionais e com as instituições financeiras e de desenvolvimento a que pertençam, a fim de fomentar e apoiar a provisão de recursos financeiros ao Secretariado para que este possa dar assistência às Partes, que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, a cumprir com seus compromissos de vigilância, pesquisa e intercâmbio de informação.

Artigo 21

Apresentação de relatórios e intercâmbio de informação

1. Cada Parte apresentará à Conferência das Partes, por meio da Secretaria, relatórios periódicos sobre a implementação da presente Convenção, que deverão incluir o seguinte:

(a) informação sobre as medidas legislativas, executivas, administrativas ou de outra índole adotadas para aplicar a presente Convenção;

(b) informação, quando aplicável, sobre toda limitação ou obstáculo encontrados na aplicação da presente Convenção, bem como sobre as medidas adotadas para superá-los;

(c) informação, quando aplicável, sobre a ajuda financeira ou técnica fornecida ou recebida para as atividades de controle do tabaco;

(d) informação sobre a vigilância e pesquisa especificadas no Artigo 20; e

(e) informações conforme especificadas nos Artigos 6.3, 13.2, 13.3, 13.4(d), 15.5 e 19.2.

2. A frequência e a forma de apresentação desses relatórios das Partes serão determinados pela Conferência das Partes. Cada Parte elaborará seu primeiro relatório no período dos dois anos que seguem a entrada em vigor da Convenção para aquela Parte.

3. A Conferência das Partes, em conformidade com os Artigos 22 e 26, considerará, quando solicitada, mecanismos para auxiliar as Partes, que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, a cumprir as obrigações estipuladas no presente.

d. A apresentação de relatórios e o intercâmbio de informações, previstos na presente Convenção, estarão sujeitos à legislação nacional relativa à confidencialidade e à privacidade. As Partes protegerão, segundo decisão de comum acordo, toda informação confidencial que seja intercambiada.

Artigo 22

Cooperação científica, técnica e jurídica e prestação de assistência especializada

1. As Partes cooperarão diretamente ou por meio de organismos internacionais competentes a fim de fortalecer sua capacidade em cumprir as obrigações advindas da presente Convenção, levando em conta as necessidades das Partes que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição. Essa cooperação promoverá a transferência de conhecimentos técnicos, científicos e jurídicos especializados, e de

tecnologia, segundo decidido de comum acordo, com o objetivo de estabelecer e fortalecer estratégias, planos e programas nacionais de controle de tabaco direcionadas, entre outras, ao seguinte:

- (a) facilitar o desenvolvimento, a transferência e a aquisição de tecnologia, conhecimento, habilidades, capacidade e competência técnica, relacionados ao controle do tabaco;
- (b) prestar assistência técnica, científica, jurídica ou de outra natureza para estabelecer e fortalecer as estratégias, planos e programas nacionais de controle do tabaco, visando a implementação da presente Convenção por meio de, dentre outras, o que segue:
 - (i) ajuda, quando solicitado, para criar uma sólida base legislativa, assim como programas técnicos, em particular programas de prevenção à iniciação, promoção da cessação do tabaco e proteção contra a exposição à fumaça do tabaco;
 - (ii) ajuda, quando aplicável, aos trabalhadores do setor do tabaco para desenvolver, de maneira economicamente viável, meios alternativos de subsistência, apropriados, que sejam economicamente e legalmente viáveis;
 - (iii) ajuda, quando aplicável, aos produtores agrícolas de tabaco para efetuar a substituição da produção para cultivos alternativos, de maneira economicamente viável;
- (c) apoiar programas de treinamento e sensibilização apropriados, para as pessoas pertinentes envolvidas, em conformidade com o Artigo 12;
- (d) fornecer, quando aplicável, material, equipamento e suprimentos necessários, assim como apoio logístico, para as estratégias, planos e programas de controle do tabaco;
- (e) identificar métodos de controle do tabaco, incluindo tratamento integral da dependência à nicotina; e
- (f) promover, quando aplicável, pesquisa para tornar economicamente mais acessível o tratamento integral à dependência da nicotina.

2. A Conferência das Partes promoverá e facilitará a transferência de conhecimento técnico, científico e jurídico especializado e de tecnologia, com apoio financeiro garantido, em conformidade ao Artigo 26.

PARTE VIII: MECANISMOS INSTITUCIONAIS E RECURSOS FINANCEIROS

Artigo 23

Conferência das Partes

1. A Conferência das Partes fica estabelecida por meio do presente artigo. A primeira sessão da Conferência será convocada pela Organização Mundial de Saúde, ao mais tardar, um ano após a entrada em vigor da presente Convenção. A Conferência determinará em sua primeira sessão o local e a datas das sessões subsequentes, que se realizarão regularmente.
2. Sessões extraordinárias da Conferência das Partes realizar-se-ão nas ocasiões em que a Conferência julgar necessário, ou mediante solicitação por escrito de alguma Parte, sempre que, no período de seis meses seguintes à data em que a Secretaria da Convenção tenha comunicado às Partes a solicitação e um terço das Partes apóiem aquela realização da sessão.
3. A Conferência das Partes adotará por consenso seu Regulamento Interno, em sua primeira sessão.
4. A Conferência das Partes adotará por consenso suas normas de gestão financeira, que também se aplicarão sobre o financiamento de qualquer órgão subsidiário que venha a ser estabelecido, bem como as disposições financeiras que regularão o funcionamento da Secretaria. A cada sessão ordinária, adotará um orçamento, para o exercício financeiro, até a próxima sessão ordinária.
5. A Conferência das Partes examinará regularmente a implementação da Convenção, tomará as decisões necessárias para promover sua aplicação eficaz e poderá adotar protocolos, anexos e emendas à Convenção, em conformidade com os Artigos 28, 29 e 33. Para tanto, a Conferência das Partes:

- (a) promoverá e facilitará o intercâmbio de informação, em conformidade com os Artigos 20 e 21;

- (b) promoverá e orientará o estabelecimento e aprimoramento periódico de metodologias comparáveis para pesquisa e coleta de dados, além daquelas previstas no Artigo 20, que sejam relevantes para a implementação da Convenção;
- (c) promoverá, quando aplicável, o desenvolvimento, a implementação e a avaliação das estratégias, planos e programas, assim como das políticas, legislação e outras medidas;
- (d) considerará os relatórios apresentados pelas Partes, em conformidade com o Artigo 21, e adotará relatórios regulares sobre a implementação da Convenção;
- (e) promoverá e facilitará a mobilização de recursos financeiros para a implementação da Convenção, em conformidade com o Artigo 26;
- (f) estabelecerá os órgãos subsidiários necessários para alcançar o objetivo da Convenção;
- (g) requisitará, quando for o caso, os serviços, a cooperação e a informação, das organizações e órgãos das Nações Unidas, de outras organizações e órgãos intergovernamentais e não-governamentais internacionais e regionais competentes e pertinentes, como meio de fortalecer a aplicação da Convenção; e
- (h) considerará outras medidas, quando aplicável, para alcançar o objetivo da Convenção, à luz da experiência adquirida em sua implementação.

6. A Conferência das Partes estabelecerá os critérios para a participação de observadores em suas sessões.

Artigo 24 Secretaria

1. A Conferência das Partes designará uma secretaria permanente e adotará disposições para seu funcionamento. A Conferência das Partes procurará fazer isso em sua primeira sessão.
2. Até o momento em que uma secretaria permanente seja designada e estabelecida, as funções da secretaria da presente Convenção serão desempenhadas pela Organização Mundial de Saúde.
3. As funções de secretaria serão as seguintes:
 - (a) adotar disposições para as sessões da Conferência das Partes e para qualquer de seus órgãos subsidiários e prestar a estes os serviços necessários;
 - (b) transmitir os relatórios recebidos, em conformidade com a presente Convenção;
 - (c) oferecer apoio às Partes, em especial às que sejam países em desenvolvimento ou tenham economias em transição, quando for solicitado, para a compilação e a transmissão das informações requeridas, em conformidade com as disposições da Convenção;
 - (d) preparar relatórios sobre suas atividades no âmbito da presente Convenção, em conformidade com as orientações da Conferência das Partes, e submetê-los à consideração da Conferência das Partes;
 - (e) garantir, sob orientação da Conferência das Partes, a coordenação necessária, com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais e outros órgãos competentes;
 - (f) concluir, sob orientação da Conferência das Partes, arranjos administrativos ou contratuais que possam ser necessários para a execução eficaz de suas funções; e
 - (g) desempenhar outras funções de secretaria especificadas pela Convenção ou por seus protocolos e outras funções determinadas pela Conferência das Partes.

Artigo 25 Relação entre a Conferência das Partes e outras organizações intergovernamentais

Com a finalidade de fornecer cooperação técnica e financeira, para alcançar o objetivo da Convenção, a Conferência das Partes poderá solicitar a cooperação de organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes, inclusive das instituições de financiamento e de desenvolvimento.

Artigo 26 Recursos Financeiros

1. As Partes reconhecem o importante papel que têm os recursos financeiros para alcançar o objetivo da Convenção.
2. Cada Parte prestará apoio financeiro para suas atividades nacionais voltadas a alcançar o objetivo da Convenção, em conformidade com os planos, prioridades e programas nacionais.
3. As Partes promoverão, quando aplicável, a utilização de canais bilaterais, regionais, sub-regionais e outros canais multilaterais para financiar a elaboração e o fortalecimento de programas multisetoriais integrais de controle do tabaco, das Partes que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição. Devem ser abordados e apoiados, portanto, no contexto de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, alternativas economicamente viáveis à produção do tabaco, inclusive culturas alternativas.
4. As Partes representadas em organizações intergovernamentais regionais e internacionais e em instituições de financiamento e de desenvolvimento pertinentes incentivarão essas entidades a prestar assistência financeira às Partes, que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, para auxiliá-las no cumprimento de suas obrigações decorrentes da presente Convenção, sem limitar os direitos de participação naquelas organizações.
5. As Partes acordam o seguinte:
 - (a) com a finalidade de auxiliar as Partes no cumprimento das suas obrigações decorrentes da Convenção, devem ser mobilizados e utilizados, para o benefício de todas as Partes, e principalmente para os países em desenvolvimento ou com economias em transição, todos os recursos pertinentes, existentes ou potenciais, sejam eles financeiros, técnicos, ou de outra índole, tanto públicos quanto privados, que estejam disponíveis para atividades de controle do tabaco.
 - (b) a Secretaria informará as Partes, que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, quando for solicitado, sobre as fontes de financiamento disponíveis para facilitar a implementação de suas obrigações decorrentes da Convenção;
 - (c) A Conferência das Partes, em sua primeira sessão, examinará as fontes e mecanismos de assistência, potenciais e existentes, com base em estudo realizado pela Secretaria e em outras informações relevantes, e julgará sobre sua pertinência; e
 - (d) os resultados desse exame serão levados em conta pela Conferência das Partes ao determinar a necessidade de melhorar os mecanismos existentes ou ao estabelecer um fundo global de natureza voluntária ou outros mecanismos de financiamento, adequados a canalizar recursos financeiros adicionais, conforme necessário, às Partes que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição, a fim de auxiliá-las a alcançar os objetivos da Convenção.

PARTE IX: SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Artigo 27 Solução de Controvérsias

1. Na hipótese de surgir uma controvérsia entre duas ou mais Partes referente à interpretação ou aplicação da Convenção, as Partes envolvidas procurarão resolver a controvérsia por canais diplomáticos, por meio de negociação ou por alguma outra forma pacífica de sua escolha, como bons ofícios, mediação ou conciliação. O fato de não alcançar acordo mediante bons ofícios, mediação ou conciliação não eximirá as Partes na controvérsia da responsabilidade de continuar na busca de solução.
2. Ao ratificar, aceitar, aprovar ou confirmar oficialmente a Convenção, ou a ela aderir, ou em qualquer outro momento posterior, um Estado ou organização de integração econômica regional poderá declarar por escrito ao Depositário que, na hipótese de controvérsia não resolvida em conformidade com o parágrafo 1º do presente Artigo, aceita, como mandatária, a arbitragem ad hoc, em conformidade com os procedimentos que deverão ser adotados por consenso pela Conferência das Partes.
3. As disposições do presente Artigo aplicar-se-ão a todos os protocolos e às Partes nesses protocolos, salvo quando neles se dispuser o contrário.

PARTE X: DESENVOLVIMENTO DA CONVENÇÃO

Artigo 28

Emendas à presente Convenção

1. Qualquer Parte poderá propor emendas à presente Convenção. Essas emendas serão consideradas pela Conferência das Partes.
2. As emendas à Convenção serão adotadas pela Conferência das Partes. A Secretaria transmitirá às Partes o texto da proposta de emenda à Convenção, pelo menos seis meses antes da sessão proposta para sua adoção. A Secretaria também transmitirá as emendas propostas aos signatários da Convenção e, como informação, ao Depositário.
3. As Partes empenharão todos os esforços para alcançar um acordo por consenso sobre qualquer proposta de emenda à Convenção. Caso se esgotem todos os esforços para alcançar acordo por consenso, como último recurso, a emenda será adotada por maioria de três quartos das Partes presentes e votantes na sessão. Para os fins do presente Artigo, "Partes presentes e votantes" são aquelas Partes presentes e que votam a favor ou contra. A Secretaria comunicará toda emenda adotada ao Depositário, e este a fará chegar às Partes da presente Convenção para aceitação.
4. Os instrumentos de aceitação das emendas serão entregues ao Depositário. As emendas adotadas em conformidade ao parágrafo 3º do presente artigo entrarão em vigor, para aquelas Partes que a aceitaram, no nonagésimo dia após a data de recebimento pelo Depositário do instrumento de aceitação de pelo menos dois terços das Partes da Convenção.
5. A emenda entrará em vigor para as demais Partes no nonagésimo dia após a data em que a Parte entregar ao Depositário o instrumento de aceitação da referida emenda.

Artigo 29

Adoção e emenda de anexos desta Convenção

1. Os anexos da Convenção e emendas à Convenção serão propostos, adotados e entrarão em vigor em conformidade com o procedimento estabelecido no Artigo 28.
2. Os anexos da Convenção serão parte integral dela e, salvo expressamente disposto em contrário, uma referência à Convenção constituirá simultaneamente uma referência a seus anexos.
3. Nos anexos somente serão incluídos: listas, formulários e qualquer outro material descritivo relacionado com questões de procedimento e aspecto científicos, técnicos ou administrativos.

PARTE XI: DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30

Reservas

Não se poderão fazer reservas à presente Convenção.

Artigo 31

Denúncia

1. Em qualquer momento após um prazo de dois anos, a partir da data de entrada em vigor da Convenção para uma Parte, essa Parte poderá denunciar a Convenção, por meio de prévia notificação por escrito ao Depositário.
2. A denúncia terá efeito um ano após a data em que o Depositário receber a notificação de denúncia, ou em data posterior, conforme especificado na notificação de denúncia.
3. Considerar-se-á que a Parte que denunciar a Convenção também denuncia todo protocolo de que é Parte.

Artigo 32

Direito de Voto

1. Salvo o disposto no parágrafo 2º do presente artigo, cada Parte da Convenção terá um voto.
2. As organizações de integração econômica regional, nas questões de sua competência, exercerão seu direito de voto com um número de votos igual ao número de seus Estados Membros que sejam Partes da

Convenção. Essas organizações não poderão exercer seu direito de voto se um de seus Estados Membros exercer esse direito, e vice-versa.

Artigo 33 Protocolos

1. Qualquer Parte pode propor protocolos. Essas propostas serão examinadas pela Conferência das Partes.
2. A Conferência das Partes poderá adotar os protocolos da presente Convenção. Ao adotá-los, todos os esforços deverão ser empreendidos para alcançar consenso. Caso se esgotem todos aqueles esforços para alcançar acordo por consenso, como último recurso, o protocolo será adotado por maioria de três quartos dos votos das Partes presentes e votantes na sessão. Para os fins do presente Artigo, "Partes presentes e votantes" são aquelas Partes presentes e que votam a favor ou contra.
3. O texto de qualquer protocolo proposto será transmitido às Partes pela Secretaria, pelo menos seis meses antes da sessão proposta para sua adoção.
4. Somente as Partes da Convenção podem ser partes de um protocolo da Convenção.
5. Qualquer protocolo da Convenção será vinculante apenas para as partes do protocolo em questão. Somente as Partes de um protocolo poderão tomar decisões sobre questões exclusivamente relacionadas ao protocolo em questão.
6. Os requisitos para a entrada em vigor do protocolo serão estabelecidos por aquele instrumento.

Artigo 34 Assinatura

A presente Convenção estará aberta à assinatura de todos os Membros da Organização Mundial de Saúde, de todo Estado que não seja Membro da Organização Mundial de Saúde, mas que sejam membros das Nações Unidas, bem como de organizações de integração econômica regional, na sede da Organização Mundial da Saúde, em Genebra, de 16 de junho de 2003 a 22 de junho de 2003 e, posteriormente, na Sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, de 30 de junho de 2003 a 29 de junho de 2004.

Artigo 35 Ratificação, aceitação, aprovação, confirmação oficial ou adesão

1. A presente Convenção estará sujeita a ratificação, aceitação, aprovação ou adesão dos Estados, e a confirmação oficial ou adesão das organizações de integração econômica regional. A Convenção estará aberta a adesões a partir do dia seguinte à data em que ela ficar fechada à assinatura. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação, confirmação oficial ou adesão serão entregues ao Depositário.
2. As organizações de integração econômica regional que se tornem Partes da presente Convenção, sem que nenhum de seus Estados Membros o seja, ficarão sujeitas a todas as obrigações resultantes da Convenção. No caso das organizações que tenham um ou mais Estados Membros como Parte na Convenção, a organização e seus Estados Membros determinarão suas respectivas responsabilidades pelo cumprimento das obrigações resultantes da presente Convenção. Nesses casos, a organização e os Estados Membros não poderão exercer simultaneamente direitos conferidos pela presente Convenção.
3. As organizações de integração econômica regional expressarão, em seus instrumentos de confirmação oficial ou de adesão, o alcance de sua competência com respeito às questões regidas pela Convenção. Essas organizações, ademais, comunicarão ao Depositário toda modificação substancial no alcance de sua competência, e o Depositário as comunicará, por sua vez, a todas as Partes.

Artigo 36 Entrada em vigor

1. A presente Convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após a data da entrega ao Depositário do quadragésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação, confirmação oficial ou adesão.
2. Para cada Estado que ratifique, aceite, aprove ou adira à Convenção, após terem sido reunidas as condições para a entrada em vigor da Convenção descritas no parágrafo 1º acima, a Convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após a data de entrega ao Depositário do instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

3. Para cada organização de integração econômica regional que entregue ao Depositário instrumento de confirmação oficial ou de adesão à Convenção, após terem sido reunidas as condições para a entrada em vigor da Convenção descritas no parágrafo 1º acima, a Convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após a data de entrega ao Depositário do instrumento de confirmação oficial ou de adesão.

4. Para os fins do presente artigo, os instrumentos depositados por organização de integração econômica regional não devem ser considerados adicionais aos depositados por Estados-Membros dessa organização.

Artigo 37 Depositário

O Secretário-Geral das Nações Unidas será o Depositário da presente Convenção, de suas emendas e de seus protocolos e de seus anexos adotados em conformidade com os Artigos 28, 29 e 33.

Artigo 38 Textos Autênticos

O original da presente Convenção, cujos textos em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol são igualmente autênticos, deve ser depositado junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados para esse fim, firmam esta Convenção.

FEITO em GENEBRA aos 21 dias do mês de maio de dois mil e três.

II SEMINÁRIO DO FUMO VAI DISCUTIR O FUTURO DA FUMICULTURA NO BRASIL

| Imprimir |

29 de junho de 2006

As mudanças na conjuntura de produção de fumo no Brasil, a partir da adesão do país à convenção quadro e o problema dos baixos preços pagos aos fumicultores brasileiros pelas multinacionais que industrializam o tabaco, estará no centro das discussões do Seminário promovido pela Fetraf-Sul que vai reunir produtores, cooperativas, organizações não governamentais brasileiras e estrangeiras, associações, representantes da Organização Mundial da Saúde e o governo Federal nos dias 06 e 07 julho, no Salão Paroquial de São Mateus do Sul/PR

O II Seminário do Fumo pretende discutir além da convenção quadro para o controle do tabaco, o plano de diversificação das áreas cultivadas com fumo, mostrar experiências consolidadas de diversificação produtiva e debater sobre o mercado mundial e as estratégias das multinacionais do fumo. Enquanto que no mercado mundial está acontecendo uma redução na produção de fumo, no Brasil as indústrias vem incentivando a produção. Apesar de produzir fumo de qualidade, o agricultor brasileiro é um dos mais mal remunerados pelo trabalho. Segundo dados do Sindifumo de São Paulo, no Brasil, a indústria vem pagando R\$ 45,00 pela arroba, contra R\$ 203,25 pago nos Estados Unidos, R\$ 338,70 na Europa e R\$ 609,60 no Japão. Os baixos preços têm gerado crise nas economias regionais, estagnam o comércio e levaram os fumicultores ao endividamento.

O excessivo numero de classes em que a industria pode enquadrar o produto é uma das causas da queda nos preços pagos aos agricultores familiares, ameaçando a sobrevivência de 200 mil famílias no país. " É urgente que o Ministério da Agricultura reedite a portaria que estabelece as classificações que devem ser usadas pela indústria", afirma o coordenador da Fetraf -Sul Altemir Tortelli. A Fetraf- Sul defende a existência de 16 classes; a Afubra, quer 32 e a indústria, o aumento das atuais 48 para 60 classes.

Outro fator está relacionado com a indisponibilidade dos créditos de ICMS, decretada pelo Governo Rigotto, no RS e que produziu reflexos em todo o Sul do país. " Usando este pretexto, as fumageiras pagam menos pelo fumo e assim acumulam em 2 anos mais de R\$ 1,28 bilhões", denuncia Tortelli.

FETRAF-SUL CRITICA CONGELAMENTO DOS PREÇOS DO FUMO PARA A SAFRA

| Imprimir |

2006/2007.

30 de janeiro de 2007

A decisão da indústria do fumo de manter os preços da safra 2006/2007 congelados, anunciada na última terça- feira, 30, em Porto Alegre, foi recebida pela Fetraf- Sul- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar dos Três Estados do Sul- como um desrespeito aos fumicultores. "É uma desvalorização do trabalho da agricultura familiar", disse o coordenador da Fetraf- Sul no Paraná, Marcos Rochinski. " Ao se recusar a negociar, simplesmente anunciando preços e impondo condições, as fumageiras assumem que controlam toda a cadeia produtiva, tratando os agricultores como empregados, que não tem o direito de negociar a própria renda", complementou.

Rochinski convoca os fumicultores a participarem das atividades da Fetraf- Sul na semana que vem, para definir o plano de lutas da entidade na cadeia produtiva do fumo. "Se os agricultores estiverem dispostos lideraremos uma ampla mobilização para garantir a valorização do seu trabalho", concluiu.

Argumentos desmentidos- A principal fundamentação apresentada durante o anúncio dos preços a serem praticados, foi a queda do valor do dólar e a indisponibilização dos créditos de ICMS por parte do governo do RS. Albino Gewher, assessor da Fetraf- Sul na área do fumo e integrante da Câmara Setorial do Fumo, afirma que nenhum dos argumentos se sustenta. "O preço pagos pelas mesmas multinacionais a produtores de outros países é muito superior ao praticado no Brasil. Pode-se afirmar que o fumo é uma comodite, assim como a soja e outros produtos, mas não tem este tratamento aqui em nosso país, pelo contrário, serve como pressão para baixar os preços internacionais por ser bom e barato". Segundo o assessor, o governo do RS realmente reteve créditos de ICMS durante os anos de 2004, 2005 e no início de 2006, acumulando mais de R\$ 300 milhões. Mas estes valores foram negociados e devolvidos às empresas e em 2007 estão disponíveis. "Quem realmente perdeu devido a retenção dos créditos de ICMS foram os fumicultores e não a indústria, visto que o preço médio pago aos fumicultores baixou de R\$ 60 para R\$ 45 pela arroba, resultando numa queda vertiginosa dos rendimentos dos agricultores familiares".

Lucro aumenta e área plantada diminui- O setor fumageiro arrecadou mais de R\$ 11 bilhões em 2006, sendo o cigarro responsável por mais de 74% deste total. O reajuste de 10% praticado nos preços do cigarro, no final de 2006, aponta para um crescimento de R\$ 1 bilhão em 2007. Somando-se a redução do contrabando e das falsificações, a estimativa é de que o setor deve faturar mais de R\$ 13 bilhões neste ano. Nas lavouras a área plantada nesta safra reduziu em 15%, demonstrando a insatisfação dos agricultores com os rendimentos. A Fetraf- Sul recomenda uma redução para, no mínimo, 30% como forma de valorizar o produto.

FETRAF-SUL DEFENDE AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO À DIVERSIFICAÇÃO DAS

| Imprimir |

ÁREAS DE FUMO NA OMS

22 de fevereiro de 2007

Documento com a posição da Federação também foi enviado à Genebra e defende a elaboração de políticas públicas que atendam os agricultores familiares interessados em abandonar o cultivo do tabaco.

O coordenador da Fetraf-Sul para o RS, Ari Pertuzatti representa a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar dos três Estados do Sul na audiência pública que acontece dia 26 de fevereiro no escritório regional da OMS em Brasília, promovida pela Iniciativa Livre do Tabaco (Tobacco Free Initiative – TFI) da Organização Mundial de Saúde (OMS) que atua como secretaria interina da Convenção Quadro da OMS para o Controle do Tabaco (CQCT). A audiência acontecerá um dia antes da primeira reunião do grupo de trabalho ad hoc sobre cultivos alternativos ao tabaco, conforme deliberação da primeira Conferência das Partes da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco – primeiro tratado internacional para o controle do tabaco.

Instituições e organizações públicas e privadas, organização não governamentais, associações de produtores e trabalhadores do setor fumageiro de cerca de 50 países e a indústria do tabaco participam da audiência pública.

Aumento nos recursos: No documento enviado à Genebra, a Fetraf-Sul explica que os recursos destinados em 2006 para o Plano de Diversificação das Áreas Cultivadas com Fumo, servem como estímulo inicial para as entidades realizarem diagnósticos, pesquisar alternativas produtivas, capacitar agricultores e lideranças, mas são insuficientes para a necessária implantação de uma efetiva política de diversificação. “Alternativa à expansão do fumo no Brasil é implementar uma política agrícola completa, com crédito abundante para custeio e investimento, com assistência técnica eficiente, universal e adaptada à realidade da agricultura familiar, com capacitação para gestão, com apoio a agro industrialização familiar, com comercialização e com garantia de preços e renda”, afirma Pertuzatti. A Fetraf- Sul defende a formulação de políticas públicas que atendam os agricultores familiares garantindo o fomento aos sistemas cooperados, autogestionários e voltadas à distribuição da renda gerada pela produção agrícola.

Ampliação da Produção: A ampliação da produção de fumo no Brasil é vertiginosa, e fez com que o Brasil se tornasse o líder mundial em exportações de tabaco desde 1993. Na safra 1979/1980, 95 mil famílias plantaram 171 mil hectares e colheram 286 mil toneladas. Esta produção estava concentrada em 3 regiões: na região do Vale do Rio Pardo no Estado do Rio Grande do Sul, na região do Vale do Itajaí no Estado de Santa Catarina e na região do Centro Sul do Estado do Paraná, envolvendo um total de 150 municípios. Atualmente, a área cultivada passou para 420 mil hectares e a produção ampliou-se para 775 mil toneladas distribuídas em 697 municípios da Região Sul. Em torno de 900 mil pessoas estão envolvidas na Cadeia Produtiva do Fumo. Grande parte são agricultores familiares que plantam, em média, 2 hectares com fumo. Cerca de 200 mil famílias em 700 municípios dependem economicamente do cultivo do fumo. Apesar da grande participação na produção, os agricultores familiares têm pouca participação nos lucros. Da renda obtida com uma carteira contendo 20 cigarros, 13 vão para os governos, 4 para a indústria, 2 para o varejo e os fumicultores ficam com apenas 1 cigarro do maço .

FETRAF-SUL DEFENDE MAIS APOIO PARA DIVERSIFICAÇÃO DE ÁREAS DE FUMO EM

| Imprimir |

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

14 de novembro de 2006

Evento promovido pela Aliança de Controle do Tabagismo, composta por organizações da sociedade civil, associações médicas e comunidades científicas abriu espaço para a Fetraf- Sul apresentar a situação no Sul do Brasil, na Sessão Plenária: Produção do Tabaco no Brasil– Riscos e Oportunidades.

O assessor da Fetraf- Sul Albino Gewher, que representa a federação na Câmara Setorial do Fumo, defendeu que a necessidade do país produzir uma política agrícola completa com vistas à substituição das áreas cultivadas com tabaco por outras culturas. “A redução da produção se dará nos países onde as multinacionais têm que pagar mais caro pela matéria prima, que não é o caso do Brasil”, afirma. Apesar dos baixos preços pagos no Brasil, onde a arroba chega a custar dez vezes menos do que na Europa, os agricultores familiares continuam na atividade porque o fumo oferece uma renda estável, ao contrário dos demais produtos agrícolas, que estão sujeitos às variações de oferta e procura do mercado. Em 2006, pela primeira vez nos últimos 15 anos, o Brasil registrou uma redução de 15% na área plantada. De 1990 a 2005, a área cultivada havia dobrado. Hoje a cultura ocupa 400 mil hectares e envolve 200 mil famílias da região Sul. Para reverter esta situação, a Fetraf-Sul defende a ampliação do programa de diversificação das áreas cultivadas com fumo, através de uma política agrícola completa. “ Só a ampliação do crédito para a agricultura familiar não basta. É necessário investir em assistência técnica e extensão rural e em programas de formação que possibilitem ao agricultor além de produzir, processar e comercializar a sua produção”, disse Gewher.

O Seminário foi realizado em Brasília com a presença de representantes da Agência Brasileira de Cooperação, da Organização Pan Americana de Saúde – OPAS –, da HealthBridge – Canadá, da Rede de Desenvolvimento Humano – Brasil, da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, ANVISA, da Secretaria de Saúde Pública de Ontário e do Programa de Controle do Tabaco de Ottawa, Canadá e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

PREVISÃO DE QUEDA DE ESTOQUE DO FUMO GERA DISPUTA PELO PRODUTO NOS

TRÊS ESTADOS DO SUL

24 de janeiro de 2008

Com a redução da área plantada e a instabilidade climática, a previsão inicial de 703 mil toneladas de fumo não deverá se concretizar. A Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) prevê que a colheita não deve passar das 600 mil toneladas Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Esse fato está gerando uma grande disputa pelo tabaco e a orientação é que os agricultores familiares se organizem em grupos para a negociação com as fumageiras.

Visando o benefício dos agricultores familiares, ainda no ano passado, A Fetraf-Sul abriu um canal de diálogo com o Sindifumo. "Entendemos que o caminho para garantir melhores preços é a negociação coletiva", destaca o secretário geral da Fetraf-Sul, Marcos Rochinski. "Estamos desenvolvendo todo um trabalho de diversificação nas propriedades rurais. Queremos que os agricultores familiares plantem menos fumo e busquem alternativas a essa produção", afirma. A diminuição da produção é uma tendência mundial. Hoje o estoque ideal mundial seria de oito milhões de toneladas. Com a estabilidade do consumo e a queda na produção mundial, o estoque hoje não ultrapassaria os 5,3 milhões de toneladas. O Brasil hoje é o segundo maior produtor e maior exportador de fumo no mundo. 85% da produção brasileira de tabaco é exportada.

Justiça determina que indústrias fumageiras indenizem fomicultores O Ministério Público do Trabalho no Paraná ajuizou, no mês de dezembro, seis Ações Cíveis Públicas (ACP) contra as indústrias fumageiras que mantêm contratos de integração no Estado do Paraná. Além das indústrias fumageiras, o MPT incluiu nas ações a Associação dos Fomicultores do Brasil (AFUBRA) e o Sindicato das Indústrias do Fumo (SINDIFUMO). A Justiça do Trabalho deferiu os pedidos liminares propostos pelo MPT nas Ações Cíveis Públicas e determinou que as empresas fumageiras abstenham-se de firmar com os produtores rurais do Paraná contratos com cláusulas abusivas, como as que exijam exclusividade na venda do produto e imponham que as vendas sejam feitas apenas às empresas filiadas ao SINDIFUMO.

FETRAF-SUL PARTICIPA DE EVENTO NO MÉXICO SOBRE DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS

CULTIVAS COM FUMO

11 de junho de 2008

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar vai participar de 17 a 19 de junho, na cidade do México, juntamente com representantes de 100 países produtores de tabaco de um evento que possibilitará a troca de experiências entre governos, especialistas e representantes das populações envolvidas. No evento, o Governo Brasileiro apresentará sua experiência com o Programa de Diversificação das Áreas Cultivadas com Fumo desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com entidades representativas, Ongs, Instituições de Ensino e de Assistência Técnica e Extensão Rural entre elas a Fetraf-Sul.

No evento também será apresentado pela equipe de especialistas do Brasil, uma proposta de matriz "template" que servirá como instrumento de avaliação e monitoramento de políticas de diversificação das áreas cultivadas com fumo, possibilitando que os países acompanhem seus produtores e ofereçam alternativas de cultivo, quando isso se fizer necessário. A proposta realça o desenvolvimento rural sustentável em contraponto aos sistemas agroindustriais transnacionais e busca resgatar e respeitar os meios de vida dos agricultores familiares.

Já os agricultores familiares e os trabalhadores brasileiros no setor, acompanham com expectativa os desdobramentos deste evento. A área plantada com fumo no Brasil reduziu em 22% nos últimos dois anos, são 75 mil hectares a menos. A diversificação está em curso e necessita de apoio, garantindo o resgate da verdadeira vocação dos agricultores familiares que é a produção de alimentos.

As ações desenvolvidas pelo governo brasileiro, seja nos seus posicionamentos e atuações em nível internacional no processo da elaboração e da implementação da Convenção-Quadro, seja nas políticas internas concretas de implementação da Convenção, com destaque, o programa de diversificação, são altamente positivas e elogiáveis; ressaltando que a estrutura atualmente existente, e o volume dos recursos disponibilizados para implementar as suas ações, estão ainda muito aquém da importância e do impacto que a participação do Brasil representou no processo da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, "o programa é bom, mas precisa crescer rapidamente para atender a demanda, precisa ir além da ATER e avançar no apoio a agroindustrialização e apoiar a comercialização", afirma o técnico da Fetraf/Sul-CUT, Albino Gewehr.

Este encontro no México é preparatório a 3 Conferência das Partes da Organização Mundial da Saúde (OMS), a realizar-se na África do Sul em 2009, e possibilitará a formulação de propostas que venham a apoiar programas como o desenvolvido no Brasil. A constituição de um Fundo internacional de apoio à diversificação é uma necessidade e precisa ser amadurecida no debate internacional.

Integram a delegação brasileira diplomatas do Ministério das Relações Exteriores e técnicos dos

Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, do Desenvolvimento e Comércio Exterior e da Saúde, além de uma equipe convidada de especialistas da área. (Sérgio Schneider -UFRGS, Miguel Perondi UFTPR, Amadeu Bonatto do Deser e Albino Gewehr da Fetraf-Sul-CUT).

[| Imprimir |](#)

FETRAF-SUL REALIZA DEBATE SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DO FUMO.

16 de janeiro de 2007

Acontece nesta quarta-feira, 17, no auditório da Faculdade Exponencial em Chapecó, reunião sobre a cadeia produtiva do fumo. A reunião tem início às 16h, onde os participantes farão uma análise de conjuntura, serão debatidos e avaliados aspectos como: estimativa de safra; produção mundial x consumo x estoques; comercialização, preços e distribuição de renda; lucros do setor.

Como encaminhamentos, já estão agendados para o próximo dia 30, o acompanhamento de negociações de preço do fumo, que será realizado em Porto Alegre. De 5 a 7 de fevereiro, serão feitas assembleias municipais e regionais para avaliar as propostas das indústrias fumageiras e atos regionais.

De acordo com o Albino Gewehr, técnico agrícola e assessor da Fetraf-Sul/CUT, "a safra 2006/2007 será menor que a anterior devido à redução em 15% da área plantada de fumo." A estimativa inicial é de 715 mil toneladas contra 775 toneladas da safra 2005/2006. O atual estágio das lavouras aponta para uma produtividade superior (2 mil kg/ha) podendo fechar numa produção de 750 mil toneladas, acrescido de melhor qualidade devido às condições climáticas favoráveis. Albino ressalta ainda que a produção mundial está estável, "com redução de área cultivada onde o fumo é valorizado e ampliação onde é barato, como no caso da África e China. O consumo permanece equilibrado com a produção não permitindo a retomada da formação de estoques", afirma.

Segundo Gewehr, no Brasil, as indústrias ampliam seus lucros por dois motivos: majoração em 10% do preço dos cigarros e ampliação no combate ao contrabando. "Mesmo assim vem a público dizer que a desvalorização do dólar e os problemas com a retenção do ICMS no RS afetariam seus lucros. Os dados de 2006 desmentem está falácia das fumageiras". A partir dessa conjuntura, a Fetraf definirá suas articulações em prol das garantias de benefícios dos fumicultores e fará acompanhamento das discussões e mudanças em relação às indústrias de fumo, a partir da nova tabela de preços prevista para o final deste mês.

FETRAF-SUL/CUT APRESENTA PROJETO PARA CADEIA PRODUTIVA DO FUMO AO MDA

[| Imprimir |](#)

14 de março de 2006

Eduardo Seidl

A Fetraf-Sul/CUT, através do coordenador-geral, Altemir Tortelli, entregou ao Secretário Nacional de Agricultura Familiar, Walter Bianchini, e aos delegados do MDA do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o projeto "O futuro da fumiicultura no Brasil – Cadeia Produtiva do Fumo: capacitação e formação de lideranças multiplicadoras da agricultura familiar". A entrega aconteceu em Porto Alegre, na quinta-feira, 9 de março, durante a Conferência sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural promovida pela FAO/ONU.

Para a Fetraf-Sul/CUT, que tem 45 mil famílias fumicultoras na sua base, neste momento, com a recente aprovação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, é necessário tornar pública a vitória frente ao lobby das indústrias e de seus aliados. Tornou-se imprescindível realizar um trabalho contundente junto à base, visando sistematizar o conhecimento, construir coletivamente mecanismos de participação e atender a novas regiões. O projeto destaca a realização do II e III seminários "O futuro da fumiicultura no Brasil", em julho, desencadeando a partir daí o processo na região Sul do país.

O projeto também prevê a realização de uma pesquisa que fornecerá dados e apontará alternativas de renda viáveis, possibilitando à Fetraf-Sul e ao Governo Federal um incremento na argumentação sobre a diversificação da produção.

Leia a justificativa e os objetivos do projeto apresentado:

Os debates sobre a fumiicultura brasileira, especialmente na Região Sul, se acentuaram com as discussões acerca da ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, o primeiro tratado internacional de saúde pública. O documento foi adotado por unanimidade pelos 192 Estados-Membros da Organização Mundial da Saúde (OMS), durante a 56ª Assembleia Mundial da Saúde, em 2003, e está em vigor desde 27 de fevereiro de 2005. O Brasil foi o 100º país a confirmar sua adesão à Convenção-Quadro. A aprovação do documento no Senado Federal ocorreu em 27 de outubro de 2005.

A posição do governo federal, apresentada através de documento assinado por seis Ministérios, foi de fundamental importância para o parecer favorável do Senado à ratificação do tratado. Além da declaração de interpretação de dispositivos da Convenção-Quadro, na qual o Brasil formalizou seu apoio à ratificação e garantiu apoio aos agricultores, o documento também apresentou uma proposta de criação do "Programa de

Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo". O governo ressaltou no documento que não haverá restrições às políticas públicas e nem à proibição do plantio do tabaco.

Embora o documento da Convenção-Quadro e o apresentado pelo governo federal não prevêem qualquer restrição à produção do tabaco, a redução do consumo mundial, no longo prazo, afetará a produção e, conseqüentemente, a renda das famílias que dependem desse cultivo. Considerando que a Região Sul concentra quase a totalidade da produção brasileira de fumo e envolve o trabalho de cerca de 200 mil famílias de agricultores (na sua maior parte agricultores familiares) no processo produtivo, é imprescindível a articulação das organizações da agricultura familiar para o desenvolvimento de ações que orientem o debate junto às famílias produtoras de fumo, com o objetivo de enfrentarem essa nova realidade. O projeto ora apresentado se propõe a facilitar essa articulação.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar buscará apresentar para toda a sociedade, bem como ao conjunto dos agricultores familiares, que mesmo passando por adversidades, podem criar junto com o Movimento Sindical - Fetraf-Sul/CUT, cooperativas, ONGs, experiências de sucesso que resgatem valores fundamentais na construção de um projeto de desenvolvimento, com enfoques na produção de alimentos na agroecologia, geração de renda, organização através de cooperação mútua dos agricultores, comercialização direta aos consumidores.

Enfim, dando a certeza de que a agricultura familiar é o caminho para o combate à fome, à miséria e à exclusão social.

Objetivos Específicos:

* Dar visibilidade para agricultura familiar como um ator social, de fundamental importância para a sociedade, valorizando suas iniciativas, e garantindo a participação dos agricultores que historicamente foram excluídos dos espaços de construção de propostas.

* Possibilitar para que os agricultores busquem intercambiar conhecimentos e experiências com outros agricultores do Brasil e do Mundo, entidades nacionais internacionais, a fim de aprimorar as experiências existentes, e avançar em novas formas de organização e produção.

* Apresentar a todos a que há diversificação na agricultura familiar, representada pela variada quantidade de iniciativas, produtos e experiências desenvolvidas, na produção, processamento, organização e comercialização.

* Afirmar que a agricultura de economia familiar é responsável pela produção da maioria dos alimentos consumidos no Brasil, mantendo características importantes como a geração de emprego, diversificação das produções, diminuição dos impactos ambientais. Resgatando valores sócio-culturais, viabilizando a sobrevivência de milhões de pessoas envolvidas.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)